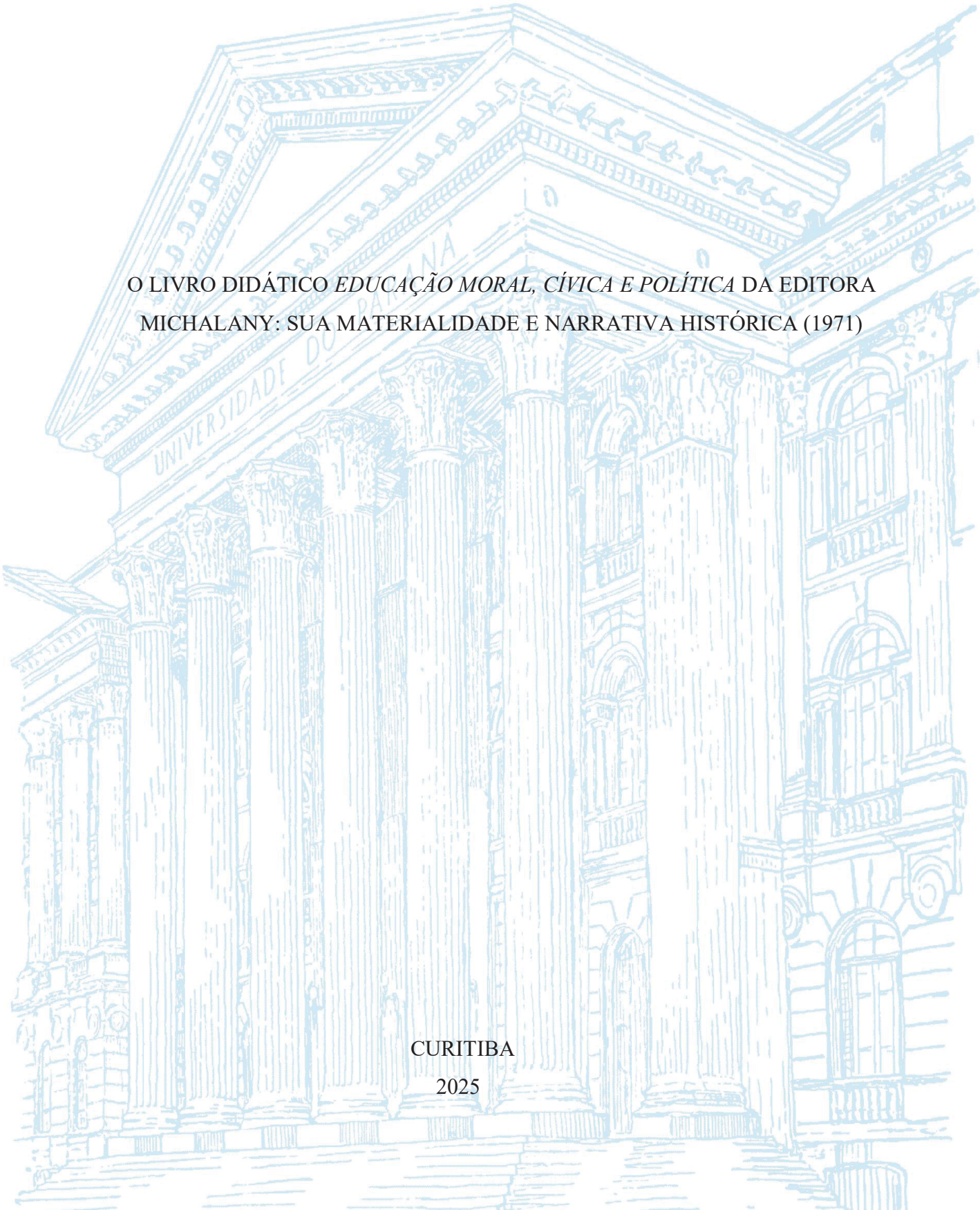
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDWARD MICKAEL KLINGBEIL



O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY: SUA MATERIALIDADE E NARRATIVA HISTÓRICA (1971)

CURITIBA

2025

EDWARD MICKAEL KLINGBEIL

O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY: SUA MATERIALIDADE E NARRATIVA HISTÓRICA (1971)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Linha História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Roberlayne de Oliveira Borges Roballo

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Klingbeil, Edward Mickael.
O livro didático Educação Moral, Cívica e Política da editora Michalany : sua meterialidade e narrativa histórica (1971) / Edward Mickael Klingbeil – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Profª Drª Roberlayne de Oliveira Borges Roballo

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Livros didáticos. 3. Educação moral e cívica. 4. Ditadura – Brasil – Séc. XX. 5. História – estudo e ensino. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **EDWARD MICKAEL KLINGBEIL**, intitulada: **O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY: SUA MATERIALIDADE E NARRATIVA HISTÓRICA (1971)**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica
27/04/2025 13:27:46.0
LEZIANY SILVEIRA DANIEL
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 17:23:29.0
ROSA FATIMA DE SOUZA CHALOBA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO)

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 15:24:45.0
GIZELE DE SOUZA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 445104
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 445104

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada. Com zelo, paciência e apoio, tornaram mais leve o caminho percorrido durante o curso do mestrado e a escrita desta dissertação. Sempre irei guardar em meu coração, cada gesto de incentivo e cada palavra de apoio foram essenciais para que eu seguisse em frente, transformando desafios em aprendizado. Muito obrigado!

Inicialmente, agradeço à minha orientadora, Profª Drª Roberlayne de Oliveira Borges Roballo, que, com grande parceria, generosidade, empatia e rigor, me guiou neste percurso de forma significativa. Nossas conversas sobre o texto, autores, seus questionamentos precisos e seus incentivos foram essenciais para o amadurecimento deste trabalho. Sou imensamente grato por sua orientação e por todo o aprendizado que levarei comigo.

Aos meus colegas de turma, que compartilharam comigo angústias, desafios e também muitas conquistas. As trocas de ideias, as conversas e debates durante as aulas e os seminários, aliado ao apoio mútuo, tornaram essa caminhada enriquecedora.

Sou muito grato aos professores da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, cujo conhecimento e comprometimento acadêmico foram fundamentais para a construção deste trabalho. As aulas foram imprescindíveis para minha formação como pesquisador da educação e historiador da educação. Sou muito grato.

À banca examinadora, Profª Drª Gizele de Souza, Profª Drª Rosa Fátima de Souza Chaloba e a Profª Drª Leziany Silveira Daniel minha profunda gratidão pela arguição atenta e pelas valiosas contribuições. É uma grande satisfação ter meu trabalho examinado por pesquisadoras de tão alto nível, cujo rigor e generosidade intelectual enriqueceram esta pesquisa.

À minha mãe, Carmen Maria Klingbeil, minha maior inspiração de amor e perseverança. Sua dedicação, paciência e apoio incondicional foram fundamentais em cada etapa da minha trajetória acadêmica. Obrigado por acreditar em mim. Esta conquista também é sua.

Agradeço à Capes, que financiou esta pesquisa.

Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela marca para o resto de nossas vidas. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, ideias fugazes ou duradouras, como um amor, mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções

Marc Ferro em *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa é o livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, publicado pela Editora Michalany em 1970 e reeditado em 1971, escrito por Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos. O objetivo se refere à problematização das narrativas históricas presente nesse livro destinado aos professores e estudantes, por meio da análise da materialidade e das narrativas, examinando como os autores Michalany e Ramos se apropriaram dos programas curriculares disponíveis. Busca-se identificar quais representações históricas fizeram do Brasil e como essas representações se relacionam com suas concepções sobre educação, moral e civismo. O referencial teórico desta pesquisa se baseia nas considerações de Alain Choppin (2002, 2004) e Circe Bittencourt (1993) sobre o livro didático enquanto objeto histórico, analisando suas funções referenciais e ideológicas. Deste modo, são incorporados os princípios da operacionalização do conceito de representação, conforme proposto por Roger Chartier (1988, 1997, 2010, 2011, 2017). As fontes de pesquisa correspondem a livros didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC), periódicos, programas curriculares, além de leis e determinações governamentais. Os resultados evidenciam que a obra de Michalany e Ramos (1971) cumpriu uma função referencial ao programa curricular, desempenhando sua função ideológica difundindo a da Doutrina de Segurança Nacional. A Editora Michalany adotou práticas editoriais que visavam maximizar seus lucros, como a segmentação dos conteúdos de EMC em diferentes volumes, como no caso da coleção *Vultos da Pátria*. Além disso, a editora lançou diferentes versões do mesmo livro – incluindo uma edição enciclopédica e outra em formato opúsculo – e adotou estratégias de comercialização que incluíam a venda porta a porta, a distribuição de exemplares de cortesia a professores e outras táticas para ampliar sua presença no mercado educacional. A análise revelou que o livro reforçava uma perspectiva de história linear e positivista, enaltecendo a ordem, a disciplina, baseados no o patriotismo, na moral cristã, no anticomunismo e de uma cidadania passiva, como princípios fundamentais da identidade nacional. Além disso, constatou-se que a materialidade do livro, desde sua encadernação até a escolha de ilustrações, reforçava sua função de manual normativo dentro do contexto escolar da época. Outro ponto central identificado foi a construção de um representação otimista da História do Brasil, no qual os eventos históricos são apresentados de maneira a estabelecer uma continuidade entre passado, presente e futuro. Essa perspectiva buscava construir uma consciência histórica (Rüsen, 2015) que legitimasse o regime vigente, na qual o presente era visto como uma evolução natural e positiva de um passado glorioso, reforçando a estabilidade e a necessidade de preservação da ordem em tempos de ditadura civil-militar.

Palavras Chaves: Livro didático; Douglas Michalany; Ciro de Moura Ramos; Educação Moral e Cívica; Ditadura civil-militar

ABSTRACT

The object of study in this research is the textbook *Educação Moral, Cívica e Política*, published by Editora Michalany in 1970 and reissued in 1971, authored by Douglas Michalany and Ciro de Moura Ramos. The objective is to critically examine the historical narratives present in this textbook, intended for teachers and students, by analyzing both its material aspects and its narratives. The study investigates how Michalany and Ramos appropriated the available curricular programs, seeking to identify the historical representations of Brazil constructed in the book and how these representations relate to their conceptions of education, morality, and civism. The theoretical framework of this research is based on the considerations of Alain Choppin (2002, 2004) and Circe Bittencourt (1993) regarding the textbook as a historical object, analyzing its referential and ideological functions. In this sense, the study incorporates the principles of operationalizing the concept of representation, as proposed by Roger Chartier (1988, 1997, 2010, 2011, 2017). The research sources include textbooks on Moral and Civic Education (MCE), periodicals, curricular programs, as well as laws and governmental regulations. The findings indicate that Michalany and Ramos's (1971) textbook fulfilled a referential function by aligning with the official curricular program while also serving an ideological function by disseminating the National Security Doctrine. Editora Michalany adopted editorial strategies aimed at maximizing profits, such as segmenting MCE content into multiple volumes, as seen in the *Vultos da Pátria* collection. Additionally, the publisher released different versions of the same book—including an encyclopedic edition and a pamphlet format—and implemented marketing strategies such as door-to-door sales, the distribution of complimentary copies to teachers, and other tactics to expand its presence in the educational market. The analysis reveals that the textbook reinforced a linear and positivist historical perspective, emphasizing order and discipline as fundamental principles of national identity, alongside patriotism, Christian morality, anti-communism, and a passive conception of citizenship. Furthermore, the material aspects of the book, from its binding to the selection of illustrations, reinforced its function as a normative manual within the school context of the time. Another central finding is the construction of an optimistic representation of Brazilian history, in which historical events are presented in a way that establishes continuity between the past, present, and future. This perspective aimed to shape a historical consciousness (Rüsen, 2015) that legitimized the ruling regime, portraying the present as a natural and positive evolution from a glorious past, thus reinforcing stability and the necessity of preserving order during the civil-military dictatorship..

Keywords: Textbook; Douglas Michalany; Ciro de Moura Ramos; Civil-Military Dictatorship; Moral and Civic Education

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FOTOGRAFIA DE DOUGLAS MICHALANY 17
FIGURA 2 – CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE VOLUME ÚNICO (2ª ED. 1971) 23
FIGURA 3 – CAPA DO LIVRO *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA A GRANDE ENCICLOPÉDIA DA VIDA, EM TRÊS VOLUMES (1971) 24
FIGURA 4 – CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA* DA EDIÇÕES MICHALANY (1982) 25
FIGURA 5 – CARTA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO A DOUGLAS MICHALANY 26
FIGURA 6 – LIVROS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA PRESENTES NO ACERVO DO O INSTITUO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO 33
FIGURA 7 – CAPA DO *COMPENDIO DE INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA* DE PLÍNIO SALGADO 44
FIGURA 8 – CAPA DA *PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO* 49
FIGURA 9 – *MORAL E CIVISMO* DA EDITORA BRASIL S.A DO INSTITUO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO 57
FIGURA 10 – LIVROS *MORAL E CIVISMO* (PARA A 8ª SÉRIE DO 1º GRAU), E *INICIAÇÃO AO CIVISMO* 57
FIGURA 11– CAPA E CONTRA CAPA DO LIVRO *CONSTRUINDO O BRASIL* DA EDITORA LOYOLA 63
FIGURA 12 – ILUSTRAÇÕES DA OBRA CONSTRUINDO O BRASIL 65
FIGURA 13 – CAPA E CONTRA CAPA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MONUMENTO 66
FIGURA 14 – FELICITAÇÕES DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971) 68
FIGURA 15 – ORGANIZAÇÃO INTERNA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971) 69
FIGURA 16 – CAPA E CONTRA CAPA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA* DE ANDRADE (1971) 70
FIGURA 17 – ORGANIZAÇÃO DA OBRA DE ANDRADE (1971) 72

FIGURA 18 – PREFÁCIO DESTINADOS AO PROFESSOR DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* 84
FIGURA 19 – CONTEÚDO ILUSTRADO DA OBRA *ESTUDOS SOCIAIS* DA EDITORA MICHALANY 86
FIGURA 20 – CAPA E CONTRACAPA DA *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* 88
FIGURA 21– PÁGINAS QUE INDICAM O PÚBLICO ALVO E DISCURSOS DA *ENCICLOPÉDIA* 89
FIGURA 22– CARTA DO QUARTEL GENERAL INSERIDA NA *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* 90
FIGURA 23 – PUBLICIDADE DA *ENCICLOPÉDIA* (1971) EM JORNAL DO RIO DE JANEIRO 91
FIGURA 24 – PUBLICIDADE DA *ENCICLOPÉDIA* (1971) EM JORNAL DO PARANÁ 91
FIGURA 25 – CAPA DO MANUAL *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971). 92
FIGURA 26 – MOSAICO DE ILUSTRAÇÕES DE *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971) 95
FIGURA 27 – ÍNDICE/SUMÁRIO DA OBRA DE MICHALANY E RAMOS (1971) DA PÁGINA 17 À 110 99
FIGURA 28 – ÍNDICE/SUMÁRIO DA OBRA DE MICHALANY E RAMOS (1971) DA PÁGINA À 111 À 245 100
FIGURA 29 – PÁGINA QUE ANTECEDE O SUMÁRIO E A INTRODUÇÃO DO LIVRO 112

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – LIVROS DA "EDITORA MICHALANY" E DA EDITORA "A GRANDE ENCICLOPÉDIA DA VIDA" (Agev) 19
QUADRO 2 – LIVROS DE EMC SELECIONADOS PARA A ANÁLISE 55
QUADRO 3 – TEMAS FREQUENTES NOS CONTEÚDO DOS LIVROS DE EMC 61
QUADRO 4 – ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO HISTÓRICO DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971) 73
QUADRO 5 – SÍNTESE DAS DIFERENÇAS NA NARRATIVA HISTÓRICA DE CADA OBRA 80
QUADRO 6 – PROGRAMA CURRICULAR ELABORADO PELA COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO PARA O GINÁSIO (1970) 96
QUADRO 7 – COMPARAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DO SUMÁRIO DA OBRA DE ANDRADE (1971) 97
QUADRO 8 – APELO AO CRISTIANISMO PRESENTA NA OBRA 117
QUADRO 9 – MOBILIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES E PROCESSOS HISTÓRICOS 124
QUADRO 10 – DEFINÇÃO DO ESTADO 125
QUADRO 11 – REPRESENTAÇÃO DO GOLPE CIVIL/MILITAR DE 1964 127

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AGEV	– A Grande Enciclopédia da Vida
CNMC	– Educação Moral e Cívica
COLTED	– Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
DSN	– Doutrina de Segurança Nacional
EMC	– Educação Moral e Cívica
ESG	– Escola Superior de Guerra
FENAME	– Fundação Nacional do Material Escolar
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	– Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **16**
O ENCONTRO COM O OBJETO DE ESTUDO 16
O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA 28
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS 36
1. A HETEROGENEIDADE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) **42**
1.1 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E OS LIVROS QUE VIERAM ANTES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO, NA DITADURA CIVIL-MILITAR 42
1.2 OS LIVROS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: SEUS ASPECTOS COMUNS E SINGULARES 55
2. A OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*: SUA EDITORA, SEUS AUTORES E SUA MATERIALIDADE **82**
2.1 A EDITORA MICHALANY: ESTRATÉGIAS E PERMANÊNCIAS 82
2.2. A MATERIALIDADE DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971) 91
3. O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*, COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO E SUAS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL **106**
3.1 QUEM CONTROLA O PRESENTE, CONTROLA O PASSADO: A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL 106
3.2 UM PASSADO OTIMISTA: AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO NACIONAL NA NARRATIVA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971) 122
CONSIDERAÇÕES FINAIS **130**
FONTES **132**
REFERÊNCIAS **136**
ANEXOS **141**

INTRODUÇÃO

O ENCONTRO COM O OBJETO DE ESTUDO

A educação brasileira na ditadura civil-militar (1964 - 1985) passou por mudanças significativas no final da década 1960 e início da década de 1970, sobretudo no ensino de 1º e 2º graus[1]. Emergiu neste período uma atenção à formação cívica e moral, materializada no Decreto de Lei Nº 869/69, que incluiu a Educação Moral e Cívica (EMC) como disciplina e prática educativa[2] nos currículos escolares em todos os graus e modalidades no sistema de ensino no país. Posteriormente, em 1971 a Lei Nº 5.692, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1° e 2º graus, fortaleceu o ensino técnico-profissionalizante, expandiu o ensino secundário e entre várias outras normativas, reafirmou a reintrodução[3] da disciplina de EMC.

Após a promulgação do Decreto de Lei nº 869 em 12 de setembro de 1969, no ano seguinte, em 1970, foram disponibilizados uma dezena de livros didáticos de Educação Moral e Cívica, seguidos por treze livros adicionais no ano subsequente, em 1971. Durante o período em que a disciplina de EMC permaneceu nos currículos nacionais (1969 – 1993), mais de 60 livros foram produzidos por diversas editoras (Filgueiras, 2006).

A expansão da obrigatoriedade do ensino secundário aqueceu o mercado editorial de materiais didáticos no país. Deste modo, na década de 1970, buscando atender às transformações nos currículos e integrando-se às mudanças estruturais em curso no sistema educacional brasileiro, várias editoras se empenharam na produção de livros didáticos de Educação Moral e Cívica.

É neste cenário, em um campo de concorrência e disputas entre diversas publicações de

---

[1] O ensino de 1º grau se referia ao atual ensino fundamental e 2º grau, referia ao atual ensino médio no Brasil. Foi a Lei 5.692/71 que padronizou essas denominações como 1º e 2º graus. Historicamente, antes de serem conhecidos como 1º e 2º grau, essas etapas de ensino eram denominadas de "curso primário" e "curso secundário", respectivamente.

[2] O Decreto-Lei 869/69 define prática educativa nos termos da Educação Moral e Cívica destinada a cultivar hábitos democráticos, incentivar a participação em movimentos juvenis, promover o estudo de questões pertinentes aos problemas do Brasil e estimular a participação em eventos cívicos. Isto se dava pela inserção de certos ritos à escola: como desfiles e celebrações cívicas e o canto dos hinos nacionais em datas cívicas. A prática educativa da Educação Moral e Cívica, segundo Filgueiras (2006) também englobava a criação de instituições extracurriculares. Essas instituições incluem bibliotecas, jornais escolares, fóruns de debates e clubes recreativos, proporcionando aos alunos um ambiente diversificado para o desenvolvimento de habilidades sociais, cívicas e democráticas. O estabelecimento de um Centro Cívico em todas as escolas foi incentivado, com a designação de um professor como orientador e a eleição de uma diretoria pelos próprios alunos, visando fomentar o engajamento e a participação ativa dos estudantes na vida escolar e na comunidade.

[3] A introdução da Educação Moral e Cívica durante a Ditadura Civil-Militar não foi uma novidade absoluta, mas sim uma continuidade de preocupações já presentes desde o início do século XIX na formação dos cidadãos brasileiros, como disciplina formal ou prática educativa. Em cada contexto em que a educação moral e cívica se fez presente na cultura escolar brasileira, ela correspondia aos anseios e debates próprios de seu tempo. Contudo permaneceram práticas comuns, temas tradicionais e objetos comuns, como os livros de Educação Moral e Cívica.

editoras consolidadas no ramo didático, que se encontra o objeto de estudo desta pesquisa, o livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, produzido pela Editora Michalany, publicado em 1970 e reeditado em 1971.

Escrito por Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos, o livro fazia parte de um amplo catálogo de materiais escolares desenvolvidos pela Editora Michalany para subsidiar a disciplina de EMC. Michalany e Ramos (1971) publicaram, entre as décadas de 1970 e 1980, em torno de seis manuais escolares destinados à disciplina de Educação Moral e Cívica na editora Michalany, que recebia o nome de seu proprietário, Douglas Michalany (Figura 1).

FIGURA 1 – FOTOGRAFIA DE DOUGLAS MICHALANY

FONTE: Academia Cristã de Letras, 2022. Disponível em: https://academiacristadeletras.org.br/publicacoes/noticias/faleceu-hoje-9-3-2022-o-academico-douglas-michalany.html

Entre esses manuais, destacam-se *Vultos da Pátria* (3ªEd/1982), uma coleção em 3 volumes, *Forças Armadas, Sua História, Suas Datas e Seus Patronos* (1975), *Símbolos Nacionais* (1978). Além de livros didáticos, a editora Michalany publicou também um Mural Pedagógico dos Símbolos da Pátria. O *livro Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) é situado também em um universo abrangente de livros didáticos elaborados para essa disciplina. Portanto, diante da vasta variedade de livros didáticos produzidos para subsidiar a disciplina de EMC no contexto da ditadura civil-militar, optamos pelo livro da Editora Michalany como fonte e objeto privilegiado para a pesquisa motivado por uma série de razões que demandam esclarecimento prévio.

O ponto de partida se deu durante graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde tive contato com os livros didáticos da referida editora em um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica[4]. A primeira fonte analisada foi a terceira edição de 1981 da coleção de três volumes intitulada *História do Brasil*, escrita por Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos, publicada pela Editora Michalany. Para uma compreensão mais aprofundada da coleção *História do Brasil* (1981), foi fundamental entender quem eram os autores que a escreveram: Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos. As informações sobre a vida de Ciro de Moura Ramos[5] à época foram escassas e pudemos destacar apenas sua formação como historiador, e seu ofício de escritor e professor durante o período da ditadura civil-militar. Por outro lado, havia uma quantidade substancial de informações disponíveis sobre Douglas Michalany[6], que nos permitiu compreender melhor a abordagem historiográfica, presente na coleção *História do Brasil* (1981).

Douglas Michalany[7] era um homem com uma trajetória multifacetada: historiador, professor, militar da reserva do Exército Brasileiro, membro da Academia Cristã de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Além dessas ocupações, ele também se destacava como empresário do ramo editorial, sendo proprietário de duas editoras: a "Editora Michalany" e "A Grande Enciclopédia da Vida" (Agev). Na Agev, Douglas Michalany empreendeu a publicação de uma vasta gama de livros, especialmente focados em história (Quadro 1). Dentre essas obras, algumas se assemelham à escrita da coleção *História do Brasil* (1981), isto é, uma história política, centrada numa narrativa acerca dos grandes eventos e personalidades históricas (majoritariamente, os chefes de Estado).

---

[4] Durante três anos, realizei análises dos manuais escolares produzidos pela Editora Michalany, sob a orientação da Professora Doutora Rosa Lydia Teixeira Correia. Os manuais analisados incluem a coleção *História do Brasil* em três volumes, o livro *Símbolos da Pátria* (1978) e a terceira edição de *Vultos da Pátria* (1982).

[5] As informações sobre a vida de Ciro de Moura Ramos não foram encontradas nas fontes consultadas para esta pesquisa. Apesar dos esforços para localizar registros sobre sua trajetória, não houve êxito na obtenção de dados relevantes.

[6] Várias obra de Michalany foram objetos de pesquisa, sobretudo na História da Educação Cf: (Filgueiras, 2006); (Gusmão, 2018); (Paviani, 2014); (Irffi et al, 2023); Douglas Michalany concedeu uma entrevista à Nojosa e Bocchini (2002) no artigo *Segmento porta a porta no Brasil: o livro em busca do consumidor-leitor* publicada como parte dos anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, organizado pela INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Douglas Michalany também recebeu homenagens no seu aniversario de 100 anos, nas instituições da qual era associado. Ver: https://www.recantodasletras.com.br/homenagens/626439; https://abdl.com.br/parabens-dr-douglas-michalany-pelo-seu-aniversario-de-100-anos/ https://ipeclube.com.br/o-clube/noticias/5903-o-centenario-de-douglas-michalany;

[7] Os seus dados biográficos serão expostos no capítulo II.

QUADRO 1 - LIVROS DA "EDITORA MICHALANY" E DA EDITORA "A GRANDE ENCICLOPÉDIA DA VIDA" (Agev)

Livro	Editora	Ano (1ª Ed)	Número de Edições
A Grande Enciclopédia da Vida	Agev	1962	9
História das Américas	Agev	1962	5
Universo e Humanidade	Agev	1963	3
História das Guerras Mundiais	Agev	1966	1
Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política	Agev	1971	1
Vultos da Pátria	Ed. Michalany	1976	3
Forças Armadas, Sua História, Seus Patronos	Ed. Michalany	1975	1
Símbolos Nacionais	Ed. Michalany	1978	1
Educação 9Moral, Cívica e Política	Ed. Michalany	1971	2

FONTE: Organizado pelo autor, com base nos dados apresentados até o momento

Portanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, ao analisar outros livros de Michalany e Ramos publicados pela editora Michalany — *Vultos da Pátria* (3ª edição de 1982), uma trilogia em formato de opúsculo, e o *Símbolos Nacionais* (1978), em volume único —, já possuíamos uma certa familiaridade com a abordagem historiográfica que os autores adotavam em seus livros e sua visão acerca da história recente do país[8]. Nos chamava a atenção naquele momento o fato da editora abordar temas tão específicos relacionados à história Brasil, como a história dos vultos e dos símbolos nacionais, indicando pelos seus títulos, um certo ufanismo, um apelo à identidade nacional.

Entretanto, durante o processo de investigação acerca da produção didática da Editora Michalany, nos deparamos com outra obra de Michalny e Ramos, *Forças Armadas, Seus Heróis, Suas Datas* (1975), que nos esclareceu algumas dúvidas. Na contracapa[9] do livro indicava-se que as obras dos vultos e dos símbolos pátrios não eram direcionados à disciplina de História do Brasil, na verdade, eram livros didáticos destinados à subsidiar a disciplina de Educação Moral e Cívica.

Com base nas fontes e recursos disponíveis na época da pesquisa, chegamos a algumas considerações sobres os manuais de Educação Moral e Cívica (1978, 1982) e a coleção de *História do Brasil* de Michalany e Ramos (1981). Pontuamos que a coleção *História do Brasil*

---

[8] Na análise da coleção *História do Brasil*, destacamos a posição de Michalany e Ramos (1981) acerca dos eventos que antecederam o ano de 1964 e ao novo regime que foi estabelecido, a Ditadura Civil-Militar. No terceiro volume da coleção onde é abordada a história do Brasil República, Michalany e Ramos (1981) apresentam uma narrativa que reflete a perspectiva anti-comunista e favorável ao golpe militar de 1964, retratando João Goulart como um líder controverso cujo governo foi marcado por agitação política, instabilidade econômica e uma suposta ameaça comunista.

[9] No Anexo I se encontra a digitalização da contracapa da obra *Forças Armadas, Seus Heróis, Suas Datas* (1975).

(1981) em três volumes adotava uma abordagem histórica positivista, pois na sua narrativa representava a história do país como uma progressão linear de etapas evolutivas, minimizando contradições históricas. Destaca-se a ênfase na ordem, estabilidade e papel central do Estado na promoção do progresso social. Cada capítulo inicia com um resumo geral seguido pela descrição dos presidentes e principais eventos de cada período. A linguagem é objetiva e erudita, com passagens descritivas. As ilustrações focam nos presidentes e agentes do Estado, sem estimular reflexões críticas por parte do leitor. Tratava-se de um livro com muito texto, poucas ilustrações e sem exercícios.

Em relação aos livros *Vultos da Pátria* (1982) e *Símbolos Nacionais* (1978), consideramos que ambos mantinham uma narrativa histórica alinhada à historiografia positivista presente na coleção *História do Brasil*. Nesta lógica, a biografia de cada vulto da pátria é relacionada a determinados valores, como a moral cristã e o patriotismo. Identificamos que nas obras de Michalany e Ramos (1978, 1982) a Educação Moral e Cívica se dava pelo ensino da história da nação a partir da biografia dos grandes homens do Estado. Partia também da compreensão e reconhecimento dos símbolos da pátria, da bandeira, do selo, do brasão, e sua configuração histórica. Essa abordagem contribuiu para o esvaziamento e a despolitização do saber histórico além de instrumentalizá-lo, especialmente ao promover uma visão positiva das intervenções militares na história política do Brasil e apresentar os ditadores do regime de 1964 como heróis nacionais. Essa trajetória de exploração e investigação resultou no desenvolvimento do projeto de mestrado.

Inicialmente, o objetivo era examinar toda a coleção de Educação Moral e Cívica da Editora Michalany. No entanto, à medida que aprofundamos a análise dos livros didáticos utilizados na disciplina de EMC, nosso enfoque foi refinado para a análise específica do livro *Educação Moral, Cívica e Política*, destacado como um artefato singular dentro desse conjunto.

O livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), como veremos no decorrer do trabalho, destaca-se por diversos motivos significativos. O primeiro fator distintivo que destacamos da obra de *Educação Moral Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), é a predominância de um discurso historiográfico mais residual, fato este que não se constitui como uma regra nos livros didáticos de EMC do período.

Esta é a tônica presente no prefácio do livro, onde Michalany e Ramos (1971) dão a entender que educação cívica deveria se dar principalmente pela obtenção de conhecimento sobre o passado do país, dada a condição em que "as fontes vivas da nacionalidade encontravam-se destruídas"(Michalany, Ramos, 1971, p. 09). Na sociedade brasileira às vésperas do golpe, prevalecia um discurso que enaltecia os "feitos valorosos de povos com

doutrinas contrárias às nossas tradições". Portanto, os autores argumentam que era essencial revisitar o próprio passado brasileiro, já que "os homens que se sacrificaram pelo Brasil eram esquecidos e ignorados" (idem).

Isto é notável tanto na escrita do livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, como também na própria linha editorial da Editora Michalany para livros de EMC. Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos não escreveram livros específicos sobre a moral cristã ou sobre questões de civismo, entendido como o exercício da cidadania, mas sim sobre a história nacional, dos vultos, dos símbolos pátrios e das Forças Armadas. Estes fatos trazem à tona uma problemática existente na história da educação brasileira: as relações entre o ensino de História do Brasil e valores morais e cívicos.

Em sua tese de doutorado, Circe Bittencourt (1993)[10] abrange um século de história dos livros didáticos de História, especialmente os de História do Brasil. Destaca-se no segundo capítulo intitulado “Moral profana e livros de Instrução Cívica” duas abordagens distintas em relação à formação moral dos alunos: uma que enfatiza os valores da Igreja Católica na infância como parte da formação moral, e outra que preconiza a laicização da educação, reservando o Ensino Religioso à família e ensinando na escola as noções básicas de moralidade humana civilizada, com uma certa tolerância religiosa. Surge então a Instrução Moral e Cívica, que aborda o civismo e a História do Brasil, visando instilar um sentimento patriótico sem excluir completamente os princípios cristãos, conforme observado pela historiadora.

Vanessa Kern de Abreu (2008)[11] investigou em sua dissertação de Mestrado o papel da Educação Moral e Cívica dentro do contexto da fragmentação do ensino de História, no período da ditadura civil-militar no Brasil. Segundo a autora, a relação entre o ensino de História do Brasil e os valores cívicos e morais remonta ao final do Segundo Império, com ênfase na valorização dos bons costumes e do amor à Pátria. Durante a República, reformas educacionais estaduais reforçaram a importância da Instrução Moral e Cívica, promovendo a identidade nacional e a disciplina. Com Getúlio Vargas, esses valores foram associados ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento do Estado.

Entre 1946 e 1964, em meio à polarização da Guerra Fria, debates sobre a educação refletem as visões políticas dominantes. O golpe militar de 1964 iniciou um período de imposição de valores cívicos e morais alinhados ao autoritarismo, com a Educação Moral e

---

[10] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. 1993. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

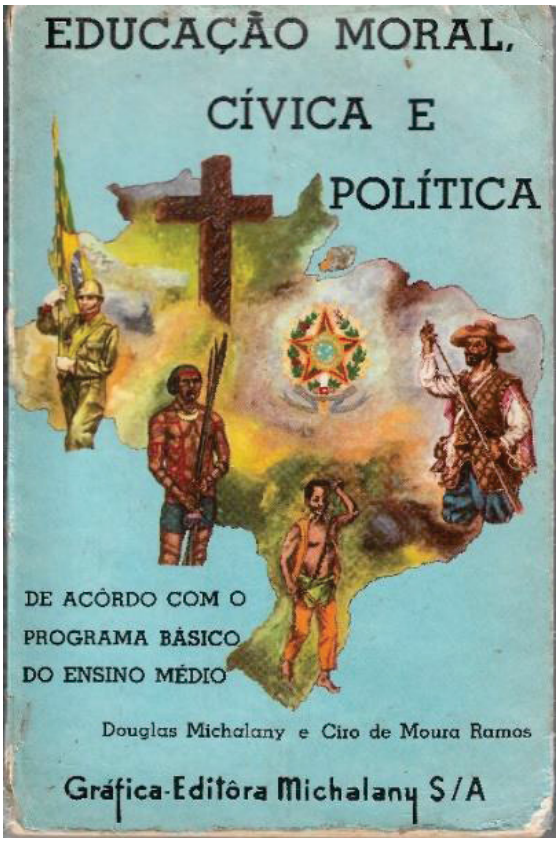
[11] ABREU, Vanessa Kern de et al. A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar-Minas Gerais (1969-1993). 2008.

Cívica tornando-se obrigatória em todas as escolas, evidenciando a centralização das políticas educacionais pelo governo militar. Durante a ditadura civil-militar a disciplina de História havia sido removida dos currículos, sendo substituída pela disciplina de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica no primeiro grau, e Organização Social Política Brasileira e EMC no segundo grau. Contudo a disciplina de EMC era distinta destas outras pela sua natureza mais patriótica.

Retomando as considerações sobre a obra *Educação Moral, Cívica e Política*, ela possui outra particularidade, que seria o acréscimo do termo "Política", já que o nome oficial da disciplina era apenas Educação Moral e Cívica. Como veremos, a obra de Michalany e Ramos (1971) não foi a única a incluir essa palavra no título, mas seu uso levanta questionamentos sobre o propósito dessa decisão e sua relação com os objetivos da disciplina e dos próprios autores na elaboração do livro.

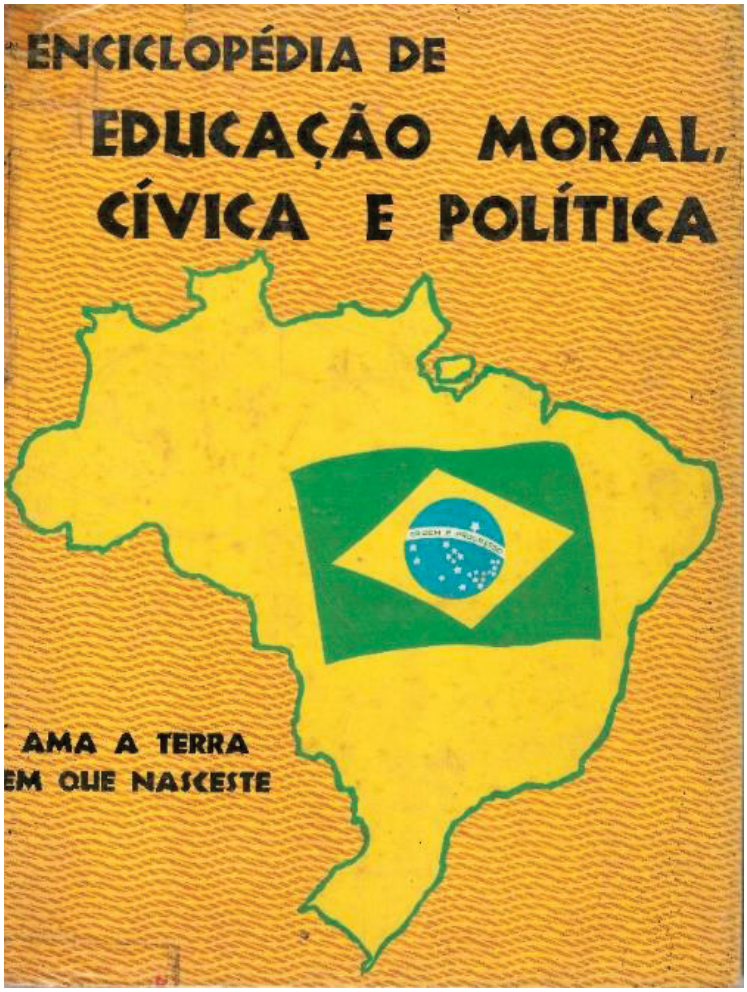
Outro fato que determinou a escolha do livro *Educação Moral, Cívica e Política* (Figura 2) da Editora Michalany é a existência de outros dois livros, com os mesmos textos, com sutis alterações: uma versão enciclopédica (Figura 3), outra em formato opúsculo/miniatura (Figura 4), ambas publicadas em três volumes. A de formato opúsculo possui as dimensões de 13,8 cm x 10,8 cm, no mesmo molde do livro *Vultos da Pátria* (1982). De capa dura e com poucas ilustrações, todas em preto e branco.

FIGURA 2 – CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE VOLUME ÚNICO (2ª ED. 1971)



FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, São Paulo. Editora Michalany, 1971

FIGURA 3 – CAPA DO LIVRO *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA A GRANDE ENCICLOPÉDIA DA VIDA, EM TRÊS VOLUMES (1971)



FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política, São Paulo, A Grande Enciclopédia da Vida, 1971

FIGURA 4 – CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA* DA EDIÇÕES MICHALANY (1982)

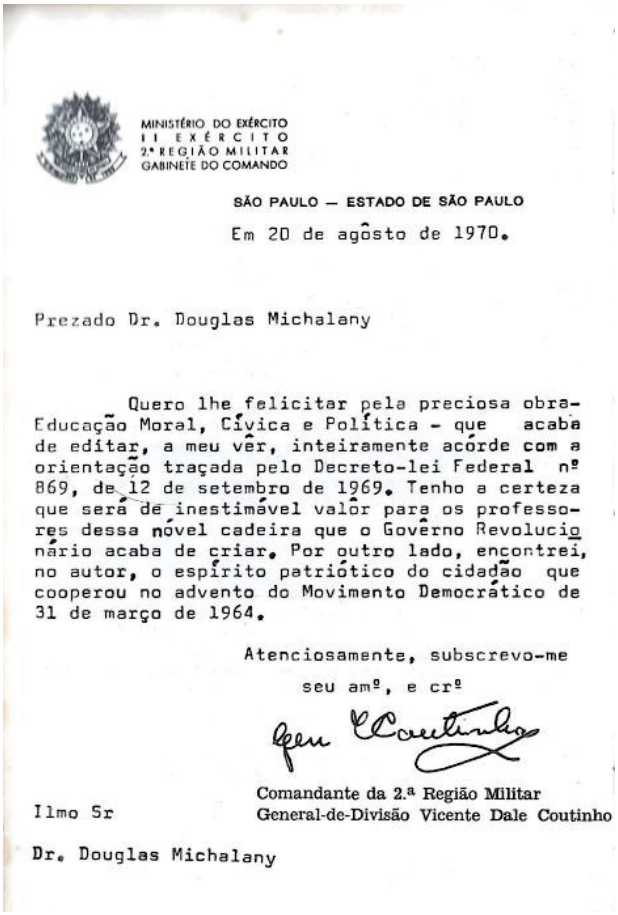
FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral e Cívica, São Paulo, Editora Michalany, 1982

A *Enciclopédia* é uma personagem à parte. Ela não foi publicada pela Editora Michalany, e sim na editora A Grande Enciclopédia da Vida, ambas de propriedade de Douglas Michalany. A *Enciclopédia* não era organizada em verbetes ordenados pelo alfabeto, tratava-se, na realidade, de uma "Edição Monumental" do livro didático de volume único: *Educação Moral, Cívica e Política*, por tanto, sua organização era a mesma, por capítulos, seguindo a organização de um livro didático. A *Enciclopédia* possuía um tema a mais que o livro de *volume único*: o "Brasil em Cifras", onde eram indicados os dados acerca do território brasileiro (extensão, número de municípios etc.) produção agrícola brasileira e produção industrial brasileira.

Imponente, de capa dura e grande, de dimensões 27,7cm x 21,4cm, a *Enciclopédia* também se destinava a um público mais amplo do que o livro de *volume único*. Enquanto o livro de *volume único* deixa claro sua destinação, na "Carta aos professores", em seu prefácio presente em suas primeiras páginas, na *Enciclopédia*, o título é alterado para "Carta aos Brasileiros". No texto, a mudança também é sútil. No livro de *volume único* Michalany, Ramos (1971a, p. 9) escrevem que: "devemos propagar nosso civismo nas escolas e universidades", enquanto a *Enciclopédia* indica que para além destes espaços, o civismo deve ser propagado também "no lar, nos locais de trabalho, na caserna e no campo, nas associações profissionais" (Michalany; Ramos, p. 9, 1971b). Outro elemento é a presença de cópias de cartas emitidas pelo Ministério do Exército, dirigidas a Douglas Michalany. Foram escritas por Generais do

Exército, tratando-se de elogios à obra, sinalizando sua aprovação pelo seu conteúdo patriótico e pela defesa do "Movimento Democrática de 1964". No livro de *volume único* há apenas uma cópia destas cartas, precedendo a apresentação da obra (Figura 5). No caso da *Enciclopédia* são o total de três cartas, sendo duas cartas emitidas de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul.

FIGURA 5 – CARTA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO A DOUGLAS MICHALANY



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
II EXÉRCITO
2ª REGIÃO MILITAR
GABINETE DO COMANDO

SÃO PAULO — ESTADO DE SÃO PAULO
Em 20 de agôsto de 1970.

Prezado Dr. Douglas Michalany

Quero lhe felicitar pela preciosa obra-Educação Moral, Cívica e Política - que acaba de editar, a meu vêr, inteiramente acôrde com a orientação traçada pelo Decreto-lei Federal nº 869, de 12 de setembro de 1969. Tenho a certeza que será de inestimável valôr para os professores dessa nóvel cadeira que o Govêrno Revolucionário acaba de criar. Por outro lado, encontrei, no autor, o espírito patriótico do cidadão que cooperou no advento do Movimento Democrático de 31 de março de 1964.

Atenciosamente, subscrevo-me
seu amº, e crº

Comandante da 2.ª Região Militar
General-de-Divisão Vicente Dale Coutinho

Ilmo Sr
Dr. Douglas Michalany

FONTE:MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Portanto, identificamos indícios que serão investigados mais a fundo no decorrer do trabalho, referentes às diferentes estratégias mercadológicas e de legitimação da obra por parte de Douglas Michalany para a publicação de seus livros escolares de EMC.

Este conjunto de fatores fazem deste livro um objeto cultural significativo. Assim, o livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, de Michalany e Ramos (1971) é considerado um artefato privilegiado, pois integra-se à cultura material escolar, fato este que torna foco da

História da Educação, devido à recente articulação deste campo com a Nova História Cultural.[12] Sua narrativa é reveladora, pois vincula representações, ou seja, "categorias mentais socialmente diferenciadas" da História do Brasil relacionados a valores morais e cívicos, que buscavam servir como "matrizes para as classificações e julgamentos" do mundo social (Chartier, 2010, p.52).

Nesse sentido, a pesquisa é guiada pela seguinte indagação: como as representações da História do Brasil presentes no livro didático Educação Moral, Cívica e Política de Michalany e Ramos (1971) se manifestam na materialidade e narrativa da obra, e como essas dimensões, em conjunto, refletem e promovem as noções de educação, moral e civismo na tentativa de moldar a percepção desses conceitos para estudantes e professores.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o livro didático *Educação Moral, Cívica e Política* da Editora Michalany, explorando tanto sua materialidade quanto sua narrativa. Busca-se realizar uma análise detalhada da estrutura física/material e organizacional do livro. Concomitantemente, na mesma chave de análise, pretende-se investigar a narrativa histórica presente na obra, a fim de identificar e interpretar as representações da História do Brasil presentes em seu conteúdo.

Os objetivos específicos são os seguintes: a) Investigar o contexto de implementação da disciplina de Educação Moral e Cívica no sistema educacional durante a ditadura civil-militar, analisando sua disposição curricular, as prescrições oficiais e outros materiais que serviam como referência para a produção dos livros didáticos de EMC; b) Analisar a heterogeneidade dos livros de EMC produzidos na época do regime militar, investigando as diferentes abordagens, conteúdos e objetivos presentes nesses materiais; c) análise da materialidade e as narrativas da obra *Educação Moral, Cívica e Política,* investigando aspectos editoriais e os seus conteúdos; d) Identificar as representações dos autores da História do Brasil presentes no livro, analisando que tipo de história é contada, quais outras representações são evocadas e que

---

[12] Para Fonseca (2009, p. 4), essa interlocução entre a História Cultural e História da Educação representou uma renovação no campo, introduzindo conceitos como representações, apropriações e práticas culturais, que se tornaram familiares à historiografia da educação. Nesse contexto, emerge a oportunidade de narrar a história de novos objetos, explorar novos temas ou revisitar temas tradicionais sob uma perspectiva renovada, utilizando um quadro conceitual que ofereça uma problemática mais sofisticada. Segundo a autora, "a história político-administrativa da educação, a história das instituições escolares, e mesmo a história do pensamento educacional puderam ser abordados de maneira renovada". É interessante observar que o campo da História da Educação surge no campo da Educação, com poucos diálogos com as produções dos departamentos e programas de pós-graduação em História, predominantemente marcados pela História Social (Galvão, Fonseca, 2017). No entanto, a partir dos anos 1980, iniciou-se um diálogo mais proeminente entre esse campo e a História Cultural, alcançando uma interlocução mais significativa no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (Catani & Faria Filho, 2002; Xavier, 2001).

relações são estabelecidas entre essas representações e os preceitos de moral e civismo dos autores.

O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA

> Monasterium sine libris est sicut civitas sine opibus, castrum sine numeris, coquina sine supellectili, mensa sine cibis, hortus sine herbis, pratum sine floribus, arbor sine foliis [Um mosteiro sem livros é como uma cidade sem recursos, um castelo sem números, uma cozinha sem móveis, uma mesa sem comida, um jardim sem ervas, um prado sem flores, uma árvore sem folhas] (Eco, 1986, p. 82).
>
> E ainda, numa carta enviada da prisão aos juízes, como veremos, Menocchio enumerou, em segundo lugar, entre as causas dos seus próprios erros 'ter lido aquele livro do Mandavilla, de tantas raças, e tão diversas leis, que me deixou todo confuso' (Ginzburg, 1987, p. 101).

Se o livro, especificamente o livro escolar, é o personagem principal desta história aqui narrada, nada mais justo do que proporcionar considerações iniciais sobre a natureza deste tipo de trabalho histórico e manipulação desta fonte específica, assim como contextualizar melhor o livro *Educação Moral, Cívica e Política* da editora Michalany (1971). As epígrafes que introduzem as narrativas presentes nas obras de Carlo Ginzburg (1987), em *O Queijo e os Vermes*, e Umberto Eco (1986), em *O Nome da Rosa*, oferecem oportunas reflexões iniciais sobre o poder do livro e as diversas camadas de interação deste objeto com a sociedade e com o indivíduo. Enquanto Eco (1986) destaca a essencialidade dos livros para a estrutura cultural e intelectual dos mosteiros na Idade Média, Ginzburg (1987) explora, o papel que a leitura de livros exerceu na construção e formulação da singular e herege cosmogonia de Menocchio.

Ambos os autores convergem para a ideia de que os livros desempenham um papel vital na formação e na transformação da sociedade e do indivíduo. A história do livro se torna pertinente neste sentido, por se dedicar no desvelamento da circulação dos discursos, nas múltiplas formas que foram comunicados por meio da impressão e também ao se indagar de que maneira o contato com a palavra impressa a partir de seu suporte material moldou o pensamento e o comportamento da humanidade (Darton,1990, p. 110).

O livro busca instituir ordens, seja na sua decifração, na compreensão conforme os desejos das autoridades, contudo se confronta com a liberdade dos leitores, pois estes ostentam, a partir de determinadas condições, a capacidade de desviar e reelaborar significados (Chartier, 1998).

Como afirmado por Ginzburg (1987), mais importante do que entender o que Menocchio leu é entender como leu, pois "qualquer tentativa de considerar esses livros 'fontes'

no sentido mecânico do termo cai ante a agressiva originalidade da leitura de Menocchio" (Ginzburg, 1987, p. 88). Essa dialética entre imposição e apropriação, que reflete a complexa relação entre ordem e liberdade no contexto da interação com os livros, deve ser cuidadosamente considerada pelo historiador do livro.

Destarte, à medida que nos propomos a escrever uma narrativa sobre a história dos livros, torna-se imperativo compreender a intrincada dinâmica entre a materialidade desses artefatos e sua influência na interpretação e apropriação por parte dos leitores. Ou seja, deve-se considerar que as características físicas, desde a encadernação até as ilustrações e peculiaridades tipográficas, exercem um impacto significativo não apenas na experiência de leitura, mas também na compreensão do conteúdo, pois as formas materiais também produzem sentido (Chartier, 1997, p. 13).

Dadas estas considerações iniciais, devemos situar que o objeto de análise desta pesquisa transcende a trivialidade dos livros comuns; estamos diante de um livro didático, uma obra que se distingue por sua complexidade e por uma intencionalidade singular. Este artefato, ao contrário de uma obra convencional, assume uma natureza multifacetada, carregando consigo significados e propósitos distintos relacionados à escola e à educação. O livro escolar possui uma natureza instrumental, é objeto do cotidiano escolar, carregado de saberes escolares, é um componente integrante da cultura escolar.

Segundo Dominique Julia, a Cultura Escolar é um objeto de grande valia para o historiador da educação pois ela é

> [...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (Julia, p.10, 2001).

E, portanto, ela não deve ser estudada "sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular" (idem).

O livro didático é também mercadoria, alcançando dezenas de milhões de cópias na atualidade. A exemplo do Brasil, o livro didático se tornou o tipo de impresso/livro de maior circulação a partir da segunda metade do século XIX (Lajolo; Zilberman, 1996), e como mercadoria, ele segue as novas técnicas de fabricação e comercialização do mercado editorial, refletindo os aspectos econômicos que condicionam sua existência (Bittencourt 1993).

Por outro lado, Circe Bittencourt (1993) destaca que o livro didático possui uma

singularidade marcante em relação a outros tipos de livros, devido à vigilância e controle aos quais ele é submetido, ou seja, devemos considerar a interferência dos agentes externos na sua elaboração. Isso se deve ao fato de que, ao ser destinado às escolas, o livro didático é concebido como um documento oficial, que vincula discursos e saberes oficiais, além de inculcar determinadas normas e valores legítimos pelo poder estabelecido. Portanto, dada sua importância como instrumento privilegiado no processo educacional, mesmo quando não produzidos pelo Estado, esses artefatos estão sujeitos às suas leis, podendo ser vetados ou autorizados por ele. É neste sentido que em sua tese Circe Bittencourt (1993) afirma que os livros didáticos estão intimamente conectados com o poder instituído.

É por conta desta complexidade que o livro didático é uma valiosa fonte para a pesquisa em História da Educação e para a História Cultural, pois, agindo como um espelho que reflete as características e valores de uma sociedade, sua singularidade reside na habilidade de capturar as ideias dominantes ao longo do tempo

> o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduza o grupo social deque ele é a emanação: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinamento) da juventude (Choppin, 2002, p.14).

Portanto, longe de ser apenas um suporte material de saberes escritos de uma determinada disciplina de forma didática, esse objeto da cultura escolar se apresenta como testemunha do dinâmico cenário editorial, dos matizes das práticas pedagógicas, das variadas formas de produção gráfica e até mesmo da trajetória das disciplinas. Cada linha é mais do que um amálgama de palavras acerca de um conteúdo científico de forma didática; é um eco eloquente das concepções educacionais que, ao longo do tempo, buscaram moldar não apenas mentes, mas também o tecido social da sociedade, formas de se portar, de enxergar o mundo, pois quem os escreve "[...] não pretendem somente descrever a sociedade, mas também transformá-la [...]" (Choppin 2004, p. 22).

Conforme destacado acima por Alain Choppin (2002, 2004), se os livros escolares transmitem de forma sutil ou implícita um sistema de valores morais, religiosos, políticos e uma ideologia que orienta o grupo social do qual emergem, no caso dos livros que subsidiaram a disciplina de Educação Moral Cívica, esta transmissão de um sistema de valores morais, religiosos, políticos é explicita, por conta das atribuições definidas para a disciplina em questão.

A Educação Moral e Cívica foi implementada de forma obrigatória, como disciplina escolar e prática educativa, em todos os graus e modalidades de ensino durante a ditadura civil-militar no Brasil. O objetivo da disciplina era promover a formação integral do indivíduo para

prepará-lo como cidadão ativo e responsável dentro da sociedade, apoiando-se nas tradições nacionais, no intuito de fortalecer a unidade nacional. Contudo, por trás de seu verniz democrático e humanista, sua implementação se deu pela necessidade de moralizar a sociedade, especialmente a juventude em perigo das ideias subversivas, como o comunismo, tendo em vista que desde o início dos anos 1960, os jovens desempenhavam um papel ativo na vida política do país (Filgueiras, 2006), nada melhor que os livros para subsidiar a disciplina e fornecer conteúdo/valores aos estudantes.

Deste modo, dada a importância do livro como um bem cultural, destaca-se um debate relevante em *O Nome da Rosa* de Eco (1986) que nos faz refletir como em determinado contexto, determinadas sociedades buscaram controlar a circulação do discurso a partir do controle do escrito materializado em rolo*, codex* ou livro impresso. Como o Abade adverte o Frade Guilherme de Baskerville sobre o controle rigoroso do acesso à biblioteca da abadia e a seleção criteriosa do que os monges devem ler, evidencia a importância da gestão da cultura ao longo da história, destacando a necessidade de controle sobre os conteúdos literários para evitar distorções ou interpretações equivocadas, pois

> nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por um espírito piedoso, e os monges, enfim, estão no scriptorium para levar a cabo uma obra precisa, para a qual devem ler certos volumes e não outros, e não para seguir qualquer insensata curiosidade que os colha, quer por debilidade da mente, quer por soberba, quer por sugestão diabólica (Eco, 1986, p. 56).

Esta passagem da monumental obra literária de Eco (1986) destaca a relevância da ponderação na relação entre indivíduos e livros, reconhecendo o poder intrínseco dessas obras, que pode ser direcionado tanto para o esclarecimento quanto para a confusão, dependendo do controle exercido sobre seu acesso. O controle sobre os livros exemplificado pelo Abade na Idade Média encontra paralelos intrigantes no contexto do controle exercido sobre os livros didáticos de EMC durante o regime autoritário.

O Decreto-Lei Federal nº 869, de 12/9/69 que implementou a disciplina, dentro das diversas normativas, em seu 5ª parágrafo cria a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) subordinada ao Ministério da Educação, e atribui, dentro de suas diversas funções o papel de "assessorar o ministro de estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista da moral e civismo" (Brasil, 1969). Assim como na literatura, em que o Abade enfatizava a importância do monge Jorge de Burgos, responsável por controlar o acesso a certas verdades, a CNMC, de maneira semelhante do monge, exercia um relativo controle sobre aquilo que

poderia ser dito e não dito nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, pois era responsável pela sua avaliação e aprovação.

Essa abordagem direcionada visava instaurar uma ordem de discurso, vinculando valores e representações sociais alinhadas aos interesses políticos e finalidades educacionais da época. Um fato a se observar é que na maioria dos livros didáticos de EMC, havia em suas primeiras páginas a aprovação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, fazendo referência ao número do processo publicado no diário Oficial, ou até mesmo uma cópia do documento de homologação de obra pela Comissão Nacional de Moral e Civismo como no caso da *Educação Moral, Cívica e Política*[13] de Michalany e Ramos de 1971. Não obstante, este aparente controle exercido pela CNMC sobre os livros escolares de Educação Moral e Cívica, em conjunto com o contexto político autoritário caracterizado pela perseguição, prisão e extermínio de opositores, requer uma abordagem cuidadosa que evite conclusões precipitadas ou análises mecanicistas quanto à natureza desses objetos.[14]

Na realidade, o domínio desses materiais revela-se como um universo de notável heterogeneidade. Alguns materiais didáticos na década de 1970 se desviam das normas oficiais, enquanto, paradoxalmente, livros de 1985 adotavam conteúdos de ensino que seguiam precisamente o programa curricular de 1971, desenvolvido pelo Conselho Federal de Educação (Filgueiraa, 2006, p. 10).

Esta heterogeneidade ficou mais aparente na pesquisa de campo. O lugar de arquivo mais relevante foi a biblioteca do Instituo de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba. Tendo em seu acervo mais de vinte livros de Educação Moral e Cívica de diferentes autores e editoras, com suas fichas de empréstimo (Figura 6), o contato com estes objetos nos permitiu verificar questões pertinentes apontadas pela literatura.

---

[13] A digitalização da homologação da obra *Educação Moral, Cívica e Política* Michalany e Ramos (1971) pela Comissão Nacional de Moral e Civismo está em Anexo II.

[14] Segundo Filgueiras (2006) por mais que CNMC se incumbisse de avaliar os livros de EMC, sua publicação não necessitava passar por este processo.

FIGURA 6 – LIVROS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA PRESENTES NO ACERVO DO O INSTITUO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO

FONTE: Foto tirada pelo autor da dissertação, Instituo de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, 2024

Este panorama demonstra a complexidade e a variabilidade inerentes à produção e à conformidade dos livros didáticos, sublinhando que as características destes não podem ser reduzidas a generalizações simplistas dadas as diferentes determinações que moldaram sua composição ao longo do tempo.

É importante ressaltar que a história dos livros didáticos é tangenciada pela história das disciplinas escolares, e foi por esta perspectiva que recentes empreendimentos historiográficos analisaram diversos livros escolares de EMC, incluindo a obra aqui analisada, o livro didático *Educação, Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971). O objeto de estudo dessas investigações é a disciplina de EMC, tendo o livro escolar como fonte privilegiada. Isto converge com as reflexões de Batista (1999, p. 530) que afirma que o livro didático "é sempre compreendido mais como uma interessante fonte (ainda que problemática) para o estudo do cotidiano e dos saberes escolares do que propriamente como um objeto de estudo e pesquisa".

No entanto essas pesquisas representam um ponto inicial para a análise da fonte/objeto,

uma vez que exploraram os livros de Educação Moral e Cívica, utilizando-se de metodologias diversas, abordagens variadas e enfrentando distintos desafios de pesquisa. Dos trabalhos que foram decisivos para escrita desta dissertação, destaco Filgueiras (2006), Gusmão (2018) e Santos (2020).O problema de pesquisa da dissertação de Daniele Gusmão (2018), *Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica na Ditadura Civil-Militar*, foram os sentidos de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica durante a ditadura. Em sua pesquisa, ela concebeu o livro didático de EMC como "[...] um objeto cultural que representou e difundiu os ideais de uma parcela da sociedade brasileira no que diz respeito ao arquétipo de homem civilizado brasileiro" (p.30).

Ao todo são cinco livros analisados em sua pesquisa, além da obra de Michalany e Ramos (1971), foi feita a análise de: *Princípios de Educação Moral e Cívica* de Amaral Fontoura (1970); *Educação Moral e Cívica* de Felipe N. Moschini, e Otto Costa e Victor Mussumeci, *Educação Moral e Cívica* de Benedicto de Andrade (1971); *Educação Moral e Cívica de* Theobaldo Miranda dos Santos (1974); e *Atividades de Educação Moral e Cívica* de Siqueira Bertolin (1981).

Ao investigar a mobilização do gênero durante a ditadura no Brasil por meio da disciplina de Educação Moral e Cívica, Marcela Santos (2020) em sua dissertação *Uma questão de segurança nacional: a produção de conceitos e identidade de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985),* analisou discursos sobre identidades de gênero presentes em materiais de referência e livros didáticos da disciplina de EMC entre 1969 e meados de 1980. O estudo visava compreender como esses discursos presentes nestes livros buscavam estabelecer padrões sociais, comportamentais e de conduta para legitimar o regime autoritário. Os livros escolares de EMC, incluindo a obra de Michalany e Ramos (1971), serviram como fontes nesta pesquisa pois em seu conteúdo, na ideia de formação cívica e de identidade cidadã há mobilizações das identidades de gênero.

Juliana Miranda Filgueiras (2006) em sua dissertação de mestrado intitulada *A Educação Moral e Cívica e sua Produção Didática: 1969-1993,* buscou compreender a instituição da disciplina escolar EMC durante a ditadura civil-militar (1969-1993) no Brasil, evidenciando os embates entre o Conselho Federal de Educação (CFE) e a Comissão Nacional de Moral e Civismo neste processo. Os manuais escolares — sessenta e dois analisados, sendo treze reedições — foram cruciais em sua pesquisa para entender a estrutura e os distintos discursos em torno da disciplina, uma vez que incorporam os conteúdos e conhecimentos que se estabeleceram como oficiais. Filgueiras (2006) pesquisou quais foram as editoras que produziram os livros didáticos de EMC e quem eram seus autores.

Analisou nestes livros, seus índices, prefácios, assim como o seu conteúdo e as orientações destinada aos professores. Comparou os temas, tópicos e conceitos abordados previstos nos programas curriculares com aquelas encontradas de forma didática nos livros. Para a autora, a maioria dos livros de EMC — incluindo o manual de Michalany e Ramos (1971) —, eram parte integrante da estratégia para formar cidadãos com valores patrióticos e anticomunistas. Constatou-se também que os autores escreveram livros de EMC de acordo com as orientações oficiais, mas alguns não, suprimindo e modificando essas prescrições. Estes livros didáticos refletem diversas formas de adesões, acomodações, mas também de resistência às prescrições oficiais. Houve um mecanismo de controle sobre a produção didática, que alguns autores tentaram contornar de diversas maneiras. Portanto, os livros didáticos de EMC refletiam as diferentes visões e estratégias dos autores e editoras diante das prescrições governamentais, destacando-se como parte essencial do debate sobre a implantação e resistência à disciplina (Filgueiras, 2006, p. 188-189).

Observa-se que a obra de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos se revelou como uma fonte em diversas pesquisas dedicadas à disciplina de EMC para compreender sua **implementação**, **ideias de homens civilizados** e as **mobilizações das identidades de gênero**. As pesquisas de Filgueiras (2006), Gusmão (2018) e Santos (2020) se constituem como contribuições significativas ao explorarem a obra de EMC da Editora Michalany. Esses estudos destacam a relevância deste livro didático como elemento fundamental na cultura escolar no contexto da ditadura civil-militar.

Estas pesquisas ao situarem a circulação da obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) nas escolas, evidenciam que a obra serviu como um material de apoio para os professores e estudantes, na ditadura civil-militar. As distintas abordagens adotadas pelas autoras em suas pesquisas permitem uma maior compreensão da interseção entre o material didático produzido pela editora e sua efetiva implementação da disciplina de EMC nas instituições de ensino, destacando a relevância cultural e educacional dessa obra no panorama mais amplo da Educação Moral e Cívica.

Conforme mencionado nas pesquisas citadas, o livro didático foi considerado uma fonte histórica fundamental para a análise de seus respectivos objetos de estudo. No entanto, é importante ressaltar que essas investigações focalizaram principalmente no conteúdo dos livros, deixando em segundo plano detalhes sobre sua produção, como a materialidade das obras, a trajetória dos autores e a história da editora. Não se fez menção, por exemplo, à diversidade de livros de Educação Moral e Cívica publicados pela Editora Michalany, nem ao fato de que a obra analisada possui outras duas versões: uma enciclopédica e outra em formato de opúsculo,

ambas compostas por três volumes. Mas isto se dá por um processo de escolha, e esta pesquisa opta por tomar o livro didático tanto como fonte histórica quanto como objeto de pesquisa.

Ao focalizar um livro específico da Editora Michalany como objeto de análise, devemos explorar elementos que vão além da interpretação do texto e da análise de seu conteúdo. Antes de adentrar no conteúdo específico do livro, é essencial compreender o contexto mais amplo da Editora Michalany, incluindo sua história, objetivos editoriais, e os tipos de obras que compõem seu catálogo. Esses elementos fornecem um quadro para avaliar como o livro está posicionado no panorama editorial da Michalany. Deve-se atentar aos aspectos materiais, como tipo de papel, qualidade da impressão e encadernação.

Finalmente, abordar o livro como objeto envolve também compreender sua relação com outras obras de EMC de outras editoras, considerando semelhanças e diferenças temáticas, estilísticas e conceituais que contribuem para a coesão e identidade da obra. Essa análise mais aprofundada proporcionará uma compreensão mais rica da interação entre conteúdo, sua forma e contexto editorial, elucidando como a disciplina de EMC foi interpretada e explorada por essa editora específica, a Editora Michalany.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULOS

As fontes históricas são elementos palpáveis e mensuráveis do passado, fragmentos concretos que resistiram ao teste do tempo. São, indiscutivelmente, as ferramentas fundamentais que possibilitam aos historiadores investigar de maneira tangível os gestos, preferências, comportamentos, hábitos e, sobretudo, o que nos importa aqui, os modos de aprender e ensinar de sociedades que existiram em tempos remotos.

No entanto, não podemos perder de vista que as fontes são construídas pelos próprios historiadores e não devem ser lidas como um dado em si. Elas foram produzidas a partir de múltiplas determinações, sob condições específicas e são recheadas de intencionalidades conscientes e inconscientes, portanto, elas devem ser problematizadas, indagadas. Como indica o historiador Jacques Le Goff:

> O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (Le Goff, 2003, p. 538).

É neste sentido que o historiador e crítico literário italiano Carlo Ginzburg (2001) propõe dois movimentos interligados no trato com as fontes históricas que orientam nosso trabalho: o distanciamento e o estranhamento. Essa abordagem sugere que devemos nos envolver com os vestígios históricos como se fosse a primeira vez, afastando-nos da familiaridade e evitando simplificar a realidade. Em outras palavras, não podemos interpretar as fontes com base em ideias preconcebidas, pois isso nos restringe e nos prende a visões teóricas já estabelecidas, limitando nossa compreensão do objeto de estudo. Este método de forma alguma sugere descartar completamente nossas hipóteses, teorias ou perspectivas individuais. Na verdade, devemos operacionalizá-las. Como acessar o passado só é possível por meio de seus vestígios, a pesquisa histórica deve ser sobretudo empírica. A teoria não deve sugerir o que deve ou não deve ser examinado na fonte, mas sim fornecer chaves interpretativas das pistas encontradas, para formarmos conjecturas, melhorarmos nossas hipóteses e formularmos nossas sínteses no percurso do trabalho.

No nosso caso, ao examinar o livro didático *Educação, Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), reconhecemos os elementos positivistas na abordagem historiográfica, uma visão otimista da ditadura civil-militar, além de uma ênfase na história política. Porém, reconhecer essas características não é suficiente, é necessário adotar uma postura de estranhamento, deve-se olhá-lo "como se não tivesse nenhum sentido: como se fosse uma adivinha" (Ginzburg, p. 22, 2001). Ou seja, partir do óbvio comprometeria a pesquisa.

Metodologicamente, buscamos por meio da análise do livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, abordar as representações da História do Brasil de Michalany e Ramos (1971) que estão presentes no livro. Analisando que tipo de história é contada para estudantes e professores, quais outras representações são evocadas e que relações são estabelecidas entre essas representações e os preceitos de moral e civismo dos autores. Para isso, propomos realizar a análise da materialidade da obra (editora, editores, autores, circulação, características físicas); como também, analisaremos aspectos da sua narrativa (relação estabelecida com o currículo, organização e seleção dos conteúdos).

Para Chartier (2010) as representações são entendidas como um poder invisível, presente nas páginas impressas, buscando moldar as percepções coletivas, os modos de ver e se ver no mundo. Em seu artigo *Escutar os Mortos com os Olhos*, Chartier (2010), explora a importância do conceito de representação no estudo de textos para a história cultural. Baseando-se nas dimensões de Louis Marin, a representação é abordada como transitiva, conectando-se ao que representa, e reflexiva, apresentando-se enquanto representa algo:

> Tais representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhes fosse exterior. Elas possuem uma energia própria que convence de que o mundo, ou o passado, é realmente aquilo que dizem que é. Produzidas em suas diferenças pelos distanciamentos que fraturam as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem e reproduzem. Portanto, conduzir a história da cultura escrita, dando-lhe como pedra angular a história das representações, é ligar o poder dos textos escritos que as dão a ler, ou a ouvir, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que elas impõem e são as matrizes das classificações e dos julgamentos (Chartier, 2010, p. 26).

Neste sentido é inadequado abordar os discursos de forma isolada, tratando-os como entidades autônomas (Chartier 2010). Deve-se integrar os discursos com as práticas, reconhecendo que a linguagem é apenas um componente dentro do amplo conjunto de expressões culturais, neste sentido devemos "reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa", sem negligenciar "as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades" preocupando-se em compreender "a posição que ocupam nas relações de dominação -o que lhes é possível pensar, dizer e fazer" (Chartier, 2017, p.49). As representações sociais presentes nos discursos escritos, materializados nos livros não são neutras, estão condicionadas aos interesses daqueles que os forjam, uma investigação sobre as representações :

> [...] supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (Chartier, 1988, p.17).

Buscamos, neste ponto, dialogar com Alain Choppin (2002, 2004) acerca de suas categorias de análise dos livros didáticos, ou seja, as suas funções. O livro de Michalany e Ramos (1971) será analisado como um suporte para um programa curricular (função referencial), e investigando as pretensões ideológicas presentes em sua narrativa histórica (função ideológica).

No contexto da disciplina de Educação Moral e Cívica, uma variedade de discursos e iniciativas, provenientes de agentes sociais diversos, foram fundamentais como precursores para a sua implementação. Essas iniciativas se manifestaram em diferentes formas, incluindo livros, editais para concursos, leis e disposições curriculares, as quais representam fontes históricas essenciais para compreendermos a história da implementação da disciplina.

A análise dessas fontes é crucial para nossa pesquisa, dependendo de um *corpus documental* abrangente que nos permite classificar, comparar e analisar os sinais e pistas contidos nos discursos presentes nesses documentos. Assim, o *corpus documental* abordado engloba uma variedade de fontes, como legislações, programas curriculares, livros didáticos e obras referentes à Educação Moral e Cívica, oferecendo um panorama amplo e detalhado das diretrizes e práticas educacionais relacionadas à Educação Moral e Cívica no Brasil.

A organização da análise destas fontes corresponde aqui à organização da estrutura de nossa dissertação.

O primeiro capítulo intitulado "A heterogeneidade dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica na ditadura civil-militar", se dedica à análise de diferentes livros de EMC produzidos nos anos de 1960 e 1971, destacando sua diversidade em termos de abordagens, conteúdos e objetivos. Destacam-se, inicialmente, os livros de EMC que vieram antes da disciplina como o livro do Plínio Salgado, intitulado *Compendio de Instrução Moral e Cívica,* a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* do Padre Ávila Bastos (1967), e concurso para o *Guia de Civismo* publicado em 1968. Estes materiais foram produzidos antes da definição dos programas curriculares no período de reintrodução da disciplina no ano de 1969, além de terem sido obras de referência tanto para elaboração futura dos programas curriculares como dos próprios livros didáticos de EMC.

Além dessas fontes, analisamos os documentos legais como o Decreto de Lei Nº 869/69 e a Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabeleciam as bases para o ensino de 1° e 2º graus e desempenharam um papel fundamental na formulação dos currículos escolares. Os programas curriculares elaborados pela Comissão de Moral e Civismo e pelo Conselho Federal de Educação, por meio do parecer nº. 101/71, representam importantes direcionamentos para a prática pedagógica no contexto da Educação Moral e Cívica.

Para a análise comparativa do universo editorial no qual o livro *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) de Michalany e Ramos fazia parte, selecionamos outros livros, como: *Construindo o Brasil. Educação moral, cívica e política. 1º ciclo e colegial* publicado pela Edições Loyola de autoria de Galache, Pimentel & Zanuy (1971); *Educação Moral e Cívica* publicado pela Editora Atlas S.A de Benedicto de Andrade (1971); *Educação Moral, Cívica e Política*, de Rubens Ribeiro dos Santos (1971) publicado pela Editora Monumento. A escolha desses exemplares foi feita com base em critérios como a variedade na apresentação dos conteúdos da disciplina, diversidade nas metodologias pedagógicas e a relevância histórica ou não, indicada pelo número de reedições.

No entanto, é importante ressaltar que esta escolha de parâmetro é, em última instância,

arbitrária e representa um recorte específico dentro do universo de livros didáticos disponíveis. O objetivo desta análise é estabelecer um ponto de referência para compreender a configuração desse amplo e heterogêneo conjunto de livros didáticos de Educação Moral e Cívica, proporcionando assim um contexto mais profundo para a compreensão da obra de Michalany e Ramos (1971).

Para atingir esse objetivo, serão comparadas diversas características destas obras citadas de Galache, Pimentel e Zanuy (1971), Andrade (1971) e Santos (1971) com o livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), incluindo suas capas, índices, materialidade (como tipo de papel, qualidade da encadernação, formato físico), características tipográficas, presença de ilustrações e gráficos, disposição dos conteúdos e orientações pedagógicas. Essa análise permitirá identificar tanto os elementos comuns entre esses livros quanto os aspectos distintivos da abordagem de Michalany e Ramos (1971) em seu manual.

Por fim, para dar conta da circulação e aspectos de comercialização do livro didático *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), foram consultados periódicos. Os periódicos foram, inicialmente, utilizados para localizar publicidades dos livros da Editora Michalany. Contudo, com o avanço da pesquisa, passaram também a revelar debates na sociedade acerca desse objeto da cultura escolar. Para tanto, recorreu-se à hemeroteca digital.[15]

O segundo capítulo intitulado "A obra *Educação Moral Cívica e Política*: Sua Editora, Seus Autores e sua Materialidade", buscamos compreender a história dos autores, em especial a de Douglas Michalany e suas contribuições tanto na editora Michalany quanto na editora A Grande Enciclopédia da Vida. Iremos analisar o livro didático *Educação Moral Cívica, Política* em relação aos outros livros didáticos de EMC da editora Michalany. Na continuidade é explorado os aspectos mais específicos como: sua materialidade, investigando aspectos como capa, papel, encadernação, formato, tipografia, ilustrações e disposição dos conteúdos.

No terceiro e último capítulo, "O livro didático *Educação Moral, Cívica e Política* como instrumento pedagógico e suas representações da História do Brasil", investigamos o papel desse manual escolar como um material de referência a padronização da disciplina de EMC e como instrumento ideológico produto da ditadura civil-militar.

O capítulo está estruturado em seções que examinam a obra com base em três categorias de análise fundamentais para os preceitos de moral e civismo dos autores: cristianismo,

---

[15] Link: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

anticomunismo e cidadania passiva. A análise investiga como essas categorias se manifestam na construção da narrativa histórica. Em seguida, analisamos as representações da História do Brasil, como é narrada, quais representações são evocadas. Por fim, examinamos a articulação entre a narrativa histórica, a exaltação do Estado e das Forças Armadas e a legitimação do autoritarismo, evidenciando como esses elementos se combinam para reforçar valores e princípios alinhados à ideologia do período.

1. A HETEROGENEIDADE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

1.1 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E OS LIVROS QUE VIERAM ANTES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO, NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Em 11 de março de 1973, o jornal O Estado de Mato Grosso veiculou uma matéria[16] contundente acerca dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, intitulada "Civismo: Muitos Livros e Nenhum Caminho Adequado". Nessa época, a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) já estava presente nos currículos do ensino de 1º e 2º grau há pelo menos quatro anos, e com sua disciplina equiparada no ensino superior, Os Estudos dos Problemas Brasileiros. Contudo o foco da indignação do autor anônimo recaía sobre os livros didáticos que subsidiavam essa disciplina direcionados ao ensino de 1º e 2ª grau. Na matéria é relatado que em meio à crescente importância atribuída à formação cívica e moral dos jovens no regime militar, os caminhos propostos pelos livros se perdiam em um emaranhado de ideias dispersas, falhando em fornecer um rumo claro para a construção de uma consciência moral sólida nos estudantes.

Os livros de EMC são descritos na matéria como "mal editados, de baixa qualidade" e inadequados para a faixa etária a que se destinavam. Enfatize-se no texto a natureza ufanista das narrativas históricas presentes nestes livros didáticos, e a simplificação dos eventos históricos, pois a narrativa dos livros de EMC “supervalorizaram a figura do herói como único responsável pelos acontecimentos”[17]. Na mesma matéria há o relato do diretor escolar, que também lecionava EMC, Antonio Delorenzo: no qual afirma que os livros "não atendem às necessidades do curso e são, em sua maioria, muito superficiais", corroborando com o tom da matéria. Outro objeto de crítica do autor da redação da matéria é o livro *Compendio de Instrução Moral e Cívica*, escrito pelo político e líder integralista, Plínio Salgado. Segundo ele, o livro de Plínio Salgado “parece ignorar o programa oficial de Educação Moral e Cívica em favor de seus próprios dotes literários”[18].

Isto é meia verdade. Talvez o autor da matéria não soubesse que o livro *Compêndio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado foi lançado em 1965 pela editora FTD, quatro anos

---

[16] Redação. **O Estado de Mato Grosso**; Civismo, Muitos Livros e Nenhum Caminho Adequado - **Mato Grosso**; p. 03, 11 março, 1973. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=%22Livros%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Moral%20e%20C%C3%ADvica%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=17796

[17] Idem

[18] Idem

antes da implementação da disciplina e de qualquer programa curricular. O livro não sofreu nenhum tipo de veto ou censura por parte da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) após a implementação da disciplina e da promulgação dos seus programas curriculares. Foi reeditado na década de 1970, subsidiando a disciplina de EMC destinando-se ao ginásio (5ª à 8ª série).

Fernanda de Paula Gomides (2015) analisou o *Compendio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado (1965) em sua dissertação. Seu trabalho teve como objeto de pesquisa as representações do conceito de Cidadania durante a ditadura civil-militar, tendo como principal fonte histórica os manuais de Educação Moral e Cívica. A pesquisa investiga como essas representações foram moldadas pelo regime autoritário, utilizando os livros didáticos como instrumentos de controle e condicionamento social.

Para Gomides (2015) o *Compendio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado (1965) contribuiu para a formulação de uma representação passiva da cidadania desde o início do regime militar no Brasil. Assim como outros materiais de propaganda do período, o *Compendio de Instrução Moral e Cívica*, retratava o "bom cidadão" como aquele que estava disposto a sacrificar seus próprios direitos em prol dos interesses do Estado e do desenvolvimento nacional.

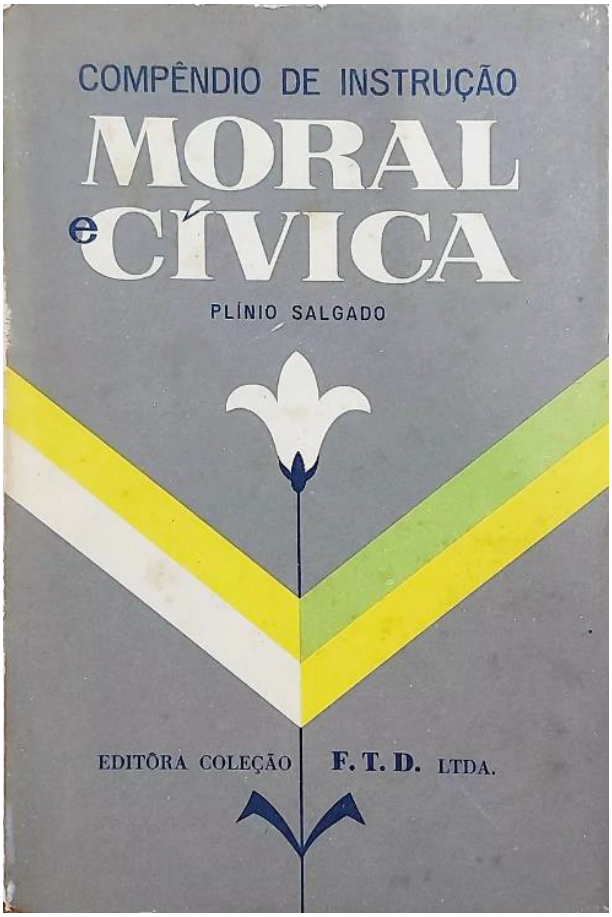
A autora ressalta a discrepância presente entre as representações dos conceitos de cidadania presente nos manuais de EMC e as práticas sociais no contexto da ditadura civil-militar:

> No entanto, os argumentos que os livros de EMC possuem, bem como as bases legais da disciplina, é um direcionamento distinto da realidade. Segundo o discurso de Plínio Salgado, por exemplo, no livro didático Compêndio de Instrução Moral e Cívica, de 1965: “Ser cidadão é gozar dos direitos civis e políticos num Estado, submetendo-se a deveres para com êsse mesmo Estado” (Salgado, 1965, p. 112) e “Dá-se o nome de cidadão a tôdas as pessoas que gozam de direitos civis e políticos num Estado” (Salgado, 1965, p. 113). Notamos que a contradição presente entre o discurso do livro (direitos civis e políticos resguardados) e a prática social (repressão e censura a esses direitos) demonstra a relevância de se compreender o contexto/espaço em que determinado conceito se insere. Observamos também que, no discurso do autor, não há apontamentos quanto aos “direitos sociais”, isto é, direito à educação, trabalho, salário justo, saúde ou aposentadoria (Gomides, 2015, p. 26-27).

A construção dessa perspectiva de cidadania passiva e tinha o propósito de legitimar o regime militar e fomentar uma narrativa oficial patriótica (Gomides, 2015, p. 166). Nesse sentido, o livro didático *Compendio de Instrução Moral e Cívica* (Figura 7), de Plínio Salgado, publicado em 1965, antes da implementação da disciplina, em 1969, apresentava preceitos conservadores que não entraram em conflito com os princípios ideológicos que embasaram os

programas curriculares da disciplina de Educação Moral e Cívica desenvolvidos na década de 1970.

FIGURA 7 – CAPA DO *COMPENDIO DE INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA* DE PLÍNIO SALGADO



FONTE: SALGADO, Plínio. Compêndio de Instrução Moral e Cívica. São Paulo: editora FTD, 1965.

Na sua primeira edição, a obra tinha as dimensões de 21,00 cm x 13,00 cm, era grampeado e de capa mole, cartonada. A capa cinza possui no centro uma flor branca, com quatro listras de cores, amarelo, verde e branco. Com o total de 150 páginas, o livro era divido em três partes, sendo respectivamente: Fundamentos Morais, Interpretação da História e Formação do Espírito Cívico. O livro é totalmente teórico, não possuindo exercícios ou qualquer ação pedagógica. Possui poucas ilustrações e não fornece nenhuma referência.

Na literatura, até onde se pôde verificar, o livro *Compendio de Instrução Moral e Cívica* (1965) ainda não foi analisado em si, na sua historicidade própria, e sim no contexto da disciplina de EMC. O exemplar encontrado no Instituo de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto foi consultado diversas diversa vezes, inclusive anos antes da implementação

da disciplina de EMC, como é possível observar na ficha de empréstimo contida no livro (Anexo III).[19]

No prólogo de seu livro, Plínio Salgado, deixa claro que o seu receptor é a juventude e atribui a ela, uma enorme responsabilidade, enfatizando que ela deve ser a força motriz para a perpetuação e o engrandecimento do país. Ele espera que os jovens brasileiros estejam cientes de sua importância e de seu papel crucial na história e no desenvolvimento da nação.

> A juventude é o penhor mais da Pátria! Dela, somente dela, depende uma Nação. Juventude sem ideal é Pátria, sem continuidade, sem memória, para recordar as glórias do passado, nem força para realizar a grandeza nacional em luminoso porvir, Bendita seja, pois a Mocidade Brasileira, que desperta e caminha e sonha e luta, na plenitude da consciência de seu dever e da sua missão histórica (Salgado, p. 01, 1965).

Há também outro elemento no *Compendio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado (1965) enunciado neste prólogo: um apelo ao passado que deve ser glorificado e um chamado ao presente para construir um novo futuro, uma "missão histórica". Esta dimensão está presente na narrativa do livro, sobretudo na sua segunda parte intitulada "Interpretação da História", onde é trabalhado conceitos como pátria e nação, os vultos históricos, noções de democracia, e a formação da nacionalidade brasileira.

Eliana Dutra de Freitas (1999) em seu artigo *Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado* buscou compreender como líder fascista Plínio Salgado representou o Brasil e o homem brasileiro em suas obras, incluindo o *Compendio de Instrução Moral e Cívica*. Sua conclusão é que seu quadro referencial para a definição de Povo/Nação é o romantismo, que imprimi esta nostalgia do passado pré-capitalista.

> A idéia da necessidade de uma volta às origens, da valorização do passado e da importância da sua decifração, tão cara ao ideário romântico de diferentes matizes, está posta, de acordo com a reflexão de Plínio Salgado, na possibilidade de descoberta da interioridade dos indivíduos e dos povos, imprescindíveis para a definição de sua identidade. Esse culto do tempo e da história é revelado em toda a sua transparência não só nas páginas do seu *Despertemos a Nação*, particularmente em *A Anta e o Curupira*, mas também no seu *Compêndio de Educação Moral e Cívica*, com a afirmação de que o entendimento do processo de formação da nacionalidade brasileira passa pela diversificação das palavras País, Pátria e Nação. Isto porque nas nações surgidas depois dos descobrimentos portugueses e espanhóis, a sua formação teria obedecido a diferentes escalas do processo psicológico. Primeiro a impressão da terra, das paisagens, e de suas riquezas, vegetais animais e minerais, isto é o que define o País e compõe o solo comum (De Freitas Dutra, p. 6, 1999).

---

[19] A digitalização da ficha de empréstimo contida no livro *Compendio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado (1965), consultado no Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, se encontra em ANEXO III

Este movimento de entrelaçamento do passado com o presente e futuro é frequente nos livros de EMC. Segundo Gomides (2019), havia uma grande preocupação com a memória dos jovens brasileiros

> [...] a preocupação com a memória desses jovens e compreendemos que esta deveria se relacionar a um passado glorioso da nação, de grandes homens e fatos importantes para a pátria, ou seja, uma memória construída de cima para baixo, a partir de uma história oficial – algo condizente com o período e sua historiografia (p.07).

No entanto, a obra de Plínio Salgado não se destacou como a única iniciativa de produzir livros direcionada à formação moral e cívica da juventude antes da implementação da disciplina de EMC. Sua publicação ocorreu em um contexto marcado por intensos debates e disputas sobre essa temática. Essas discussões espelhavam conflitos mais amplos relacionados ao papel da escola na construção e do ensino da política, da moral e do civismo entre os jovens.

A disciplina de Educação Moral e Cívica possui raízes que remontam ao período do Império e da Primeira República, desempenhando, posteriormente, um papel significativo durante a Era Vargas, cuja influência se estendeu até o ano de 1946, quando foi retirada dos currículos escolares. Em cada um desses contextos históricos, a disciplina foi instrumentalizada para atender aos interesses políticos vigentes, refletindo as demandas e ideologias da época.

Na efervescência dos anos 1960, emerge uma discussão sobre a educação política dos brasileiros, que se reflete na implementação da disciplina de Organização Social Político Brasileira (OSPB). Esta disciplina surge com o propósito de proporcionar conhecimentos sobre as instituições políticas do país e fomentar o exercício da cidadania. Paralelamente manifestava-se um renovado clamor pela reintrodução da disciplina de Educação Moral e Cívica, como veremos a seguir, marcando um ponto de inflexão na percepção de sua relevância no panorama educacional e social

A primeira regulamentação elaborada sobre a formação moral e cívica pelo Conselho Federal de Educação (CFE) ocorreu em 1962. Nesse contexto, estabeleceu-se a prática educativa voltada para tal propósito. Contudo haviam setores da sociedade que advogavam pela necessidade de uma disciplina específica de moral e civismo. O Conselho Federal de Educação opunha-se a essa proposta, sustentando que tais valores deveriam ser absorvidos de maneira orgânica a partir do ambiente social dos estudantes, a educação moral e cívica deveria permear todo o convívio escolar, todas as disciplinas (Filgueiras, 2006).

Mesmo no contexto da ditadura civil-militar o CFE continuou com a posição contrária da transformação da Educação Moral e Cívica em uma disciplina, com um conteúdo programático. De acordo com Filgueiras (2006, p. 39), em 1964, D. Cândido Padim, relator do

parecer n° 117[20], sublinhou a suficiência da disciplina OSPB para a formação cívica dos estudantes. Ele fundamentou sua posição na convicção de que a construção da moralidade e do civismo nos alunos estava intimamente ligada ao ambiente em que estavam inseridos e se desenvolviam, seja na escola, na família ou na comunidade em geral, tendo apoio dos demais conselheiros.

Em 1966, o discurso do então ministro da Guerra Costa e Silva na Exposição de Motivos R. P. – 180 (uma minuta destinada ao presidente Castelo Branco) trouxe uma nova abordagem para a Educação Moral e Cívica, sob a perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Desenvolvida principalmente pela Escola Superior de Guerra, a DSN é uma estratégia geopolítica que enfatiza a segurança interna como fundamental para proteger o Estado contra ameaças percebidas como subversivas, especialmente durante a Guerra Fria.

Princípios e conceitos dessa doutrina foram incorporados em diversas legislações e medidas adotadas pelo regime militar, como o Decreto-Lei nº 314/68, que estabeleceu a Lei de Segurança Nacional.

Nadia Gaiofatto Gonçalves (2011) em seu artigo *Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na Ditadura Civil-Militar: Estratégias e a Educação* analisou o Manual da Escola Superior de Guerra, que possui uma relevância imprescindível para conhecer melhor a DSN, que a partir do Golpe Civil/Militar passou a ser política ideológica do Estado Brasileiro. A autora buscou compreender qual seria as representações da Educação concebida pela doutrina desta instituição. Segundo a autora

> A Educação está presente nas diretrizes Doutrinárias da ESG, mas não como a responsável principal pelo Desenvolvimento. A partir de uma representação mais sistêmica, a Educação e a escola eram reconhecidas como relevantes, tanto para o fortalecimento do Desenvolvimento e da Segurança Nacional desejadas, na medida em que contribuiriam para a preparação de mão de obra e para a difusão de valores e atitudes que auxiliassem na legitimação do governo [...] As estratégias previstas e utilizadas pelos governos militares, contemplavam valores e aspirações da população, como forma de fortalecer sua legitimidade. Isso não significa que tenha sido apreendida de forma automática ou em sua totalidade, nem de maneira homogênea em todos os locais (Gonçalves. 2011, p. 16).

No manual da Escola Superior de Guerra (ESG)[21] há descrições operações realizáveis que poderia ser feito na Segurança Interna, como a Operação Psicológica que se tratava de uma

---

[20] O parecer 171 trata-se de uma resposta ao pedido das entidades cívicas femininas pela reintrodução do ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas secundárias (Filgueiras, 2006).

[21] Criada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) absorveu, ao longo de sua história, influências de diversas tradições militares e acadêmicas internacionais, como a americana, a francesa e a alemã, para desenvolver sua própria identidade e missão dentro da sociedade brasileira. Foi estabelecida como uma instituição de ensino superior voltada para a formação de altos quadros militares e civis, com o objetivo de promover estudos e pesquisas sobre questões estratégicas e de segurança nacional.

ação preventiva, baseada principalmente na propaganda, na promoção da DSN, dentro desta lógica estava a disciplina de EMC, como um destes instrumentos da Operação Psicológica

> Não é difícil perceber como essas Operações foram utilizadas durante a ditadura civil-militar, seja por meio de campanhas, sob o mote da Copa do Mundo, de todo o controle e cerceamento dos meios de comunicação, entre outros. O Manual orienta o uso de uma idéia-força (ou idéia-apelo), "elemento capaz de influenciar e mesmo persuadir o público-alvo no sentido do cumprimento da missão psicológica" (p.318), como desenvolvimento e nacionalismo. Conforme o público-alvo, um simples slogan pode ser suficiente – como "Ninguém segura este País" (p.319) – ou pode ser necessário um planejamento mais sutil. Dessa forma, a propaganda é um importante instrumento desse tipo de Operação (Gonçalves, 2011, p. 6).

Segundo Filgueiras (2006, p. 5), para ESG "era necessário o ensino nas escolas de valores morais e cívicos, como forma de defender a população contra a propaganda inimiga, para preservar a segurança nacional"

Portanto, em 1967 teremos outra iniciativa relevante para a formação moral e cívica no Brasil, no contexto da ditadura civil-militar: a publicação da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, encomendada pelo Ministério da Educação, organizada por uma figura vinculada ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)[22], o Padre Fernando Bastos de Ávila. Segundo Filgueiras (2006, p. 46), a divulgação desse trabalho evidenciava a inclinação para a estruturação disciplinar dos conhecimentos que seriam empregados no ensino da moral e civismo.

Caio Fernando Barbosa (2021) indica em sua tese *Fazendo-os obedecer: moralidade, educação e trabalho nas políticas do IPES para a juventude brasileira durante a Guerra Fria*, que os intelectuais conservadores ligados ao IPES, exerceram um papel significativo na formulação de políticas voltadas para as juventudes, incluindo a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica no ensino médio e Estudos dos Problemas Brasileiros nas universidades, durante o golpe de 1964 e a subsequente ditadura civil-militar. Esses intelectuais também influenciaram a reforma universitária de 1969 e promoveram uma abordagem educacional centrada nos negócios. Estes sujeitos eram vinculados a diversos grupos e instituições como: ESG das Forças Armadas do Brasil, a Igreja Católica, a Liga de Defesa Nacional, a Associação Brasileira de Escoteiro. Segundo o autor, os projetos de formação da

---

[22] Fundado em 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) foi uma organização criada por empresários, militares e intelectuais conservadores que apoiaram o golpe de 1964. Atuou produzindo propaganda anticomunista e influenciando a opinião pública, tendo papel decisivo na derrubada de João Goulart.

juventude brasileira formulados pelo IPES foram absorvidos parcialmente pela ditadura civil-militar. Barbosa (2021 p. 17) acrescenta que o projeto:

> [...] ia além do estabelecimento da agenda moralista como um critério relevante na censura, ou como arma de demonização de inimigos. Ao analisar os debates em que esses intelectuais estavam envolvidos, identifiquei que a ideias de moralidade, orientada pelo patriarcalismo, heteronormatividade, sobriedade, obediência e o trabalho como ferramenta educativa, estiveram presente nas ideias de modernização usadas para produzir políticas públicas no período, especialmente políticas voltadas para a educação de jovens. Promoveu-se tais políticas com o objetivo de integrar o Brasil a certa modernidade, capitalista, patriarcal e cristã, cujo modelo era os Estados Unidos da América.

Embora a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* não fosse necessariamente um livro escolar, o livro se tornou uma referência para os manuais e EMC. De dimensões 24,05 cm x 19,00 cm, a sua capa (Figura 8) expressa bem seu design gráfico interno. Há ilustrações em alguns verbetes, quadros, reproduções fotografia, a cor é o amarelo.

FIGURA 8 – CAPA DA *PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO*

FONTE: AVILA, Fernando Bastos de. Pequena enciclopédia de moral e civismo. Rio de Janeiro, 1967.

A *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* foi produzida para ser obra de referência e fonte de consulta para professores, contribuindo para a formação da juventude brasileira. Sua primeira edição data de 1967 e a segunda edição é de 1972, momento em que a disciplina de EMC já fazia parte do currículo oficial das escolas (Filgueiras, 2006).

> A grande maioria dos livros didáticos analisados citam em sua bibliografia o livro Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, do Padre Fernando Bastos de Ávila. [...] O prefácio da segunda edição acrescenta que a enciclopédia auxiliaria os novos professores da disciplina de EMC, além de servir de base para a produção de textos sobre Educação Moral e Cívica. A Enciclopédia era considerada pela CNMC, pelo CFE e pelo próprio Ministro da Educação – Jarbas Passarinho, como a obra de referência principal para a disciplina, com a definição dos conceitos relacionados à moral e ao civismo (Filgueiras, 2006, p. 131-132).

A sua publicação foi envolta de polêmicas, censura, e um desfecho importuno para o Padre Fernando Bastos de Ávila que a organizou. Para Barbosa (2021), o episódio que envolve a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* representa um ponto de virada, que o autor chama de "militarização do debate moral" em detrimento da influência católica neste assunto. As controvérsias ilustram também a atmosfera autoritária que estava gradualmente se construindo no país no final da década 1960.

A polêmica não era pelo conteúdo dos verbetes, pois eles representavam "uma boa síntese do que pensavam os setores ilustrados brasileiros, professores universitários e professoras universitárias, industriais, setores intermediários da igreja, bem como as classes mais altas do extrato social" (Barbosa, 2021, p. 196). De fato, o cerne da questão residia na mera existência de determinados verbetes, como "comunismo", "marxismo", "aborto". Mesmo que nestes caso a posição do autor fosse anti-comunista, antimarxista e antibortista.

Esses elementos presentes na *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* foram determinantes para sua avaliação como subversiva e seu subsequente veto, sendo atendido pelo então presidente do Conselho Federal de Educação, Celso Kelly, que abriu uma Comissão de Inquérito para avaliar a obra, vetando sua distribuição (Barbosa, 2021, p. 196).

A *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* foi relançada um mês depois da suspenção, após o parecer positivo da Comissão de Inquérito, sem nenhuma censura dos verbetes. A Comissão de Inquérito foi composta pelos professores José Barreto Filho, Raimundo Moniz de Aragão e o General Moacir Araújo Lopes.

O padre Fernando Bastos de Ávila foi excluído do relançamento de sua própria obra, o que gerou sua indignação. Além disso, sua revolta foi intensificada ao descobrir que a obra estava acompanhada de um parecer no formato de encarte. Este encarte[23], consistia em uma reprodução do parecer emitido pela Comissão de Inquérito específica, instituída no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de analisar a obra em questão, a qual fora considerada subversiva.

---

[23] O encarte de aprovação da obra *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, se encontra em Anexo IV

Em seu primeiro tópico é descrito que “o texto da Pequena enciclopédia de educação Moral e Cívica está conforme às aspirações democráticas e tradições cristãs do povo brasileiro, com uma sistematização particular [...]”. Mais à frente é justificada a apreciação da qual a obra foi submetida, havia “certa predominância de fundo sociológico e político dos verbetes e no desenvolvimento de muitos deles, em detrimento do aspecto filosófico pedagógico”. No ano seguinte, em 1968, deu-se início a outra iniciativa neste sentido, sendo criado o concurso para um *Guia de Civismo*.

Em sua dissertação, *“Vençamos o subdesenvolvimento!”: o Guia de civismo de Diniz Almeida do Valle (1968-1971)*, Raquel Carapello (2022) analisou a constituição deste concurso. A ideia de um *Guia de civismo* emergiu de uma interseção de pensamentos e debates entre diversos intelectuais atuantes em diferentes esferas da sociedade. Entre os espaços onde suas ideias encontravam eco estavam revistas como *a Revista MEC* e publicações voltadas para o meio militar, como a Revista *A Defesa Nacional*.

Esses intelectuais não apenas discutiam o tema do civismo, mas também abordavam uma ampla gama de assuntos relacionados à sociedade e à política. Suas reflexões eram disseminadas através de várias formas de comunicação, incluindo palestras, cursos e publicações em periódicos especializados e editorações oficiais (Carapello, 2022).

Contudo, o lugar mais significativo na trajetória desses, intelectuais (os militares, especificamente) foi a já citada Escola Superior de Guerra, onde muitos deles estudaram, trabalharam e colaboraram em projetos conjuntos.

A ESG serviu como um catalisador para o desenvolvimento e disseminação de ideias sobre civismo e outros temas relevantes para a sociedade. Assim, a concepção de um guia de civismo reflete o resultado desses debates e colaborações entre os diversos pensadores ligados à instituição e às suas redes de influência (Carapello, 2022).

Diversos escritores do Brasil escreveram obras para o concurso e as colocações foram as seguintes: Paulo Silva de Araújo e Cel. Diniz Almeida do Valle, em 1. ° lugar; Maria Terezinha Tourinho Saraiva e Dr. Ciro Vieira da Cunha, em 2. ° lugar; Major Hélio Casatle da Conceição, em 3. ° lugar. Contudo, a obra vencedora, a de Paulo Silva de Araújo e Cel. Diniz Almeida do Valle, só veio a ser publicada três anos após o concurso em 1971. Contudo o edital do *Guia de Civismo* foi uma das fontes para elaboração do programa curricular elaborado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo em 1970.

Portanto, é latente o fato de que houve mobilizações por parte de militares, intelectuais, instituições, movimentos sociais e políticos para a implementação da Educação Moral e Cívica como disciplina escolar. A sua implementação e a produção de livros para subsidiar estes

saberes tiveram a participação de diversos setores da sociedade, não se limitando apenas aos militares.

Contudo, o último parecer sobre os programas curriculares para essa disciplina só foi emitido em fevereiro de 1971, o parecer 171, elaborado pelo CFE. Os debates acerca da reintrodução nos currículos permearam toda a década de 1960, refletindo as tensões e aspirações da sociedade brasileira da época. Essas discussões, marcadas por diferentes visões sobre a formação cívica e moral dos jovens, ocorreram em um contexto de transformações políticas e sociais significativas.

Retomando a discussão sobre as obras elencadas, ressalta-se que a obra de Plínio Salgado, o *Compendio de Instrução Moral e Cívica,* já adiantava alguns preceitos ideológicos que estariam presentes nos livros didáticos de EMC na década de 1970. Em termos de seu conteúdo, Gomides (2015) destaca conceitos como: civismo, nacionalismo exacerbado, fundamentalismo religioso e ideológico, preceitos identificados pela autora como fundamentos da disciplina de EMC. E que se fazem presente no *Compendio* e o caracteriza seu conteúdo como conservador. O lema "Deus, Pátria e Família", slogan partido Integralista do qual ele era líder e fundador, o Partido Integralista, expressa bem a tônica do discurso presente nas páginas de seu *Compendio.*

Já a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo,* organizada pelo Padre Fernando Bastos de Ávila, apesar dos imbróglios envolvendo a sua alegada neutralidade, refletia, em certa medida, uma inclinação em favor dos valores cristãos tradicionais, uma postura explícita de anticomunismo e uma orientação alinhada com concepções político-econômicas liberais em muitos de seus verbetes (Barbosa, 2021).

Por outro lado, o *Guia de Civismo*, elaborado durante a ditadura, foi pensado como uma ferramenta educacional que visava promover valores cívicos e morais entre os jovens fortemente baseado na DSN. Além de enfatizar o patriotismo e a lealdade ao governo militar, o *Guia de Civismo* também buscava destacar a importância da obediência às autoridades e do respeito às instituições estabelecidas (Carapello, 2023). Seu edital junto com a constituição de 1967 foram as referências para o programa curricular elaborado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (Filgueiras, 2006).

Essas iniciativas refletiam a tentativa de determinados setores da sociedade em moldar a moralidade e civismo da juventude brasileira, utilizando a educação como uma ferramenta para promover os valores e ideais do governo autoritário. As disciplinas escolares são moldadas por e para os contextos sociais e políticos nos quais estão inseridas, refletindo e influenciando as relações de poder e os valores dominantes da sociedade.

Como assinala Chervel (1990), as disciplinas escolares constituem um papel relevante no fenômeno de aculturação de massa. Viñao Frago (2008, p. 204) argumenta que as disciplinas escolares são entidades dinâmicas, "organismos vivos" e contextuais, que evoluem, se transformam, interagem e competem entre si, elas também podem ser vistas "como campos de poder social e acadêmico, de um poder a disputar. De espaços onde se entre mesclam interesses e atores, ações e estratégias" (Frago, p. 204, 2008).

Pudemos evidenciar, que antes mesmo da disciplina de EMC ser uma realidade nas escolas brasileiras, já circulava nelas objetos culturais que carregavam os valores e saberes considerados como legítimos e necessários para o novo regime instituído. Contudo, a implementação da disciplina enfrentou problemas na sua implementação, além de contar com dois programas curriculares distintos, um elaborado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo e outra pelo Conselho Federal de Educação.

Goodson (1997) nos ensina que o currículo não deve ser entendido como um elemento neutro ou isolado. Pelo contrário, ele deve ser concebido como parte integrante de uma situação complexa e carregada de significados. O currículo emerge no âmago de uma construção social e é, ele mesmo, uma construção social. Isso significa que o currículo reflete e é moldado por valores, interesses e relações de poder presentes na sociedade.

Filgueiras (2006) demonstra os embates institucionais e políticos que marcaram a implementação da Educação Moral e Cívica no período da ditadura civil-militar, destacando a tensão entre o CFE e a CNMC. Ao compreender o currículo dessa forma, é possível entender melhor as disputas pelo controle do conteúdo e da forma de ensino

> O Conselho Federal de Educação impossibilitou a execução de praticamente todos os projetos referentes à EMC até 1968. Somente em 1969, após as manifestações de 1968 e com o AI-5, os conselheiros não conseguiram mais impedir a sua implantação, mas modificaram seu programa curricular e incentivaram a prática educativa da Educação Moral e Cívica. Posteriormente, foi possível observar a tensão presente entre os dois órgãos responsáveis diretos pela disciplina: o Conselho Federal de Educação e a Comissão Nacional de Moral e Civismo. Estes dois órgãos entraram em diversos conflitos ao tentar afirmar o lugar que ocupavam no processo de decisão sobre a Educação a Educação Moral e Cívica. Essa correlação de forças tornou-se visível principalmente por meio dos diversos pareceres e decisões dos dois órgãos. O CFE defendia que a EMC fosse ensinada em todos os momentos da vida escolar, não necessariamente em uma disciplina específica. A CNMC reforçava a intenção da disciplina, com conteúdos, horários de aula, exercícios e avaliações (p. 187-188).

Os dois currículos possuem diferenças perceptíveis. O Decreto-Lei 869/69 instituiu a obrigatoriedade da disciplina, em pelo menos duas séries no 1º grau e uma série do curso de 2º

grau. Cabia às escolas a instituição das horas/aulas da disciplina, sendo no mínimo uma hora/aula por semana.

> Os Subsídios/70 da CNMC expõem temas muito próximos às definições da ESG e a Doutrina de Segurança Nacional. Enfatiza a preocupação ideológica - de alerta contra o perigo comunista -, e reforça a necessidade de a EMC ser disciplina, com aulas informativas e exposição dos conteúdos. O programa n° 94/71, do CFE se diferencia ao priorizar discussões em torno das questões pedagógicas, ao buscar estabelecer conteúdos e atividades relacionados ao desenvolvimento dos alunos, com preocupações metodológicas de ensino e aprendizagem (Filgueiras, p. 62, 2006).

A CNMC, em seu programa de 1970, enfatizava a formação de hábitos morais e cívicos que fortalecessem valores permanentes e espirituais, alinhados com tradições cristãs e a luta contra ideologias materialistas. Seu foco incluía a promoção da religião como base da moralidade e civismo, visando preparar os estudantes para participar ativamente do desenvolvimento do país (Filgueiras 2006).

Por outro lado, o CFE, com seu Parecer n° 94/71, adotou uma abordagem mais ampla e não confessional da Educação Moral e Cívica. Priorizou a formação de cidadãos conscientes, solidários e responsáveis, aptos a contribuir para uma sociedade democrática. Seu programa enfatizava a prática educativa e a vivência da cidadania, utilizando métodos como instituições extraclasse e o Centro Cívico Escolar para simular experiências democráticas (Filgueiras 2006).

O currículo do CFE define melhor o que deve ser ensinado mais para cada série, neste sentido se destacava por sua abordagem estruturada e progressiva, adaptada para atender às necessidades educacionais e ao desenvolvimento dos alunos em diferentes estágios escolares.

> A principal diferença nos programas curriculares encontra-se nos conteúdos para o 2º grau. Enquanto a CNMC propõe um programa semelhante ao do 1º grau, voltado para conhecimento dos valores morais, para a religião, para a exaltação à Pátria e o conhecimento da estrutura política, social e econômica do país, o CFE estabelece um currículo voltado para o estudo da realidade brasileira e seus problemas. O enfoque é o país, seus problemas e metas, e sua relação com o Mundo [...] O programa para o 2º grau do CFE pressupõe que os estudantes já adquiriram a formação moral básica no 1º grau, e com base nessa formação começariam conhecer os problemas do país, para pensar sobre suas soluções (Filgueiras, p. 87-88, 2006).

Portanto, Filgueiras (2006) afirma que ambos os programas concordavam na importância de ensinar valores éticos e cívicos, mas divergiam quanto à ênfase religiosa e ao contexto político-ideológico. Enquanto a CNMC buscava reforçar valores tradicionais e combater ameaças percebidas ao *status quo*, o CFE propunha uma educação moral mais inclusiva e adaptada aos princípios de uma suposta democracia em desenvolvimento.

Essas diferenças refletem as disputas ideológicas da época e as tentativas de moldar a educação para atender a diferentes visões de moralidade e cidadania em um contexto político conturbado.

1.2 OS LIVROS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: SEUS ASPECTOS COMUNS E SINGULARES

Se existiam livros antes do Decreto-Lei 869/69, será mesmo em 1970 que teremos o maior número de publicações destinados a disciplina, incluindo o livro que é fonte e objeto desta dissertação, a obra *Educação Moral e Cívica* e *Política* de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos (1971). Neste sentido, os livros discutidos nessa sessão, quatros no total (Quadro 2) são aqueles que foram lançados em 1970, ou em 1971, e reeditados ao longo dos anos ou não, contemporâneos à obra de Michalany e Ramos e que tiveram como referência o programa curricular elaborado para CNMC.

QUADRO 2 – LIVROS DE EMC SELECIONADOS PARA A ANÁLISE

Título	Autor	Editora	Ano	Estado
Educação Moral e Cívica	Benedicto de Andrade	Editôra Atlas S.A	1971	São Paulo
Educação Moral, Cívica e Política	Rubens Ribeiro dos Santos	Editôra Monumento S.A	1971	São Paulo
Educação Moral e Cívica	Otto Costa, Felipe N. Moschini, José C. Paixão	Editora do Brasil S.A	1971	São Paulo
Construindo o Brasil	G.Galache; F. Zanuy; Mª. T. Pimentel	Edições Loyola	1971	São Paulo

FONTE: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados apresentados até o momento.

Para além das questões político-ideológicas, as políticas de livro didático moldaram a produção, publicação e circulação desses materiais nas décadas de 1960 e 1970. Nesse período, as concepções acerca dos livros didáticos mudaram. O livro não era mais apenas para o professor, passava agora a também se direcionar para o aluno.

Portanto, os livros didáticos passaram a mediar a relação entre professores e alunos, com alterações em sua elaboração e produção. A distribuição gratuita de livros e a diminuição de sua vida útil aumentaram as vendas, especialmente durante a ditadura civil-militar, que implementou reformas educacionais significativas.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, as políticas para o livro didático foram moldadas por duas importantes políticas educacionais: a COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) e a FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar), ambas criadas para melhorar o acesso dos estudantes a materiais didáticos de qualidade, respondendo às recomendações da UNESCO e às necessidades do novo público escolar.

A COLTED, instituída pelo Ministério da Educação em parceria com a Usaid (*United States Agency for International Development*) e a indústria de livros didáticos, visava estimular a produção privada e melhorar a qualidade dos materiais escolares. Através de uma política de

assessoria, compra e distribuição de livros, garantiu um mercado para as editoras, mas exigiu a reformulação dos manuais reprovados por avaliações rigorosas realizadas por especialistas do MEC e educadores do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Apesar de sua eficácia inicial em ampliar a indústria editorial, a COLTED foi extinta em 1971, sendo substituída por processos de coedição que permitiram o crescimento definitivo do mercado de livros didáticos. (Filgueiras, 2015)

Por outro lado, a FENAME surgiu como uma reorientação da Campanha Nacional de Material de Ensino dos anos 1950, com o governo federal assumindo a produção de livros didáticos para atender efetivamente alunos sem condições financeiras e em localidades distantes. A FENAME produzia e distribuía livros diretamente, competindo com editoras privadas e forçando a redução dos preços no mercado. Seus autores eram docentes de cursos tradicionais e novos cursos de formação inicial, refletindo uma disputa interna no MEC sobre discursos educacionais (Filgueiras, 2015).

> A intervenção do Estado na produção dos livros didáticos desde 1966, com a COLTED, e em 1967 com a FENAME, e os acordos de co-edição com as editoras possibilitam compreender também porque as editoras responderam tão rapidamente a demanda por livros didáticos de EMC. Acrescente-se a esses dados o fato da iminência da implantação da disciplina. Em 1967, a FENAME já lançava a Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, organizada pelo Padre Fernando Bastos de Ávila e, em 1968 o MEC organizava um concurso para a escolha de um guia cívico para o ensino médio. É possível supor que as editoras já estavam preparadas para produzir livros de Educação Moral e Cívica (Filgueiras, p. 101, 2006).

Décio Gatti Júnior (2005) aborda o crescimento e a transformação da indústria editorial de livros didáticos no Brasil, concentrando-se nos anos que marcaram sua transição de uma produção mais artesanal para um modelo industrial. Ele argumenta que as grandes editoras que dominaram o mercado no final do século XX iniciaram suas atividades significativamente durante os anos 1970, período de um *boom* editorial. Essas editoras não apenas se adaptaram às novas demandas e tecnologias da época, mas também foram beneficiadas pela política distributiva do Estado e pela crescente demanda da população por materiais educacionais mais acessíveis e de melhor qualidade.

Este é o caso da Editora do Brasil, que se destacou no mercado editorial, beneficiando-se da expansão da rede de ensino e das mudanças legislativas, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1961 e a Lei nº 5692 de 1971. A editora colaborou com programas governamentais como a COLTED, recebendo investimentos significativos. O parque gráfico da editora, inaugurado em 1971, foi um marco de sua capacidade industrial, permitindo uma produção massiva de livros (Braghini, 2013).

O período entre 1971 e 1973 foi o auge da Editora do Brasil, com uma produção intensa de livros didáticos. A editora manteve seu compromisso com os valores de moral e civismo, alinhando-se às diretrizes do regime militar. O apoio de figuras importantes como o presidente da CNMC, Geraldo Bezerra de Menezes, reforçou a posição da editora.

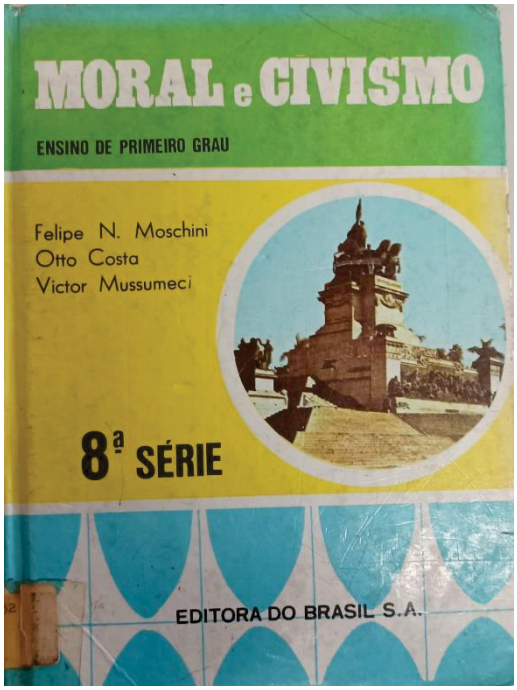
> Nos anos 1960, período de competitividade empresarial, os diretores da Editora do Brasil passaram a não se valer somente da aceitação dos seus produtos e do marketing proposto para eles. Isso foi somado a outras possibilidades de arrolamento de capital e elevação do status da empresa, tais como: a obtenção de vantagens no campo da produção do conhecimento; benefícios das políticas governamentais; e liberdade na promoção, para as escolas de ensino médio do país, de valores culturais que os atrelavam ao regime instituído em 1964. Isso demonstrou que houve uma ampliação do inventário de possibilidades de crescimento da marca, mas também evidenciou um esforço, direto e indireto, em se manter ao lado do regime militar (Braghini, p.153, 2013).

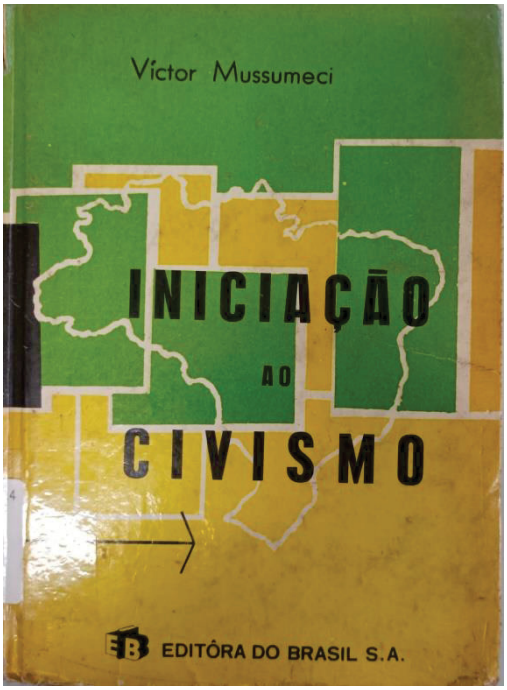
Portanto, como pontua Filgueiras (2006), a Editora do Brasil foi a que mais produziu livros didáticos de Educação Moral e Cívica. Este fato é constatado no acervo da biblioteca do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, onde há uma grande variedade de livros de EMC da Editora do Brasil (Figura 9 e 10).

FIGURA 9 – *MORAL E CIVISMO* DA EDITORA BRASIL S.A DO INSTITUO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO

Fonte: COSTA, Otto; MOSCHINI, Felipe N.; MUSSUMECI, Victor. (s/d). Moral e Civismo. 2º, 3º, 4º vol. São Paulo: Editora do Brasil. 5ª edição.

FIGURA 10 – LIVROS *MORAL E CIVISMO* (PARA A 8ª SÉRIE DO 1º GRAU), E *INICIAÇÃO AO CIVISMO*





FONTE: COSTA, Otto; MOSCHINI, Felipe N.; MUSSUMECI, Victor. (s/d). Moral e Civismo, 8ª série. São Paulo: Editora do Brasil. 4ª edição ; MUSSUMECI, Victor. (s/d). Iniciação ao Civismo Víctor Mussumeci Editora do Brasil, São Paulo.

Por outro lado, os livros didáticos de Educação Moral e Cívica, produzidos, publicados e disseminados nas escolas durante a ditadura civil-militar, constituem, de certo modo, um lugar de memória de um processo formativo de um período particularmente tumultuado na história recente do Brasil: a formação moral e cívica.

A dissertação de André Luiz Onghero (2007), *Moral e Civismo nos Currículos das Escolas do Oeste Catarinense: Memórias de Professores*, fornece uma visão detalhada sobre os diferentes usos dos livros de Educação Moral e Cívica durante a ditadura civil-militar no Brasil. Nas entrevistas, os professores relataram uma diversidade de abordagens e práticas pedagógicas em relação ao uso desses materiais.

Seu estudo indica as obras utilizadas pelos relatos dos professores: *Estudo Dirigido de Educação Moral e Cívica* de Avelino Antonio Correa, *Educação Moral e Cívica* por Gleuso Damasceno Duarte, e *Educação Moral e Cívica volume 2* de Elian Alabi Lucci, *Educação Moral e Cívica: introdução à cidadania* por Antônio Xavier Teles, *e Educação Moral e Cívica para uma geração consciente* por Gilberto Vieira Cotrim (Onghero. p. 100, 2007).

Alguns professores relataram que os livros didáticos de EMC eram recebidos no início do ano letivo e serviam como a principal fonte de conteúdo para suas aulas. Os professores entrevistados por Onghero (2007) relataram a partir de suas memórias, que esses livros continham os conteúdos organizados de maneira sequencial, facilitando o planejamento e a

execução das aulas. Para esses professores, os livros didáticos proporcionavam uma estrutura clara e prática, tornando o trabalho docente mais simples e direto, pois o material estava pronto para ser ensinado.

Outros professores, no entanto, adotavam abordagens mais flexíveis e criativas. Em alguns casos, eles utilizavam os livros didáticos apenas como um guia ou um recurso adicional, complementando o ensino com materiais próprios ou atividades que incentivavam a reflexão crítica e o debate entre os alunos (Onghero, 2007).

Essa prática incluía a elaboração de apostilas, a utilização de textos de revistas como *Mundo Jovem* e a adaptação dos conteúdos para atender melhor às necessidades e contextos específicos dos alunos. Além disso, havia professores que preferiam não seguir rigidamente o programa oficial dos livros didáticos, optando por desenvolver suas próprias estratégias de ensino e adaptar os conteúdos para torná-los mais relevantes e significativos para os alunos. Essas adaptações incluíam atividades práticas, discussões sobre questões políticas e sociais contemporâneas e a promoção de uma educação voltada para a formação cidadã e crítica (Onghero, 2007).

Essas diferentes abordagens revelam que, embora os livros didáticos de EMC fossem uma ferramenta central no ensino da disciplina durante a ditadura, os professores exerciam uma considerável autonomia na forma de utilizá-los, adaptando-os conforme suas pedagogias e objetivos educacionais. Essas práticas demonstram uma variedade de maneiras pelas quais os professores integravam os conteúdos de EMC em suas aulas, refletindo uma gama de interpretações e implementações da disciplina em diferentes contextos escolares.

Contudo, a historiografia frequentemente tratou esses artefatos como coadjuvantes de uma outra história, a história da disciplina de Educação Moral e Cívica. Nesse sentido, existe um padrão de análise desses livros que se concentra principalmente em seu conteúdo e suas pretensões. Primeiramente, elabora-se uma interpretação da disciplina de diversas formas, considerando sua doutrina, selecionando certos parâmetros, conceitos e bases de análise. Só depois dessa etapa é que se passa a analisar os livros. No entanto, essa análise é sempre realizada com o intuito de compreender a disciplina em si. Assim, a análise dos livros divide espaço com a análise mais detalhada de outras fontes, como os programas curriculares, atas escolares, entrevistas com professores e documentos relativos às doutrinas que fundamentaram a ideologia da disciplina, entre outros.

Dessa forma, embora exista um movimento comum de análise, há também uma heterogeneidade nessas pesquisas, cada uma abordando um aspecto discursivo das narrativas contidas nesses artefatos.

Esse movimento, de certa maneira, homogeneíza os livros didáticos de Educação Moral e Cívica, tratando-os como partícipes de um mesmo discurso e objetivo, alinhados com a política ideológica da ditadura civil-militar, o que não deixa de ser um dado relevante, contudo, muito circunscrito numa análise que busca desvendar apenas os objetivos ideológicos, não examinando outros aspectos das obras.

Dentre as pesquisas que analisaram livros didáticos a que mais se destaca é a já citada dissertação de Mestrado de Juliana Miranda Filgueiras, orientada por Kazumi Munaka: *A Educação Moral e Cívica e sua Produção Didática: 1969-1993*. Seu trabalho é monumental pois a autora catalogou e classificou mais de sessenta livros didáticos. Analisou sua materialidade, índice, prefácios, investigou a história de algumas editoras. Filgueiras (2006) de certa maneira, constatou a heterogeneidade destes livros em sua análise. Ao abordar sobre os autores, Filgueiras (2006) explana que:

> Esses autores interpretaram os programas para a disciplina de modos diversos. Compreenderam inclusive o significado de uma Educação Moral e Cívica de formas distintas, expondo conceitos diferentes dos oficiais ou, até mesmo, deixando de expor determinados conteúdos nos livros didáticos (p. 103).

Contudo, na sua pesquisa o livro não é o objeto de estudo, mas sim, uma fonte para se compreender melhor a instituição da disciplina de EMC, neste sentido, ele terá seu protagonismo apenas em seu quinto capítulo.

Tanto por conta do lugar que os livros didáticos de EMC ocuparam na sua pesquisa, quanto do volume de livros catalogados, há livros que se quer foram analisados ou feita quaisquer observações, como no caso do livro analisado aqui neste capítulo a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Rubens Ribeiro dos Santos. No caso da obra de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos (1971), Filgueiras (2006) fez apenas duas observações na sua análise.

O estudo de Filgueiras (2006) destaca importantes diferenças na estrutura e abordagem de diversos livros didáticos. Ela observa que, em geral, os livros apresentam índice, prefácio e capítulos, mas chama atenção para uma exceção notável nos livros da Editora do Brasil, que frequentemente não incluem nenhum tipo de prefácio ou apresentação.

Portanto, Filgueiras (2006) divide os livros didáticos em cinco grupos: os de textos explicativos, seguidos de vocabulários, resumos e atividades; os que apresentam trabalham com a dinâmica de grupo como centro das atividades; os que propõem atividades de estudo dirigido e instruções programadas; os que intercalam em seus capítulos texto, ilustrações e exercícios, testes, preencher lacunas; e o os livros não consumíveis.

Entre os livros analisados estão obras como os volumes de Costa, Moschini e Mussumeci (s/d), Andrade (1974), Barbosa (1971), Oliveira (1970), Schimidt (1971), Teles (1971), Garcia (1971), Correa (1976a, 1979, 1983), Brito e Gomes (1974), entre outros.

> Em relação aos capítulos, sua estrutura e atividades, observam-se alguns padrões: inicialmente livros sem imagens e ilustrações, somente textos explicativos, acompanhados de exercícios de memorização. Grande parte desses livros eram das Editoras do Brasil e Itamaraty. Ainda no início dos anos 1970, aparecem os livros que propõem a técnica de dinâmica de grupo, o estudo dirigido e as instruções programadas. Os livros dos últimos anos de 1970, até meados dos anos 1980, intercalam texto, ilustrações e exercícios. Apresentam muitos exercícios de caça palavras, assinalar verdadeiro ou falso, decifrar os símbolos, testes de múltipla escolha, etc. O último grupo de livros são os não-consumíveis publicados em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, que apresentam textos ilustrados, temas para "pensar", leituras complementares e priorizam os exercícios para serem feitos no caderno, que intercalam questões de interpretação e reflexão, e exercícios de memorização (Filgueiras, p. 111, 2006).

A autora também divide os autores em quatro grupos: educadores, religiosos, membros do Exército e autores que se tornariam profissionais. Toda catalogação é arbitrária, e envolve processos de escolhas. Para Filgueiras (2006), Douglas Michalany foi colocado no grupo dos militares, mas facilmente poderia estar no grupo de escritores profissionais e educadores. Contudo, argumentamos aqui que a principal atribuição e catalogação que se possa fazer dos autores da obra *Educação Moral, Cívica e Política* da editora Michalany é a de historiadores. Iremos abordar estas questões mais à frente.

Acerca dos conteúdos, Filgueiras (2006) percebeu a predominância de três grandes temas que se subdividem: **Civismo**, **Estado Brasileiro** e **Moral** (Quadro 3)

QUADRO 3 – TEMAS FREQUENTES NOS CONTEÚDO DOS LIVROS DE EMC

Civismo	Estado Brasileiro	Moral
Cidadania	Trabalho e Trabalhador	Religião
Patriotismo	Formação do povo Brasileiro	Família
Nacionalismo	Realidade Brasileira	

FONTE: Quadro elabordado pelo autor com base em Filgueiras, 2006.

Como a *Pequena Enciclopédia de Educação Moral e Cívica* do Padre Fernando Bastos de Ávila (1967) foi a principal referencial citada na maioria das obras de EMC, e uma obra recomendada pelo Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, como obra de referência, a autora fez o exercício de comparar os preceitos colocados sobre esses conceitos na *Pequena Enciclopédia* com os livros analisados.

Outra livro importante, discutido nessa sessão é a obra *Construindo o Brasil* (1971) de Galache, Pimentel e Zanuy (1971). Segundo Filgueiras (2006) a disciplina de EMC possuía dupla missão: construir tanto o Brasil quanto o homem brasileiro. Para eles, o

desenvolvimento econômico só seria viável acompanhado de um progresso social e humano paralelo. Defendiam que a EMC não deveria ser apenas uma disciplina teórica, mas uma prática educativa vivencial, enfatizando a participação ativa dos alunos em debates e atividades grupais para aprenderem as virtudes morais e cívicas na prática (Filgueiras, 2006).

Esta é a orientação pedagógica presente no livro inteiro. Os autores também criticavam tanto o comunismo quanto o capitalismo liberal, propondo uma democracia social onde o Estado interviesse para promover o bem comum e regular questões socioeconômicas, como a redistribuição de riquezas e a proteção dos interesses coletivos (Filgueiras, 2006)

Filgueiras (2006) ressalta a importância dada pelos autores Galache, Pimentel e Zanuy (1971) à cidadania ativa e do comprometimento dos jovens na construção de uma sociedade mais justa e humana, como forma de evitar influências subversivas e promover um convívio social harmonioso baseado na cooperação e solidariedade. De certa forma a obra denunciava as desigualdades sociais existente no país. Suas ideias refletiam uma preocupação com o ensino de valores éticos e com a formação de uma consciência supostamente crítica e engajada, essencial para o desenvolvimento integral da nação brasileira no contexto desafiador da época.

A obra *Construindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971) se destaca em relações ademais por conte de sua materialidade. De dimensões 21,30 cm x 13,30 cm o livro era totalmente ilustrado e possuía também fontes coloridas para destacar citações, exercícios e títulos. Sua capa (Figura 11) é emblemática, carregada de simbolismo relacionados aos preceitos da DSN.

FIGURA 11– CAPA E CONTRA CAPA DO LIVRO *CONSTRUINDO O BRASIL* DA EDITORA LOYOLA

FONTE: GALACHE, G; PIMENTEL, Maria T.; ZANUY, F. 1971. Construindo o Brasil. Educação moral, cívica e política. 1º ciclo e colegial. São Paulo: Edições Loyola. 2ª edição revisada.

A ilustração da capa, desenhada pelo Guilherme Valpéteris, atende aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, assim como o seu título em verde contrastados pelo dourado, que remete ao binômio segurança e desenvolvimento. “Construindo o Brasil” em conjunto, harmoniosamente, onde cada homem ocupa seu papel na sociedade para chegar ao bem comum, o desenvolvimento e concretização do Brasil Potência.

O Estado, promotor deste desenvolvimento, é representado por um monumento, o prédio do planalto central. À sua frente, outra instituição cara a tradição brasileira, catolicismo e a moral cristã, representado pela Basílica de Brasília. A Bandeira do Brasil ao fundo, abaixo do título da obra, completa este design gráfico cheio de simbolismo que, aliado ao discurso presente nas orelhas do livro, no prefácio, e na introdução, convoca os leitores para a missão engrandecedora de desenvolver a pátria.

Na contracapa há espaços para uma promoção das obras didáticas da Edições Loyola. A capa possui um indício das estratégias da Edições Loyola de suas obras. Esse espaço é aproveitado para promover outros livros didáticos. O livro possui a seguinte estruturação, folha de rosto, índice, um prefácio (escrito pelo Padre Fernando Bastos de Ávila, autor da *Pequena Enciclopédia*), introdução e os capítulos. A obra é dívida em cinco partes: 1ª Visão Democrática do Homem, com nove subcapítulos, 2ª Visão das Sociedades com dez subcapítulos, 3ª Visão do Brasil com cinco subcapítulos, 4ª Visão de Deus e do Mundo com cinco subcapítulos e por fim,

a 5ª parte O mundo unido com dois subcapítulos. Não há no livro nenhum anexo e nem espaço para as referências bibliográficas.

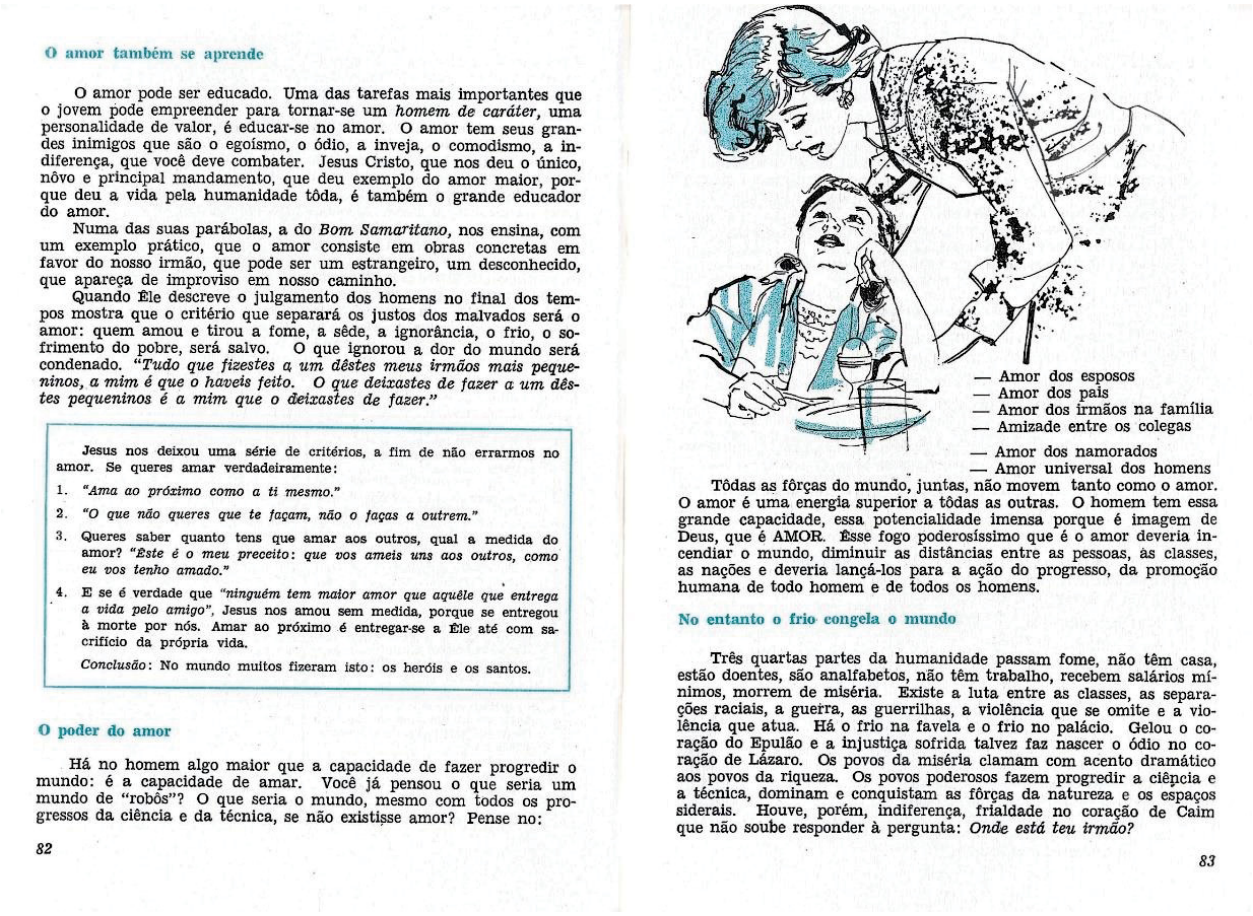
O livro *Construindo o Brasil* segue a lógica dos grupos de livros catalogado por Filgueiras (2006) como aqueles que utilizam a dinâmica de grupo com centro das atividades. Portanto a lógica da sua organização se dá pela seguinte forma: Texto que aborda o tema estudado, segmentado em subcapítulos com suas subseções, acompanhado de quadros, organogramas ou imagens, recursos gráficos em geral, citações de poemas, ou músicas, trechos de livros, e por fim as atividades que são: questionário, debate e os exercícios. A navegação do livro, sua paginação é a margem da direita o número dos capítulos aparecerem maiores inseridas num quadro rosa ou azul.

O livro também possui duas orelhas onde há um texto escrito pelos editores descrevendo e promovendo a obra, destacando que

> Os autores testaram a matéria com estudantes das séries ginasiais e das primeiras do curso cientifico, tendo tirado dessa experiência não só valiosas sugestões de forma e conteúdo mas também da certeza de que realizaram uma obra didaticamente adequada a alunos dentro deste limite de idades (Galache, Pimentel & Zanuy, Orelha do livro, 1971).

De todos os livros didáticos de EMC, a obra *Construindo Brasil* é a que possui uma diagramação mais sofisticada. Há quadros, ilustrações, fotocópias, organogramas, além de ser colorido, com os títulos dos capítulos e das seções em azul ou rosa, com trechos também destacados em cores. Esta estrutura combina (Figura 12) texto e elementos gráficos de forma organizada e atraente. Isso ajuda a criar um material didático mais eficaz e visualmente interessante.

FIGURA 12 – ILUSTRAÇÕES DA OBRA CONSTRUINDO O BRASIL



O amor também se aprende

O amor pode ser educado. Uma das tarefas mais importantes que o jovem pode empreender para tornar-se um *homem de caráter*, uma personalidade de valor, é educar-se no amor. O amor tem seus grandes inimigos que são o egoísmo, o ódio, a inveja, o comodismo, a indiferença, que você deve combater. Jesus Cristo, que nos deu o único, nôvo e principal mandamento, que deu exemplo do amor maior, porque deu a vida pela humanidade tôda, é também o grande educador do amor.

Numa das suas parábolas, a do *Bom Samaritano*, nos ensina, com um exemplo prático, que o amor consiste em obras concretas em favor do nosso irmão, que pode ser um estrangeiro, um desconhecido, que apareça de improviso em nosso caminho.

Quando Êle descreve o julgamento dos homens no final dos tempos mostra que o critério que separará os justos dos malvados será o amor: quem amou e tirou a fome, a sêde, a ignorância, o frio, o sofrimento do pobre, será salvo. O que ignorou a dor do mundo será condenado. *"Tudo que fizestes a um dêstes meus irmãos mais pequeninos, a mim é que o haveis feito. O que deixastes de fazer a um dêstes pequeninos é a mim que o deixastes de fazer."*

Jesus nos deixou uma série de critérios, a fim de não errarmos no amor. Se queres amar verdadeiramente:

1. *"Ama ao próximo como a ti mesmo."*
2. *"O que não queres que te façam, não o faças a outrem."*
3. Queres saber quanto tens que amar aos outros, qual a medida do amor? *"Êste é o meu preceito: que vos ameis uns aos outros, como eu vos tenho amado."*
4. E se é verdade que *"ninguém tem maior amor que aquêle que entrega a vida pelo amigo"*, Jesus nos amou sem medida, porque se entregou à morte por nós. Amar ao próximo é entregar-se a Êle até com sacrifício da própria vida.

Conclusão: No mundo muitos fizeram isto: os heróis e os santos.

O poder do amor

Há no homem algo maior que a capacidade de fazer progredir o mundo: é a capacidade de amar. Você já pensou o que seria um mundo de "robôs"? O que seria o mundo, mesmo com todos os progressos da ciência e da técnica, se não existisse amor? Pense no:

82

— Amor dos esposos
— Amor dos pais
— Amor dos irmãos na família
— Amizade entre os colegas
— Amor dos namorados
— Amor universal dos homens

Tôdas as fôrças do mundo, juntas, não movem tanto como o amor. O amor é uma energia superior a tôdas as outras. O homem tem essa grande capacidade, essa potencialidade imensa porque é imagem de Deus, que é AMOR. Êsse fogo poderosíssimo que é o amor deveria incendiar o mundo, diminuir as distâncias entre as pessoas, às classes, as nações e deveria lançá-los para a ação do progresso, da promoção humana de todo homem e de todos os homens.

No entanto o frio congela o mundo

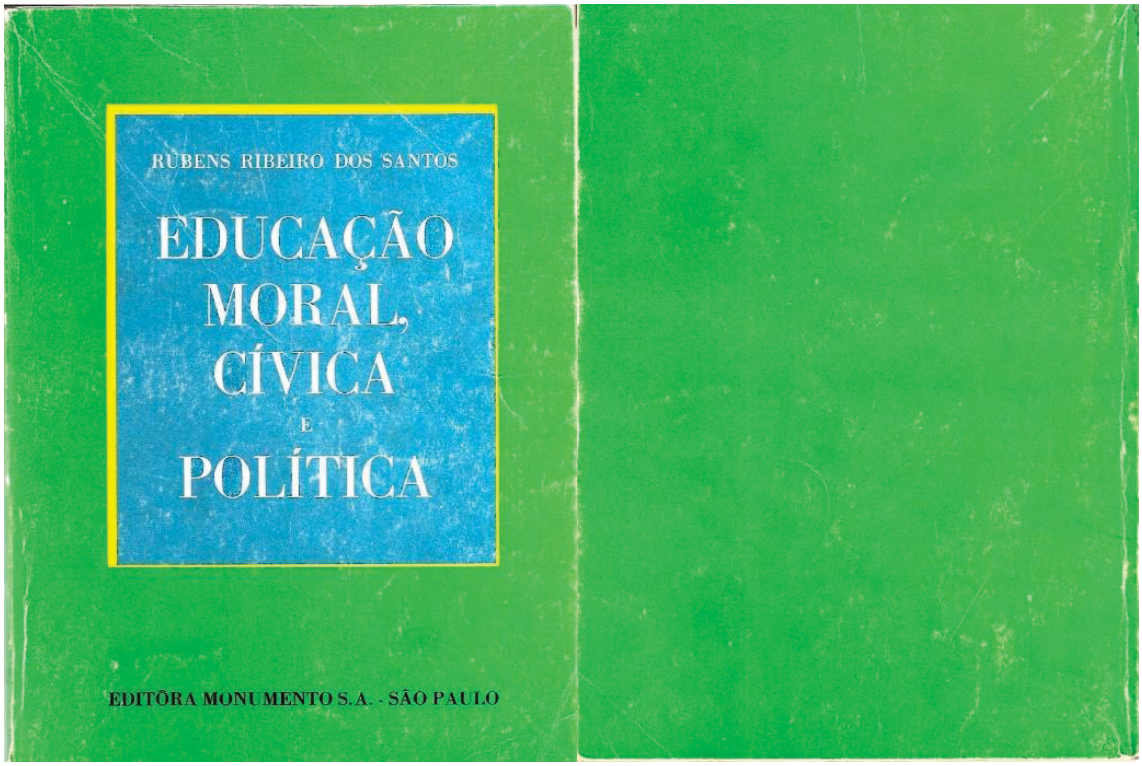
Três quartas partes da humanidade passam fome, não têm casa, estão doentes, são analfabetos, não têm trabalho, recebem salários mínimos, morrem de miséria. Existe a luta entre as classes, as separações raciais, a guerra, as guerrilhas, a violência que se omite e a violência que atua. Há o frio na favela e o frio no palácio. Gelou o coração do Epulão e a injustiça sofrida talvez faz nascer o ódio no coração de Lázaro. Os povos da miséria clamam com acento dramático aos povos da riqueza. Os povos poderosos fazem progredir a ciência e a técnica, dominam e conquistam as fôrças da natureza e os espaços siderais. Houve, porém, indiferença, frialdade no coração de Caim que não soube responder à pergunta: *Onde está teu irmão?*

83

FONTE: GALACHE, G; PIMENTEL, Maria T.; ZANUY, F. 1971. Construindo o Brasil. Educação moral, cívica e política. 1º ciclo e colegial. São Paulo: Edições Loyola. 2ª edição revisada.

Se por um lado a obra *Construindo o Brasil* dentro da nossa amostragem de livros de EMC representa o livro didático mais sofisticado em termos de design e diagramação, a obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) de Rubens Ribeiro dos Santos, da Editora Monumento, é a mais modesta. Capa simples (Figura 13) e com nenhum recurso gráfico no livro inteiro, é o único aqui analisado a não possuir nenhuma ilustração ou reprodução de fotografia.

FIGURA 13 – CAPA E CONTRA CAPA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MONUMENTO



FONTE: SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumento, 1971.

Mesmo a capa sendo simples, o simbolismo permanece, se traduz pela escolha das cores do fundo, verde, e o quadro onde se insere o nome do autor e o título da obra, azul com bordas amarelas, uma clara referência as cores da bandeira do Brasil. O livro de Santos (1970) é o menor do nosso quadro de amostras, tendo as dimensões 17,40 cm x 13 cm. O seu papel é de qualidade mais baixa comparado aos demais.

Djair Lázaro de Almeida (2009) em sua tese *Educação Moral e Cívica na ditadura militar: um estudo de manuais didáticos*, analisou vinte livros didáticos de EMC, com o intuito de compreender seu papel na formação de posturas de consentimento e de consonância com a Ditadura. Sua pesquisa adota como referencial metodológico de análise o materialismo dialético, pelas perspectivas historicistas de Antonio Gramsci. Dentre as obras analisadas, se encontra a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1971). Almeida (2009) assume que há uma certa singularidade nos livros didáticos de EMC, contudo, o que busca compreender é o discurso hegemônico, requerido para o bloco histórico no poder. Para Almeida (2009), os manuais didáticos de EMC são suportes disseminadores do pensamento ideológico militar, por tanto nos fornecem pistas quanto aos projetos educacionais da ditadura, como Mobral, EMC, Projeto Minerva.

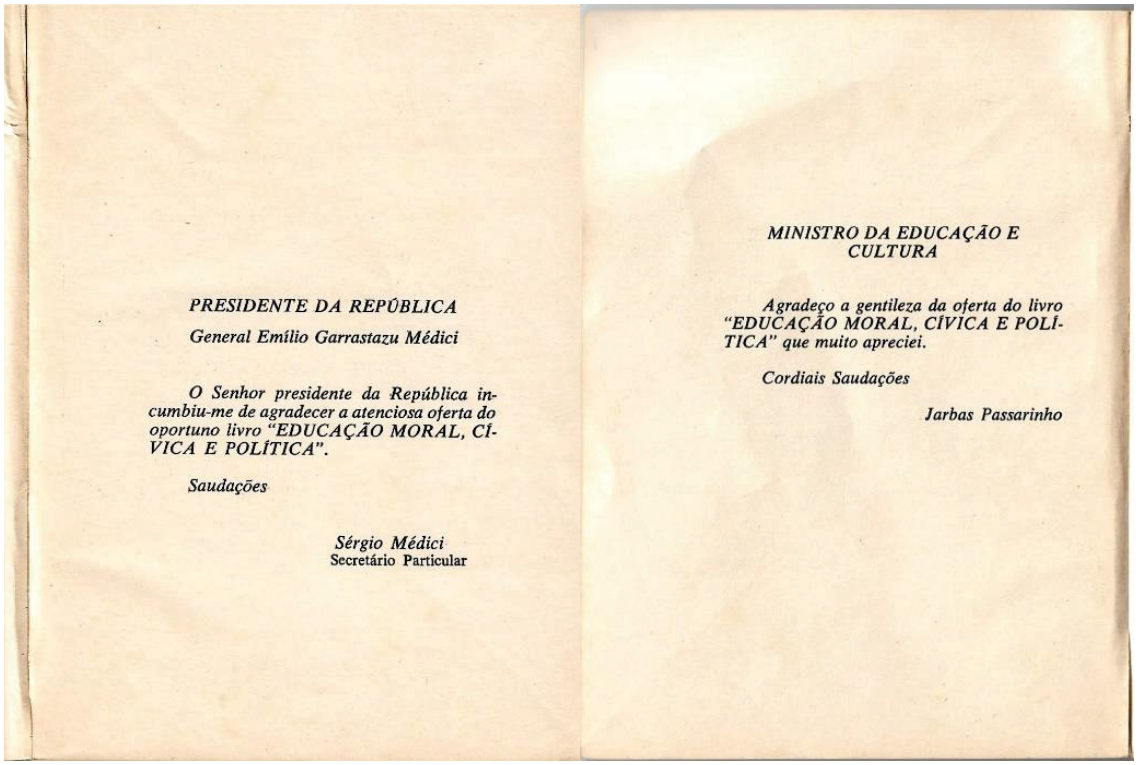
> Neste sentido, Almeida (2009) identifica o binômio segurança e desenvolvimento, relativos a Ideologia de Segurança Nacional, como a espinha dorsal da ideologia da disciplina. Doutrina aparentemente com princípios humanísticos, que tem como bem comum a síntese da convivência humana. Neste sentido, nos livros, inculca-se atitudes conformistas, uma vontade para um único projeto, o desenvolvimento da Nação, "a doutrina tenta atrelar as aspirações individuais aos interesses e aspirações do estado (Almeida, p17, 2009).

Almeida (2009) espelha os conteúdos contidos nos livros didáticos de EMC com os símbolos e slogans da época, como "Ninguém segura este país" e "Este é um país que vai para frente", que também expressavam as ideias de desenvolvimento e progresso. No entanto, Almeida (2009) argumenta que essas mensagens contrastavam com a realidade política e econômica do estado, onde a elite tecnocrática civil e militar manipulava políticas que privilegiavam uma minoria vinculada ao capital multinacional. Essa estratégia, segundo o autor, desviava a atenção da maioria da população, que era atraída pela promessa de um "Brasil Grande", enquanto na prática muitos eram marginalizados ou instrumentalizados para interesses específicos do poder estabelecido.

Para o Almeida (2009) a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1971) reflete os ideais do programa da "Revolução de 1964", enfatizando a integração nacional e a promoção de princípios democráticos, direitos individuais e a liberdade, contrastando com a exclusão dos considerados "pseudobrasileiros". O manual propõe uma educação moral e civismo para promover o bem-estar social, baseado em valores como responsabilidade, solidariedade e ordem, concebidos para fortalecer a coesão social e a harmonia sob um estado intervencionista.

Há na obra de Santos (1971) uma peculiaridade que aproxima da obra de Michalany e Ramos (1971): elogios de autoridades militares (Figura 14). Contudo, Santos (1971) sai na frente de Michalany Ramos (1971) por possuir figuras ilustres que endereçaram aprovação acerca do livro, como o Presidente/Ditador da época, General Emílio Garrastazu Médici e o então ministro da educação, Jarbas Passarinho.

FIGURA 14 – FELICITAÇÕES DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971)



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

General Emílio Garrastazu Médici

O Senhor presidente da República incumbiu-me de agradecer a atenciosa oferta do oportuno livro "EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA".

Saudações

Sérgio Médici
Secretário Particular

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Agradeço a gentileza da oferta do livro "EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA" que muito apreciei.

Cordiais Saudações

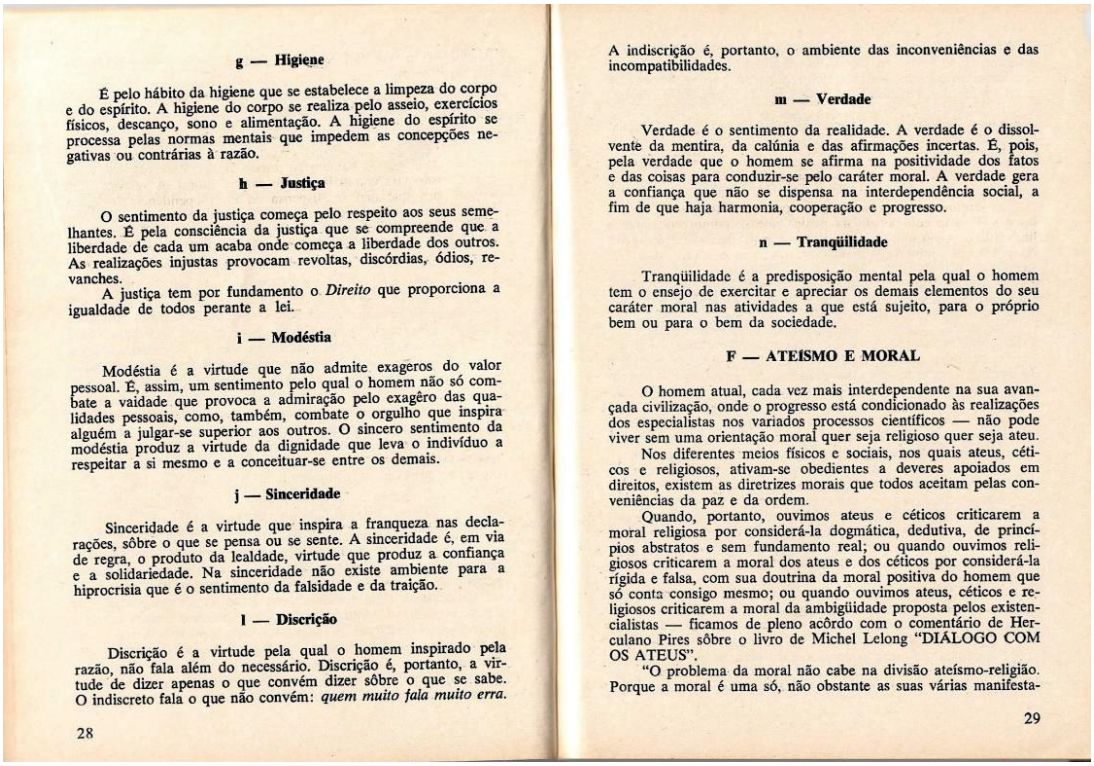
Jarbas Passarinho

FONTE: SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumento, 1971.

Apresentamos este elemento de antemão pois faz parte de sua organização material, após o contato com a capa e folha de rosto, o leitor se depara com estes agradecimentos que podem servir como recursos legitimadores de livro didático de Santos (1971), após estas páginas o leitor chega a sua introdução. Logo, há outra carta, esta endereçado pelo Ministério do Exército.

Por fim, o leitor chega ao índice, que organiza o conteúdo em três partes *Educação Moral*, subdivido em 15 subcapítulos, *Educação Cívica*, subdivido em quatro subcapítulos e a terceira parte, *Educação Política*, divido em três subcapítulos. Os Subcapítulos são textos devidos por parágrafos, de diagramação comum, margens. Contudo, por vezes ele é divido por tópicos, e estes, também as vez, são divididos por sub-tópicos. Os capítulos são identificados com algarismos romanos, os capítulos com letras maiúsculas, os tópicos com letras minúsculas e os sub-tópicos com números. O livro também não possui anexos ou qualquer referência a obras consultadas. O livro é inteiramente explicativo (figura 15), sem exercícios.

FIGURA 15 – ORGANIZAÇÃO INTERNA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971)



g — Higiene

É pelo hábito da higiene que se estabelece a limpeza do corpo e do espírito. A higiene do corpo se realiza pelo asseio, exercícios físicos, descanço, sono e alimentação. A higiene do espírito se processa pelas normas mentais que impedem as concepções negativas ou contrárias à razão.

h — Justiça

O sentimento da justiça começa pelo respeito aos seus semelhantes. É pela consciência da justiça que se compreende que a liberdade de cada um acaba onde começa a liberdade dos outros. As realizações injustas provocam revoltas, discórdias, ódios, revanches.

A justiça tem por fundamento o *Direito* que proporciona a igualdade de todos perante a lei.

i — Modéstia

Modéstia é a virtude que não admite exageros do valor pessoal. É, assim, um sentimento pelo qual o homem não só combate a vaidade que provoca a admiração pelo exagêro das qualidades pessoais, como, também, combate o orgulho que inspira alguém a julgar-se superior aos outros. O sincero sentimento da modéstia produz a virtude da dignidade que leva o indivíduo a respeitar a si mesmo e a conceituar-se entre os demais.

j — Sinceridade

Sinceridade é a virtude que inspira a franqueza nas declarações, sôbre o que se pensa ou se sente. A sinceridade é, em via de regra, o produto da lealdade, virtude que produz a confiança e a solidariedade. Na sinceridade não existe ambiente para a hiprocrisia que é o sentimento da falsidade e da traição.

l — Discrição

Discrição é a virtude pela qual o homem inspirado pela razão, não fala além do necessário. Discrição é, portanto, a virtude de dizer apenas o que convém dizer sôbre o que se sabe. O indiscreto fala o que não convém: *quem muito fala muito erra.*

28

A indiscrição é, portanto, o ambiente das inconveniências e das incompatibilidades.

m — Verdade

Verdade é o sentimento da realidade. A verdade é o dissolvente da mentira, da calúnia e das afirmações incertas. É, pois, pela verdade que o homem se afirma na positividade dos fatos e das coisas para conduzir-se pelo caráter moral. A verdade gera a confiança que não se dispensa na interdependência social, a fim de que haja harmonia, cooperação e progresso.

n — Tranqüilidade

Tranqüilidade é a predisposição mental pela qual o homem tem o ensejo de exercitar e apreciar os demais elementos do seu caráter moral nas atividades a que está sujeito, para o próprio bem ou para o bem da sociedade.

F — ATEÍSMO E MORAL

O homem atual, cada vez mais interdependente na sua avançada civilização, onde o progresso está condicionado às realizações dos especialistas nos variados processos científicos — não pode viver sem uma orientação moral quer seja religioso quer seja ateu.

Nos diferentes meios físicos e sociais, nos quais ateus, céticos e religiosos, ativam-se obedientes a deveres apoiados em direitos, existem as diretrizes morais que todos aceitam pelas conveniências da paz e da ordem.

Quando, portanto, ouvimos ateus e céticos criticarem a moral religiosa por considerá-la dogmática, dedutiva, de princípios abstratos e sem fundamento real; ou quando ouvimos religiosos criticarem a moral dos ateus e dos céticos por considerá-la rígida e falsa, com sua doutrina da moral positiva do homem que só conta consigo mesmo; ou quando ouvimos ateus, céticos e religiosos criticarem a moral da ambigüidade proposta pelos existencialistas — ficamos de pleno acôrdo com o comentário de Herculano Pires sôbre o livro de Michel Lelong "DIÁLOGO COM OS ATEUS".

"O problema da moral não cabe na divisão ateísmo-religião. Porque a moral é uma só, não obstante as suas várias manifesta-

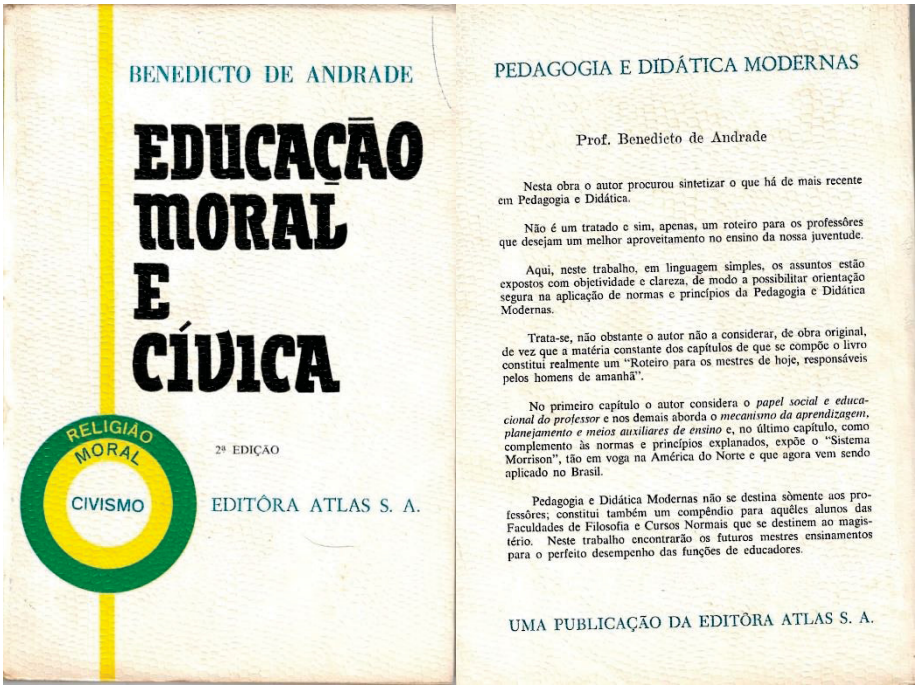
29

FONTE: SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumental, 1971.

Outra obra privilegiada nesta sessão é a de Benedicto de Andrade intitulada *Educação Moral e Cívica* (1971), que se encontra em um meio termo entre a obra de Santos e de Galache, Pimentel e Zanuy (1971).

Não é totalmente ilustrada e com um diagramação sofisticada quanto da obra *Contruindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971), como também não é tão modesta e vazia de figuras, fotocópias e ilustrações como a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1970). Suas dimensões são as mesmas da obra de Michalany e Ramos, 21,00 cm x 13,00 cm. Uma capa simples (Figura 16), com textura de couro, mas que também remete aos simbolismo patriótico, característica recorrente nos livros didáticos de EMC, com um selo em cores verdes e amarelo e os dizeres "Religião, Moral e Civismo".

FIGURA 16 – CAPA E CONTRA CAPA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA* DE ANDRADE (1971)



FONTE: ANDRADE, Benedito de. 1971. Educação Moral e Cívica. São Paulo, Editora Atlas. Curso médio. 2ª edição Revista e aumentada.1971

A Editora Atlas, assim como a Edições Loyola, também aproveitou sua contracapa para promover seus trabalhos, no caso a divulgação da obra do próprio autor Benedicto de Andrade: *Pedagogia e Didática Moderna*. A obra possui orelhas, onde se encontra uma explanação dos editores sobre a obra e comentários elogiosos ao General Professor Benedicto de Andrade (1971)[24].

A obra de Benedicto de Andrade foi analisada por Daniele Gusmão (2018) em sua dissertação de mestrado *Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de educação moral e cívica (1969-1986).* Gusmão (2018), entende os livros didáticos de Educação Moral e Cívica como suportes disseminadores de padrões de civilidade, do caráter de um brasileiro idealizado.

Para Gusmão (2018) os livros didáticos de EMC "estavam mais para uma educação do comportamento do que para uma educação do conhecimento, pois sua finalidade era condicionar os alunos dentro de um perfil de homem almejado pela sociedade" (p. 76).

---

[24] "A qualidade de educador e ex-professor da Academia Militar das Agulhas Negras, forja de patriotismo e civismo de nossa juventude militar, permitiu ao autor dar à exposição da matéria um cunho altamente patriótico, onde são realçados os valores morais e cívicos do bom cidadão" (Andrade, 1971)

Na análise de Gusmão (2018) sobre a obra de Benedicto de Andrade (1971), destaca-se que o autor delineia o conceito de homem civilizado brasileiro como aquele que adota bons hábitos, reverencia os símbolos nacionais e demonstra atos de cortesia, defesa, abnegação e heroísmo. Andrade (1971) propõe seis categorias de valores essenciais, incluindo valores úteis, vitais, lógicos, estéticos, éticos e religiosos, fundamentais para o desenvolvimento moral e cívico dos indivíduos (Gusmão, 2018). Andrade (1971) enfatiza que o bom cidadão deve participar ativamente na vida do Estado, exercendo direitos políticos e cumprindo deveres morais e cívicos, essenciais para a coesão social e o progresso da pátria.

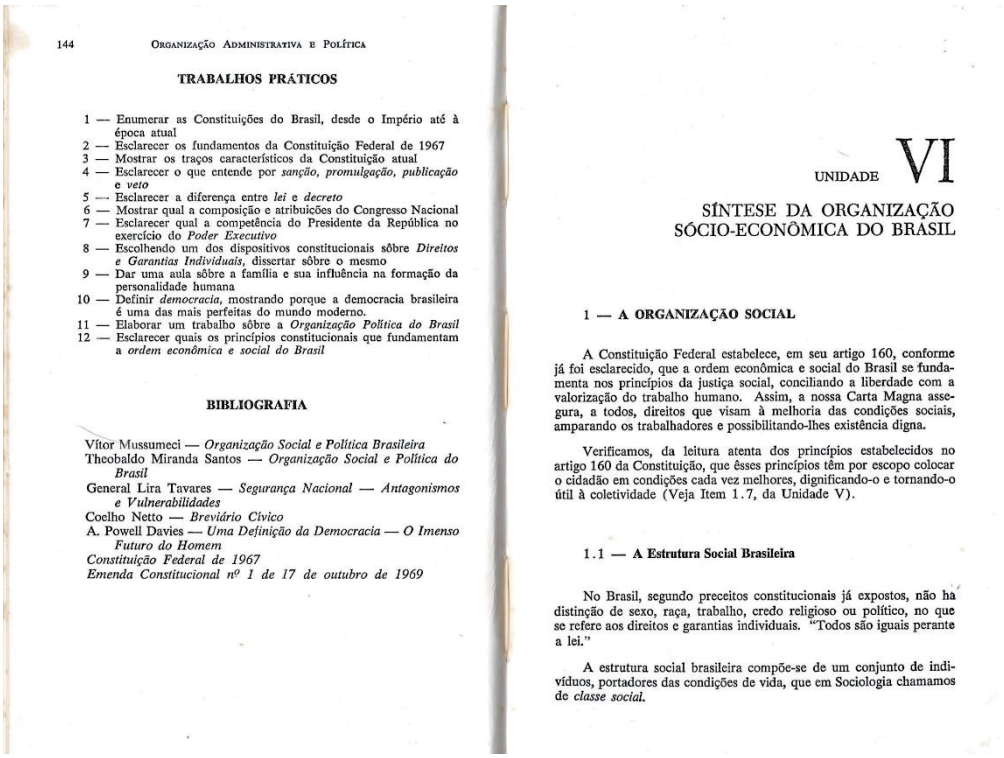
Segundo Gusmão (2018, p. 150), para Andrade (1971) a escola seria vista como um instrumento condicionante para moldar os alunos de acordo com os anseios da política nacional do regime civil-militar.

> Sob a influência deweyana, Andrade (1971) elucidava a Escola como sendo um grupo social simplificado que possibilitaria a inserção do sujeito em sociedade. Ela seria pensada enquanto instrumento condicionante para moldar o aluno segundo os anseios da política nacional do regime civil-militar. Os alunos, por meio de sua inserção nesse grupo social, aprenderiam a conviver em sociedade e adquiririam competências para que se tornassem úteis para o desenvolvimento do Brasil Grande que se queria construir por meio de sujeitos que trabalhassem para seu desenvolvimento.

Para além da folha de rosto a obra possui, antes do índice, um quadro que possui uma citação de Rui Barbosa do texto *A Pátria*. Por fim, chegamos no seu índice, acompanhado pelo prefácio e pela orientação geral, para então os capítulos. O livro é divido em nove partes, e todos os capítulos destas partes são subdividas em subitens: I - *Moral e a Religião*, com dois capítulos, II - *Formação Moral e Cívica*, divido por dois capítulos, III - *Nação Brasileira e Cívica*, possui um capítulo, IV - *A Pátria Brasileira*, dívida em seis capítulos, V *Organização Administrativa e Política*, possui dois capítulos, VI *Síntese da Organização Socioeconômica do Brasil* VII - *O Brasil e o Mundo*, com dois capítulos, VIII - *As principais estruturas sociais contemporâneas*, com cinco capítulos, sem subitens, e pôr fim a última unidade IX *Deveres e direitos Fundamentais do Homem*.

A obra possui uma organização bem diferente das duas até aqui analisada. Há o texto explicativo do capítulo, com seus subitens e que posteriormente é sumarizado. Após temos o tópico “Temas para Estudo”. Cada capítulo possui um número específicos do tema, sendo a exemplo, no primeiro, quinze temas, segue-se o tópico “Trabalhos Práticos”, essa organização é demonstrada na figura (17) abaixo

FIGURA 17 – ORGANIZAÇÃO DA OBRA DE ANDRADE (1971)



144 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

TRABALHOS PRÁTICOS

1 — Enumerar as Constituições do Brasil, desde o Império até à época atual
2 — Esclarecer os fundamentos da Constituição Federal de 1967
3 — Mostrar os traços característicos da Constituição atual
4 — Esclarecer o que entende por *sanção, promulgação, publicação* e *veto*
5 — Esclarecer a diferença entre *lei* e *decreto*
6 — Mostrar qual a composição e atribuições do Congresso Nacional
7 — Esclarecer qual a competência do Presidente da República no exercício do *Poder Executivo*
8 — Escolhendo um dos dispositivos constitucionais sôbre *Direitos e Garantias Individuais*, dissertar sôbre o mesmo
9 — Dar uma aula sôbre a família e sua influência na formação da personalidade humana
10 — Definir *democracia*, mostrando porque a democracia brasileira é uma das mais perfeitas do mundo moderno.
11 — Elaborar um trabalho sôbre a *Organização Política do Brasil*
12 — Esclarecer quais os princípios constitucionais que fundamentam a *ordem econômica e social do Brasil*

BIBLIOGRAFIA

Vítor Mussumeci — *Organização Social e Política Brasileira*
Theobaldo Miranda Santos — *Organização Social e Política do Brasil*
General Lira Tavares — *Segurança Nacional — Antagonismos e Vulnerabilidades*
Coelho Netto — *Breviário Cívico*
A. Powell Davies — *Uma Definição da Democracia — O Imenso Futuro do Homem*
Constituição Federal de 1967
Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969

UNIDADE VI

SÍNTESE DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO BRASIL

1 — A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 160, conforme já foi esclarecido, que a ordem econômica e social do Brasil se fundamenta nos princípios da justiça social, conciliando a liberdade com a valorização do trabalho humano. Assim, a nossa Carta Magna assegura, a todos, direitos que visam à melhoria das condições sociais, amparando os trabalhadores e possibilitando-lhes existência digna.

Verificamos, da leitura atenta dos princípios estabelecidos no artigo 160 da Constituição, que êsses princípios têm por escopo colocar o cidadão em condições cada vez melhores, dignificando-o e tornando-o útil à coletividade (Veja Item 1.7, da Unidade V).

1.1 — A Estrutura Social Brasileira

No Brasil, segundo preceitos constitucionais já expostos, não há distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso ou político, no que se refere aos direitos e garantias individuais. "Todos são iguais perante a lei."

A estrutura social brasileira compõe-se de um conjunto de indivíduos, portadores das condições de vida, que em Sociologia chamamos de *classe social.*

FONTE: ANDRADE, Benedito de. 1971. Educação Moral e Cívica. São Paulo, Editora Atlas. Curso médio. 2ª edição Revista e aumentada.1971

Dentre os livros analisados em nossa amostra, o livro de Benedicto Andrade (1971) é o único a fornecer uma bibliografia, ainda que de uma forma peculiar, não ao final do livro, mas no final de cada unidade. Além disso, o livro também é o único que possui apêndice, nele constam: Hinário Cívico, Poesia Nossa e o Calendário Cívico. Há poucas ilustrações na obra, apenas na Unidade IV *Pátria Brasileira*, onde estão presentes duas representações: uma da bandeira e outra do brasão do Brasil, ambas impressas frente e verso uma folha fotográfica, de maior qualidade.

Algo que afirmamos na introdução deste trabalho era de que o livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) se destacava por possuir um volume maior de conteúdo historiográfico referente aos demais livros de EMC. Para efeitos de demonstração deste aspecto, a seleção destes três livros e uma comparação são um bom exemplo de como outros autores e editoras inserem o conteúdo histórico em seus livros didáticos.

Dentre todos os três livros analisados o de Rubens Ribeiro dos Santos (1971), *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1970) é o que possui o maior número de páginas destinadas

a História do Brasil (Quadro 4). Contudo os textos são bem resumidos e generalistas, não explorando tópicos específicos da história nacional. O conteúdo relacionado a História do Brasil se encontra no final do livro de Santos (1971), na terceira parte intitulada *Educação Política* (fundamentos históricos), que possui três capítulos, cada um com seus subcapítulos:

QUADRO 4 – ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO HISTÓRICO DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971)

A) História Política do Brasil	**B) República Brasileira**	**C) Evolução da Democracia**
a – Antecedentes Históricos	a – 1ª Fase – 1891 a 1930	a – Democracia Brasileira
b – Brasil Colônia	b – 2ª Fase – 1930 a 1951	b – Humanização do Trabalho
c – Reino do Brasil	c – 3ª Fase – 1951 a 1970	c – Trabalhador nos Regimes Políticos
d – Brasil Império	d – objetivos da revolução de 1964	d – Reforma Social

FONTE: SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumental, 1971.

O livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1971) apresenta um total de 236 páginas, distribuídas em três unidades temáticas: *Educação Moral*, com 79 páginas; *Educação Cívica*, também com 79 páginas; e a *Educação Política*, que ocupa 55 páginas. Na unidade de *Educação Política*, 43 páginas são dedicadas a uma narrativa linear da História do Brasil, enquanto o último item, intitulado "C) Evolução da Democracia", aborda outros temas que extrapolam a história nacional, incluindo reflexões sobre sistemas políticos, valores democráticos e questões sociais.

Podemos considerar que o acréscimo da palavra "Política" no título da obra, reflete esse conteúdo, a educação política, título desta unidade, trata-se de uma educação histórica.

As primeiras páginas desta unidade são uma espécie de preambulo, onde o autor apresenta uma linha evolutiva do pensamento político, desde as civilizações antigas até as disputas ideológicas do século XIX e XX. Destaca-se a relação entre política, moralidade e sistemas econômicos. Ao final, o texto adota uma postura crítica frente aos dois grandes sistemas políticos e econômicos dominantes na época – comunismo e capitalismo de Estado – sugerindo a necessidade de uma renovação da democracia para atingir a necessária justiça social. Nas palavras de Santos (1971), a humanidade estava dívida em dois grupos:

> O grande grupo de todas as raças, classes e credos que aceita o comunismo, mas compreende que a sua igualdade e fraternidade não tem, nem pode ter consistência porque são elas consequência da anulação do direito à propriedade conseguida com as limitações da liberdade que o Estado impôs a todos. E o grande grupo de todas as raças, classes e credos que aceita a Democracia, mas compreende que ela somente poderá absorver o comunismo se voltar-se para si mesmo com sinceros propósitos de elevada justiça social a fim de realizar o seu postulado de igualdade de modo que seja

> possível a cada um e a todos a propriedade privada para que haja a capitalização do povo pelo seu trabalho – contra o capitalismo do Estado (p. 183).

Essa percepção crítica do capitalismo não era exclusividade de Santos (1971), mas também refletia as preocupações do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, de acordo com Edilene dos Santos (2017), ao analisar o discurso do ministro publicado na primeira edição da revista *Educação* do Ministério da Educação, lançada em abril de 1971. Segunda a autora, na análise do discurso evidencia-se, pelo menos no campo retórico, sua crítica tanto ao materialismo marxista quanto ao materialismo capitalista, pois ambas perspectivas afastavam o cidadão de Deus, apontando para um conflito entre progresso material e valores espirituais (Dos Santos, 2017)

A narrativa da História do Brasil, segundo Rubens Ribeiro dos Santos (1971), é estruturada em torno de uma visão idealizada de busca pelo bem comum, sustentada pelos princípios de fraternidade, igualdade, democracia e desenvolvimento. Esses valores, centrais tanto à Doutrina de Segurança Nacional quanto à Educação Moral e Cívica, seriam, conforme o autor, profundamente enraizados na história do país.

Nesse sentido, figuras históricas como os nativistas do século XVI, os bandeirantes do século XVII e os mártires das lutas pela independência no século XVIII são apresentados como exemplos de patriotismo e dedicação à pátria, reforçando uma narrativa que os coloca como modelos a serem imitados em uma construção de uma identidade nacional unilateral. Para Santos (1971, p. 187), a consciência democrática brasileira seria fruto "de seu passado glorioso no gozo da liberdade que nunca aceitou desigualdades".

A História do Brasil narrada por Santos (1971) tem início em Portugal, abordando a expansão marítima lusitana que levou à colonização do território brasileiro, conforme exposto no subitem 'a) Antecedentes'. A obra se estende até o período da ditadura civil-militar, encerrando a temática no subitem 'd) Objetivos da Revolução'. No entanto, trata-se de uma narrativa objetiva e bastante sucinta."

No tópico "b – Brasil Colônia", situado no primeiro capítulo desta unidade, dedica-se apenas um único parágrafo à análise da Revolta de Beckman, das Guerras dos Emboabas e da Inconfidência Mineira. Cabe destacar que o principal mártir da Inconfidência, Tiradentes, não é mencionado de forma nominal, o que denota uma abordagem superficial desses eventos históricos.

Segundo (Santos, 1970, 194), nesses movimentos “já era evidente a influência de sentimentos morais, cívicos e políticos”. Santos (1971) opera em sua narrativa uma aliança bem costurada entre o passado nacional com os preceitos morais e cívicos. Para o autor esses

movimentos de insurreição de clamor de independência nacional, evocavam o sentimento de autonomia: “Esse sentimento de autonomia escudada na moral e no civismo que tinha raízes nos feitos históricos – é observado, como de grande significação porque ele representa uma unidade de ação para a formação da Pátria com o concurso das três raças [...]” (Santos, 1971, p, 194).

Observa-se neste trecho uma tentativa de legitimar a ideia de uma suposta harmonia racial na formação da nação brasileira, ao atribuir aos movimentos de insurreição um caráter unificador que teria envolvido as "três raças" de forma equitativa. Santos (1971) não apresenta as dinâmicas de violência, exploração e exclusão impostas às populações indígenas e negras, reproduzindo a narrativa da falsa democracia racial e apagando as desigualdades estruturais que marcaram a história do país.

A abordagem de Santos (1971) é explicitamente instrumentalizada, apresentando uma visão coesa e funcional da história, na qual os fatos históricos são cuidadosamente selecionados e organizados de forma estratégica para atender aos objetivos específicos da obra: a promoção de valores cívicos e morais, necessários para a formação de um cidadão ideal para a ditadura civil-militar.

Na organização da representação da História do Brasil, há um entrecruzamento entre passado e presente no capítulo “República Brasileira”, especificamente em dois tópicos: “c) 3ª Fase: De 1951 a 1970” e “d) Objetivos do Golpe”. No tópico “c) 3ª Fase: De 1951 a 1970”, a narrativa é construída com o intuito de legitimar o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar. A análise começa com o Governo de Getúlio Vargas (1951-1954), descrito como o início da “Mafalda política”. O autor chega a afirmar que o suicídio de Vargas ocorreu porque ele considerou “incontroláveis as reações democráticas” (Santos, 1971, p. 207).

Mais adiante, o governo de João Goulart é apresentado como um período de radicalização, culminando na chamada “Revolução de 31 de março de 1964”, descrita como uma resposta inevitável a esse contexto.

No tópico seguinte, “d) Objetivos da Revolução”, reproduz-se um discurso do então presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, feito durante a celebração do 25º aniversário da tomada de Monte Castelo pelas Forças Armadas, reforçando a retórica oficial de legitimação do golpe e do regime.

Dando continuidade na análise do conteúdo histórico dos livros de EMC, na obra de Benecdito Andrade (1971), a narrativa histórica é resumida, pois segundo o autor “Não seria possível em um simples compendio de educação moral e cívica analisarmos em profundidade as características históricas da pátria brasileira” (Andrade, 1971, p. 96). O resultado foi a

dedicação de apenas 10 páginas destinado a esse conteúdo em um total de 231 páginas que compões a obra *Educação Moral e Cívica*.

Logo, embora no início desta unidade, Andrade (1971) declara que "a história da pátria brasileira, mostra-nos que os ideais de brasilidade são faróis luminosos demarcarem a rota de um povo no caminho da perfeição" (Andrade, 1971. 95), há pouca explicitação sobre como essa história é apresentada em termos de conteúdo no livro. Ela se encontra na IV unidade *A Pátria Brasileira* nos seguintes itens 2 – Características Físicas e Históricas, 3 – Vultos Nacionais, este que é subdivido em, 3.1 - Os grandes Homens Construtores da Nacionalidade, 3.2 - Os Mártires da Liberdade, 3.3 – Outros Heróis da Nacionalidade.

Conforme já mencionado, a obra de Andrade (1971) destaca-se, dentre as analisadas, por ser uma das poucas a apresentar referências, característica que também se evidencia em sua abordagem histórica. Nesse contexto, Andrade faz (1971) uso da periodização da evolução histórica do Brasil proposta por Roberto Simonsen[25], limitando sua narrativa à explicação dos ciclos econômicos. Essa perspectiva, que se inicia com o ciclo do pau-brasil e se encerra com o ciclo do café.

No caso dos vultos nacionais, Andrade (1971) em 3.1 Os grandes Homens Construtores da Nacionalidade, apresenta uma história política não linear, citando primeiramente a biografia e feitos de homens do Império como: José Bonifácio, Evaristo Veiga, Dom Pedro II, homens da república como: Benjamin Constant, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, entre outros. Neste trecho, há citações da obra *História dos Fundadores do Império do Brasil* de Octávio Tarquínio de Souza e *A Pátria Brasileira* de Coelho Neto.

Já no tópico 3.2 - Os Mártires da Liberdade, é descrito um pouco os feitos de Felipe dos Santos e Tiradentes. E por fim, no tópico 3.3 – Outros Heróis da Nacionalidade, temos apenas a citação de quem seria esses heróis sem se aprofundar muito de seus feitos: Campo de batalhas: Caxias, Osorio Oswaldo Cruz, Almirante Barroso, Marcílio Dias, na ciência: Santos Dumont, Vital Brasil, Oswaldo Cruz etc. Na Política: Rui Barbosa. E Na arte e literatura Carlos Gomes, Pedro Américo, Castro Alves, Monteiro Lobato, entre outros.

Como descrito anteriormente, na obra de Andrade (1971), em todo final de unidade há sumarização do conteúdo da unidade, uma sugestão de temas para estudos e os trabalhos

---

[25] Roberto Simonsen (1889–1948) foi um historiador, empresário e político brasileiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), da Academia Paulista de Letras e da Academia Brasileira de Letras (ABL). Destacou-se por sua interpretação economicista da história do Brasil, enfatizando o papel central das estruturas econômicas, especialmente agrícolas e industriais, na formação do país.

práticos. Neste sentido, identificamos alguns trabalhos relacionados a história. No "Tema de Estudos", do capítulo IV *A Pátria Brasileira*:

> 4 – Características históricas; Os ciclos da evolução histórica do Brasil
> 5 – Os Bandeirantes
> 6 – A contribuição dos jesuítas para a formação da pátria brasileira
> 7 – Os grandes homens construtores da nacionalidade
> 8 – Os mártires da liberdade
> 9 – Outros heróis da nacionalidade
> 10 – O "Marechal da Pazz" - Candido Mariono da Silva Rondon (Andrade, 1971, p. 121).

Nos "Trabalhos Práticos":

> 4 – Esclarecer por que o ciclo do pau-brasil merece a nossa atenção no estudo da formação da nacionalidade
> 5 – Mostrar como surgiram as vilas e cidades brasileiras
> 6 – Esclarecer qual foi a obra dos jesuítas na formação da nacionalidade brasileira
> 9 – Esclarecer por que José Bonifácio é considerado "Patriarca da Independência"
> 10 – Mostrar qual foi o papel do Padre Feijó no 2º Império
> 11 – Esclarecer por que devemos considerar D. Pedro II como um dos grandes homens construtores da nossa nacionalidade
> 12 – Escrever um trabalho sobre o martírio de Felipe dos Santos
> 13 – Aproveitando a leitura do livro "Retirada da Laguna", elaborar uma composição sobre esse episódio da história pátria
> 14 – Mostrar quem foi Marechal Rondon e por que ele é chamado de "Marechal da Paz" (Andrade, 1971, p. 121).

Há no livro de Andrade (1971), *Educação Moral e Cívica,* outra narrativa histórica, que aparece em outra unidade, VI - *A Organização Social* no tópico 2.1 Evolução Econômica do Brasil, retomando um tema já discutido na unidade anterior. O autor discute as dinâmicas das mudanças econômicas do país para além das questões dos ciclos econômicos, já explanado anteriormente. Neste trecho, passa por todos os períodos, colônia, império, república. Esse texto breve, com apenas algumas laudas, é significativo, pois contém o único parágrafo de todo o livro que aborda a ditadura civil-militar. Após fazer uma breve síntese da evolução econômica do Brasil, o autor menciona:

> A 31 de março de 1964, um movimento revolucionário, liderado pelas Forças Armadas, depôs o Presidente da República. Esse movimento teve por objetivo combater a corrupção e impedir a infiltração comunista que vinha solapando as instituições. Os governos instituídos pela revolução redentora vem promovendo o desenvolvimento econômico do país, que hoje apresenta um índice do progresso verdadeiramente promissor (Andrade, 1971, p. 150).

Em síntese, a obra de Andrade (1971), *Educação Moral e Cívica*, adota uma perspectiva mais pedagógica em relação a Santos (1971). Apesar do espaço limitado dedicado à história,

Andrade (1971) oferece referências bibliográficas[26] e propõe atividades que incentivam o leitor a explorar mais profundamente os temas abordados. Essa abordagem, ao contrário de Santos (1971), sugere um compromisso em estimular a autonomia intelectual dos estudantes, oferecendo ferramentas ao professor para que eles próprios se engajem com os conteúdos. No entanto, é relevante observar que Andrade (1971) também estrutura a narrativa histórica com o propósito de fortalecer ideais cívicos e enaltecer figuras emblemáticas da identidade nacional, alinhando-se a um discurso que buscava promover a coesão cultural e social necessária para sustentar a legitimidade da ditadura civil-militar.

Por outro lado, a obra *Construindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971) apresenta uma abordagem histórica ainda mais sucinta, limitada às breves biografias de figuras nacionais como Marechal Cândido da Silva Rondon, Ana Justina Nery, Monteiro Lobato, José Bonifácio e Caxias, localizadas ao final de cada parte ou unidade. Os textos biográficos são extremamente concisos, raramente ultrapassando uma página, e a narrativa histórica se restringe a eventos pontuais.

Construindo o Brasil também apresenta uma narrativa da história brasileira no capítulo 25, *Brasil: principais datas brasileiras*, na terceira parte intitulada “Visão do Brasil”. Nessa seção, apenas algumas datas, como 21 de abril de 1792, 7 de setembro de 1822 e 15 de novembro de 1889, recebem descrições mínimas. Há entre essas datas, o fatídico dia 31 de março, e assim que os autores a descrevem: “Aniversário da Revolução de 1964, início de uma nova era política brasileira de combate ao desenvolvimento do comunismo e à corrupção”.

Outro trecho relevante sobre os acontecimentos de março de 1964 está presente na 2ª Parte: *Visão da Sociedade*, no Capítulo 18, "Estado: Origem, definição e elementos constitutivos". Nesse trecho, há uma narrativa sobre a História do Brasil no tópico "Formas de Governo na História do Brasil". Esse tópico apresenta, de maneira sucinta, as diferentes formas de governo ao longo dos principais períodos históricos do país — Colônia, Império e República. Em seguida, o texto avança para o tópico "Organização Política Atual do Brasil", que aborda a estrutura política vigente na década de 1970.

> Com a Revolução de Março de 1964 foi instaurado no País um nôvo sistema político. A Revolução manteve a Constituição de 1946, o Govêrno, porém, foi dotado de poderes especiais. Nos têrmos do nôvo Ato Institucional, foi eleito Presidente Mal.

---

[26] As referências listadas no final desta unidade são: A. de Sampaio Dória – *O que o Cidadão deve saber*, José Ingenieros – *O Homem Medíocre*, Coelho Netto e Olavo Bilac – *A Pátria Brasileira*, Monteiro Lobato – *Cidades Mortas,* Octávio Tarquínio de Souza – *Histórias dos Fundadores do Império do Brasil*, Antônio D’Ávila – *Pátria Brasileira,* Maria da Gloria Lopes de Barros – *Coletânea Cívica*, Luiz Edmundo – *Olhando para Atrás*, Mariza Lira – *História do Hino Nacional Brasileiro*

> Humberto de Alencar Castelo Branco, que no fim de seu mandato deu ao Brasil nova ordem jurídica, com a Constituição de 24 de jaro de 1967. Em consequência de uma crise política foi editado o Ato Institucional nº 5 que decretou recesso do Legislativo (13-12-1968). Quando em meados de 1969 se estavam fazendo estudos para a reforma da Constituição, adoeceu gravemente o Presidente Costa e Silva, substituindo-o os Ministros Militares, que aprovaram a emenda constitucional alterando vários pontos da Carta Magna. Foi reaberto o Congresso, tendo sido eleito o Presidente, General Emílio Garrastazu Médici [...] (Galache, Pimentel & Zanuy, 1971, p, 179).

Assim como na obra de Andrade (1971), o livro de Galache, Pimentel e Zanuy (1971) também inclui atividades no final de cada unidade, como questionários, debates e exercícios, seguindo a metodologia do Estudo Dirigido. Embora ofereça poucos elementos para uma narrativa histórica aprofundada, incentiva discussões reflexivas[27] sobre a história e as figuras históricas do Brasil.

Iniciamos este capítulo com uma crítica aos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, publicada no jornal *Estado do Mato Grosso*. A matéria apontava que muitas dessas obras não correspondiam ao programa curricular, extrapolando os conteúdos prescritos. Na nossa perspectiva, tal fenômeno não se deve exclusivamente à negligência de autores ou editoras, mas sim à própria natureza instável dessa disciplina escolar. A Educação Moral e Cívica, com seu currículo que ambicionava abarcar tópicos tão variados quanto a "Harmonia do Universo", a "Axiologia", as "Tradições do Povo Brasileiro" e as "Formas de Governo", entre outros, carecia de uma coesão rigorosa. Essa fluidez epistemológica reverberava inevitavelmente nas obras destinadas ao ensino da disciplina, que tentavam organizar saberes tão elusivos sob os rígidos imperativos da moral e do civismo.

A análise empírica que empreendemos sobre os livros de EMC, utilizando o vasto acervo do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, revelou disparidades significativas entre as obras, evidenciando a singularidade de cada publicação e as distintas apropriações do currículo por parte de seus autores e editoras. Por exemplo, *Construindo o Brasil* (1971), de Galache, Pimentel e Zanuy incorporava conteúdos relacionados a normas de trânsito e conselhos para o namoro. Já *Educação Moral, Cívica e Política* (1971), de Santos, abordava temas como erotismo, sexualidade e o papel das mulheres na sociedade. Por sua vez, Andrade, em *Educação Moral e Cívica* (1971), ao tratar da questão religiosa, apresentava ao leitor uma pluralidade de tradições espirituais, como o Confucionismo, o Budismo, o

---

[27] 1. Qual a pessoa histórica mais importante no Brasil em política, em economia, em ciências, em filosofia, em religião?
2. Que é que levou essas pessoas a se tornarem-se famosas e úteis à Pátria?
3. Como podemos imitá-las? (Galache, Pimentel e Zanuy 1971, p.)

Bramanismo etc.

A matéria também criticava a qualidade de edição das obras, que na realidade, o que notamos era muito diversa, tendo livros de todos os tipos: com ilustrações, sem ilustrações, com capa dura, capa mole, com recursos gráficos como quadros e organogramas ou livros que traziam textos explicativos do seu início ao fim.

Por fim, a crítica também recaía a narrativa histórica do Brasil, apontando que a maioria narrativa muito ufanista e simplista. Na realidade, nos livros de EMC encontramos uma instrumentalização da História do Brasil para fins ideológicos durante a ditadura civil-militar brasileira, mas como demonstramos, cada um à sua maneira (Quadro 4).

QUADRO 5 – SÍNTESE DAS DIFERENÇAS NA NARRATIVA HISTÓRICA DE CADA OBRA

***Educação Moral, Cívica e Política* de Rubens Ribeiro dos Santos (1971)**	***Educação Moral e Cívica* de Benedicto de Andrade (1971)**	***Construindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971)**
Possui uma unidade/capítulo dedicado exclusivamente à História do Brasil, apresentada de forma cronológica. A abordagem é essencialmente política, escrita de maneira sucinta, sem aprofundamento em eventos específicos. Não há menção a vultos da pátria.	Não possui uma unidade/capítulo exclusivo para a História do Brasil; em vez disso, o conteúdo histórico está inserido em uma unidade/capítulo que abrange outros temas. A narrativa combina aspectos políticos e econômicos, ambos apresentados cronologicamente, contudo a escrita é sucinta. Inclui vultos da pátria, cada um com uma biografia de alguns parágrafos.	Não possui uma unidade/capítulo dedicado à História do Brasil, nem mesmo um subcapítulo específico. A narrativa histórica se restringe às biografias dos vultos da pátria, localizadas ao final de cada unidade.

FONTE: Quadro elaborado pelo autor com base em Galache, Pimentel e Zanuy (1971), Andrade (1971) e Santos 1971

Cada obra reflete uma abordagem distinta no tratamento dos conteúdos históricos, mas claro, todas convergem para a exaltação de valores cívicos e morais que sustentam a ideologia do regime autoritário. Contudo o único livro que de fato tinha uma narrativa histórica mais longa de início meio e fim, de forma cronológica, sendo inclusive um dos capítulos do livro, foi a obra de Santos (1971), que está longe de ser uma obra de grande circulação ou comercio editorial. Além disso, os textos eram bem generalistas, deixando de explorar temas relevantes da história nacional como a Inconfidência Mineira. A obra de Galache, Pimentel e Zanuy (1971), *Construindo o Brasil,* a de maior sucesso editorial dentro dos livros analisados é que tem a menor número de parágrafos dedicados a tal assunto.

Embora tenhamos, até este ponto, destacado a heterogeneidade dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, é imprescindível abordar os elementos que conferem homogeneidade a essas obras. Apesar das nuances particulares de cada autor e editora, os livros convergem em

sua função primordial: formar cidadãos submissos, anticomunistas e imbuídos de valores cristãos, como apontam Da Silvia e Bartholo (2017), e que podemos verificar na análise das obras.

Os três livros analisados explicitam um conjunto de valores cívicos que privilegiam uma concepção de cidadania passiva, profundamente atrelada à narrativa legitimadora das ações do Estado autoritário. Nesse sentido, a moralidade promovida é indissociável de uma religiosidade cristã hegemônica, utilizada como baluarte ético e ideológico para justificar a ordem estabelecida. Paralelamente, as obras articulam uma crítica contundente ao comunismo, apresentando-o como um sistema ateu intrinsecamente contraditório e nocivo.

Desse modo, ainda que cada obra carregue as marcas singulares de seus autores, elas convergem no propósito de educar para a obediência, orientando-se por uma ética que privilegia a lealdade ao Estado e justificado pela perspectiva da fé cristã em detrimento de uma reflexão crítica sobre os dilemas sociopolíticos do período.

2. A OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*: SUA EDITORA, SEUS AUTORES E SUA MATERIALIDADE

2.1 A EDITORA MICHALANY: ESTRATÉGIAS E PERMANÊNCIAS

É nesse cenário de livre concorrência desigual entre editoras, renomadas ou não, que publicaram livros de EMC, que se encontrava a Editora Michalany S.A., fundada em 26 de outubro de 1965.

A editora destacou-se nas décadas de 1960 e 1970 pela publicação de livros voltados às ciências humanas, especialmente de história, além de materiais didáticos para a disciplina de Educação Moral e Cívica, em conformidade com as exigências da ditadura civil-militar. Sob a liderança do professor, historiador e militar da reserva, Douglas Michalany (1921–2022), a editora lançou obras como *Educação Moral, Cívica e Política* (2ªed/1971) e títulos temáticos como *Vultos da Pátria* (3ªed/1982), *Símbolos Nacionais* (1978), e *Forças Armadas: Sua História, Suas Datas, Seus Patronos* (1975).

Além de livros de EMC, a editora publicou a coleção História do Brasil (3ªed/1981), em três volumes, *Cursos de Estudos Sociais* (1971) e o *Atlas Histórico e Geográfico do Brasil* (1971). Além de seu trabalho na Editora Michalany, Douglas Michalany era proprietário de outra editora, "A Grande Enciclopédia da Vida" (Agev), especializada em publicações de grande sofisticação e acabamento refinado. Entre suas publicações estavam obras de história como *História das Américas* de quatro volumes, *A Grande Enciclopédia da Vida* de oito volumes e a obra *História das Guerras Mundiais* (1964) de seis volumes, que ganhou o prêmio na X Bienal de São Paulo na categoria de melhor apresentação gráfica de coleções.[28] Destaca-se que a *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política* (1971) foi publicada pela Agev, em uma estratégia diferenciada, que será explorada ao longo do texto.

A princípio, cabe dizer que analisar a materialidade de um livro vai além da análise de sua composição física, envolvendo também a reflexão sobre seu público-alvo, uma vez que o sentido da obra é construído em interação com o leitor. Conforme afirmou Chartier (1997, p. 11), “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar significado”.

Além disso, o livro didático se difere de outros materiais por estar inserido na cultura escolar. Ou seja, está integrado a uma comunidade de leitores específica — professores e

---

[28] (O JORNAL. Valdemar Cavalganti: Livros premiados pela Bienal de São Paulo — Rio de Janeiro, 03/10/1969, p. 03)

estudantes —, possui uma finalidade específica — didática —, o que o diferencia dos demais livros. Neste contexto, sua relevância transcende as características intrínsecas de uma obra convencional, sendo moldada pelas normas, práticas e valores educacionais que definem a cultura escolar em que está imerso e por sua instrumentalidade didática.

Viñao Frago (1994) entende a cultura escolar como um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização – lugar que produz cultura, sendo inventiva e conformadora das representações sociais – incluindo nesta perspectiva:

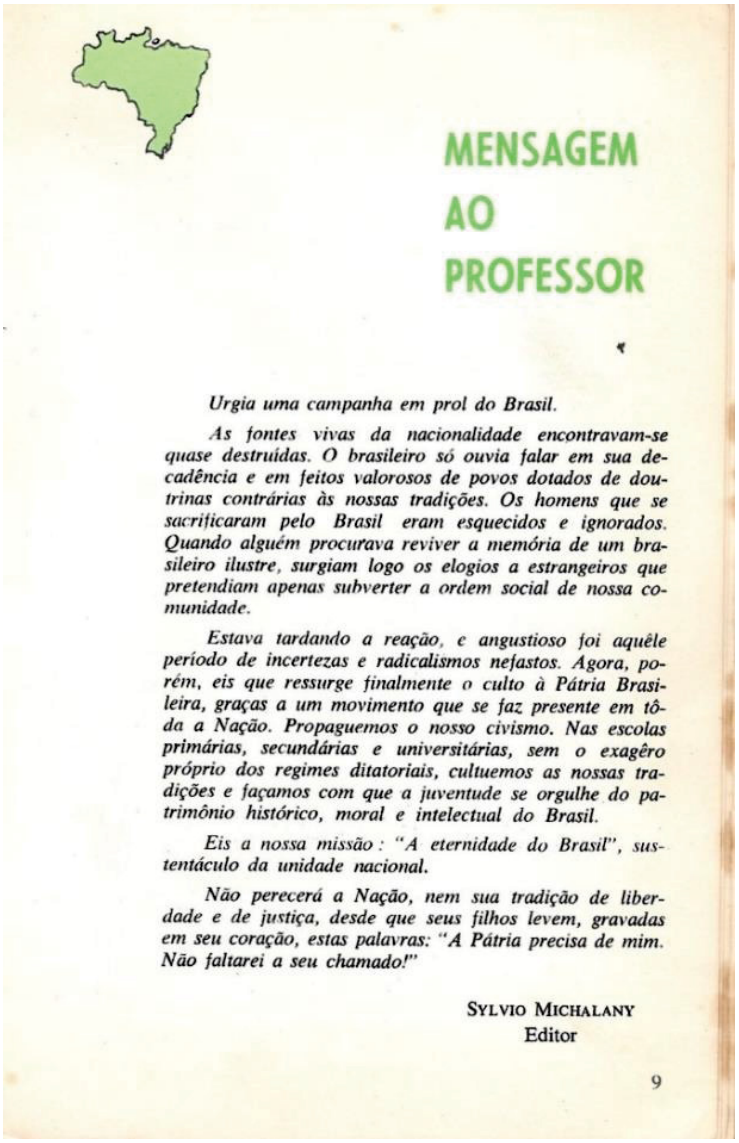
> práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento...–, e modos de pensar, bem como significados e ideias compartilhadas (p. 05).

Neste mesmo sentido, para Munakata (2016) a cultura escolar refere-se "sobretudo, a práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas, que ocorrem tipicamente na escola" (p. 123). Ou seja, devemos compreender que há coisas que são tipicamente da escola e que obedecem a este universo cultural próprio.

Para o autor, o livro didático é um artefato fundamental na cultura material escolar - é "em primeiro lugar, o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar [...] é a transcrição do que era ensinado, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização" (idem)

Nesse sentido, torna-se fundamental examinar as estratégias editoriais utilizadas para atingir esse público, pois elas são essenciais para uma análise mais aprofundada no processo de pesquisa. A partir das fontes coletadas na pesquisa, podemos considerar que a editora Michalany S.A optou por ser uma editora de livros didáticos, tendo como público alvo, o professor diferente da Agev, que tinha um público alvo amplo. Como podemos identificar esta questão no prefácio da obra *Educação Moral, Cívica e Política* (Figura 18).

FIGURA 18 – PREFÁCIO DESTINADOS AO PROFESSOR DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*



MENSAGEM AO PROFESSOR

Urgia uma campanha em prol do Brasil.

As fontes vivas da nacionalidade encontravam-se quase destruídas. O brasileiro só ouvia falar em sua decadência e em feitos valorosos de povos dotados de doutrinas contrárias às nossas tradições. Os homens que se sacrificaram pelo Brasil eram esquecidos e ignorados. Quando alguém procurava reviver a memória de um brasileiro ilustre, surgiam logo os elogios a estrangeiros que pretendiam apenas subverter a ordem social de nossa comunidade.

Estava tardando a reação, e angustioso foi aquêle período de incertezas e radicalismos nefastos. Agora, porém, eis que ressurge finalmente o culto à Pátria Brasileira, graças a um movimento que se faz presente em tôda a Nação. Propaguemos o nosso civismo. Nas escolas primárias, secundárias e universitárias, sem o exagêro próprio dos regimes ditatoriais, cultuemos as nossas tradições e façamos com que a juventude se orgulhe do patrimônio histórico, moral e intelectual do Brasil.

Eis a nossa missão: "A eternidade do Brasil", sustentáculo da unidade nacional.

Não perecerá a Nação, nem sua tradição de liberdade e de justiça, desde que seus filhos levem, gravadas em seu coração, estas palavras: "A Pátria precisa de mim. Não faltarei a seu chamado!"

SYLVIO MICHALANY
Editor

9

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Acompanhado com uma figura que representa o recorte geográfico do Brasil, o texto direcionado aos professores se faz na forma de um apelo para recuperar a identidade nacional que foi perdida. Se sugere que, cabe ao professor a nobre missão de promover a "Eternidade do Brasil" a partir do ensino da EMC. Esta obra em específico, segundo Gusmão (2018), que também a analisou, teve uma versão de cortesia distribuído aos professores. Segundo a autora:

> A obra Educação Moral, Cívica e Política, de Michalany e Ramos (1970), também evidencia uma estratégia de mercado muito utilizada pelas editoras de livros didáticos no contexto militar e ainda nos dias atuais, que consiste na distribuição de exemplares de cortesia aos professores (p. 94).

Em termos de venda, a Editora Michalany seguia também a estratégia mercadológica do segmento porta a porta. Segundo Nojosa (2002, p. 09) em seu artigo *Mercado editorial: um estudo sobre o segmento porta a porta no Brasil*, o segmento de vendas porta a porta ou por meio de crediário pode ser definido, no Brasil, como um canal de comercialização e distribuição direta de livros, tanto em residências quanto em escolas, com a modalidade de pagamento em prestações fixas sendo a mais comum. O autor entrevistou diversos editores, dentre eles Douglas Michalany (*apud* Nojosa, 1999, p. 08), que afirma sobre este tipo de abordagem:

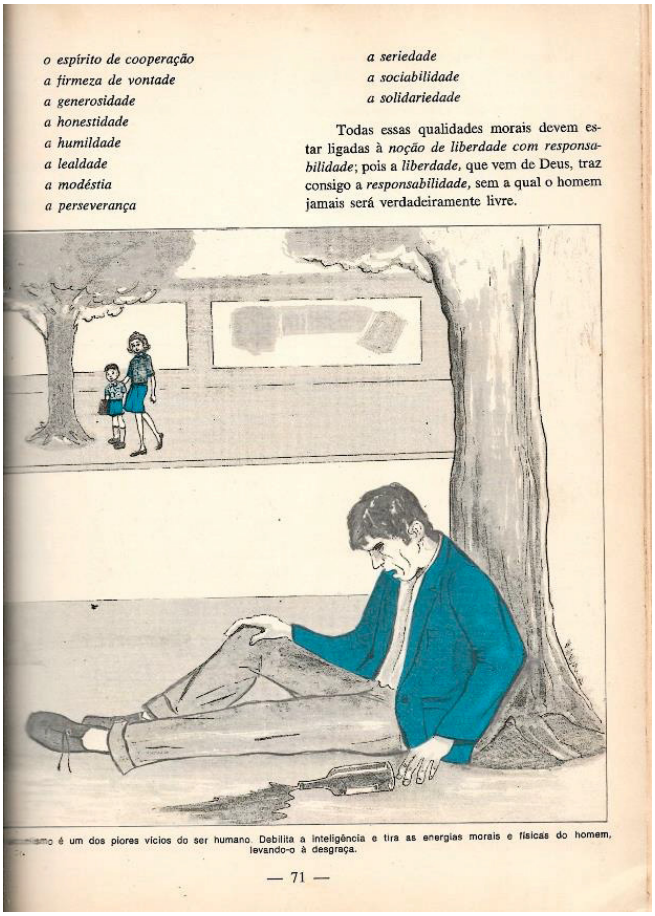
> Nós vamos ao encontro do leitor, na casa dele ou na escola, fazendo promoção do nosso trabalho. Nossa venda é a chamada venda agressiva e a de livraria é venda passiva. O balconista espera chegar o pai, a mãe ou o próprio estudante que a escola lhe pediu. O vendedor pega da prateleira, entrega o livro, faz a venda na hora. Ele não argumenta, não fala nada, porque quem argumentou foi o professor, na indicação do livro. É essa a fundamental diferença entre o crediário e o livro de livraria.

Portanto, a partir dessas bibliografias, podemos mensurar as estratégias de mercado adotadas pela Editora Michalany como parte de uma abordagem multifacetada, que envolvia tanto a criação de um produto direcionado ao público educacional quanto a implementação de estratégias agressivas de comercialização e distribuição. Essas práticas buscavam atingir o sucesso de suas publicações durante o período da ditadura, mas também refletem a dinâmica do mercado editorial da época, marcado pela intersecção entre política, educação e economia.

Concluímos que a Editora Michalany, visando atender às demandas curriculares do período, segmentou o conteúdo extenso da disciplina EMC, produzir livros de EMC diversificados, sobre os símbolos da pátria, os vultos, a história das forças armadas, buscando maximizar seus lucros. Contudo, nem todas estas obras de EMC da Editora Michalany tiveram um número de edições relevantes.

Consideramos que a aposta mercadológica principal da editora foi na produção do livro *Estudos Sociais* (1971), e isto se dá por diversos fatores. Publicado em 1971, em quatro volumes, o livro possui dimensões 27,05 cm x 21, 05 cm, de capa dura e investido de recursos gráficos, exemplificado na figura 19, tal como a *Enciclopédia* (1971), já mencionada. Até onde pode-se verificar a obra atingiu quatro edições, com conteúdo que incluía inclusive a disciplina de EMC.

FIGURA 19 – CONTEÚDO ILUSTRADO DA OBRA *ESTUDOS SOCIAIS* DA EDITORA MICHALANY



o espírito de cooperação
a firmeza de vontade
a generosidade
a honestidade
a humildade
a lealdade
a modéstia
a perseverança

a seriedade
a sociabilidade
a solidariedade

Todas essas qualidades morais devem estar ligadas à *noção de liberdade com responsabilidade*; pois a *liberdade*, que vem de Deus, traz consigo a *responsabilidade*, sem a qual o homem jamais será verdadeiramente livre.

...mo é um dos piores vícios do ser humano. Debilita a inteligência e tira as energias morais e físicas do homem, levando-o à desgraça.

— 71 —

Fonte: PACHECO FILHO, Clóvis; MICHALANY, Douglas; NETO, José de Nicola; RAMOS, Ciro de Moura. Estudos Sociais. São Paulo: Editora Michalany S/A, 1971

O livro *Estudos Sociais* de Michalany e Ramos (1971) foi analisado por Irff *et al* (2022), que apontou em seu artigo que durante a ditadura civil-militar (1964-1985) o Estado retirou a disciplina de História do currículo do primeiro grau, mantendo-a obrigatória apenas em uma série do segundo grau. A disciplina de Estudos Sociais, tomou este lugar, pois integrava História e Geografia.

> Mais do que combinar duas disciplinas, o aparato militar tinha pretensões outras no trato com a educação que denotavam a consciência das relações de poder que poderiam resultar da modificação empreendida. A disciplina foi remodelada para que tivesse um caráter conciliador com o regime, que desejava uma formação profissional da população que atendesse aos imperativos do mercado e da produção
> (Irff *et al*, 2022, p. 03).

Para as autoras, essa nova remodelação do currículo tinha o intuito de moldar as percepções de seu público alvo, professores e alunos e de legitimar o novo regime. Portanto, a partir de um discurso que colocava o regime militar como um regime democrático, os manuais

serviam como um instrumento de controle social. Ou seja, o conteúdo ideológico do livro *Estudos Sociais*, da editora Michalany, não se diferencia daquele que a bibliografia atribui aos livros de EMC.

Destarte, devemos retomar ao fato de que a obra analisada *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), revela outra estratégia editorial, pois ela teve duas outras versões, uma em miniatura[29] e outra em versão enciclopédica de capa dura, porém, esta publicada em outra editora, a já mencionada Agev, intitulada *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política*.

De dimensões 27,7 cm x 21,4 cm, a *Enciclopédia* (1971) trata de uma "Edição Monumental", como a própria folha de rosto destaca. Teve sua primeira publicação em 1970, sendo dividida em três volumes e seu conteúdo estruturado em seis partes sendo: a primeira parte *Educação*, a segunda a *Moral*, a terceira *Elementos Básicos da Nacionalidade*, a quarte parte *Instituições Brasileiras* a quinta parte *O Brasil e o Mundo* e a sexta parte *O Brasil em cifras*. Todas essas partes são subdivididas em capítulos. O primeiro volume concentra as duas primeiras partes inteiras e o início da terceira, o segundo volume o restante da terceira parte e o início da quarta parte e o terceiro volume que possui o restante da quarta parte e a quinta e sexta parte inteira.

A *Enciclopédia* (1971), tendo o mesmo texto do livro de *volume único*, sugere na sua apresentação a destinação para um público mais amplo. Enquanto na apresentação da obra de volume único se lê "Carta aos Professores", na *Enciclopédia* (1971) se lê "Carta ao povo Brasileiro".

Diferente da obra de volume único, a *Enciclopédia* (1971) possui uma capa dura, imponente e amarela, adornada com a bandeira do Brasil (Figura 20). Destaca-se visualmente, sugerindo uma apresentação robusta, com um simbolismo patriótico evidente, — algo que não era necessariamente comum nas diversas obras publicadas no período — coerente com os princípios propagados pelo regime autoritário. Cabe dizer que a gramatura do papel da *Enciclopédia* (1971) é mais resistente que as outras duas versões, além de ser em um tom pastel e de uma qualidade superior.

---

[29] Sobre a versão em miniatura intitulada *Educação Moral e Cívica* de Michalany e Ramos, nós tivemos acesso a apenas um volume (2) de uma um edição (3ºed/1982), por este motivo, optamos em não fornecer uma análise detalhada, focando nesta sessão apenas na *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política* (1971).

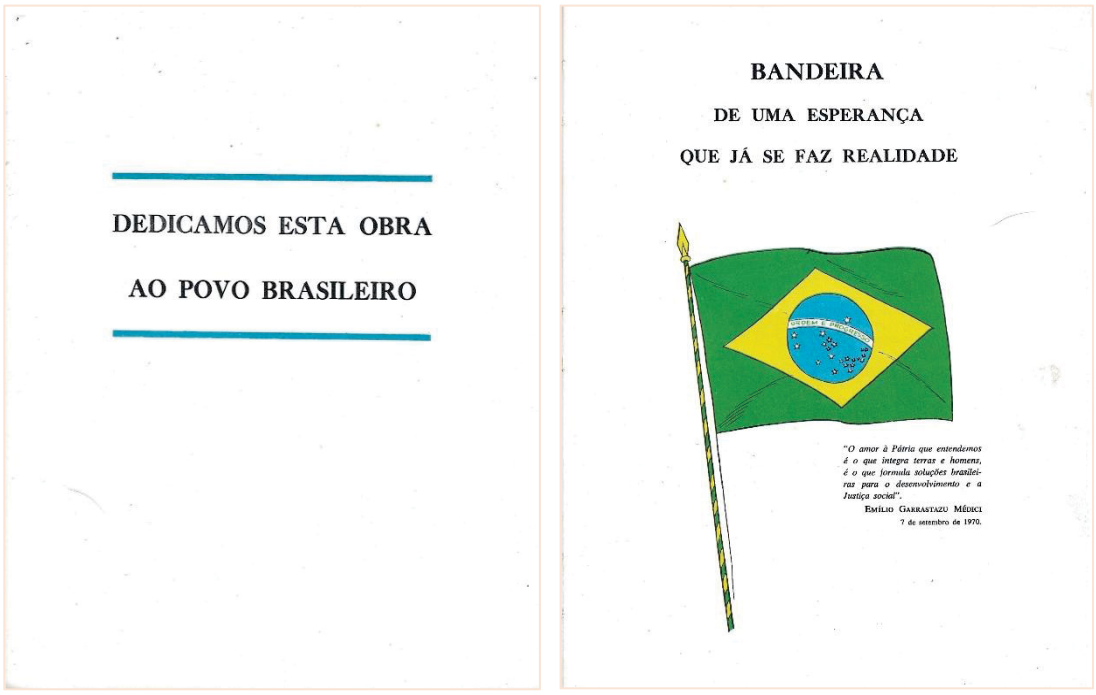
FIGURA 20 – CAPA E CONTRACAPA DA *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política*. Editora A Grande Enciclopédia da Vida, 1971.

O subtítulo imperativo da capa: "Ama a Terra em que Nasceste", é uma paráfrase a um trecho do poema de Olavo Bilac “A Pátria”. Na contracapa o simbolismo permanece, são fotografias postas uma ao lado da outra, e que em sua maioria fazem referência ao desenvolvimento econômico, com fotos de indústrias, hidrelétricas e monumentos da república, como a escrita de cor d’agua: BRASIL. A folha de rosto é simples, em que se indica o título da obra, o ano de sua publicação e que se trata de um “Edição Monumental”, acompanhada ao final por uma bandeira do Brasil.

Mas o que chama mais atenção são as páginas seguintes (Figura 21) que precedem o prefácio e o sumário. Trata-se de duas páginas onde se indica qual seria o público alvo da *Enciclopédia,* e sobretudo, a tônica do discurso presente no livro de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos. Uma obra dedicada ao povo brasileiro e que compactua explicitamente com o regime instaurado, citando uma frase em forma de epigrafe patriótica do então presidente/ditador da época Emílio Garrastazu Médici.

FIGURA 21– PÁGINAS QUE INDICAM O PÚBLICO ALVO E DISCURSOS DA *ENCICLOPÉDIA*



FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política*. Editora A Grande Enciclopédia da Vida, 1971.

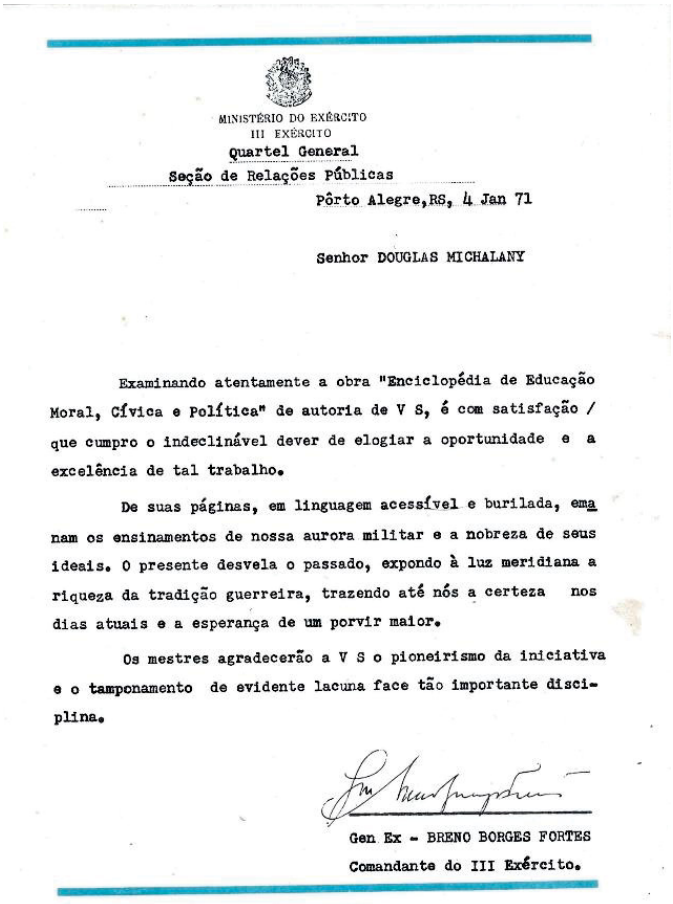
Abaixo da bandeira do Brasil há uma frase do então Presidente Emílio Garrazstu Médici: "O amor à Pátria que entendemos é o que integra terras e homens, é o que formula soluções brasileiras para o desenvolvimento e Justiça social". Não há no livro a fonte de tal frase que trata-se de um recorte de um discurso proferido no Palácio das Laranjeiras, no momento em que se instituiu o Programa Social de Integração, quando sancionou a lei de Fundo de Participação em 1970.

A inclusão desse discurso na *Enciclopédia* reforça a ideologia do regime, que buscava moldar os brasileiros como cidadãos disciplinados, alinhados ao projeto autoritário. Médici define um amor à pátria baseado na submissão à ordem e na obediência ao governo. Na integra de seu discurso ele contrapõe esse ideal ao que chama de "fanatismo", "fuga" e "liberticídio", referindo-se implicitamente a grupos de oposição, como estudantes, sindicalistas e militantes de esquerda.

Folheando as páginas seguintes da *Enciclopédia* (1971) o leitor chega ao aspecto mais singular da obra. São três páginas que contém três cartas endereçadas pela Seção de Relações Públicas do Exército, felicitando Douglas Michalany pela sua publicação. Duas emitidas pelo Quartel General (QG) de São Paulo, escrita e assinada por General-de-Divisão Vicente Dale

Coutinho e General-de-Brigada Ernani Ayrosa da Silva, e outra pelo QG de Porto Alegre – RS (Figura 22), escritas e assinadas pelo General do Exército Breno Borges Fortes.

FIGURA 22– CARTA DO QUARTEL GENERAL INSERIDA NA *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
Quartel General
Seção de Relações Públicas

Pôrto Alegre,RS, 4 Jan 71

Senhor DOUGLAS MICHALANY

Examinando atentamente a obra "Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política" de autoria de V S, é com satisfação / que cumpro o indeclinável dever de elogiar a oportunidade e a excelência de tal trabalho.

De suas páginas, em linguagem acessível e burilada, ema nam os ensinamentos de nossa aurora militar e a nobreza de seus ideais. O presente desvela o passado, expondo à luz meridiana a riqueza da tradição guerreira, trazendo até nós a certeza nos dias atuais e a esperança de um porvir maior.

Os mestres agradecerão a V S o pioneirismo da iniciativa e o tamponamento de evidente lacuna face tão importante disciplina.

Gen Ex - BRENO BORGES FORTES
Comandante do III Exército.

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política. Editora A Grande Enciclopédia da Vida, 1971.

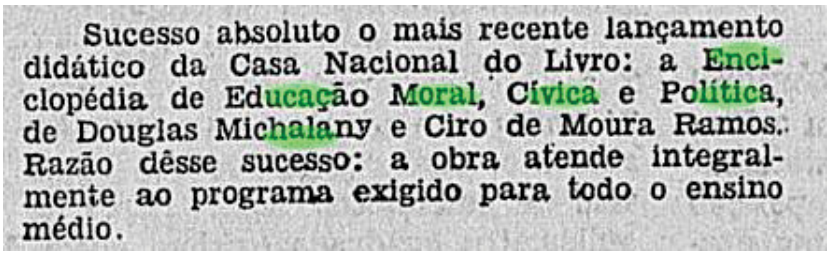
Estas cartas são uma forma de credenciamento e legitimação da obra. É como se as cartas desses militares “autorizassem” a editora Michalany a vender as obras, e dessem um selo de qualidade ao conteúdo que estava ali contido.

Destarte, a *Enciclopédia* também foi a única obra da Editora Michalany em que encontramos publicidade em jornais impressos a partir de busca por sites, como a Hemeroteca Nacional. Nela podemos observar que mesmo que a obra tenha ampliado seu público ela foi vinculada como uma obra destinada aos estudos, pois frisam o fato de estar adequada ao programa do ensino médio. (Figura 23 e 24).

FIGURA 23 – PUBLICIDADE DA *ENCICLOPÉDIA* (1971) EM JORNAL DO RIO DE JANEIRO

FONTE: JORNAL DO BRASIL. Anúncio – Rio de Janeiro. 19/4/1971

FIGURA 24 – PUBLICIDADE DA *ENCICLOPÉDIA* (1971) EM JORNAL DO PARANÁ


Sucesso absoluto o mais recente lançamento didático da Casa Nacional do Livro: a Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política, de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos. Razão dêsse sucesso: a obra atende integralmente ao programa exigido para todo o ensino médio.

FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ. Eddy Antonio Franciosi Informa Sobre a Sociedade – Paraná, 25/10/1970, p. 3

Por outro lado, a organização interna do conteúdo da *Enciclopédia* (1971) revela uma abordagem nada convencional para uma enciclopédia. Ao invés de adotar a estrutura tradicional de verbetes alfabéticos, como na já citada obra do Padre Fernando Avila Bastos, *A Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* (1967), a obra opta por partes, capítulos e subcapítulos, adotando uma narrativa extensiva e descritiva. Trata-se de uma edição ampliada e aprimorada, em grande formato, com acabamento de capa dura, diferente da obra de volume único destinada aos professores.

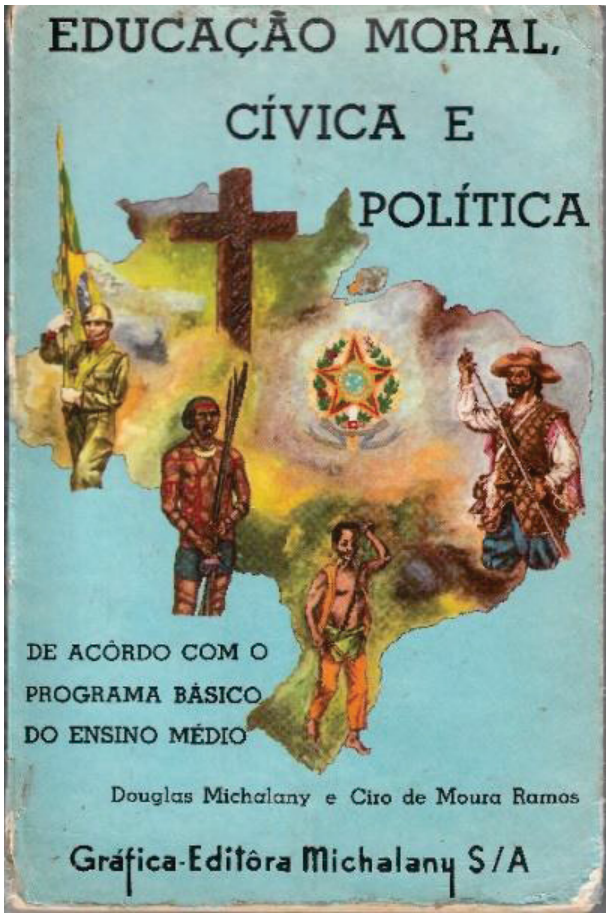
2.2. A MATERIALIDADE DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971)

Como demonstrado no primeiro capítulo, os livros de EMC possuíam uma certa heterogeneidade, sobretudo em seu aspecto de composição material. Cada editora depositou os

recursos que achou necessários para alcançar o maior público possível. A editora Michalany, como vimos na primeira parte desta seção, optou por publicar três versões do mesmo texto e será a versão do livro destinado ao professor que iremos analisar.

O livro, com dimensões de 20,05 cm x 14,05 cm, apresenta uma capa azul (Figura 25), onde se lê o título "Educação Moral, Cívica e Política". Abaixo do título, há uma ilustração elaborada por Noemia Marrega, que retrata o contorno geográfico do Brasil, acompanhada por seis figuras emblemáticas: no topo, uma cruz; à esquerda, um militar; abaixo, um indígena; na extremidade inferior, a figura de uma pessoa negra em condição de escravizado; à direita, a representação de um bandeirante; e, no centro, o brasão da República. No canto inferior esquerdo da capa, consta a informação de que o conteúdo do livro está de acordo com o programa básico do ensino médio. Abaixo da ilustração, estão os nomes dos autores e da editora.

FIGURA 25 – CAPA DO MANUAL *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971)



FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Costa *et al* (2021) analisaram três capas de livros de Educação Moral e Cívica considerando elementos como os conteúdos imagéticos e os níveis de ensino da quais as obras

eram destinados. Segundo os autores os significados gerados pelas imagens estão vinculados aos ideais de construção de uma educação escolar utilizada como meio de disseminação do nacionalismo e de aceitação da ordem social estabelecida pelos governos militares.

> Como veículo de difusão da nova disciplina, vários livros didáticos foram criados. Estes, já nas capas, mostravam a que se destinavam. As imagens escolhidas para ilustrar traduziam visualmente os objetivos da disciplina: formar para a ordem, o trabalho, a obediência e o civismo. A EMC mediou o fortalecimento de uma política que buscou homogeneizar sujeitos e questões sociais, com vistas a fortalecer um sistema de governo autoritário e centralizador (Costa *et al,* 2021, p. 59).

A capa do livro da Editora Michalany, ilustrada por Noemia Marrega, busca expor um conjunto de efeitos visuais e simbólicos que se alinham diretamente com os objetivos da EMC no contexto do regime militar brasileiro. A imagem central, que apresenta o contorno geográfico do Brasil cercado por figuras emblemáticas, sugere a intenção de reforçar valores nacionalistas, hierárquicos e de legitimidade da ordem social conservadora.

A presença de uma cruz no topo da ilustração indica a influência da moral cristã, especialmente a católica, como base fundamental para a formação cívica dos indivíduos. Esse elemento sugere que a religião deve ser uma bússola moral da sociedade, de acordo com os valores desejados pelo regime militar. Como afirmam Michalany e Ramos (1971) na apresentação da obra:

> O grande desafio com que se defronta o Brasil não é apenas a necessidade de acelerar seu desenvolvimento, mas também de preservar suas instituições democráticas e **cristãs**, cujos alicerces a subversão e o terrorismo procuram minar. O presente trabalho não é alheio a êsse problema (grifo nosso, p. 11).

Na ilustração da capa, à esquerda, a figura do militar remete diretamente ao papel das Forças Armadas como guardiãs da disciplina, ordem e obediência, naturalizando a ideia de que o controle militar seria essencial para a estabilidade nacional.

Abaixo do militar, a figura de um indígena é apresentada de forma integracionista e paternalista, reforçando a ideia de uma homogeneização cultural que apaga a autonomia e a resistência dos povos originários. A imagem busca retratar o indígena como parte da nação, porém de forma subalterna. Já a figura de uma pessoa negra em condição de escravização, localizada na extremidade inferior, reforça uma visão histórica tradicional, apresentando a pessoa negra em posição de submissão, sem destacar seu papel de resistência ou agência. Esse elemento visual perpetua uma narrativa de aceitação de hierarquias raciais, ignorando a complexidade das contribuições afro-brasileiras à sociedade.

À direita, a imagem de um bandeirante exalta o espírito de conquista e expansão territorial, típico das narrativas coloniais glorificadas. Embora traga à tona elementos de violência e exploração histórica, essa figura é utilizada para ilustrar o processo de construção nacional como um feito heroico, alinhado aos interesses do regime militar. No centro da composição, o brasão da República representa a unidade e o poder centralizador do Estado, funcionando como símbolo de autoridade e controle, reforçando a ideia de uma nação organizada e mantida pela ordem republicana. Todos estes elementos aliados à narrativa presente no livro (tema do 3º capítulo) sugerem uma aceitação da hierarquia social e promovem uma visão homogênea e nacionalista da sociedade, que busca a legitimação de um sistema de governo autoritário e centralizador.

Na lombada do livro consta o título do livro acompanhado por duas figuras: o contorno geográfico do Brasil na parte superior e na parte inferior a logotipo da editora. O logotipo da editora trata-se de um livro com um "M" em sua capa.

O livro possui orelhas, contudo, diferente dos livros analisados no primeiro capítulo não há nenhum texto, nenhuma biografia dos autores ou um resumo do conteúdo do livro, comentários e críticas, são orelhas vazias. A obra possui no total 245 páginas, que contém apenas textos explicativos e algumas figuras, não apresenta bibliografia ou os referenciais utilizados.

A iconografia didática presente no livro *Educação Moral, Cívica e Política*, de Michalany e Ramos (1971), aparenta, à primeira vista, desempenhar um papel meramente decorativo, ilustrando o conteúdo sem apresentar uma análise aprofundada ou demonstrar uma preocupação explícita com a utilização dessas imagens na formação de uma consciência histórica específica. Contudo, uma análise mais atenta revela que o conjunto de imagens não é neutro, mas sim parte integrante da narrativa do livro, reforçando uma visão política tradicional da História do Brasil. Essa abordagem, como demonstraremos no capítulo seguinte, reflete e complementa o texto e a perspectiva historiográfica adotada pelos autores.

No total, o livro apresenta 17 ilustrações principais, além das imagens decorativas de introdução e conclusão dos tópicos — representadas por símbolos agrícolas como o ramo de café e de milho. Dentre essas ilustrações (Figura 26), a maioria (10) retrata figuras masculinas associadas ao Estado, com exceção de Pedro Álvares Cabral e Tiradentes, que simbolizam marcos fundadores do Brasil colonial e republicano, respectivamente. As demais figuras destacadas incluem Dom João VI, Dom Pedro I, José Bonifácio, Dom Pedro II, Marechal Deodoro da Fonseca, Marechal Castelo Branco, Marechal Costa e Silva e General Emílio Garrastazu Médici.

FIGURA 26 – MOSAICO DE ILUSTRAÇÕES DE *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971)

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Esse recorte iconográfico não é aleatório; ele evidencia uma escolha consciente de valorizar personagens ligados à consolidação de uma ordem política centralizadora e autoritária, que se alinha ao propósito do livro de fortalecer ideais cívicos e morais em sintonia com os valores do regime militar vigente à época. Tal escolha complementa o texto e contribui para a construção de uma memória histórica que privilegia certos agentes e narrativas, em detrimento de outros pontos de vista ou vozes históricas.

Essa leitura crítica da iconografia permite compreender o papel dessas imagens na

legitimação de um discurso histórico que sustenta a ideologia do período, evidenciando o entrelaçamento entre texto e imagem como ferramentas pedagógicas orientadas.

Outro aspecto da materialidade da obra é sobre a sua organização, ou seja a sumarização do conteúdo. Esta sumarização corresponde ou melhor dizendo, tem como base os programas curriculares elaborados pela CNMC, em especifico, os conteúdos para o ensino ginasial.

Como se observa no quadro 6, o programa curricular organiza os conteúdos da disciplina da seguinte forma: primeiramente as discussões relacionadas a moral, de forma abstrata, universo, religião, até ir chegando nas questões mais práticas e aí então, temos os conteúdos relacionados ao civismo.

QUADRO 6 – PROGRAMA CURRICULAR ELABORADO PELA COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO PARA O GINÁSIO (1970)

Unidade	Conteúdo
I. A harmonia do Universo	- Unidade na diversidade. Deus e o mundo. - Conceito de Homem: espírito e matéria. - Conceito de Religião: religação da criatura ao Criador. - Respeito a todas as formas de religião como diferentes caminhos. - O significado da oração. - Religiosidade, dignidade da criatura humana, direito à liberdade. - A Religião como base da Moral. - Liberdade com responsabilidade. Liberdade com Deus.
II. O caráter	- Sentido moral: firmeza de convicções e fortalecimento de vontade. - A formação do caráter. - O homem moral e o homem cívico. O bom cidadão. - Noções de Axiologia: valores subjetivos e objetivos; permanentes e efêmeros. - Escala e hierarquia de valores. - Virtudes morais e cívicas. O hábito. - Deveres e direitos morais, deveres e direitos cívicos.
III. Elementos básicos da nacionalidade	- A terra: características e peculiaridades de ordem econômica e social. - O homem: os grupos étnicos formadores. - As Instituições: caracterizadas por valores permanentes (Família, Igrejas, Forças Armadas, Estado, Instituições culturais).
IV. A Constituição do Brasil	- Bases filosófico-teístas e a confessionais. Consequências na Educação. - Características jurídicas. Os Três Poderes. - Segurança Nacional: Forças Armadas, direitos e garantias individuais. - Ordem econômica e social: o trabalho e a propriedade como pressupostos jurídicos do desenvolvimento nacional. - A família, a educação e a cultura. - A democracia brasileira como filosofia, estilo de vida e regime político.
V. A Pátria Brasileira	- Ideais, características físicas e históricas. - Vultos nacionais e valores que inspiram ação construtiva. - Símbolos Nacionais: conhecimento e uso. - O voto e o Serviço Militar. - Civismo como caráter, patriotismo e ação.
VI. Organização socioeconômica do Brasil	- Síntese da organização sócio-político-econômica. - Principais problemas brasileiros e da comunidade. - Possibilidades de participação do educando. - Relação entre pessoa, família e comunidade.

VII. O Brasil e o mundo	- Integração no mundo ocidental. - Relações internacionais.
VIII. Estruturas sociais contemporâneas	- Noções de estruturas sociais: democracia espiritualista e comunismo ateu. - Necessidade de a democracia alicerçar-se em valores espirituais e morais para o uso da liberdade responsável.

FONTE: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. 1970. *Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica. Prescrições sobre currículos e programas básicos de Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino*: (Artigo 4º do Decreto-lei nº. 869/69). Brasília.

As obras examinadas no primeiro capítulo — Santos (1971), Andrade (1971) e Galache, Pimentel e Zanuy (1971) — seguem uma lógica estrutural semelhante. Inicialmente, dedicam-se à exposição de conteúdos voltados à moral, para, em seguida, adentrar nas temáticas do civismo. Observam-se, contudo, nuances distintas na organização desses materiais, seja na nomenclatura empregada para os tópicos, seja na abordagem específica adotada por cada manual — aspecto já previamente mencionado no primeiro capítulo.

A obra *Educação Moral e Cívica*, de Andrade (1971), é aquela que mais fielmente se alinha ao programa curricular, diferenciando-se apenas na nomenclatura das unidades. No entanto, mantém a estrutura organizacional dos conteúdos, preservando a divisão em tópicos e subtópicos com os mesmos títulos adotados no currículo oficial, como se pode observar no exemplo apresentado no Quadro 7.

QUADRO 7 – COMPARAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DO SUMÁRIO DA OBRA DE ANDRADE (1971)

Currículo da CNMC (ginásio)		**Sumário de *Educação Moral e Cívica* (Andrade, 1971)**	
Unidade III	Conteúdo	Unidade III	Conteúdo
Elementos básicos da nacionalidade	- A terra: características e peculiaridades de ordem econômica e social. - O homem: os grupos étnicos formadores. - As Instituições: caracterizadas por valores permanentes (Família, Igrejas, Forças Armadas, Estado, Instituições culturais).	**A Nação Brasileira**	1- Elementos Básicos da nacionalidade 1.1 – A Terra - Principais Características 1.1.1 – Peculiaridades de Ordem Econômica e Social 1.2 – O Homem – Os grupos étnicos formadores 1.2.1 – Características do Homem Brasileiro 1.2.2 – Raízes Culturais 1.3 – As Instituições 1.3.1 – O Estado 1.3.2 – A Família 1.3.3 – A Igreja 1.3.4 – A Escola 1.3.5 – Instituições de Fins culturais 1.4 – características da População Brasileira 1.4.1 – Crescimento da População 1.4.2 – Fatores que Influenciam o Crescimento da População

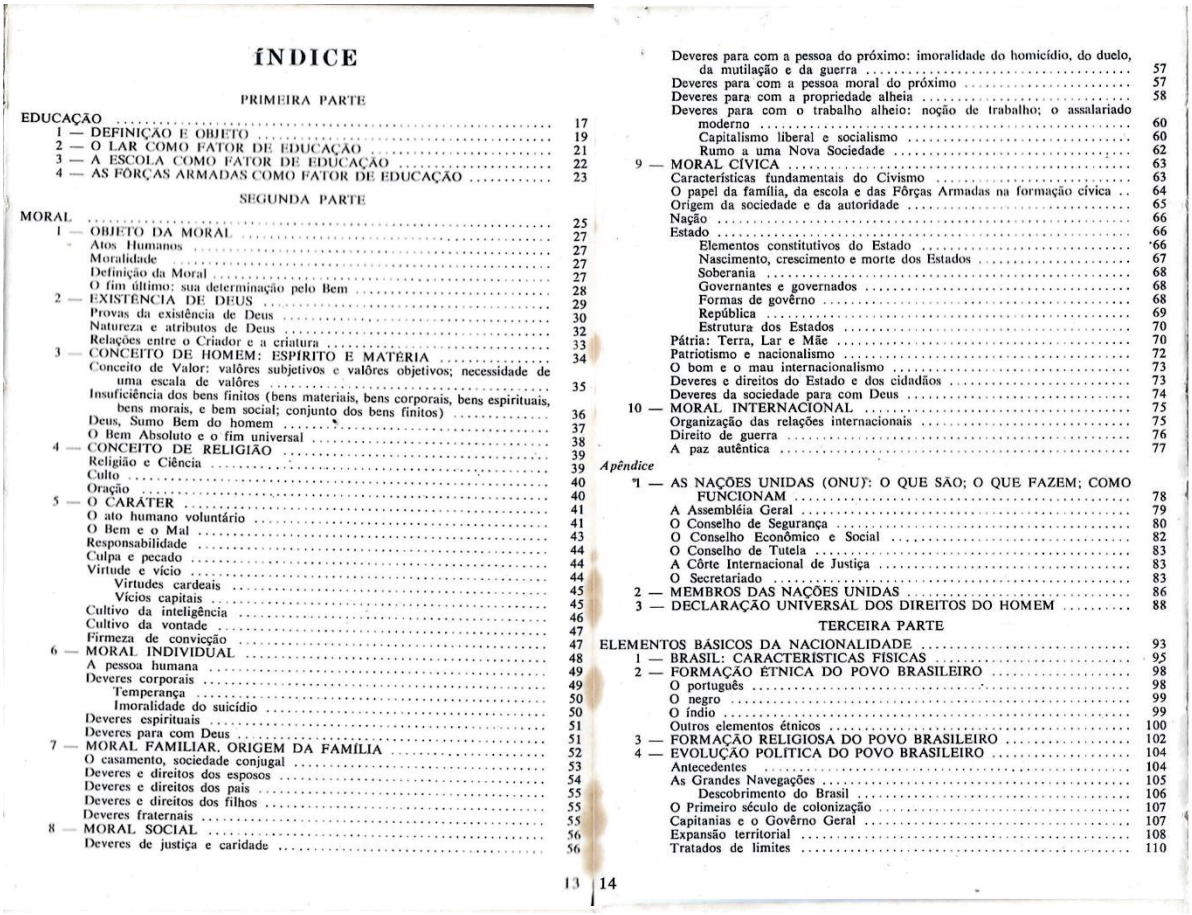
FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971) e Brasil (1970).

No exemplo usado sobre a unidade referente ao conteúdo historiográfico, o livro *Educação Moral, Cívica e Política*, de Santos (1971), distingue-se sutilmente do programa curricular oficial ao incorporar em sua estrutura elementos dispersos das unidades I, II e III, especialmente aqueles voltados à História do Brasil, os quais se fazem presentes na última seção, dedicada à *Educação Política*.

Em contraposição, o manual *Construindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971) praticamente ignora tais temáticas, conforme já analisado no capítulo anterior, uma vez que se caracteriza por uma quase total ausência de conteúdos historiográficos. Assim, tópicos fundamentais usualmente abordados na unidade III — *Elementos básicos da nacionalidade: O homem, os grupos étnicos formadores* — e na unidade V — *A Pátria Brasileira: Ideais, características físicas e* ***históricas*** — não encontram espaço em sua narrativa, evidenciando uma lacuna significativa no tratamento da identidade nacional.

Já, a obra *Educação Moral, Cívica e Política*, de Michalany e Ramos (1971), é a que mais se distancia das obras analisadas até então, por sua estrutura organizacional singular. Diferentemente dos outros livros citados, que usualmente iniciam sua abordagem pela moral, os autores optam por abrir a obra com uma reflexão sobre a educação. No sumário (Figura 27 e 28), podemos verificar que a obra inclui os mesmos títulos das unidades propostas pelo programa curricular e também é perceptível a dimensão que conteúdo relacionado à História do Brasil ocupa na obra.

FIGURA 27 – ÍNDICE/SUMÁRIO DA OBRA DE MICHALANY E RAMOS (1971) DA PÁGINA 17 À 110



ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

EDUCAÇÃO 17
1 — DEFINIÇÃO E OBJETO 19
2 — O LAR COMO FATOR DE EDUCAÇÃO 21
3 — A ESCOLA COMO FATOR DE EDUCAÇÃO 22
4 — AS FÔRÇAS ARMADAS COMO FATOR DE EDUCAÇÃO 23

SEGUNDA PARTE

MORAL 25
1 — OBJETO DA MORAL 27
Atos Humanos 27
Moralidade 27
Definição da Moral 27
O fim último: sua determinação pelo Bem 28
2 — EXISTÊNCIA DE DEUS 29
Provas da existência de Deus 30
Natureza e atributos de Deus 32
Relações entre o Criador e a criatura 33
3 — CONCEITO DE HOMEM: ESPÍRITO E MATÉRIA 34
Conceito de Valor: valôres subjetivos e valôres objetivos; necessidade de uma escala de valôres 35
Insuficiência dos bens finitos (bens materiais, bens corporais, bens espirituais, bens morais, e bem social; conjunto dos bens finitos) 36
Deus, Sumo Bem do homem 37
O Bem Absoluto e o fim universal 38
4 — CONCEITO DE RELIGIÃO 39
Religião e Ciência 39
Culto 40
Oração 40
5 — O CARÁTER 41
O ato humano voluntário 41
O Bem e o Mal 43
Responsabilidade 44
Culpa e pecado 44
Virtude e vício 44
Virtudes cardeais 45
Vícios capitais 45
Cultivo da inteligência 46
Cultivo da vontade 47
Firmeza de convicção 47
6 — MORAL INDIVIDUAL 48
A pessoa humana 49
Deveres corporais 49
Temperança 50
Imoralidade do suicídio 50
Deveres espirituais 51
Deveres para com Deus 51
7 — MORAL FAMILIAR. ORIGEM DA FAMÍLIA 52
O casamento, sociedade conjugal 53
Deveres e direitos dos esposos 54
Deveres e direitos dos pais 55
Deveres e direitos dos filhos 55
Deveres fraternais 55
8 — MORAL SOCIAL 56
Deveres de justiça e caridade 56

13

Deveres para com a pessoa do próximo: imoralidade do homicídio, do duelo, da mutilação e da guerra 57
Deveres para com a pessoa moral do próximo 57
Deveres para com a propriedade alheia 58
Deveres para com o trabalho alheio: noção de trabalho; o assalariado moderno 60
Capitalismo liberal e socialismo 60
Rumo a uma Nova Sociedade 62
9 — MORAL CÍVICA 63
Características fundamentais do Civismo 63
O papel da família, da escola e das Fôrças Armadas na formação cívica 64
Origem da sociedade e da autoridade 65
Nação 66
Estado 66
Elementos constitutivos do Estado 66
Nascimento, crescimento e morte dos Estados 67
Soberania 68
Governantes e governados 68
Formas de govêrno 68
República 69
Estrutura dos Estados 70
Pátria: Terra, Lar e Mãe 70
Patriotismo e nacionalismo 72
O bom e o mau internacionalismo 73
Deveres e direitos do Estado e dos cidadãos 73
Deveres da sociedade para com Deus 74
10 — MORAL INTERNACIONAL 75
Organização das relações internacionais 75
Direito de guerra 76
A paz autêntica 77

Apêndice

1 — AS NAÇÕES UNIDAS (ONU): O QUE SÃO; O QUE FAZEM; COMO FUNCIONAM 78
A Assembléia Geral 79
O Conselho de Segurança 80
O Conselho Econômico e Social 82
O Conselho de Tutela 83
A Côrte Internacional de Justiça 83
O Secretariado 83
2 — MEMBROS DAS NAÇÕES UNIDAS 86
3 — DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM 88

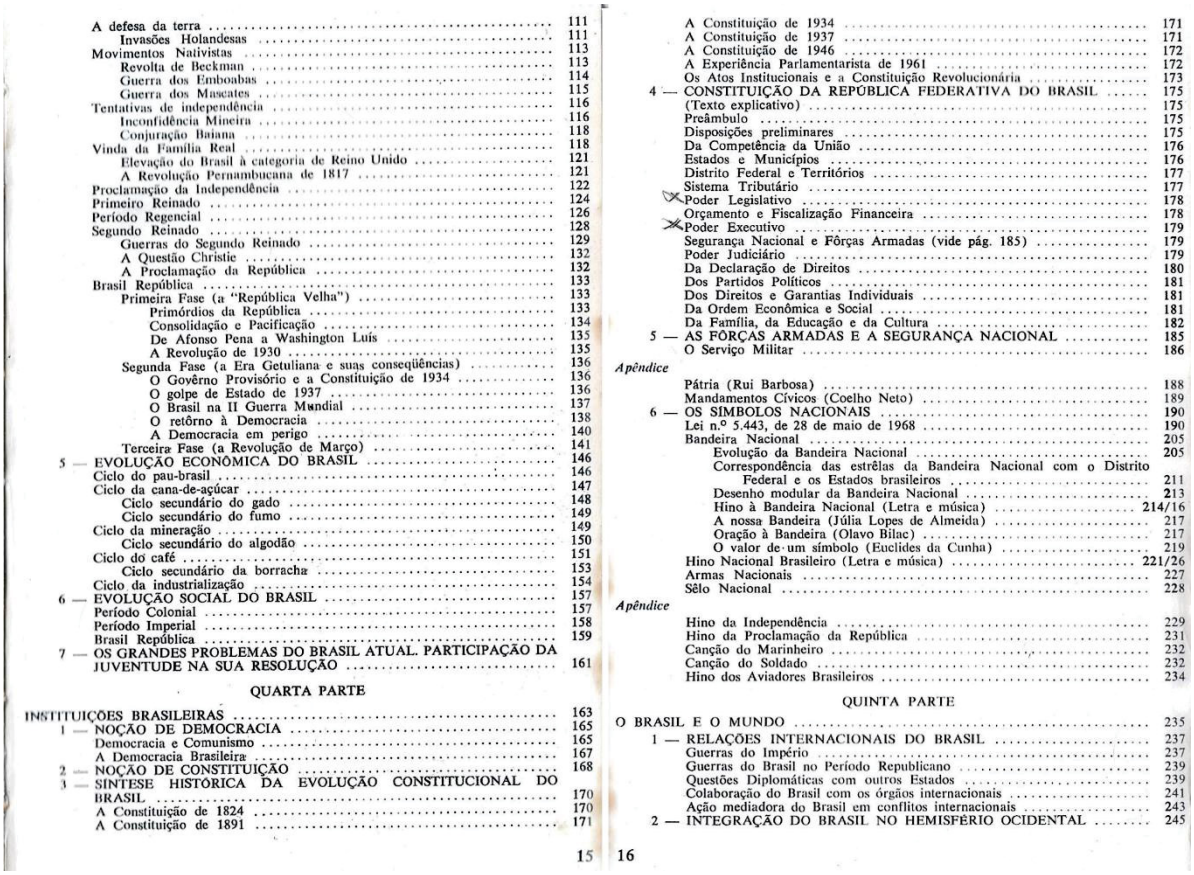
TERCEIRA PARTE

ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE 93
1 — BRASIL: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS 95
2 — FORMAÇÃO ÉTNICA DO POVO BRASILEIRO 98
O português 98
O negro 99
O índio 99
Outros elementos étnicos 100
3 — FORMAÇÃO RELIGIOSA DO POVO BRASILEIRO 102
4 — EVOLUÇÃO POLÍTICA DO POVO BRASILEIRO 104
Antecedentes 104
As Grandes Navegações 105
Descobrimento do Brasil 106
O Primeiro século de colonização 107
Capitanias e o Govêrno Geral 107
Expansão territorial 108
Tratados de limites 110

14

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

FIGURA 28 – ÍNDICE/SUMÁRIO DA OBRA DE MICHALANY E RAMOS (1971) DA PÁGINA 111 À 245



A defesa da terra 111
Invasões Holandesas 111
Movimentos Nativistas 113
Revolta de Beckman 113
Guerra dos Emboabas 114
Guerra dos Mascates 115
Tentativas de independência 116
Inconfidência Mineira 116
Conjuração Baiana 118
Vinda da Família Real 118
Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido 121
A Revolução Pernambucana de 1817 121
Proclamação da Independência 122
Primeiro Reinado 124
Período Regencial 126
Segundo Reinado 128
Guerras do Segundo Reinado 129
A Questão Christie 132
A Proclamação da República 132
Brasil República 133
Primeira Fase (a "República Velha") 133
Primórdios da República 133
Consolidação e Pacificação 134
De Afonso Pena a Washington Luís 135
A Revolução de 1930 135
Segunda Fase (a Era Getuliana e suas conseqüências) 136
O Govêrno Provisório e a Constituição de 1934 136
O golpe de Estado de 1937 136
O Brasil na II Guerra Mundial 137
O retôrno à Democracia 138
A Democracia em perigo 140
Terceira Fase (a Revolução de Março) 141
5 — EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL 146
Ciclo do pau-brasil 146
Ciclo da cana-de-açúcar 147
Ciclo secundário do gado 148
Ciclo secundário do fumo 149
Ciclo da mineração 149
Ciclo secundário do algodão 150
Ciclo do café 151
Ciclo secundário da borracha 153
Ciclo da industrialização 154
6 — EVOLUÇÃO SOCIAL DO BRASIL 157
Período Colonial 157
Período Imperial 158
Brasil República 159
7 — OS GRANDES PROBLEMAS DO BRASIL ATUAL. PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NA SUA RESOLUÇÃO 161

QUARTA PARTE

INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 163
1 — NOÇÃO DE DEMOCRACIA 165
Democracia e Comunismo 165
A Democracia Brasileira 167
2 — NOÇÃO DE CONSTITUIÇÃO 168
3 — SÍNTESE HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL 170
A Constituição de 1824 170
A Constituição de 1891 171

15

A Constituição de 1934 171
A Constituição de 1937 171
A Constituição de 1946 172
A Experiência Parlamentarista de 1961 172
Os Atos Institucionais e a Constituição Revolucionária 173
4 — CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 175
(Texto explicativo) 175
Preâmbulo 175
Disposições preliminares 175
Da Competência da União 176
Estados e Municípios 176
Distrito Federal e Territórios 177
Sistema Tributário 177
Poder Legislativo 178
Orçamento e Fiscalização Financeira 178
Poder Executivo 179
Segurança Nacional e Fôrças Armadas (vide pág. 185) 179
Poder Judiciário 179
Da Declaração de Direitos 180
Dos Partidos Políticos 181
Dos Direitos e Garantias Individuais 181
Da Ordem Econômica e Social 181
Da Família, da Educação e da Cultura 182
5 — AS FÔRÇAS ARMADAS E A SEGURANÇA NACIONAL 185
O Serviço Militar 186

Apêndice

Pátria (Rui Barbosa) 188
Mandamentos Cívicos (Coelho Neto) 189
6 — OS SÍMBOLOS NACIONAIS 190
Lei n.º 5.443, de 28 de maio de 1968 190
Bandeira Nacional 205
Evolução da Bandeira Nacional 205
Correspondência das estrêlas da Bandeira Nacional com o Distrito Federal e os Estados brasileiros 211
Desenho modular da Bandeira Nacional 213
Hino à Bandeira Nacional (Letra e música) 214/16
A nossa Bandeira (Júlia Lopes de Almeida) 217
Oração à Bandeira (Olavo Bilac) 217
O valor de um símbolo (Euclides da Cunha) 219
Hino Nacional Brasileiro (Letra e música) 221/26
Armas Nacionais 227
Sêlo Nacional 228

Apêndice

Hino da Independência 229
Hino da Proclamação da República 231
Canção do Marinheiro 232
Canção do Soldado 232
Hino dos Aviadores Brasileiros 234

QUINTA PARTE

O BRASIL E O MUNDO 235
1 — RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL 237
Guerras do Império 237
Guerras do Brasil no Período Republicano 239
Questões Diplomáticas com outros Estados 239
Colaboração do Brasil com os órgãos internacionais 241
Ação mediadora do Brasil em conflitos internacionais 243
2 — INTEGRAÇÃO DO BRASIL NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL 245

16

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

A primeira seção do livro, concisa em sua extensão – limitada a três laudas –, concentra-se exclusivamente nesse tema, Educação. No tópico inaugural, intitulado 1. *Definição de Objeto*, os autores apresentam uma concepção tradicional de educação, definindo-a como "uma ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social" (Michalany, Ramos, 1971, p. 19). Essa perspectiva, alicerçada na transmissão entre gerações de valores e normas, é imediatamente sucedida por uma listagem de dezenove pensadores e suas respectivas definições de educação. Trata-se, assim, de uma breve história do pensamento educacional, que percorre autores desde Aristóteles e Bacon até teóricos mais recentes, como Van Dyke e Ward.

O primeiro contato dos professores com a obra ocorre por meio da definição de educação, um aspecto que não é meramente introdutório. Os autores apresentam a educação sob uma perspectiva de aparente neutralidade, afirmando que se trata de um "trabalho sistematizado, seletivo e orientador, pelo qual ajustamos à vida de acordo com as necessidades e propósitos dominantes" (Michalany, Ramos, 1971, p. 19).

Entretanto, a noção de "propósitos dominantes" não pode ser dissociada do contexto político em que a obra foi produzida. Em 1970, o regime militar brasileiro caminhava para um recrudescimento ainda mais intenso, consolidado pelo Ato Institucional nº 5 (1968), medida que aprofundou a repressão política e restringiu liberdades civis. Esse período, amplamente reconhecido pela historiografia como os *anos de chumbo*[30], marcou o auge do confronto entre o aparato estatal e os setores de resistência, sobretudo as esquerdas revolucionárias que optaram pela luta armada.

A década de 1970 é marcada pelo início de práticas autoritárias do governo, que incluíram censura sistemática, perseguições políticas, tortura e desaparecimentos forçados. Nesse contexto, a disciplina de EMC foi instituída como um instrumento ideológico do regime militar, visando controlar a juventude e moldá-la de acordo com os valores do Estado.

Juliana Filgueiras (2006, p. 50) destaca que "a formação moral e cívica era considerada necessária para impedir que as idéias subversivas tomassem conta dos jovens, além de prepará-los para uma futura participação na sociedade, de acordo com a proposta do regime militar". Além disso, ela ressalta que a EMC servia para

> a estruturação do 'sistema de defesa democrático', desenvolvido pela Política de Segurança Nacional, contra a guerra revolucionária. As crianças teriam sua personalidade formada desde cedo, de maneira a prepará-los contra a propaganda subversiva, quando viessem a se tornar adolescentes (p.52).

Ao apresentar a educação como um campo supostamente neutro, Michalany e Ramos (1971) de forma intencional ou não oculta os reais objetivos da EMC, que tinha como propósito central combater ideologias consideradas ameaçadoras ao regime, em especial o comunismo. Este foi utilizado como uma ameaça simbólica para justificar a promoção de uma formação moral e cívica alinhada aos interesses do Estado.

A Lei 5.692/71, promulgada em 1971, consolidou essa perspectiva ao reformar o ensino de 1º e 2º graus, priorizando a preparação para o mercado de trabalho e estruturando o ensino superior para formar profissionais alinhados ao desenvolvimento econômico e à segurança nacional. Dessa forma, a reforma educacional e a introdução da EMC inserem-se em um contexto histórico marcado por contradições:

> Em 1971, a brutal repressão do Estado praticamente exterminará os grupos guerrilheiros (exceto a guerrilha rural do Araguaia). O clima, repetimos, era de euforia nacional. No ano anterior o Brasil havia conquistado, pela terceira vez, o campeonato mundial de futebol, comovendo boa parte da nação A marchinha de Miguel Gustavo,

---

[30] A expressão "anos de chumbo" é amplamente utilizada na historiografia para designar o período mais repressivo da ditadura civil-militar brasileira, particularmente entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, caracterizado pelo endurecimento do regime, censura, tortura e perseguição política. Cf: Gaspari (2002), Skidmore (1988) e Napolitano (2014).

> "Pra frente Brasil', juntamente com as músicas patrioteiras da dupla Dom e Ravel faziam o maior sucesso do Norte a Sul do país. O Governo Médice, por sua vez, desenvolvia projetos arrojados, como a construção da rodovia Transamazônica e da ponte Rio-Niterói, justificando o *slogan* muito em voga na época "Este é um país pra frente". Embora criado em 1969, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) começa a funcionar efetivamente em 1970, com vistas a erradicar o analfabetismo de jovens e adultos. Tal movimento foi lançado com grande alarde, pois afinal visava atingir um grande contingente popular e esta era uma forma de buscar legitimação (Germano, 2011, p. 163).

Nesta primeira parte do livro *Educação*, Michalany e Ramos (1971) abordam três pilares fundamentais para a formação educacional: o lar, a escola e, de maneira mais singular, as Forças Armadas. Os autores iniciam sua análise destacando o papel do lar como o primeiro e mais influente fator de educação, enfatizando que a família é a base onde se formam os valores morais, éticos e cívicos que acompanham o indivíduo ao longo de sua vida. Em seguida, direcionam sua atenção para a escola, entendida como o espaço formal de transmissão de conhecimentos e de socialização, onde se complementa e amplia a educação iniciada no ambiente familiar.

Nos outros manuais a questão da educação e da escola são apresentados em outras unidades, como é no caso de Andrade (1971) que aparece na Unidade III *A Nação Brasileira*, que no programa curricular elaborado pela CNMC, corresponde à unidade III *Elementos Básicos da Nacionalidade*, onde a escola é considerada como uma das principais instituições brasileiras, junto com a Família, a Igreja e o Estado.

Portanto, esta forma particular da organização do conteúdo de Michalany e Ramos (1971) revela intencionalidade subjacente ao texto e da maneira como este orienta a experiência do leitor, como observado.

Sobre a organização de forma geral, a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) segue a mesma estrutura da *Enciclopédia* (1971), já mencionada neste capítulo. O livro está dividido em quatro partes principais.

Como mencionado, a primeira parte intitulada **Educação**, é subdividida em quatro tópicos, 1. *Definição e Objeto*, 2. *O lar como fator de educação*, 3. *A escola como fator de educação*, 4. *As forças armadas como fator de educação.* A *segunda*, **Moral**, com dez tópicos: 1. *Objeto da Moral*, 2. *Existência de Deus*, 3. *Conceito de Homem: Espírito e Matéria*, 4. *Conceito de Religião*, 5. *O caráter*, 6. *Moral Individual*, 7. *Moral Familiar, Origem da Família*, 8. *Moral Social*, 9. *Moral Cívica*, 10. *Moral Internacional*,

A terceira parte **Elementos Básicos da Nacionalidade**, é subdividida em sete partes 1. *Brasil Características Físicas* 2. *Formação Étnica do Povo Brasileiro* 3. *Formação Religiosa do Povo Brasileiro* 4. *Evolução Política do Povo Brasileiro* 5. *Evolução Econômica do Brasil*

6. Evolução Social do Brasil 7. *Os Grandes Problemas do Brasil Atual. Participação da juventude na sua resolução*.

A quarta parte **Instituições Brasileiras**, é subdividida em seis parte 1. *Noção de Democracia* 2. *Noção de Constituição* 3. *Síntese Histórica da Evolução Histórica Constitucional Brasil* 4. *Constituição da República Federativa do Brasil* 5. *As Forças Armadas e a Segurança Nacional* 6. *Os Símbolos Nacionais* e pôr fim a quinta parte subdivido **O Brasil e o Mundo** subdividido em duas partes 1. *Relações Internacionais do Brasil,* 2. *Integração do Brasil no Hemisfério Ocidental*.

Assim, podemos perceber que a estrutura da obra se diferencia sutilmente de outras do mesmo gênero, ao priorizar, em um primeiro momento, o debate sobre a educação, para só então adentrar na esfera moral. No entanto, é na segunda parte, intitulada **Moral**, mais precisamente no tópico 9, *Moral Cívica*, que encontramos a definição de cidadania, nação, pátria e os deveres do indivíduo para com a sociedade. Como já argumentamos, para Michalany e Ramos (1970), a educação cívica se constrói essencialmente por meio do conhecimento da História do Brasil, estreitamente vinculado à formação da identidade nacional. Mas o que seria então o conteúdo relacionado à política, já que o livro se intitula *Educação Moral, Cívica e Política*.

No primeiro capítulo vimos que no caso do livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Rubens Ribeiro dos Santos (1971), o acréscimo do termo "Política" no título se justifica de maneira clara, pois há uma unidade específica chamada "Educação Política", que corresponde ao ensino de história.

No livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), esse acréscimo não é tão evidente, pois não há uma seção específica intitulada "Educação Política". No entanto, ao analisar a organização dos conteúdos do livro, é possível identificar que a dimensão política da educação está distribuída ao longo da obra, especialmente nas partes que tratam do presente e da organização política contemporânea do país.

A terceira parte, intitulada **Elementos Básicos da Nacionalidade**, parece estar mais alinhada à educação cívica, pois enfatiza a identidade nacional e os valores patrióticos. Os tópicos abordam a formação étnica e religiosa do povo brasileiro, bem como a evolução política, econômica e social do país. Esses conteúdos reforçam a visão histórica linear e otimista que caracteriza a obra, promovendo um discurso de continuidade e estabilidade, onde o passado é apresentado como um percurso de desenvolvimento natural da nação, algo que veremos de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.

A educação política parece estar presente no último tópico da terceira parte do livro *Os Grandes Problemas do Brasil Atual*, que trata da participação da juventude na resolução dessas questões. Além disso, ela também se estende às duas partes subsequentes: **Instituições Brasileiras** e **O Brasil e o Mundo**. Um exemplo deste caráter político destas seções, é o capítulo sobre as **Instituições Brasileiras,** aonde temos uma defesa da democracia em relação ao comunismo:

> Se a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, o *comunismo* é um regime diametralmente oposto. Trata-se de uma doutrina sócio-política-econômica que estabelece primado absoluto do social sôbre o individual, e do econômico sôbre o espiritual. Assim, o comunismo é fundamentalmente *ateu*, pois combate a tendência natural do homem no sentido de se elevar até Deus. Automàticamente, é contrário a *todas* as religiões, sendo principalmente *anticristão*; de fato, o Cristianismo, pregando a tolerância, a caridade, o respeito à dignidade individual, opõe-se frontalmente a tudo que o comunismo representa (Michalany, Ramos, 1971, p. 165 - 166).

Destarte, observamos que Michalany e Ramos (1971) adotam uma ordem diferente para essas unidades em relação ao programa curricular do CNMC. Enquanto no programa do CNMC a unidade **O Brasil e o Mundo** antecede **Instituições Brasileiras**, Michalany e Ramos (1971) apresentam a sequência inversa.

A organização dos conteúdos do livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) é um indicio da sua narrativa maior, pois revela uma estrutura cuidadosamente planejada para consolidar os interesses ideológicos da ditadura civil-militar brasileira.

A análise da Editora Michalany e de suas publicações voltadas à Educação Moral e Cívica revela que os livros didáticos produzidos no contexto da ditadura militar brasileira desempenharam um papel central na construção e na difusão de uma visão de mundo alinhada aos interesses do regime, transmitindo valores de obediência, patriotismo civismo. A própria materialidade dessas obras — com diferentes versões, formatos e estratégias editoriais — reflete o esforço para atingir distintos públicos e consolidar sua mensagem ideológica.

O papel dos manuais escolares como agentes de socialização política e cultural não é um fenômeno isolado do Brasil. Como aponta Alain Choppin (2002) os manuais sempre foram controlados de perto pelos Estados, pois representam uma ferramenta poderosa para a formação de identidades nacionais e a disseminação de discursos oficiais. E isso se dá pela sua relevância cultural pois, o livro didático está:

> [...] efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades

> (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se (Choppin, 2002, p. 14).

A diversidade de formatos adotados pela Editora Michalany, incluindo versões compactas e enciclopédicas, confirma a ideia de que os livros didáticos são objetos editoriais moldados por interesses específicos. Como aponta Choppin (2004), é preciso compreender os manuais escolares em sua dimensão histórica e material, pois sua forma e circulação influenciam diretamente sua função educativa e ideológica. Choppin (2002, p. 22), observa também que "o manual impõe uma hierarquia no campo dos conhecimentos, uma língua e um estilo", e essa ideia se materializa de maneira singular na obra de Michalany.

Embora todos os livros de Educação Moral e Cívica analisados tenham sido estruturados para legitimar visões e reforçar os valores da ditadura civil-militar, a obra *Educação Moral Cívica e Política*, de Michalany e Ramos (1971), adota uma estratégia própria para cumprir essa função ideológica. Seu principal recurso discursivo é a difusão de uma representação otimista da História do Brasil, alinhada à propaganda do regime. Além disso, sua organização material direciona o olhar e o ato de ensinar: o conteúdo ocupa um espaço equivalente ao dos demais temas, mas está posicionado de forma estratégica, logo após as discussões sobre moralidade e cidadania, e antes dos conteúdos relacionados às políticas governamentais contemporâneas e a formação do Estado brasileiro, o papel do Brasil no Mundo e as diferenças entre, nas palavras de Michalany e Ramos (1971) "democracia cristã" e o "comunismo ateu".

3. O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*, COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO E SUAS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

3.1 QUEM CONTROLA O PASSADO, CONTROLA O FUTURO: A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

Para Jörn Rüsen (2015), a história é uma necessidade antropológica que depende de uma narrativa, pois é por meio dela que a memória se organiza, se constituindo então uma consciência histórica. Essa consciência histórica é fundamental para nos orientar acerca do passado, presente e futuro, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos eventos e processos que moldam a nossa realidade. A narrativa histórica é um instrumento essencial para dar sentido às nossas experiências e orientar nossas ações

> A orientação possui uma relação direta com a vida prática, ou seja, uma qualidade própria de utilidade existencial. De acordo com as circunstâncias da vida, isso pode significar algo totalmente diferente: o saber histórico pode fortalecer o poder das tradições. Também pode, inversamente, ser utilizado para romper a força das tradições, a fim de possibilitar novas orientações. O saber histórico pode fortalecer e aprofundar a competência normativa das elites cultas. Ele pode ser empregado para qualificar as condições da vida como melhoráveis (no âmbito interpretativo das representações de progresso) e para mobilizar os respectivos potencias de ação. (Rüsen, 2015, p. 47).

Essa reflexão de Rüsen (2015) me fez recordar uma frase célebre do livro *1984*, de George Orwell (2011), que ressoou profundamente em minha adolescência: *Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado*[31]. George Orwell (2011), nessa obra, ilustra como o domínio sobre a narrativa histórica pode ser usado para consolidar o poder. O Partido, no livro *1984*, reescreve constantemente os registros do passado, garantindo que a população nunca tenha acesso a uma memória coletiva confiável que permita contestar sua autoridade.

Assim como o Partido, no livro *1984,* a ditadura civil-militar brasileira manipulou as representações das História do Brasil. O regime autoritário utilizou-se do saber histórico

---

[31] "O Partido disse que a Oceania nunca havia estado em aliança com a Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceania tinha uma aliança com a Eurásia há apenas quatro anos. Mas onde estava esse conhecimento? Somente em sua própria consciência, que em qualquer caso provavelmente seria aniquilada em breve. E se todos os outros aceitaram a mentira que o Partido impôs – se todos os registros contassem a mesma história – então a mentira entrou para a história e se tornou verdade. "**Quem controla o passado**", dizia o slogan do Partido, "**controla o futuro: quem controla o presente controla o passado**". E ainda assim o passado, apesar de sua natureza alterável, nunca havia sido alterado. O que quer que fosse verdade agora, era verdade de eternidade a eternidade" (Orwell, 2011, p. 75, grifo nosso)

difundido nas escolas como uma ferramenta de orientação do presente, consequentemente fazendo circular novas expectativas acerca do futuro do Brasil. Partindo da perspectiva de Jörn Rüsen (2015), podemos aferir que, a partir de certas ações, a ditadura civil-militar empenhou-se em cristalizar determinadas tradições e narrativas históricas do Brasil, enquanto reprimia e silenciava outras perspectivas.

Devemos ressaltar que o controle sobre a narrativa histórica presente nos livros didáticos não começou com a ditadura civil-militar de 1964. Pelo contrário, a construção da memória histórica oficial e a sua difusão na sociedade por meio de manuais escolares, sempre foi um elemento central das disputas políticas no Brasil. Até os anos 1960, a historiografia escolar já era amplamente dominada por uma narrativa linear e evolutiva, na qual a República era celebrada como um desdobramento natural da história nacional, apagando contradições e conflitos sociais.

Kênia Hilda Moreira (2011) aponta na sua tese intitulada *O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica*, que os livros didáticos de História do Brasil do período republicano adotavam uma abordagem positivista, estruturando a história brasileira como um processo de ascensão progressiva e homogênea. Como ela afirma:

> Entre os autores didáticos analisados predominou a opção de uma história historicista tendente a explicar a trajetória da formação social brasileira de modo linear, evolutiva e uniforme, conforme os pressupostos do método científico próprio da historiografia positivista modelada conforme a linguagem das ciências naturais do século XIX." (Moreira, 2011, p. 148).

A história ensinada nas escolas, narrava os eventos históricos a partir de uma perspectiva de um progresso natural e inexorável, sem rupturas ou contestação. A exclusão da população da participação política também foi naturalizada nos livros didáticos. Por exemplo, a ideia de democracia racial se consolidou como um discurso central na educação, apagando conflitos e disfarçando desigualdades. Como destaca Moreira (2011): "A partir de 1930, com o mito da democracia racial, a ideologia vigente nos livros didáticos gira em torno de cidadãos passivos, porém cientes do seu papel histórico na construção do Brasil moderno" (Moreira, 2011, p. 147). Portanto até a década de 1960, as narrativas históricas do país com uma perspectiva positivista era a dominante.

No entanto, essa hegemonia começou a ser desafiada por iniciativas que buscavam oferecer uma visão alternativa a esta história tradicional do país. Um exemplo marcante foi a

coleção didática *História Nova do Brasil*, coordenada por Nelson Werneck Sodré[32], que buscou romper com essa tradição e, por isso, sofreu censura durante a ditadura civil-militar. Originada da *Coleção História Nova*, a obra foi produzida em 1963 e publicada em 1964, como parte de uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura em conjunto com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)[33]. O livro foi produzido em um cenário de intensas disputas políticas, entre os chamados "entreguistas e reformistas"[34] marcado pela tentativa de consolidação do governo de João Goulart e de seu grupo político, em meio à instabilidade que culminaria no golpe de 1964 (Lourenço, 2008).

Portanto o projeto editorial em torno da obra *História Nova do Brasil* nos insere no debate sobre a modernização do Brasil, presente desde as décadas pós-Segunda Guerra Mundial. Como aponta Reis (2014)

> Desde os anos 1950, desenhava-se uma correlação de forças a favor das esquerdas reformistas, nacional-estatistas. Não era algo que se limitasse ao Brasil, mas um processo de caráter internacional. A volta de Vargas nos braços do povo e as campanhas nacionalistas da primeira década atestavam a sua tendência de modo nenhum restrita ao país ou à América do Sul. O cerco político a Getúlio com o suicídio subsequente pareceram marcar um momento de inflexão (p. 83).

Neste contexto da consolidação de Estado nacional desenvolvimentista há um processos de recrutamento de intelectuais que estivessem em conexão com uma visão de racionalização das ações governamentais para uma maior efetividade do desenvolvimento nacional (Souza, 2010)

> Objetivando a concretização de uma Política Nacional de Desenvolvimento Econômico e diante das necessidades de aparelhamento do Estado, são criados, em 1951, diversos órgãos setoriais de atuação nacional: a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) encarregada de propor possíveis modificações na estrutura agrária;

---

[32] Autor marxista de diversas obras sobre história, sociologia e literatura, como *História da Burguesia Brasileira* (1964), *História da Imprensa no Brasil* (1966), Nelson Werneck Sodré (1911-1999) ingressou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros em 1955**.** No ISEB, ele desempenhou um papel fundamental na formulação do pensamento nacionalista e no desenvolvimento de uma interpretação marxista da história do Brasil.

[33] O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), criado em 1955 durante o governo Café Filho e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), fundado em 1952. Desenvolveu-se significativamente no governo Juscelino Kubitschek, recebendo sede própria no Rio de Janeiro e maior suporte financeiro para promover cursos e publicações. Reconhecido pelo engajamento político e social de seus intelectuais, o Iseb foi palco de intensos debates, especialmente até 1958, quando divergências internas se acirraram. Entre 1960 e 1964, destacou-se por sua maior aproximação com a esquerda e movimentos sociais, refletida em obras como *História Nova do Brasil* (1964). Extinto após o golpe militar de 1964, simbolizou a articulação entre pensamento intelectual e política no Brasil contemporâneo (Lourenço, 2008).

[34] Esses termos se referem a duas visões distintas sobre o desenvolvimento do Brasil. Os entreguistas defendiam a integração do país ao capital estrangeiro, abrindo a economia às multinacionais, mesmo que isso reforçasse a dependência em relação às grandes potências. Já os reformistas acreditavam na possibilidade de transformar a sociedade dentro da ordem capitalista, propondo mudanças estruturais, como a reforma agrária e a administrativa, sem romper com o sistema vigente

> a Comissão de Desenvolvimento Industrial(CDI), com o objetivo de estudar e propor de medidas econômicas, financeiras e administrativas ligadas à política industrial; a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes para melhorar os transportes e melhorar o abastecimento interno; a Comissão Nacional de Bem-Estar para cuidar "da melhoria das condições do povo brasileiro". Nesse mesmo período, somam-se a essas Comissões, outras de atuação específica, além de outros órgãos e agências, totalizando a criação de 22 instituições estatais, incluindo a criação da CAPES, da Petrobrás, do CNPq e do BNDE, entre outras (p. 148-149).

Portanto, o Iseb emerge em um cenário em que o Estado brasileiro passou a promover valores liberais e democráticos com um viés modernizante, gerando contradições marcadas por ideologias estatais, como o populismo e o nacional-desenvolvimentismo. Ideologias estas que atuavam para neutralizar tensões e legitimar o projeto nacional. Formado por intelectuais, o Iseb assumiu um papel central na condução ideológica do desenvolvimento do país. E no contexto de 1961, passa a ter uma forte atuação da esquerda, sendo a presidência de Nelson Werneck Sodré do Instituto uma boa expressão desta fase da instituição.

O livro *História Nova do Brasil* possuía uma narrativa que ao mesmo tempo promovia o nacionalismo, oferecia uma interpretação materialista histórica do passado nacional, apresentando uma perspectiva crítica da História do Brasil, fundamentada no materialismo-histórico-dialético. A obra diferente de outros livros, apresentava uma cronologia não tradicional, utilizando uma narrativa histórica que conectasse o passado ao presente e colocasse o povo como sujeito central do processo histórico (Lourenço, 2008)

No contexto de sua publicação, enquanto leitores reconheceram o valor da iniciativa, setores conservadores, sobretudo a grande imprensa, não mediram esforços para desqualificar a coleção, utilizando termos pejorativos e tratando-a como uma ameaça à ordem estabelecida. O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, criticou o teor ideológico da obra e também recorreu a ataques pessoais aos autores em editoriais que simbolizavam o embate entre visões de mundo opostas. Culminou então, que logo com a instauração da ditadura civil-militar, a obra enfrentou repressão direta: edições foram apreendidas, os autores perseguidos, e o fechamento do ISEB culminou na interrupção da produção de novos volumes (Lourenço, 2008).

Neste sentido, o caso do livro *História Nova do Brasil* exemplifica a disputa em torno das representações do passado e evidencia como a censura operava para controlar a memória histórica. A proibição dessa obra ilustra um dos significados do golpe civil-militar de 1964: um golpe contra a possibilidade de um radical processo de democratização do país.

José Paulo Netto (2016) argumenta que o golpe não pode ser compreendido isoladamente, mas deve ser analisado à luz da estrutura de classes no Brasil e da inserção do país na economia global. Segundo o autor, a burguesia interna, atrelada a interesses estrangeiros, teve um papel determinante na ruptura democrática, consolidando a subordinação

da economia nacional ao capital internacional. Para ele, o golpe representou: "[...] à época, a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e democratizar substancialmente a sociedade brasileira." Além disso, o golpe significou: "[...] a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico, social e político, virtualmente a reversão das linhas que historicamente marcaram a formação brasileira." (Netto, 2016, p. 77).

Nesse contexto, o livro *História Nova do Brasil* representou uma tentativa sutil de romper com essa historiografia tradicional com intuito de promover uma visão crítica da realidade atual. Apesar de suas limitações, a obra propunha uma leitura mais crítica do passado brasileiro. Percebe-se que a ditadura censurou projetos editoriais que buscavam questionar as tradições historiográficas, como também reforçou e consolidou a narrativa já estabelecida, que, no livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) assume um sentido específico: legitimar o regime vigente a partir de um entrelaçamento entre o passado, presente e futuro.

Historiadores e escritores profissionais, Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos deixaram evidencias de que tinham plena consciência de seus objetivos com a escrita da obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971), pois as cartas anexadas no início felicitando a publicação dão este ar messiânico para sua composição. Neste sentido, os autores Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos, assim como os outros autores de livros didáticos de EMC "imputam um sentido sublime e honroso ao ofício que se dedicam" eles são "arautos de um discurso encomendado, pregam um determinado ordenamento do mundo que satisfaz aos propósitos dos agenciadores daquele estado de coisas" (Almeida, p. 32-34, 2009).

E o principal recurso retórico, privilegiado para a nossa análise, é a narrativa da História do Brasil que, nesta sessão, mais a frente, iremos apresentar a partir de três categorias de analises — que são configuradoras da disciplina (Da Silvia & Bartholo, 2017; Figueiras, 2006): Moral cristã, Cidadania passiva e o Anticomunismo.

A narrativa presente no prefácio do livro *Educação Moral Cívica e Política*, intitulado "Carta aos Professores", faz um apelo à memória nacional, refletindo a tônica do livro, onde há um significativo conteúdo historiográfico atrelado à um forte apelo à identidade, fator imprescindível no pensamento histórico, de acordo com Rüsen (2015, p. 148):

> O direcionamento temporal da vida humana prática operado pelo pensamento histórico somente é eficaz quando *enraizado nas profundezas da subjetividade humana*. Trata-se aqui da temporalidade interna do homem enquanto indivíduo e enquanto membro de uma comunidade. Tudo que já se foi tem de ser mediado com o que se gostaria de ser, de modo que se lance uma ponte temporal sustentável entre o passado e o futuro, na autopercepção e autointerpretação do sujeito.

A identidade nacional, concebida como a interpretação de um país e suas representações simbólicas, desempenha um papel fundamental na formação da consciência histórica dos indivíduos.

No contexto da ditadura civil-militar, a disciplina de EMC buscava cumprir esse papel, visando promover valores considerados essenciais à participação cívica e à coesão social. A EMC buscava consolidar uma identidade nacional homogênea, enfatizando tradições culturais e valores morais específicos. Podemos contemplar esse objetivo no decreto lei 869/69, onde destaco três itens que dispõe sobra as finalidades da disciplina no do Art. 2º;

> b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valôres espirituais e éticos da nacionalidade;
> c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
> d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; (Brasil, 1969).

Fica evidente, portanto, que a ditadura civil-militar utilizou a educação como ferramenta para moldar a identidade nacional, promovendo uma visão homogênea dos valores e tradições brasileiras. No entanto, como discutido no primeiro capítulo, cada editora e autor adotou abordagens distintas para atingir esse objetivo, e o uso da narrativa histórica como recurso retórico não foi uma regra geral. Mesmo no caso do livro de EMC de Rubens dos Santos (1971), que mais recorreu a esse tipo de narrativa, seu uso foi sucinto e bastante objetivo, sem aprofundamento em determinados tópicos.

Michalany e Ramos (1971) deram um destaque relevante para o conteúdo histórico, os autores utilizaram a narrativa histórica para cumprir com estes objetivos, de fortalecer os valores espirituais (apelo ao cristianismo) e éticos da nacionalidade, de fortalecimento da unidade nacional e do cultuo á Pátria e aos seus símbolos, às tradições e pregação do anticomunismo. Portanto uma característica da obra é um entrelaçamento explicito entre o passado e o presente e o futuro e isto é bem evidente logo nas primeiras páginas (Figura 29).

FIGURA 29 – PÁGINA QUE ANTECEDE O SUMÁRIO E A INTRODUÇÃO DO LIVRO

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Percebe-se que o título desta página que antecede o sumário e a introdução do livro **"Pátria: O amanhã que hoje construímos"** já estabelece um tom ideológico claro, conectando passado, presente e futuro em uma estrutura discursiva. “O amanhã que hoje construímos” mas que se dá pela obtenção do conhecimento do passado. Enquanto a presença da bandeira nacional reforça essa ideia ao simbolizar a continuidade e a unidade do país, a citação atribuída a Tamandaré — "Os que tombam pela Pátria não morrem; fundem-se em espírito a ela e têm vida eterna" — remete a um passado glorificado, no qual a dedicação e o sacrifício pelo Brasil são apresentados como virtudes supremas.

A posição estratégica dessa página, logo antes do sumário e da introdução, não é aleatória. Sua função é preparar o leitor para um conteúdo que reforçará esses valores ao longo

do livro, estabelecendo uma linha narrativa na qual o passado heroico legitima as ações do presente e projeta um futuro idealizado.

Uma das principais diferenças da obra de Michalany e Ramos (1971) em relação as de Andrade (1971), Galache, Pimentel e Zanuy (1971) e de Santos (1971) é a ausência dos vultos da pátria. Isto se dá, como já comentamos, pela estratégia da editora em segmentar determinados conteúdo da disciplina de EMC em livros próprios e esse foi o caso dos vultos, da qual foi produzida a obra *Vultos da Pátria.*

O livro *Vultos da Pátria* de Michalny e Ramos (1971) apresenta biografias de quarenta figuras históricas, enfatizando militares, estadistas e religiosos que teriam contribuído para a construção do Brasil. A narrativa adota um tom laudatório, semelhante a narrativa histórica da obra *Educação Moral, Cívica e Política,* como iremos observar mais adiante, enaltecendo essas personalidades como modelos a serem seguidos.

Os militares ocupam papel central na obra *Vultos da Pátria* (1982). Figuras como Duque de Caxias, Marechal Deodoro e Floriano Peixoto são retratadas como heróis nacionais, e a própria Ditadura Civil-Militar de 1964 é apresentada como uma "Revolução" irreversível. O prefácio da obra da edição que tivemos contato, de 1982, justifica a inclusão dos ditadores militares no panteão cívico:

> Finalmente, devemos acentuar que as biografias dos cinco presidentes revolucionários (Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João B. Figueiredo) são indispensáveis nesta galeria, dado o caráter irreversível que a Revolução de Março de 1964 representa (Michalany, Ramos, 1982, p. 1).

A presença dos presidentes da ditadura no livro sugere um esforço de continuidade histórica, estabelecendo uma conexão entre os "heróis do passado" e os líderes atuais do país ou do passado recente, Médice está ao lado de D. Pedro II, Tiradentes e José Bonifácio. Esse entrelaçamento temporal reforça a ideia de que a História do Brasil é uma progressão linear em direção ao progresso e à ordem, valores fundamentais da Doutrina de Segurança Nacional e coloca a ditadura civil-militar como o movimento de real mudança no Brasil.

Destarte, assim como a obra *Vultos da Pátria,* em três volumes, escrita pelos autores e publicada na Editora Michalany, a obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) adota uma abordagem histórica positivista. Sua narrativa representa a história do país como uma progressão linear de etapas evolutivas, minimizando contradições históricas. Esta é a lógica discursiva do positivismo, que segundo Barros (2011), é a epistemologia que auxiliou a burguesia assentada no século XIX. Portanto, destaca-se a ênfase na ordem, na evolução, na estabilidade e também no papel central do Estado na promoção do progresso social.

> Com seu discurso de "ordem e progresso", o Positivismo passaria de fato a constituir zelosamente uma das estratégias discursivas mais favoráveis aos novos objetivos da burguesia dominante. Pregava-se aqui a "conciliação de classes", na verdade a submissão da massa de trabalhadores aos industriais que seriam ser responsáveis em encaminhar bem ordenado progresso positivista. (p. 95).

Na narrativa histórica do livro *Educação Moral, Cívica e Política* Michalany e Ramos (1971), esta lógica discursiva é notável, até mesmo na organização dos próprios capítulos: A **Evolução** Política do Povo; **Evolução** econômica do povo brasileiro, **Evolução** social do Brasil. Assim como em alguns trechos: "Desde então, atuando com serenidade e firmeza, o Presidente Médici vem desenvolvendo o trabalho de seus dois predecessores, reconduzindo o País a rota apontada pelo lema da Bandeira Nacional: ORDEM E PROGRESSO" (Michalany; Ramos, p. 145, 1971).

Como já mencionado, a conteúdo sobre a História do Brasil da obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), se encontra no terceiro capítulo **Elementos Básicos da Nacionalidade**, sendo a primeira parte, *Brasil: Características Físicas.* Neste ponto é enfatizado a geografia do Brasil, descrevendo sua vastidão territorial e diversidade climática, sugerindo que essas características representam um potencial econômico ainda inexplorado.

O Brasil é apresentado como um país com vasto potencial econômico, cuja riqueza natural, segundo os autores, precisa ser convertida em progresso sob a liderança do Estado. Michalany e Ramos (1971, p. 97) enfatizam essa visão ao afirmar que "sob o ponto de vista físico-geográfico, o Brasil é um dos maiores países do mundo, podendo vir a ser um dos mais ricos."

Em seguida temos a segunda parte *Formação Étnica do Povo Brasileiro*, que é abordada a partir de uma ótica eurocêntrica, na qual os portugueses são apresentados como o elemento civilizador, a raça mais avançada e predominante, enquanto negros e indígenas são mencionados de forma utilitária, subalternizada.

Os autores afirmam que ″sendo o português o elemento preponderante no Brasil Colônia, não só em razão de sua supremacia política, mas também pela sua superioridade cultural, sua influência na formação étnica do Brasil foi bem maior que a das outras duas raças." (Michalany e Ramos p. 98).

O artigo de André Luan Nunes Macedo (2021) *Narrativas conservadoras e o sequestro do futuro: os materiais de Educação Moral E Cívica (1971)*, indica essa tendência narrativa nos livros de EMC. Ao analisar manuais de EMC da mesma época, Macedo (2021), destaca que esses materiais:

> se enquadram dentro daquilo que Oakeshott chamou de interpretação prática – ou utilitarista – do passado histórico [...]. Para os autores da época e seus respectivos condicionantes de meio, a história deveria produzir uma relação de causa e efeito, contribuindo assim para a consolidação viva do passado no presente (p. 104).

Essa interpretação histórica reforça a noção de que a formação do Brasil ocorreu de maneira linear, harmoniosa, sob o comando português, apagando os conflitos e resistências que marcaram esse processo. Ao minimizar o protagonismo das populações indígenas e negras, essa narrativa os posiciona como meros coadjuvantes, desconsiderando sua agência na construção do país.

Macedo (2021) também aponta como esses manuais sustentavam uma visão racializada do progresso, na qual o português era apresentado como o motor da civilização brasileira, enquanto os demais grupos eram retratados de maneira instrumental. Ele evidencia esse ponto ao citar o manual de Nelson Barbosa, *Moral e Cívica* (1971), que afirmava:

> O Elemento português: foi o que mais contribuiu para a formação do Brasil. Isto se deve ao fato de o próprio desenvolvimento dever-se aos portugueses; aliás, o fato do descobrimento é o resultado do espírito de liberdade e de bravura e da formação cristã que os impulsionaram a lançar-se aos mares, à procura de novas terras. Portugal era na época um dos povos mais cultos. Aos portugueses a formação étnica do Brasil deve a religião cristã católica, a língua e sua unidade no território nacional, as instituições políticas e sociais e organização administrativa" (Barbosa, 1971, p. 99, apud Macedo, 2021, p. 106).

Este texto é bem semelhante ao de Douglas Michalany, uma narrativa que excluía as experiências de resistência e a agencia das populações indígenas e negras:

> Os portugueses, como aliás a maioria das nações sul-europeias, são o resultado da fusão de vários outros povos, os quais penetraram na Península Ibérica desde os tempos préhistóricos. Aos primitivos habitantes da Península (os iberos), vieram depois juntar-se os celtas, vindos do norte, o que deu origem aos celtiberos. Mais tarde, já em tempos históricos, elementos fenícios, gregos e cartagineses misturaram-se à população peninsular. Em seguida, os romanos conquistaram a região, trazendo para ela sua raça, sua língua e suas instituições. No século V d.C., alguns dos povos germânicos que invadiram o Império Romano do Ocidente estabeleceram-se na Península: foram eles os alanos, os suevos e os visigodos. Em 711, os mouros (árabes da África do Norte, com uma certa proporção de sangue negro) invadiram a Espanha (nome pelo qual era conhecida na época toda a Península Ibérica), influenciando fortemente sua população. Assim, o povo português (que se tornou independente a partir de 1140) resultou da miscigenação de todos esses elementos diversos, o que lhe proporcionou uma extraordinária facilidade para se cruzar com outras raças. Sendo o português o elemento preponderante no Brasil Colônia, não só em razão de sua supremacia política, mas também pela sua superioridade cultural, sua influência na formação étnica do Brasil foi bem maior que a das outras duas raças. O idioma, a religião católica, as instituições políticas e sociais e a organização administrativa do Brasil foram as principais contribuições lusitanas para a formação de nossa Pátria (Michalany, Ramos, 1971, p. 98)

Embora os trechos de Barbosa (1971) e Michalany e Ramos (1971) sustentem uma visão similar sobre a formação do Brasil, enfatizando a centralidade e a superioridade do elemento português, há diferenças sutis entre eles. Michalany e Ramos (1971) adotam uma abordagem mais histórica, explorando a miscigenação entre os próprios portugueses antes de destacar sua suposta 'facilidade para se cruzar com outras raças', sugerindo um processo natural de embranquecimento.

Já Barbosa (1971) enfatiza diretamente a "bravura" e a "missão civilizadora" dos portugueses, apresentando sua influência como determinante para o progresso do Brasil. Essa abordagem dá à narrativa um caráter mais literário e idealizado que a de Michalany e Ramos (1971), suavizando os conflitos e complexidades desse processo. Apesar dessas variações, ambos os textos sustentam uma narrativa eurocêntrica e hierárquica, que naturaliza a supremacia lusitana e apaga as violências do processo colonial.

Tanto o livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) quanto as obras analisadas por Macedo (2021) demonstram que os manuais de EMC reproduziam uma visão eurocêntrica da História do Brasil e reforçava um ideal de cidadania subordinado a um modelo conservador e autoritário. Como conclui Macedo:

> Por fim, a experiência eurocêntrica da história foi um grande demarcador de sentidos e práticas na constituição da Moral e Cívica. A contemplação de experiências históricas outras conformou o sentido dado até mesmo aos conceitos que poderiam ser utilizados por meio de um horizonte mais aberto de expectativas. No entanto, o clima histórico de fechamento e supressão das liberdades, ao que tudo indica, foi de fundamental importância para a consolidação da taxonomia militar na educação Foi necessária uma demarcação ideológica para a comunidade imaginada, propondo diferenças entre patriotismo e nacionalismo. E, ao contrário do que foi apontado por alguns estudos prévios, a necessidade de definição demonstra que a ditadura assumiu o "front" explícito de uma concepção de cidadania e civismo (Macedo, 2021, p. 120-121).

Essa perspectiva sustenta uma hierarquia racial implícita e explicita, na qual a cultura europeia é tratada como o eixo central da organização da sociedade brasileira. Como discutido anteriormente, essa visão predominou por grande parte da história da disciplina, reforçando a ideia de superioridade europeia e apagando a contribuição de outros grupos sociais.

As seções 4 *Evolução Política do Povo Brasileiro*, 5 *Evolução Econômica do Povo Brasileiro* e 6 *Evolução Social do Brasil* concentram o conteúdo historiográfico da obra, aonde buscamos identificar, nessas partes, a presença de elementos característicos da disciplina de EMC na narrativa histórica de Michalany e Ramos (1971): Moral cristã, Cidadania passiva e o Anticomunismo.

Começamos pelo aspecto religioso. O cristianismo, em especial o catolicismo, é descrito na obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) como um dos pilares centrais da identidade nacional. Os autores apresentam a fé como um elemento essencial para a coesão social, afirmando que "o povo brasileiro é um dos mais religiosos do mundo. A quase totalidade da população pratica um ou outro culto, preocupando-se em elevar a alma a Deus" (p. 102).

O catolicismo é retratado como um fator de civilização e ordem, enquanto outras religiões são mencionadas apenas de forma secundária com o intuito de apresentar a pluralidade religiosa do povo brasileiro, sem mencionar seus valores morais. Na capa da obra, a figura da cruz é centralizada, no conteúdo sobre moral há conceitos da prática religiosa cristã como: oração, pecado, obediência. Todos os cidadãos brasileiros, segundo Michalany e Ramos (1971) tem deveres para com Deus:

> Os deveres do homem para com Deus encontram na sua melhor expressão na *Religião*, a qual se exprime pelo *Culto* e pela *Oração.* Todos os deveres da religião convergem, por conseguinte para o respeito e amor a Deus, Criador de todas as coisas e Modêlo eterno e absoluto de tôda perfeição (p. 51)

A religiosidade é associada a valores positivos, como a dignidade humana e a igualdade perante Deus, afastando qualquer questionamento mais profundo sobre as desigualdades sociais e suas causas. Portanto a narrativa histórica da obra reforça a religiosidade como um elemento central da identidade nacional, apresentando o cristianismo como uma força unificadora na luta pela liberdade, igualdade e respeito. Além disso, destaca o cristianismo como uma forma de resistência ao comunismo e ao ateísmo, associando a fé cristã à defesa da democracia e da Pátria, como pode conferir no quadro 8.

QUADRO 8 – APELO AO CRISTIANISMO PRESENTA NA OBRA

Trechos da obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971)
O povo brasileiro é um dos mais religiosos do mundo. A quase totalidade da população pratica um ou outro culto, preocupando-se em elevar a alma a Deus e procurando servi-Lo, consciente de que Deus é o fim último do homem e que fora d'Ele a vida é inútil e sem sentido (p. 102)
Considerando que o elemento português foi o que predominou em nossa formação étnica e política, é natural que o **Catolicismo Romano** se tenha tornado a religião mais importante do País (p. 102)
Essa religiosidade confere aos brasileiros uma clara noção da dignidade humana, pois lhes mostra que todos os homens são iguais perante Deus, e como tal devem respeitar-se uns aos outros, sem diferenciação de raça ou origem (p. 103)
A religiosidade do povo brasileiro também lhe ensinou o amor à liberdade, por dois motivos importantíssimos: a) Sendo todos os homens iguais perante Deus, não é justo que um povo tente oprimir ou dominar outro; por essa razão, os brasileiros sempre souberam reagir contra as agressões estrangeiras, sacrificando, se necessário, a própria vida para preservar a liberdade que Deus lhes concedeu (p. 103)
Em 19 de março de 1964, menos de uma semana após o comício subversivo de Goulart, surgiu a primeira reação pública contra a direção a que o governo queria arrastar o Brasil: inspirada pelas mulheres paulistas, realizou-se em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em defesa da religião contra o

ateísmo, em defesa da democracia contra o comunismo, em defesa da Pátria contra a influência das ideias estrangeiras, dezenas de milhares de pessoas participaram da grandiosa manifestação (p. 141)

FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971).

O segundo aspecto que observamos é a cronologia rígida e linear, dividindo-se em três grandes períodos: Colônia, Império e República. Pudemos identificar nesta narrativa a ideia de uma cidadania subserviente, obediente. Revoltas populares são relacionadas ao patriotismo, o amor à pátria, mesmo quando isso é anacrônico, como no caso da Inconfidência Mineira.

Embora os títulos dos capítulos sugiram uma análise da evolução política e econômica do 'povo brasileiro', a obra enfatiza sobretudo o papel do Estado e de seus líderes na condução do destino nacional, relegando a participação popular a um plano secundário.

Essa leitura evidencia como a narrativa histórica pode, sutilmente, reforçar um modelo de cidadão obediente e passivo ao enfatizar a harmonia social e minimizar conflitos. As mudanças políticas são apresentadas como naturais, necessárias e aceitas por todos, excluindo resistências e questionamentos que de fato existiram.

Por exemplo, a sociedade colonial é retratada como um sistema estabelecido e estável, sem destacar resistências dos escravizados. A ausência de conflitos sugere uma aceitação passiva dessa estrutura:

> Os senhores rurais do Brasil Colônia rapidamente se transformaram numa aristocracia local, isto é, passaram a formar uma classe fechada, orgulhosa de seus privilégios. Paralelamente à aristocracia dos senhores de engenho, existia no período colonial uma grande massa de escravos. Essa classe social não possuía quaisquer direitos e levava uma vida extremamente infeliz, sob o domínio dos grandes proprietários (Michalany, Ramos, 1971, p. 158).

Da mesma forma, a exclusão política da maioria da população é descrita como um fato inquestionável e contínuo, sem indicar tentativas de mudança ou resistência, sendo contemplado apenas suas mazelas, sem problematiza-las: “Quanto às massas populares (formadas pelos escravos, artesãos e pequenos trabalhadores agrícolas), continuavam a não ter qualquer projeção política, econômica ou social, permanecendo subordinadas aos interesses das classes dominantes" (Michalany, Ramos, 1971, p. 158).

E nesta mesma lógica, a Independência é representada como um momento de consenso e união nacional, sem menção a disputas internas ou resistência ao novo regime:

> A proclamação da Independência repercutiu imediatamente em todo o País, sendo D. Pedro reconhecido em seguida como Imperador por todos os brasileiros, sem distinção. Esse fato constituiu uma verdadeira bênção para o Brasil, pois a união do povo em torno do jovem monarca impediu que a Nação seguisse o triste destino das repúblicas hispano-americanas, destinadas a se despedaçarem em pequenos Estados rivais. (Michalany, Ramos, 1971, p. 124).

A evolução econômica do país também é tratada sob uma ótica desenvolvimentista, na qual o Estado aparece como o principal agente responsável pelo crescimento. Como o livro é de 1971, ele narra a evolução econômica até esta data, e a industrialização é exaltada como o grande marco do progresso nacional. Sem examinar quais as consequências de sua execução ou quais classes foram beneficiadas, como no trecho que afirma que "o Brasil encontrou o verdadeiro caminho de seu desenvolvimento. Nossa industrialização caminha a passos gigantescos." (p. 155-156), mas a qual custo?

Portanto, em um regime em que as greves eram proibidas e os sindicatos eram criminalizados, o papel da classe trabalhadora e os conflitos sociais decorrentes desse processo são ignorados ou minimizados, as políticas estatais são apresentadas em livros escolares como na obra de Michalany e Ramos (1971), como as grandes responsáveis pelo avanço da economia.

O trecho ″o governo brasileiro vem procurando incrementar o desenvolvimento do País, como um meio para melhorar o padrão de vida global da população e, com isso, diminuir automaticamente os desníveis sociais entre as várias regiões brasileiras." (p. 160) demonstra essa visão que desconsidera a necessidade de mudanças estruturais para enfrentar as desigualdades. Ou seja, é uma história sem povo.

O último elemento analisado é o anticomunismo. No âmbito religioso, essa questão já foi evidenciada, sendo um questão relevante o uso de uma retórica religiosa para condenar o comunismo. Para além desta questão, a obra combina elementos nacionalistas e liberais para reforçar essa narrativa, refletindo, assim, um contexto mais amplo de disputas ideológicas que marcaram o século XX, especialmente no período da Guerra Fria.

> A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral (Motta, 2000, p. 38).

Na narrativa histórica sobre o golpe, o governo de João Goulart, é retratado como uma tentativa comunista de desestabilizar o Brasil, com assessores ideologicamente alinhados e a incitação das massas contra o regime democrático.

> Quase todos os assessores de Goulart eram comunistas ou simpatizantes do comunismo (sendo, portanto, contrários às tradições cristãs e democráticas do Brasil) e pregavam a derrubada de nosso sistema político, pretendendo estabelecer em seu lugar uma República socialista, ao estilo cubano de Fidel Castro (Michalany, Ramos, 1971, p. 140)

O comunismo, ao longo do livro, é tratado como uma ameaça à estabilidade e à ordem, sendo associado à subversão e à manipulação popular. Em contraposição, a manutenção da hierarquia social e da disciplina é constantemente exaltada como o caminho para o progresso e a unidade nacional.

> Conhecidos chefes comunistas ocupavam o palanque presidencial, ao passo que outros elementos vermelhos enquadravam a massa que comparecera, fazendo gritar frases previamente preparadas em reuniões secretas. Nesse comício, em que o cunhado do Presidente chegou a insultar a própria religião cristã, Goulart apelou diretamente para o povo, incitando-o contra o Congresso e contra as autoridades não comunistas; ao mesmo tempo, voltou a apelar para os sargentos das Três Armas, sugerindo-lhes que assumissem diretamente o controle dos navios de guerra e dos quartéis, afastando seus oficiais (Michalany, Ramos, 1971, P. 140).

Dando prosseguimento ao conteúdo da Terceira Parte do livro *Educação Moral, Cívica e Política*, a última parte desta unidade se intitula *Os Grandes Problemas do Brasil Atual. Participação da Juventude na Resolução* e não apresenta um discurso historiográfico, ele trata do presente e desenvolve projeções para o futuro. O trecho inicial evidencia essa perspectiva:

> Sob o ponto de vista geográfico, o Brasil é um dos maiores países do mundo. Mas isso não basta. É necessário ocupá-lo, e isto implica em DESENVOLVIMENTO — único caminho para um verdadeiro processo de integração física e socioeconômica. É de um novo Brasil que estamos falando. Sua área geográfica compreende cerca da metade da América do Sul. Todavia, sua população é extremamente rarefeita, ou melhor, mal distribuída, resultando na imagem de um grande vazio demográfico em vastas áreas do território nacional, não obstante sua elevada taxa de crescimento populacional (Michalany, Ramos, 1971, p. 161).

Essa parte ocorre logo após a exposição histórica tradicional do Brasil. Os autores apresentam um país com uma trajetória linear e positiva, sem rupturas relevantes. Em seguida, ao tratar do presente e do futuro, projetam a necessidade de "ocupação" e "desenvolvimento" como solução para o subdesenvolvimento. O discurso reafirma o objetivo de integração nacional e combate ao que chamam de “subdesenvolvimento político, econômico e social”

> A grande tarefa, pois, do povo brasileiro é o desenvolvimento. Deve a Nação, consciente dessa ampla responsabilidade, extirpar do País todas as formas de subdesenvolvimento — o político, o econômico e o social — dos quais a corrupção e a subversão constituem o aspecto mais dramático, mas não o único (Michalany, Ramos, 1971, p. 161).

Essa argumentação reforça a ideia de que o progresso depende da erradicação de inimigos internos, alinhando-se ao discurso oficial da ditadura, que justificava a repressão política como um meio de garantir a ordem e o crescimento econômico.

A juventude é mencionada como peça fundamental no projeto nacional:

> Nosso País não tem opção fora do desenvolvimento. E seria indesculpável a omissão de qualquer brasileiro na realização dessa grande tarefa. Não só ao Governo, às classes produtoras, às elites empresariais e ao proletariado cabe essa empresa, mas também e principalmente à juventude brasileira, representada por seus 17 milhões de estudantes, de todos os níveis de ensino (Michalany, Ramos, 1971, p. 161).

O trecho coloca a juventude no centro da transformação nacional, mas dentro de um modelo disciplinado e voltado ao crescimento econômico, excluindo qualquer possibilidade de contestação política. Por fim, a narrativa segue para uma projeção para o futuro da lógica desenvolvimentista, relacionando a expansão econômica à integração de regiões marginalizadas, promovendo as políticas da ditadura civil-militar da época:

> O Brasil, através de todos os seus filhos, indistintamente, deve dar um exemplo ao mundo, realizando a incorporação das populações hoje marginalizadas, dentro dos benefícios do progresso que o País experimenta; deverá também reduzir os desníveis econômicos e sociais, que tantos prejuízos vêm causando ao seu desenvolvimento harmônico (Michalany, Ramos, 1971, p. 162).

O tom utópico do trecho sugere uma visão otimista de futuro, sem reconhecer os desafios estruturais e os impactos negativos das políticas da época, como a repressão aos opositores e os deslocamentos forçados causados por projetos de infraestrutura. Há na forma como essa narrativa é organizada um entrelaçamento entre passado presente e futuro, não atoa, o último capítulo desta sessão se direciona ao leitor, a juventude, convocando para pensar nos problemas nacionais.

Ao longo de toda a obra, percebe-se um esforço constante em moldar uma visão de Brasil fundamentada na ordem, no cristianismo, na lealdade ao governo. No ponto de vista dos autores a obra é uma resposta à desordem social que ocorrera nos anteriores à "Revolução", pois "O brasileiro só ouvia falar em sua decadência e em efeitos valorosos de povo dotados de doutrinas contrárias às nossas tradições (Michalany, Ramos, 1971, p. 9)".

A frase de Orwell (2011) – "Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado" – sintetiza a estratégia autoritária de controle da memória coletiva. A ditadura civil-militar impôs a censura e reprimiu opositores, mas também procurou garantir que a história ensinada nas escolas estivesse alinhada com sua visão de mundo, promovendo valores morais, cívicos e políticos que legitimavam sua continuidade.

Portanto, para se efetivar essa consciência histórica que entrelaça o passado o presente e o futuro, com o intuito de legitimar o governo, vigorou uma narrativa histórica no livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalan e Ramos (1971) que evoca representações otimistas da História do Brasil, como veremos a seguir.

3.2 UM PASSADO OTIMISTA: AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO NACIONAL NA NARRATIVA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971)

Renato Ortiz (2013) em seu artigo *Imagens do Brasil*, nos apresenta as diferentes interpretações e representações simbólicas do Brasil na historiografia brasileira. E argumenta que a nação funciona como uma totalidade integradora, unindo indivíduos por meio de uma consciência coletiva que legitima as normas do Estado e fortalece os vínculos sociais:

> A ideia de totalidade é importante, vamos encontrá-la também nos escritos dos pensadores românticos alemães. Ao considerar a existência do "espírito de um povo", sua "alma", Herder, um dos precursores do movimento, considerava que cada um deles constituía uma civilização-organismo, uma unidade singular. Os habitantes de determinada sociedade estariam vinculados pela **história**, língua, religião, pelas disposições espirituais. Para que as nações sejam idênticas à si mesmas e diferentes umas das outras é necessário que o ideal de integração se realize, ele agrega aquilo que se encontraria disperso. O espírito nacional é um índice, um emblema de algo que o transcende (p. 610-611).

Nesse contexto, Ortiz (2013) analisa como as interpretações sobre o Brasil oscilaram entre o pessimismo e o otimismo ao longo do tempo. Ele destaca que, historicamente, alguns intelectuais associaram o atraso nacional a fatores psicológicos ou raciais. Paulo Prado, por exemplo, descreveu o brasileiro como um povo triste e resignado, enquanto Sílvio Romero e Nina Rodrigues, influenciados pelo racismo científico, acreditavam que a mestiçagem seria um obstáculo ao desenvolvimento, contudo, "Com a revolução de 30, a industrialização e a modernização do país, a ideia de mestiçagem é resinificada, seu aspecto negativo transmuta-se em positivo" (p. 615).

Percebe-se então que as mudanças políticas — especialmente a consolidação do poder estatal e o advento de políticas nacional-desenvolvimentistas — foram fatores determinantes para a transição de uma visão pessimista para uma perspectiva otimista sobre o Brasil, na qual o desenvolvimento e a modernização passam a ser celebrados como fundamentos de uma identidade nacional integrada e valorizada.

A ditadura civil-militar brasileira apropriou-se deste otimismo, ou como Carlos Fico (1989) assinala, reinventou o otimismo brasileiro, como ferramenta política para legitimar o regime e neutralizar a oposição, resinificando a ideia de identidade nacional integrada e modernizada.

David Antônio de Castro Netto (2019) destaca em seu artigo *Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970*, que a ditadura utilizou o otimismo como instrumento político, transformando-o em um discurso de exaltação nacionalista para justificar

tanto a repressão quanto as políticas desenvolvimentistas. Durante o "milagre econômico", o governo promoveu uma euforia nacionalista que camuflava desigualdades e violações de direitos humanos. Slogans como "Ninguém segura este país" e "Brasil: Ame-o ou Deixe-o" reforçavam a ideia de uma nação pujante e unificada, onde críticas ao regime eram interpretadas como traição à pátria. A ditadura militar operava

> um conjunto de valores simbólicos, construídos a respeito do Brasil e do povo brasileiro, com o propósito de produzir mensagens otimistas no período em que a legitimidade garantida pela eficácia do 'milagre econômico' começava a oscilar [...] A permanência das mensagens ratificaria a ideia de ‘continuidade’ ou de ‘progresso’. Durante a ditadura militar, isto sempre foi reforçado com a ideologia do 'Brasil Grande' e próspero, tipificado no slogan da AERP: 'Este é um país que vai pra frente!" (p. 74-78).

E esta propaganda é refletida nos livros didáticos de educação moral e cívica. A narrativa histórica do livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) evoca representações otimistas do passado brasileiro, caracterizando a história do país como uma trajetória de progresso contínuo. Como mencionado, o desenvolvimento econômico, social e territorial é descrito como inevitável e fruto de esforços constantes do “povo brasileiro” e sem definir que é este “povo brasileiro”, a História do Brasil é apresentada sem grandes rupturas ou períodos de crise prolongada,

O tom da narrativa histórica demonstra um forte viés ufanista e otimista sobre a História do Brasil, destacando os avanços territoriais, econômicos e institucionais como marcos positivos no desenvolvimento da nação. Há uma valorização explícita de figuras históricas e processos que contribuíram para a consolidação do país, como os bandeirantes, a monarquia e a industrialização. Nos trechos abaixo, temos exemplos da representação dos bandeirantes de André Vidal, Henrique Dias e Filipe Camarão:

> Esses homens valorosos, que haviam reunido as melhores qualidades das duas raças, foram os responsáveis pela triplicação do território brasileiro, rompendo a antiga linha de Tordesilhas até quase a Cordilheira dos Andes (Michalany, Ramos, p. 109-110).

> Nessa guerra forjou-se definitivamente a união das três raças que formaram o povo brasileiro: o paraibano André Vidal de Negreiros, o negro Henrique Dias e o índio Poti (Filipe Camarão), chefes da luta contra o invasor, simbolizaram perfeitamente a identidade dos ideais que animavam todos os brasileiros (Michalany, Ramos, 1971, p. 112).

Dessa forma, a construção de uma identidade nacional pautada pelo otimismo, união e pelo progresso contínuo não se limitou apenas ao discurso oficial do regime, mas foi incorporada também aos materiais educativos, como o manual *Educação Moral, Cívica e Política* (1971).

A narrativa histórica contida na obra reforça essa visão ao exaltar o crescimento industrial, a modernização econômica e a expansão territorial como resultados naturais de um Brasil em ascensão. Essa perspectiva minimiza os desafios estruturais e desigualdades sociais, e se alinha à lógica da propaganda estatal, que buscava justificar o autoritarismo como um meio legítimo para garantir a estabilidade e o desenvolvimento nacional.

A seguir, analisaremos como esse discurso foi instrumentalizado para consolidar a centralidade do **Estado** e **das Forças Armadas** como pilares fundamentais da ordem e do progresso do país, tanto no passado quanto no presente, perpetuando uma visão em que o poder militar e estatal são apresentados como garantidores da soberania e do bem-estar nacional. Devemos ressaltar que a Editora Michalany publicou um livro sobre a história das Forças Armadas e seus patronos, assim como, na obra *Vultos da Pátria*, há quantidade significativa de "heróis" militares, portanto, estas questões não são meros detalhes, como veremos a seguir.

Como observa-se no quadro abaixo (Quadro 9), o manual *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) retrata as Forças Armadas de forma gloriosa e central na História do Brasil, relacionando-a com valores como patriotismo e disciplina, e enfatizando seu papel como defensora da integridade nacional e de uma instituição responsável pela educação moral dos cidadãos. As Forças Armada são colocadas em pé de igualdade com instituições fundamentais como a família e a escola, destacando seu papel não só na defesa, mas na formação moral e cívica dos indivíduos.

QUADRO 9 – MOBILIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES E PROCESSOS HISTÓRICOS

Categorias de Analise	**Conteúdo**	**Trechos da obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971)**
Representação das Forças Armadas	AS FORÇAS ARMADAS COMO FATOR DE EDUCAÇÃO	"As Forças Armadas, assim como o lar e a escola, desempenham um importante papel na educação. Elas instruem militarmente e educadamente o cidadão." (p. 27) "A educação moral, que é a base da instrução militar destina-se a elevar as almas [...] a incutir no espirito do homem a concepção do esforço e do dever, do devotamento e do sacrifício à causa comum." (p. 27)
	PRIMEIRO REINADO	"[...] mas o patriotismo que animava os soldados brasileiros levou o inimigo de vencida." (p. 154)
	PERÍODO REGENCIAL	"tal fortuna deveu-se principalmente ao Exército e á Marinha Imperiais unidos no sagrado dever de manter a integridade da Pátria [...] as Fôrças Armadas conseguiram reconduzir o convívio da grande família brasileira os irmãos que dela haviam afastados." (p. 158)
	SEGUNDO REINADO	"O Brasil caminhava para a estabilidade política, servido pela espada gloriosa do general *Luís Alves de Lima e Silva* – futuro *duque* de Caxias." (p. 161). "As Fôrças Armadas brasileiras, guardiãs da integridade e da honra nacionais, cobriram-se de glória nessas jornadas

		imperecíveis, sob a chefia de heróis como Caxias, Osório, Tamandaré e Barroso.” (p. 161). “Seu exército, disciplinado e aguerrido.” (p. 161).
	PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	“As Forças Armadas, que tanto se haviam destacado na manutenção da ordem e nas guerras do Império, sentiam que o govêrno imperial não lhes dava apreço que mereciam.” (p. 167)
	SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	“A entrada do Brasil na guerra revelou, uma vez mais, o devotamento de nossas Forças Armadas à nobre missão de defender a Pátria em perigo.” (p. 172)
	REVOLUÇÃO DE 1964	“[...] as Forças Armadas assumiram – como em outras ocasiões históricas - a responsabilidade pela direção dos destinos nacionais, mas desta feita não entregaram o poder a elementos que poderiam desvirtuar os princípios revolucionários, como já ocorrera antes.” (p. 179)

FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971).

Desde o Primeiro Reinado até a Revolução de 1964, as Forças Armadas são consistentemente retratadas como heroicas, disciplinadas e essenciais para a estabilidade política e social do Brasil. Na lógica da narrativa, essa representação reflete uma visão que enaltece as diversas intervenções militares que tiveram na História do Brasil como necessária e benéfica, alinhando-se com os ideais do regime autoritário vigente na época da publicação da obra. As Forças Armadas são representadas como uma instituição pura, onde a única ideologia é o patriotismo, a mesma ideologia que deveria ser de todo “povo brasileiro”.

Ao analisarmos como os autores apresentam o conceito de Estado percebe-se a ênfase em suas atribuições (Quadro 10). De certa forma, as narrativas se valem de uma perspectiva autoritária e nacionalista, pois os autores justificam a centralidade do Estado na vida dos cidadãos e a subordinação dos interesses individuais aos interesses da pátria. Mesmo que em alguns trechos da obra o poder do Estado é reconhecido como não absoluto, o Estado é representado como uma entidade que deve ser defendida e preservada a todo custo, legitimando ações que garantam sua continuidade.

QUADRO 10 – DEFINÇÃO DO ESTADO

Categorias de Analise	**Conteúdo**	**Trecho da Obra**

Estado	A Moral Civil: Estado	"Sua maior finalidade é a ordem e a prosperidade social. Suas funções são reguadas por leis, defendidas por sua força." (p. 70) "A tarefa principal do Estado é durar. Seu objetivo final é manter-se. Sua moral é simples: tudo o que for contrário ou prejudicial à sua duração, é intolerável; tudo o que for indispensável para sua existência, é legítimo." (p. 70) "[...] o poder do Estado não é absoluto, sendo limitado de duas maneiras: em sentido amplo, pelo direito natural; em sentindo particular, pelo direito público." (p. 77) "[...] o Estado tem direito de pedir aos cidadãos o sacrifício de suas vidas (imposto de sangue), em nome da pátria, cujos os interesses estão acima dos indivíduos." (p. 78)

FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971).

O uso de alguns léxicos, como **ordem**, **manutenção**, **legitimidade**, **estabilidade**, **segurança** e **subversão**, mostra como a narrativa histórica é instrumentalizada para reforçar uma determinada visão sobre o poder do Estado e sua relação com a sociedade.

Esses termos não são neutros, possuem funções políticas e ideológicas que podem justificar ou questionar ações governamentais. No livro analisado, esses léxicos são usados para construir uma justificativa para a centralização do poder e a repressão de movimentos que poderiam desafiar a estrutura existente.

O uso destes léxicos possui relação com a historiografia positivista, pois reflete a maneira como essa corrente historiográfica concebe a narrativa histórica: como um instrumento de legitimação da ordem e da estabilidade social**.** Termos como ordem, manutenção, legitimidade, estabilidade, segurança e subversão não são neutros; ao contrário, carregam significados ideológicos que moldam a representação do passado de acordo com a necessidade de justificar ou reforçar determinadas estruturas de poder. A historiografia positivista, influenciada por Augusto Comte, buscava estabelecer leis universais para a história, tratando os processos históricos como fenômenos regidos por princípios invariáveis.

Como afirma José D'Assunção Barros (2011):

> o positivismo iria acrescentar, ao ideal iluminista de Progresso, o conceito de Ordem. Seu objetivo será a 'conciliação de classes', maneira de acobertar, para utilizar uma expressão marxista, a 'dominação de classe' empreendida pelas classes industriais" (p.11).

Dessa forma, a narrativa positivista tende a representar o passado de maneira linear e progressiva, desqualificando movimentos sociais que desafiam a estrutura vigente ao classificá-los como **"subversivos"** ou **"perturbações da ordem natural das coisas"**. Assim, o léxico utilizado na escrita da história desempenha um papel fundamental na forma como os eventos são interpretados e no reforço de determinadas ideologias.

Por fim, o único contexto histórico narrado de forma pessimista no livro *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) é no governo de João Goulart, retratado como um risco à ordem nacional, cuja solução veio com a Revolução de 1964. Uma Revolução, que tinha como principal função resguardar a democracia, alinhada com a narrativa oficial do regime, que buscava justificar a intervenção como um movimento popular e necessário para salvar a democracia e combater a corrupção, preconizada pelos comunistas, como é possível observar no quadro a seguir (Quadro 11):

QUADRO 11– REPRESENTAÇÃO DO GOLPE CIVIL/MILITAR DE 1964

Categorias de Analise	Conteúdo	Trecho da Obra
Representação do Golpe de 1964	TERCEIRA FASE: A REVOLUÇÃO DE MARÇO	"[...] em 31 de março de 1964, eclodiu um movimento de âmbito nacional, apoiado pela esmagadora maioria da população, contra o governo de Goulart e em defesa da democracia." (p. 179) "Apoiado pela maioria dos políticos democratas e pela maioria do povo, o Presidente Castelo Branco deu início à imensa tarefa de regenerar o País." (p. 179) "As Forças Armadas iniciaram inquéritos visando apurar responsabilidades, tanto no referente às tentativas de subverter a ordem democrática, como também no que diz respeito ao desvio de dinheiros públicos e ao enriquecimento ilícito." (p. 179-180)

FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971).

É possível perceber que os autores não omitiram as complexidades e controvérsias do Golpe, como a repressão política, a suspensão de direitos civis e a perseguição de opositores, característica incomum em democracias. Na retórica da narrativa, o autoritarismo é justificado, com o objetivo de legitimar essas ações. Com uma escrita maniqueísta deste processo histórico, os autores chegam a justificar o próprio AI-5, tratando-o como um processo necessário para se combater os "inimigos da pátria":

> "[...] o Presidente promulgou o Ato Institucional nº 5; reforçaram-se assim os poderes da revolução contra os subversivos e corruptos, muitos dos quais não haviam sido cassados (13 de dezembro de 1968). Graças a essa medida, e orientação revolucionária do governo pode ser mantida." (Michalany, Ramos, p. 182, 1971).

Em suma, as representações históricas presentes na composição das narrativas do manual escolar *Educação Moral, Cívica e Política*, buscaram legitimar as intervenções militares e a centralidade do Estado, tentando assim moldar uma memória coletiva e a consciência histórica dos seus leitores. Isso se manifesta na representação gloriosa e central das

Forças Armadas e na justificação do Golpe de 1964 como um movimento necessário para salvar a democracia e combater a corrupção em sua narrativa maniqueísta.

Esta representação otimista da História do Brasil presente na obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), exemplifica como a disciplina de EMC foi utilizada como um instrumento ideológico pelo regime. Ao consolidar uma visão homogênea e triunfalista do passado, que se entrelaça com o presente, o discurso educacional contribuía para a formação de cidadãos alinhados aos valores políticos do período, perpetuando a ideia de que o autoritarismo era um caminho necessário para garantir a continuidade do progresso nacional. Dessa forma, este livro didático reflete as diretrizes da ditadura e se torna um veículo de reprodução de seus valores, moldando a percepção dos estudantes sobre o Brasil e sua história, e de seus possíveis futuros.

Sendo um instrumento pedagógico, o livro *Educação Moral, Cívica e Política* cumpre com a sua função referencial do programa curricular elaborado pela CNMC, sendo seu principal difusor. Mas ele também exerce um papel ideológico, pois imbuído da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, serviu de propaganda política da ditadura civil-militar. No entanto, os autores realizam tal tarefa de um jeito peculiar, explorando o ensino de História do Brasil, já que a disciplina de EMC não tinha uma ciência de referência própria, o que gerou uma instabilidade nos conteúdos — algo que se refletiu nos livros didáticos.

E neste caso, cada autor e editora explorou o ensino de História do Brasil à sua maneira. Alguns livros analisados no primeiro capítulo, como *Construindo o Brasil* (Galache, Pimentel e Zanuy, 1971), quase não deram espaço para essa abordagem. Mesmo *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1971) que trazia uma seção mais extensa sobre História do Brasil, ainda não era tão rico quanto o de Michalany e Ramos (1971).

A obra de Michalany e Ramos (1971) se destaca por estabelecer conexões entre passado, presente e futuro, além de construir uma representação otimista da História do Brasil. Essa narrativa reforça o papel central do Estado e das Forças Armadas como agentes históricos indispensáveis ao progresso nacional, não apenas por meio de eventos concretos, mas também por meio de representações simbólicas que legitimam seu poder e autoridade. E é importante lembrar que, ao falar de representações, estamos falando de poder e dominação:

> É possível, portanto, compreender de que maneira os enfrentamentos fundados na violência bruta, na força pura, se transformam em lutas simbólicas, ou seja, em lutas que têm as representações por armas e por apostas. A representação tem esse poder, porque, segundo Marin, 'efetua a substituição à manifestação exterior onde uma força aparece apenas para aniquilar outra força em uma luta de morte, signos da força ou, antes, sinais e indícios que só precisam ser vistos, constatados, mostrados, e depois

> contados e relatados para que se acredite na força de que são os efeitos' (Chartier, 2011, p. 20).

A representação da História do Brasil no livro *Educação Moral, Cívica e Política*, de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos (1971), é construída a partir de um paradigma positivista, servindo como um recurso discursivo para apresentar um passado nacional glorificado, caracterizado pela ausência de grandes contradições ou tragédias.

A narrativa reforça a ideia de um progresso contínuo, no qual a civilização brasileira estaria em constante desenvolvimento, culminando na ditadura civil-militar como a forma mais avançada de organização política e econômica do país. As Forças Armadas estão presentes na capa, em epigrafes, como a de Almirante Tamandaré nas páginas decorativas que inauguram a leitura da obra, são representados como os principais promotores da estabilidade social, representação máxima do patriotismo brasileiro, e contraditoriamente, guardiã da democracia. Dessa maneira, o livro exalta o regime vigente e a partir desta representação otimista buscou inculcar nos leitores uma consciência histórica que legitimasse a sua permanência, autoridade e a longo prazo, uma memória positiva da ditadura civil-militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, publicado pela Editora Michalany em 1971, foi concebido em um contexto de intensificação da disciplina de Educação Moral e Cívica no Brasil, o livro possui um discurso estruturado de forma que promove uma visão patriótica, disciplinadora e otimista da História do Brasil, reforça a moral cristã, o anticomunismo, de acordo com os preceitos a Doutrina de Segurança Nacional.

Na realidade, os livros didáticos de Educação Moral e Cívica permeiam a cultura escolar brasileira desde o período imperial, refletindo diferentes interesses dados os momentos históricos e seus respectivos projetos de formação cidadã e difusão de um ideal de nação/pátria (Bittencourt, 1993).

No processo de pesquisa de campo, o material mais antigo relacionado a esta disciplina que nos encontramos — na Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba —, foi a terceira edição do livro didático *Educação Moral e Cívica*, de M. Zeferino Barroso, impressa pela Graphica Sauer em 1927. O Autor, nesta época, no final dos anos 1920 já fazia referência a disciplina de EMC como "esta velha disciplina" (Barroso, p. 04, 1927).

Numa análise de comparação sincrônica com o livro de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos, *Educação Moral, Cívica e Política* da década de 1970, podemos notar tanto permanências quanto transformações no discurso moral, cívico e político, presente nessas obras. Se, por um lado, a valorização do cristianismo como bússola moral da sociedade permanece como eixo central, aproximando obras tão distantes pelo tempo, por outro, a presença do anticomunismo exacerbado e da apologia ao desenvolvimentismo na obra de Michalany e Ramos (1971), delimitam as questões do contexto histórico próprio em que o livro foi produzido.

Percebe-se, então, a grande potencialidade dos livros didáticos como fontes históricas para História da Educação, pois agindo como difusores do programa curricular, refletem as sociedades que os produzem, suas disputas e acomodações.

Nesse contexto, os lugares de pesquisa, como arquivos e bibliotecas, desempenham um papel crucial, oferecendo o acesso necessário a essas fontes e possibilitando um olhar aprofundado sobre as dinâmicas educacionais e sociais que essas obras refletem. Esses espaços se tornam essenciais para a compreensão das mudanças e permanências, permitindo que se mapeiem as diversas influências e adaptações dos livros didáticos ao longo dos anos.

Para a análise privilegiada desta pesquisa, a diacrônica, a biblioteca do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba foi crucial para a realização. Foi

nesse local que encontramos dezenas de livros didáticos de Educação Moral e Cívica, publicados durante a ditadura civil-militar, o que me permitiu avaliar uma ampla variedade de obras. A diversidade de materiais disponíveis foi fundamental para selecionar as publicações que serviram de parâmetro na análise da obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), possibilitando uma compreensão mais detalhada das diferentes abordagens adotadas por diferentes editoras. A consulta a esse acervo proporcionou a base desta pesquisa: a heterogeneidade das obras de EMC, selecionando especificamente, naquele vasto material as obras de Galache, Pimentel e Zanuy, Santos (1971) e Andrade (1971).

A análise da heterogeneidade dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica na ditadura civil-militar demonstrou que, embora houvesse um direcionamento oficial para a disciplina, existiram diferentes abordagens editoriais, diferentes apropriações. Percebe-se que, distribuídos entre professores e estudantes, esses artefatos culturais eram muito diferentes entre si. Alguns não indicavam claramente seu público-alvo, enquanto outros deixavam essa questão ambígua. Havia livros que especificavam as séries a que se destinavam, enquanto outros não eram tão explícitos. Existiam aqueles que incluíam exercícios e métodos pedagógicos considerados "modernos" e "novos", e outros que permaneciam tradicionais, prescritivos, contendo apenas textos. Além disso, havia publicações de editoras renomadas e outras de editoras modestas, assinadas tanto por autores consagrados quanto por desconhecidos.

A própria implementação dessa disciplina no contexto da ditadura civil-militar não ocorreu sem conflitos. As disputas entre o Conselho Federal de Educação e a Comissão Nacional de Moral e Civismo resultaram em dois programas curriculares distintos. Um com um teor ideológico mais brando e outro mais rígido. Ambos os programas serviram de base para a redação desses materiais, mas não foram os únicos determinantes. Havia espaço para a apropriações distintas do currículo pelos autores, alterando a ordem dos conteúdos, cada um apresentando a disciplina de maneira diferenciada.

Neste sentido, o papel das editoras também foi crucial, investindo em recursos gráficos como figuras, cores e ilustrações, ou utilizando os limitados recursos disponíveis para tornar os livros mais atrativos e elaborando as mais variadas estratégias para legitimar a sua compra. O caso da Editora do Brasil, comentado no primeiro capítulo, é emblemático, pois autores e editores que circulavam na editora, tinham ligações com o poder estabelecido e tiveram um papel ativo para a implementação da disciplina (Braghini, 2013).

A Editora Michalany, ao lado de outras editoras, também buscou se posicionar estrategicamente dentro de um mercado editorial marcado por interesses políticos e comerciais. A materialidade da obra, sua encadernação, tipografia e mesmo as mensagens contidas em seus

prefácios revelam um projeto que ultrapassava a dimensão puramente pedagógica para adentrar o campo da propaganda ideológica. A existência de diferentes formatos do mesmo livro — como a edição enciclopédica e a versão em opúsculo — demonstrou que havia um público-alvo diversificado e que os materiais foram concebidos para atingir não apenas estudantes, mas também professores e membros das instituições militares.

A presença de cartas de militares de alta patente aprovando a obra, inseridas em suas primeiras páginas, foi uma dessas estratégias. Essas cartas funcionavam como um selo de autenticidade e aval do regime, reforçando a ideia de que o conteúdo do livro estava em consonância com os princípios propagados pela ditadura. Ao destacar a aprovação de generais e membros do Ministério do Exército, a editora buscava aproximar o material da narrativa oficial do governo, garantindo sua adoção em escolas e demais espaços educacionais.

A heterogeneidade também serviu para instituir um parâmetro de comparação entre as outras obras de EMC em relação a obra de Michalany e Ramos (1971), isso nos permitiu identificar sua principal singularidade: um considerável discurso historiográfico.

As representações da História do Brasil no livro *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) reforçavam valores alinhados aos ideais da ditadura civil-militar: moralidade cristã, cidadania passiva e anticomunismo. O Estado é apresentado como o único agente legítimo do desenvolvimento, promovendo uma visão de cidadania na qual os indivíduos deveriam se conformar a um projeto nacional previamente definido, sem espaço para a crítica ou a participação ativa. Esse modelo educacional, pautado na formação de hábitos morais e cívicos, buscava preparar os estudantes para um ideal de nação no qual a ordem e a disciplina se sobrepunham à pluralidade de vozes e às dinâmicas reais da sociedade.

A materialidade do livro didático amplificava esse discurso, consolidando a narrativa oficial através da palavra impressa. Ao ser distribuído sistematicamente nas escolas e adotado como principal referência para o ensino de Educação Moral e Cívica, esse material buscava estruturar o trabalho docente e condicionar o pensamento dos estudantes, especificamente, a consciência histórica. A organização sequencial dos conteúdos oferecia uma visão linear e harmoniosa da História do Brasil, ocultando conflitos e desigualdades e reforçando uma identidade nacional idealizada.

No entanto, essa construção não ocorria de maneira neutra. A exaltação de um "Brasil Grande", fundamentada na promessa de progresso e crescimento econômico, contrastava com a realidade política e social do período. Enquanto a narrativa histórica presente no livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) exaltava a ideia de unidade e progresso nacional, na realidade, a elite tecnocrática civil e militar implementava políticas

que beneficiavam uma minoria ligada ao capital multinacional, marginalizando grande parte da população. Enquanto o livro apresentava uma imagem de ordem e democracia, os direitos sociais, civis e políticos eram sistematicamente restringidos, revelando a contradição entre o discurso oficial e a realidade autoritária do regime.

Assim, a instrumentalização da História do Brasil no livro didático *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), revela como a ditadura civil-militar, e seus colaboradores civis, utilizaram a educação como ferramenta de controle ideológico. Ao naturalizar suas estruturas de poder e legitimar suas ideologias por meio do ensino institucional, buscavam moldar subjetividades e consolidar um imaginário coletivo pautado na obediência e no conformismo. Nesse sentido, para além de ser um disputa pelo passado, a luta pelas representações da História do Brasil é uma batalha pelo presente e pelo futuro, pois é por meio dessas narrativas que se constrói – ou se questiona – a forma como uma sociedade entende a si mesma.

FONTES

Legislação

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação. *Comissão Estadual de Moral e Civismo. s.d. Educação Moral e Cívica*. Legislação Federal e Estadual. Brasília.

Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. 1970. *Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica. Prescrições sobre currículos e programas básicos de Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino*: (Artigo 4º do Decreto-lei nº. 869/69). Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 853/71, aprovado em 12 de novembro de 1971 – *Fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º grau, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.*

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. 1976. *Nota oficial* nº. 01/76. Que torna pública a relação dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, Estudos de Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira, aprovados pela CNMC e homologados pelo Exmo.sr. Ministro da Educação e Cultura.

Livros Didáticos

ÁVILA, Fernando B. de. 1967. Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC, Fename.

ANDRADE, Benedito de. 1971. Educação Moral e Cívica. São Paulo, Editora Atlas. Curso médio. 4ª edição Revista e aumentada,1971.

BARROSO, M. Zeferino. Educação moral e cívica. 3.ed. Rio: Grafphica Sauer, 1927

GALACHE, G; PIMENTEL, Maria T.; ZANUY, F. 1971. Construindo o Brasil. Educação moral, cívica e política. 1º ciclo e colegial. São Paulo: Edições Loyola. 2ª edição revisada.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política, A Grande Enciclopédia da Vida, 1971.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. As Forças Armadas: Sua História, seus patronos, suas datas, Editora Michalany, 1975.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Símbolos Nacionais, Editora Michalany, 1978.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Vultos da Pátria, Editora Michalany, 1982.

SALGADO, Plínio. Compendio de instrução moral e civica**.** Ftd, 1965.

SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumento, 1971

Periódicos

O ESTADO DE MATO GROSSO, Redação,; Civismo, Muitos Livros e Nenhum Caminho Adequado - Mato Grosso; p. 03, 11 março, 1973.

JORNAL DO BRASIL, Anuncio – Rio de Janeiro, 19/4/1971.

DIÁRIO DO PARANÁ. Eddy Antonio Franciosi Informa Sobre a Sociedade – Paraná, 25/10/1970, p. 3.

O JORNAL. Valdemar Cvalganti: Livros premiados pela Bienal de São Paulo — Rio deJaneiro, 03/10/1969, p. 03.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vanessa Kern de et al. A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar-Minas Gerais (1969-1993). 2008.

ALMEIDA, Djair Lázaro de. Educação Moral e Cívica na ditadura militar: um estudo de manuais didáticos. 2009.

BARBOSA, Caio Fernandes et al. Fazendo-os obedecer: moralidade, educação e trabalho nas políticas do IPES para a juventude brasileira durante a Guerra Fria. 2021.

BATISTA, A. A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org.) Leitura, história e história da leitura. Campinas, SP: Mercado de letras; Associação de leitura do Brasil, Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

BARROS, José d.'Assunção. Considerações sobre o paradigma positivista em história. **Revista Historiar**, v. 3, n. 4, 2011.

BARROS, José d'Assunção. **Teoria da História, vol. II: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo**. Editora Vozes Limitada, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. 1993. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A Editora do Brasil S/A nos anos 1960-1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. **Rev. Bras. Hist. Educ**, p. 153-178, 2012.

CARAPELLO, Raquel et al. "Vençamos o subdesenvolvimento!": o Guia de civismo de Diniz Almeida do Valle (1968-1971). 2022.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações,** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Algés, Portugal: Difel Difusão, 1988.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo (Tradução de Cristina Antunes). **Belo Horizonte, MG: Autêntica**, 2017

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livro: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **FRONTEIRAS: Revista de História**, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**, v. 24, p. 6-30, 2010.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & educação**, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain; BASTOS, Tradução Maria Helena Camara. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, p. 5-24, 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 549-566, 2004.

COSTA, Francisca Geise Varela; SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SILVA, Francisco Vieria da. A disciplina educasao moral cívica na ditaduramilitar no brasil: uma análise de capas de manuais didáticos. **Historia de la educación-anuario**, v. 22, n. 2, p. 41-50, 2021.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Editora Companhia das Letras, 1990.

DA SILVA, Catia Maria; BARTHOLO, Maria Elisa Carvalho. A educação moral e Cívica na construção de ser brasileiro: Um indivíduo obediente, cristão e anticomunista. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 1, p. 23-31, 2017.

DE FREITAS DUTRA, Eliana Regina. **Entre a melancolia ea exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado**. Associação Nacional de História, 1999.

DE CASTRO NETTO, David Antônio. Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970. **Revista Trilhas da História**, v. 8, n. 16, p. 72-96, 2019.

DOS SANTOS, EDILENE MARIA LEITE. A Disciplina Educação Moral e Cívica no Curso Normal do Colégio Martinus (1969-1978): diálogos e representações.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Record, 1986.

FAUSTO, Boris et al. **história do Brasil**. S FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo, Ditadura, Propaganda e Imaginário social no brasil.** Editora FGV, São Paulo, 1989.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda et al. A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993, 2006.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**, v. 19, p. 85-102, 2015.

GATTI JÚNIOR, Décio. Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores de livros didáticos (1970-1990). **Cadernos Cedes**, v. 25, p. 365-377, 2005.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. Cortez Editora, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Editora Companhia das Letras, 1987.

GOODSON, Ivor. 1997. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes.

GOMIDES, Fernanda de Paula. Representações de cidadania nos livros didáticos de educação moral e cívica durante o regime militar brasileiro (1964-1985). 2015.

GOMIDES, Fernanda de Paula. História da educação e livro didático: ideologia e memória na obra compêndio de instrução moral e cívica de plínio salgado (1965). 2019.

GONÇALVES, Nadia G. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na ditadura civil-militar: estratégias e a educação. **XXVI Simpósio Nacional de História**, p. 1-17, 2011.

GUSMÃO, Daniele Cristina Frediani. Ideais de homem civilizado veiculados nos Livros Didáticos de Educação Moral e Cívica (1969-1986), 2018.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez; REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez; REIS JR, Darlan de Oliveira. Edições Michalany: manuais didáticos de estudos sociais como dispositivos de normatizações culturais no Brasil (1973). **Cadernos de História da Educação**, v. 22, 2023.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.lo.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. Editora Unesp, 1996.

LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, p. 385-406, 2008.

LE GOFF, Jacques: **História e memória.** Campinas, Editora da Unicamp, 2003.

MACEDO, André Luan Nunes. Narrativas conservadoras e o sequestro do futuro: os materiais de Educação Moral e Cívica (1971). **História & Ensino**, v. 27, n. 2, p. 100-123, 2021.

MOREIRA, Kênia Hilda. O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica. 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da educação**, v. 20, p. 119-138, 2016.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. Cortez Editora, 2016.

NOJOSA, Urbano Nobre. Segmento porta a porta: o livro em busca do consumidor-leitor. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. 2002. p. 1-5.

ONGHERO, André Luiz. **Moral e Civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense: memórias de professores**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade de Campinas, Campinas.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 28, p. 609-633, 2013.

ORWELL, George. **1984**. Editora Companhia das Letras, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Modernização, ditadura e democracia, 1964-2010, 2014.

RÜSEN, Jörn**. Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Editora UFPR, 2015.

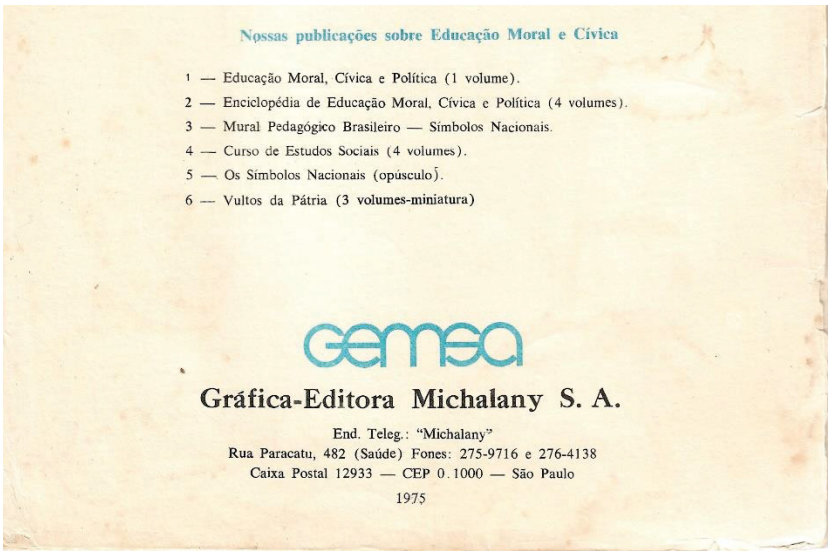
SANTOS, Marcela Souza. Uma questão de segurança nacional: a produção de conceitos e identidade de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985). 2020.

SOUZA, Edson Rezende de. O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 1, n. 1, p. 147-164, 2010.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 8, n. 3, p. 173-215, 2008.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. In: **História de la Educación**. Madrid, v. 12-13, p. 17-74, 1993-94.

ANEXO I – CONTRA CAPA DO LIVRO *FORÇAS ARMADAS, SEUS HERÓIS, SUAS DATAS* DE MICHALANY E RAMOS (1975)



Nossas publicações sobre Educação Moral e Cívica

1 — Educação Moral, Cívica e Política (1 volume).
2 — Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política (4 volumes).
3 — Mural Pedagógico Brasileiro — Símbolos Nacionais.
4 — Curso de Estudos Sociais (4 volumes).
5 — Os Símbolos Nacionais (opúsculo).
6 — Vultos da Pátria (3 volumes-miniatura)

gemea

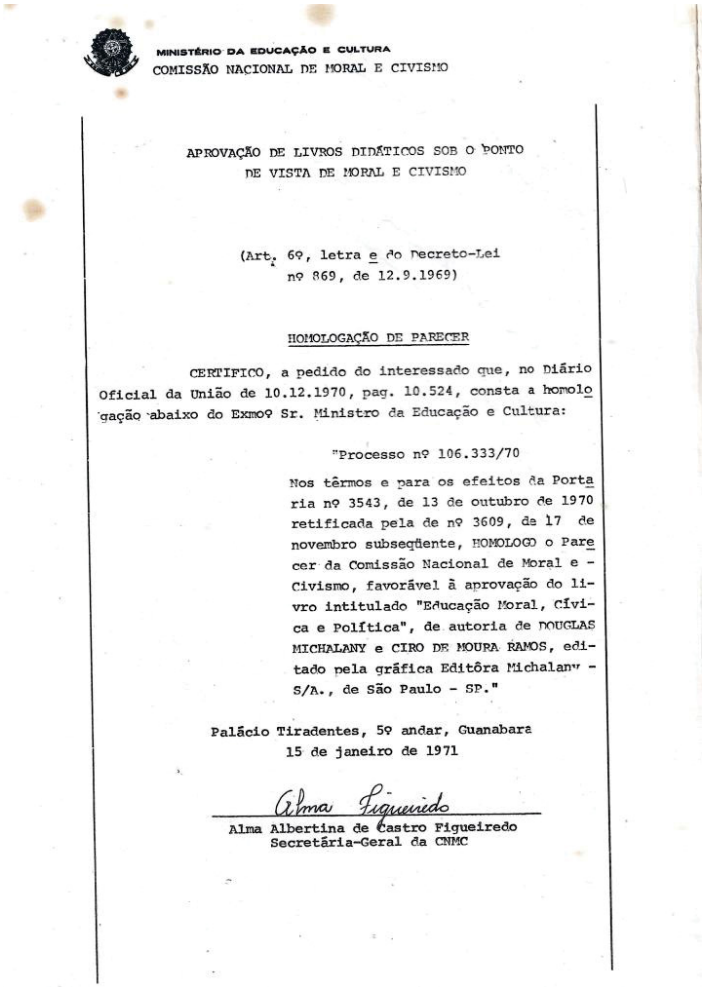
Gráfica-Editora Michalany S. A.

End. Teleg.: "Michalany"
Rua Paracatu, 482 (Saúde) Fones: 275-9716 e 276-4138
Caixa Postal 12933 — CEP 0.1000 — São Paulo

1975

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. As Forças Armadas: Sua História, seus patronos, suas datas, Editora Michalany, 1975.

ANEXO II – CONTRA CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO

APROVAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS SOB O PONTO DE VISTA DE MORAL E CIVISMO

(Art. 6º, letra e do Decreto-Lei nº 869, de 12.9.1969)

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER

CERTIFICO, a pedido do interessado que, no Diário Oficial da União de 10.12.1970, pag. 10.524, consta a homologação abaixo do Exmo9 Sr. Ministro da Educação e Cultura:

"Processo nº 106.333/70

Nos têrmos e para os efeitos da Portaria nº 3543, de 13 de outubro de 1970 retificada pela de nº 3609, de 17 de novembro subseqüente, HOMOLOGO o Parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo, favorável à aprovação do livro intitulado "Educação Moral, Cívica e Política", de autoria de DOUGLAS MICHALANY e CIRO DE MOURA RAMOS, editado pela gráfica Editôra Michalany S/A., de São Paulo - SP."

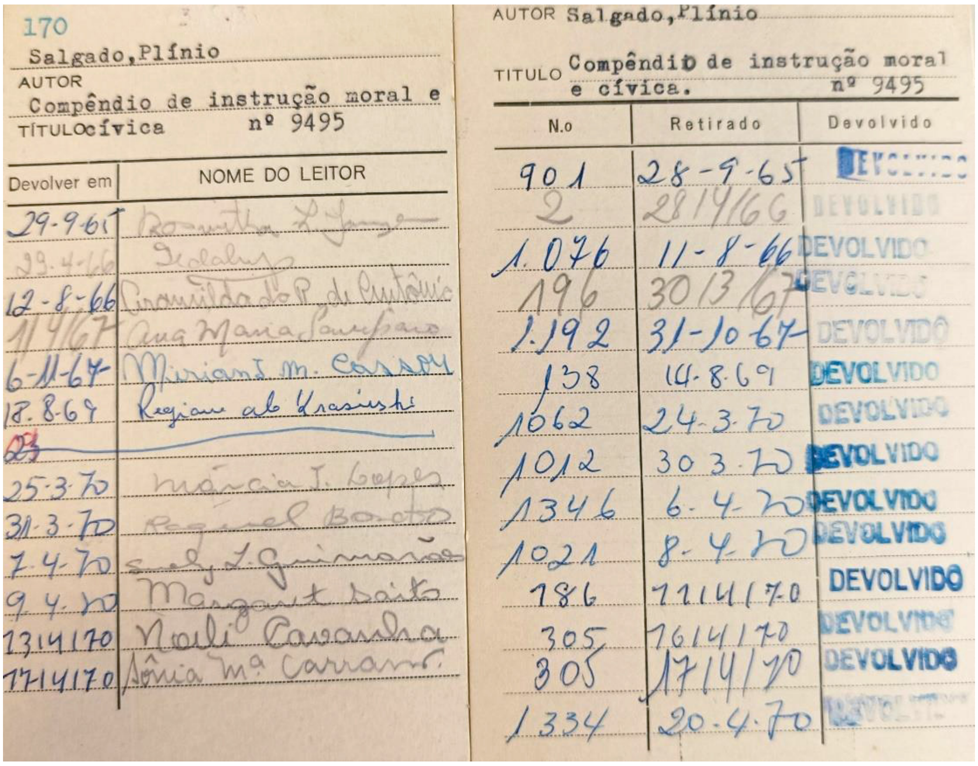
Palácio Tiradentes, 5º andar, Guanabara
15 de janeiro de 1971

Alma Figueiredo

Alma Albertina de Castro Figueiredo
Secretária-Geral da CNMC

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

ANEXO III – FICHA DE CONSULTA DA OBRA *COMPENDIO DE INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA* DE SALGADO (1965)


170

Salgado, Plínio

AUTOR

Compêndio de instrução moral e

TÍTULO cívica nº 9495

Devolver em	NOME DO LEITOR
29-9-65	[illegible]
29-4-66	[illegible]
12-8-66	[illegible]
1/4/67	Ana Maria Sampaio
6-11-67	[illegible]
18-8-69	[illegible]
[illegible]	
25-3-70	Márcia T. Lopes
31-3-70	[illegible]
7-4-70	[illegible] Guimarães
9-4-70	Margaret Saito
13/4/70	[illegible]
17/4/70	Sônia Mª [illegible]

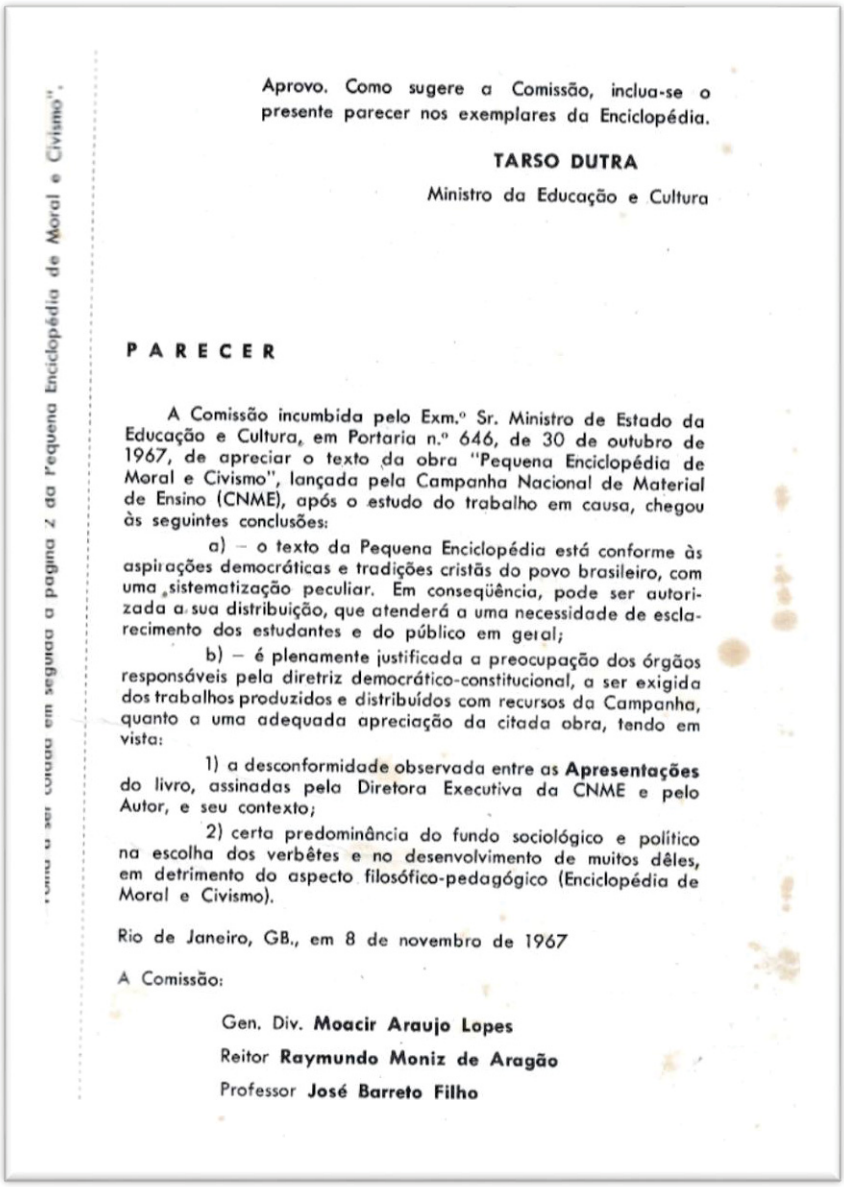
AUTOR Salgado, Plínio

TITULO Compêndio de instrução moral e cívica. nº 9495

N.o	Retirado	Devolvido
901	28-9-65	DEVOLVIDO
2	28/4/66	DEVOLVIDO
1.076	11-8-66	DEVOLVIDO
196	30/3/67	DEVOLVIDO
1.192	31-10-67	DEVOLVIDO
138	14-8-69	DEVOLVIDO
1062	24-3-70	DEVOLVIDO
1012	30-3-70	DEVOLVIDO
1346	6-4-70	DEVOLVIDO
1021	8-4-70	DEVOLVIDO
186	11/4/70	DEVOLVIDO
305	16/4/70	DEVOLVIDO
305	17/4/70	DEVOLVIDO
1334	20-4-70	[illegible]

FONTE: Digitalização realizado pelo autor, 2024

ANEXO IV - ENCARTE DA *PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO*



Aprovo. Como sugere a Comissão, inclua-se o presente parecer nos exemplares da Enciclopédia.

TARSO DUTRA

Ministro da Educação e Cultura

PARECER

A Comissão incumbida pelo Exm.º Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura, em Portaria n.º 646, de 30 de outubro de 1967, de apreciar o texto da obra "Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo", lançada pela Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), após o estudo do trabalho em causa, chegou às seguintes conclusões:

a) – o texto da Pequena Enciclopédia está conforme às aspirações democráticas e tradições cristãs do povo brasileiro, com uma sistematização peculiar. Em conseqüência, pode ser autorizada a sua distribuição, que atenderá a uma necessidade de esclarecimento dos estudantes e do público em geral;

b) – é plenamente justificada a preocupação dos órgãos responsáveis pela diretriz democrático-constitucional, a ser exigida dos trabalhos produzidos e distribuídos com recursos da Campanha, quanto a uma adequada apreciação da citada obra, tendo em vista:

1) a desconformidade observada entre as **Apresentações** do livro, assinadas pela Diretora Executiva da CNME e pelo Autor, e seu contexto;

2) certa predominância do fundo sociológico e político na escolha dos verbêtes e no desenvolvimento de muitos dêles, em detrimento do aspecto filosófico-pedagógico (Enciclopédia de Moral e Civismo).

Rio de Janeiro, GB., em 8 de novembro de 1967

A Comissão:

Gen. Div. **Moacir Araujo Lopes**

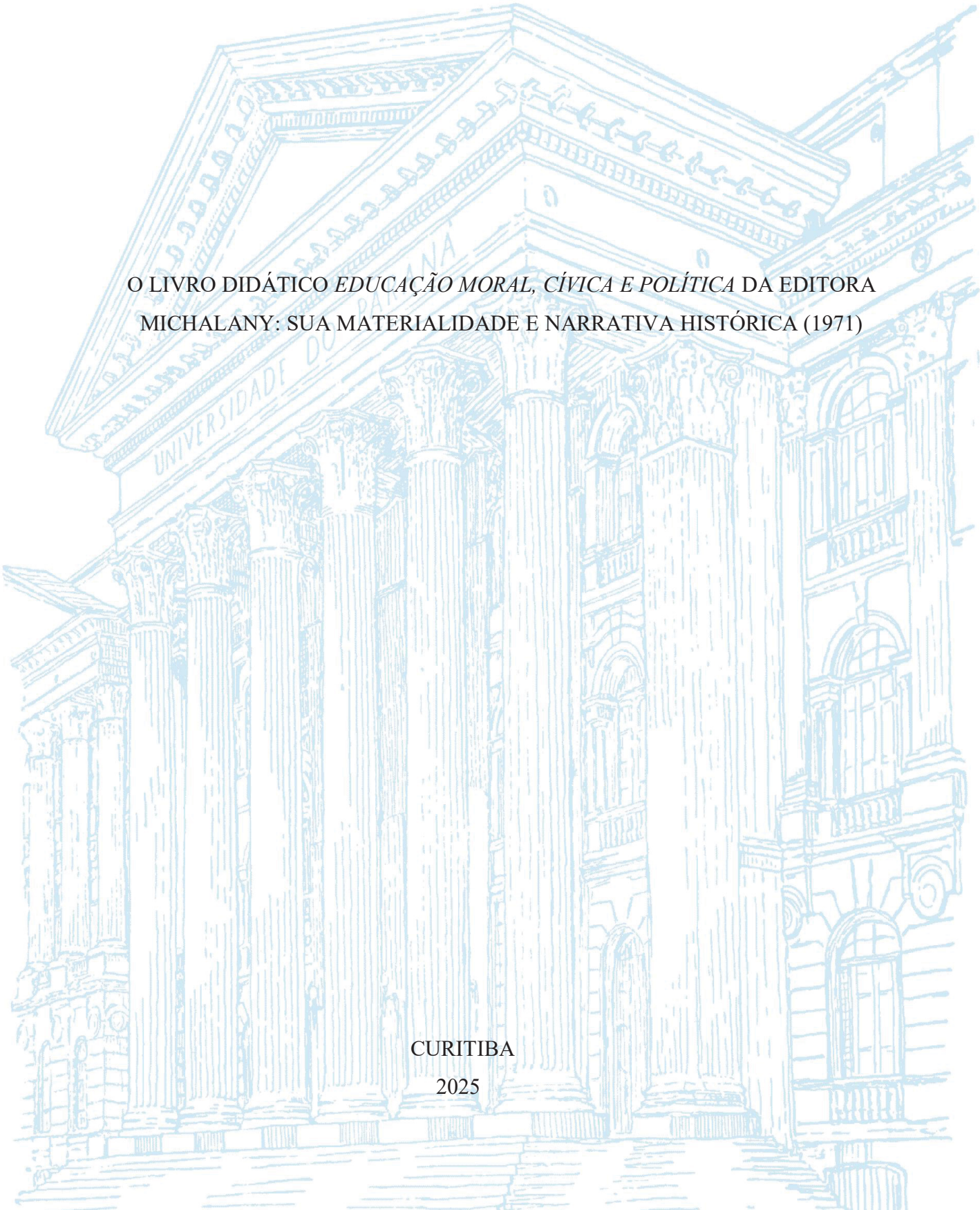
Reitor **Raymundo Moniz de Aragão**

Professor **José Barreto Filho**

FONTE: AVILA, Fernando Bastos de. Pequena enciclopédia de moral e civismo. Rio de Janeiro, 1967

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDWARD MICKAEL KLINGBEIL



O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY: SUA MATERIALIDADE E NARRATIVA HISTÓRICA (1971)

CURITIBA

2025

EDWARD MICKAEL KLINGBEIL

O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY: SUA MATERIALIDADE E NARRATIVA HISTÓRICA (1971)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Linha História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Roberlayne de Oliveira Borges Roballo

CURITIBA

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada. Com zelo, paciência e apoio, tornaram mais leve o caminho percorrido durante o curso do mestrado e a escrita desta dissertação. Sempre irei guardar em meu coração, cada gesto de incentivo e cada palavra de apoio foram essenciais para que eu seguisse em frente, transformando desafios em aprendizado. Muito obrigado!

Inicialmente, agradeço à minha orientadora, Profª Drª Roberlayne de Oliveira Borges Roballo, que, com grande parceria, generosidade, empatia e rigor, me guiou neste percurso de forma significativa. Nossas conversas sobre o texto, autores, seus questionamentos precisos e seus incentivos foram essenciais para o amadurecimento deste trabalho. Sou imensamente grato por sua orientação e por todo o aprendizado que levarei comigo.

Aos meus colegas de turma, que compartilharam comigo angústias, desafios e também muitas conquistas. As trocas de ideias, as conversas e debates durante as aulas e os seminários, aliado ao apoio mútuo, tornaram essa caminhada enriquecedora.

Sou muito grato aos professores da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, cujo conhecimento e comprometimento acadêmico foram fundamentais para a construção deste trabalho. As aulas foram imprescindíveis para minha formação como pesquisador da educação e historiador da educação. Sou muito grato.

À banca examinadora, Profª Drª Gizele de Souza, Profª Drª Rosa Fátima de Souza Chaloba e a Profª Drª Leziany Silveira Daniel minha profunda gratidão pela arguição atenta e pelas valiosas contribuições. É uma grande satisfação ter meu trabalho examinado por pesquisadoras de tão alto nível, cujo rigor e generosidade intelectual enriqueceram esta pesquisa.

À minha mãe, Carmen Maria Klingbeil, minha maior inspiração de amor e perseverança. Sua dedicação, paciência e apoio incondicional foram fundamentais em cada etapa da minha trajetória acadêmica. Obrigado por acreditar em mim. Esta conquista também é sua.

Agradeço à Capes, que financiou esta pesquisa.

Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela marca para o resto de nossas vidas. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, ideias fugazes ou duradouras, como um amor, mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções

Marc Ferro em *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa é o livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, publicado pela Editora Michalany em 1970 e reeditado em 1971, escrito por Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos. O objetivo se refere à problematização das narrativas históricas presente nesse livro destinado aos professores e estudantes, por meio da análise da materialidade e das narrativas, examinando como os autores Michalany e Ramos se apropriaram dos programas curriculares disponíveis. Busca-se identificar quais representações históricas fizeram do Brasil e como essas representações se relacionam com suas concepções sobre educação, moral e civismo. O referencial teórico desta pesquisa se baseia nas considerações de Alain Choppin (2002, 2004) e Circe Bittencourt (1993) sobre o livro didático enquanto objeto histórico, analisando suas funções referenciais e ideológicas. Deste modo, são incorporados os princípios da operacionalização do conceito de representação, conforme proposto por Roger Chartier (1988, 1997, 2010, 2011, 2017). As fontes de pesquisa correspondem a livros didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC), periódicos, programas curriculares, além de leis e determinações governamentais. Os resultados evidenciam que a obra de Michalany e Ramos (1971) cumpriu uma função referencial ao programa curricular, desempenhando sua função ideológica difundindo a da Doutrina de Segurança Nacional. A Editora Michalany adotou práticas editoriais que visavam maximizar seus lucros, como a segmentação dos conteúdos de EMC em diferentes volumes, como no caso da coleção *Vultos da Pátria*. Além disso, a editora lançou diferentes versões do mesmo livro – incluindo uma edição enciclopédica e outra em formato opúsculo – e adotou estratégias de comercialização que incluíam a venda porta a porta, a distribuição de exemplares de cortesia a professores e outras táticas para ampliar sua presença no mercado educacional. A análise revelou que o livro reforçava uma perspectiva de história linear e positivista, enaltecendo a ordem, a disciplina, baseados no o patriotismo, na moral cristã, no anticomunismo e de uma cidadania passiva, como princípios fundamentais da identidade nacional. Além disso, constatou-se que a materialidade do livro, desde sua encadernação até a escolha de ilustrações, reforçava sua função de manual normativo dentro do contexto escolar da época. Outro ponto central identificado foi a construção de um representação otimista da História do Brasil, no qual os eventos históricos são apresentados de maneira a estabelecer uma continuidade entre passado, presente e futuro. Essa perspectiva buscava construir uma consciência histórica (Rüsen, 2015) que legitimasse o regime vigente, na qual o presente era visto como uma evolução natural e positiva de um passado glorioso, reforçando a estabilidade e a necessidade de preservação da ordem em tempos de ditadura civil-militar.

Palavras Chaves: Livro didático; Douglas Michalany; Ciro de Moura Ramos; Educação Moral e Cívica; Ditadura civil-militar

ABSTRACT

The object of study in this research is the textbook *Educação Moral, Cívica e Política*, published by Editora Michalany in 1970 and reissued in 1971, authored by Douglas Michalany and Ciro de Moura Ramos. The objective is to critically examine the historical narratives present in this textbook, intended for teachers and students, by analyzing both its material aspects and its narratives. The study investigates how Michalany and Ramos appropriated the available curricular programs, seeking to identify the historical representations of Brazil constructed in the book and how these representations relate to their conceptions of education, morality, and civism. The theoretical framework of this research is based on the considerations of Alain Choppin (2002, 2004) and Circe Bittencourt (1993) regarding the textbook as a historical object, analyzing its referential and ideological functions. In this sense, the study incorporates the principles of operationalizing the concept of representation, as proposed by Roger Chartier (1988, 1997, 2010, 2011, 2017). The research sources include textbooks on Moral and Civic Education (MCE), periodicals, curricular programs, as well as laws and governmental regulations. The findings indicate that Michalany and Ramos's (1971) textbook fulfilled a referential function by aligning with the official curricular program while also serving an ideological function by disseminating the National Security Doctrine. Editora Michalany adopted editorial strategies aimed at maximizing profits, such as segmenting MCE content into multiple volumes, as seen in the *Vultos da Pátria* collection. Additionally, the publisher released different versions of the same book—including an encyclopedic edition and a pamphlet format—and implemented marketing strategies such as door-to-door sales, the distribution of complimentary copies to teachers, and other tactics to expand its presence in the educational market. The analysis reveals that the textbook reinforced a linear and positivist historical perspective, emphasizing order and discipline as fundamental principles of national identity, alongside patriotism, Christian morality, anti-communism, and a passive conception of citizenship. Furthermore, the material aspects of the book, from its binding to the selection of illustrations, reinforced its function as a normative manual within the school context of the time. Another central finding is the construction of an optimistic representation of Brazilian history, in which historical events are presented in a way that establishes continuity between the past, present, and future. This perspective aimed to shape a historical consciousness (Rüsen, 2015) that legitimized the ruling regime, portraying the present as a natural and positive evolution from a glorious past, thus reinforcing stability and the necessity of preserving order during the civil-military dictatorship..

Keywords: Textbook; Douglas Michalany; Ciro de Moura Ramos; Civil-Military Dictatorship; Moral and Civic Education

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FOTOGRAFIA DE DOUGLAS MICHALANY 17
FIGURA 2 – CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE VOLUME ÚNICO (2ª ED. 1971) 23
FIGURA 3 – CAPA DO LIVRO *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA A GRANDE ENCICLOPÉDIA DA VIDA, EM TRÊS VOLUMES (1971) 24
FIGURA 4 – CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA* DA EDIÇÕES MICHALANY (1982) 25
FIGURA 5 – CARTA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO A DOUGLAS MICHALANY 26
FIGURA 6 – LIVROS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA PRESENTES NO ACERVO DO O INSTITUO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO 33
FIGURA 7 – CAPA DO *COMPENDIO DE INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA* DE PLÍNIO SALGADO 44
FIGURA 8 – CAPA DA *PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO* 49
FIGURA 9 – *MORAL E CIVISMO* DA EDITORA BRASIL S.A DO INSTITUO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO 57
FIGURA 10 – LIVROS *MORAL E CIVISMO* (PARA A 8ª SÉRIE DO 1º GRAU), E *INICIAÇÃO AO CIVISMO* 57
FIGURA 11– CAPA E CONTRA CAPA DO LIVRO *CONSTRUINDO O BRASIL* DA EDITORA LOYOLA 63
FIGURA 12 – ILUSTRAÇÕES DA OBRA CONSTRUINDO O BRASIL 65
FIGURA 13 – CAPA E CONTRA CAPA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MONUMENTO 66
FIGURA 14 – FELICITAÇÕES DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971) 68
FIGURA 15 – ORGANIZAÇÃO INTERNA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971) 69
FIGURA 16 – CAPA E CONTRA CAPA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA* DE ANDRADE (1971) 70
FIGURA 17 – ORGANIZAÇÃO DA OBRA DE ANDRADE (1971) 72

FIGURA 18 – PREFÁCIO DESTINADOS AO PROFESSOR DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* 84
FIGURA 19 – CONTEÚDO ILUSTRADO DA OBRA *ESTUDOS SOCIAIS* DA EDITORA MICHALANY 86
FIGURA 20 – CAPA E CONTRACAPA DA *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* 88
FIGURA 21– PÁGINAS QUE INDICAM O PÚBLICO ALVO E DISCURSOS DA *ENCICLOPÉDIA* 89
FIGURA 22– CARTA DO QUARTEL GENERAL INSERIDA NA *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* 90
FIGURA 23 – PUBLICIDADE DA *ENCICLOPÉDIA* (1971) EM JORNAL DO RIO DE JANEIRO 91
FIGURA 24 – PUBLICIDADE DA *ENCICLOPÉDIA* (1971) EM JORNAL DO PARANÁ 91
FIGURA 25 – CAPA DO MANUAL *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971). 92
FIGURA 26 – MOSAICO DE ILUSTRAÇÕES DE *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971) 95
FIGURA 27 – ÍNDICE/SUMÁRIO DA OBRA DE MICHALANY E RAMOS (1971) DA PÁGINA 17 À 110 99
FIGURA 28 – ÍNDICE/SUMÁRIO DA OBRA DE MICHALANY E RAMOS (1971) DA PÁGINA À 111 À 245 100
FIGURA 29 – PÁGINA QUE ANTECEDE O SUMÁRIO E A INTRODUÇÃO DO LIVRO 112

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – LIVROS DA "EDITORA MICHALANY" E DA EDITORA "A GRANDE ENCICLOPÉDIA DA VIDA" (Agev) 19
QUADRO 2 – LIVROS DE EMC SELECIONADOS PARA A ANÁLISE 55
QUADRO 3 – TEMAS FREQUENTES NOS CONTEÚDO DOS LIVROS DE EMC 61
QUADRO 4 – ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO HISTÓRICO DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971) 73
QUADRO 5 – SÍNTESE DAS DIFERENÇAS NA NARRATIVA HISTÓRICA DE CADA OBRA 80
QUADRO 6 – PROGRAMA CURRICULAR ELABORADO PELA COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO PARA O GINÁSIO (1970) 96
QUADRO 7 – COMPARAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DO SUMÁRIO DA OBRA DE ANDRADE (1971) 97
QUADRO 8 – APELO AO CRISTIANISMO PRESENTA NA OBRA 117
QUADRO 9 – MOBILIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES E PROCESSOS HISTÓRICOS 124
QUADRO 10 – DEFINÇÃO DO ESTADO 125
QUADRO 11 – REPRESENTAÇÃO DO GOLPE CIVIL/MILITAR DE 1964 127

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AGEV	– A Grande Enciclopédia da Vida
CNMC	– Educação Moral e Cívica
COLTED	– Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
DSN	– Doutrina de Segurança Nacional
EMC	– Educação Moral e Cívica
ESG	– Escola Superior de Guerra
FENAME	– Fundação Nacional do Material Escolar
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	– Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **16**
O ENCONTRO COM O OBJETO DE ESTUDO 16
O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA 28
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS 36
1. A HETEROGENEIDADE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) **42**
1.1 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E OS LIVROS QUE VIERAM ANTES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO, NA DITADURA CIVIL-MILITAR 42
1.2 OS LIVROS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: SEUS ASPECTOS COMUNS E SINGULARES 55
2. A OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*: SUA EDITORA, SEUS AUTORES E SUA MATERIALIDADE **82**
2.1 A EDITORA MICHALANY: ESTRATÉGIAS E PERMANÊNCIAS 82
2.2. A MATERIALIDADE DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971) 91
3. O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*, COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO E SUAS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL **106**
3.1 QUEM CONTROLA O PRESENTE, CONTROLA O PASSADO: A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL 106
3.2 UM PASSADO OTIMISTA: AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO NACIONAL NA NARRATIVA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971) 122
CONSIDERAÇÕES FINAIS **130**
FONTES **132**
REFERÊNCIAS **136**
ANEXOS **141**

INTRODUÇÃO

O ENCONTRO COM O OBJETO DE ESTUDO

A educação brasileira na ditadura civil-militar (1964 - 1985) passou por mudanças significativas no final da década 1960 e início da década de 1970, sobretudo no ensino de 1º e 2º graus[1]. Emergiu neste período uma atenção à formação cívica e moral, materializada no Decreto de Lei Nº 869/69, que incluiu a Educação Moral e Cívica (EMC) como disciplina e prática educativa[2] nos currículos escolares em todos os graus e modalidades no sistema de ensino no país. Posteriormente, em 1971 a Lei Nº 5.692, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1° e 2º graus, fortaleceu o ensino técnico-profissionalizante, expandiu o ensino secundário e entre várias outras normativas, reafirmou a reintrodução[3] da disciplina de EMC.

Após a promulgação do Decreto de Lei nº 869 em 12 de setembro de 1969, no ano seguinte, em 1970, foram disponibilizados uma dezena de livros didáticos de Educação Moral e Cívica, seguidos por treze livros adicionais no ano subsequente, em 1971. Durante o período em que a disciplina de EMC permaneceu nos currículos nacionais (1969 – 1993), mais de 60 livros foram produzidos por diversas editoras (Filgueiras, 2006).

A expansão da obrigatoriedade do ensino secundário aqueceu o mercado editorial de materiais didáticos no país. Deste modo, na década de 1970, buscando atender às transformações nos currículos e integrando-se às mudanças estruturais em curso no sistema educacional brasileiro, várias editoras se empenharam na produção de livros didáticos de Educação Moral e Cívica.

É neste cenário, em um campo de concorrência e disputas entre diversas publicações de

---

[1] O ensino de 1º grau se referia ao atual ensino fundamental e 2º grau, referia ao atual ensino médio no Brasil. Foi a Lei 5.692/71 que padronizou essas denominações como 1º e 2º graus. Historicamente, antes de serem conhecidos como 1º e 2º grau, essas etapas de ensino eram denominadas de "curso primário" e "curso secundário", respectivamente.

[2] O Decreto-Lei 869/69 define prática educativa nos termos da Educação Moral e Cívica destinada a cultivar hábitos democráticos, incentivar a participação em movimentos juvenis, promover o estudo de questões pertinentes aos problemas do Brasil e estimular a participação em eventos cívicos. Isto se dava pela inserção de certos ritos à escola: como desfiles e celebrações cívicas e o canto dos hinos nacionais em datas cívicas. A prática educativa da Educação Moral e Cívica, segundo Filgueiras (2006) também englobava a criação de instituições extracurriculares. Essas instituições incluem bibliotecas, jornais escolares, fóruns de debates e clubes recreativos, proporcionando aos alunos um ambiente diversificado para o desenvolvimento de habilidades sociais, cívicas e democráticas. O estabelecimento de um Centro Cívico em todas as escolas foi incentivado, com a designação de um professor como orientador e a eleição de uma diretoria pelos próprios alunos, visando fomentar o engajamento e a participação ativa dos estudantes na vida escolar e na comunidade.

[3] A introdução da Educação Moral e Cívica durante a Ditadura Civil-Militar não foi uma novidade absoluta, mas sim uma continuidade de preocupações já presentes desde o início do século XIX na formação dos cidadãos brasileiros, como disciplina formal ou prática educativa. Em cada contexto em que a educação moral e cívica se fez presente na cultura escolar brasileira, ela correspondia aos anseios e debates próprios de seu tempo. Contudo permaneceram práticas comuns, temas tradicionais e objetos comuns, como os livros de Educação Moral e Cívica.

editoras consolidadas no ramo didático, que se encontra o objeto de estudo desta pesquisa, o livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, produzido pela Editora Michalany, publicado em 1970 e reeditado em 1971.

Escrito por Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos, o livro fazia parte de um amplo catálogo de materiais escolares desenvolvidos pela Editora Michalany para subsidiar a disciplina de EMC. Michalany e Ramos (1971) publicaram, entre as décadas de 1970 e 1980, em torno de seis manuais escolares destinados à disciplina de Educação Moral e Cívica na editora Michalany, que recebia o nome de seu proprietário, Douglas Michalany (Figura 1).

FIGURA 1 – FOTOGRAFIA DE DOUGLAS MICHALANY

FONTE: Academia Cristã de Letras, 2022. Disponível em: https://academiacristadeletras.org.br/publicacoes/noticias/faleceu-hoje-9-3-2022-o-academico-douglas-michalany.html

Entre esses manuais, destacam-se *Vultos da Pátria* (3ªEd/1982), uma coleção em 3 volumes, *Forças Armadas, Sua História, Suas Datas e Seus Patronos* (1975), *Símbolos Nacionais* (1978). Além de livros didáticos, a editora Michalany publicou também um Mural Pedagógico dos Símbolos da Pátria. O *livro Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) é situado também em um universo abrangente de livros didáticos elaborados para essa disciplina. Portanto, diante da vasta variedade de livros didáticos produzidos para subsidiar a disciplina de EMC no contexto da ditadura civil-militar, optamos pelo livro da Editora Michalany como fonte e objeto privilegiado para a pesquisa motivado por uma série de razões que demandam esclarecimento prévio.

O ponto de partida se deu durante graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde tive contato com os livros didáticos da referida editora em um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica[4]. A primeira fonte analisada foi a terceira edição de 1981 da coleção de três volumes intitulada *História do Brasil*, escrita por Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos, publicada pela Editora Michalany. Para uma compreensão mais aprofundada da coleção *História do Brasil* (1981), foi fundamental entender quem eram os autores que a escreveram: Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos. As informações sobre a vida de Ciro de Moura Ramos[5] à época foram escassas e pudemos destacar apenas sua formação como historiador, e seu ofício de escritor e professor durante o período da ditadura civil-militar. Por outro lado, havia uma quantidade substancial de informações disponíveis sobre Douglas Michalany[6], que nos permitiu compreender melhor a abordagem historiográfica, presente na coleção *História do Brasil* (1981).

Douglas Michalany[7] era um homem com uma trajetória multifacetada: historiador, professor, militar da reserva do Exército Brasileiro, membro da Academia Cristã de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Além dessas ocupações, ele também se destacava como empresário do ramo editorial, sendo proprietário de duas editoras: a "Editora Michalany" e "A Grande Enciclopédia da Vida" (Agev). Na Agev, Douglas Michalany empreendeu a publicação de uma vasta gama de livros, especialmente focados em história (Quadro 1). Dentre essas obras, algumas se assemelham à escrita da coleção *História do Brasil* (1981), isto é, uma história política, centrada numa narrativa acerca dos grandes eventos e personalidades históricas (majoritariamente, os chefes de Estado).

---

[4] Durante três anos, realizei análises dos manuais escolares produzidos pela Editora Michalany, sob a orientação da Professora Doutora Rosa Lydia Teixeira Correia. Os manuais analisados incluem a coleção *História do Brasil* em três volumes, o livro *Símbolos da Pátria* (1978) e a terceira edição de *Vultos da Pátria* (1982).

[5] As informações sobre a vida de Ciro de Moura Ramos não foram encontradas nas fontes consultadas para esta pesquisa. Apesar dos esforços para localizar registros sobre sua trajetória, não houve êxito na obtenção de dados relevantes.

[6] Várias obra de Michalany foram objetos de pesquisa, sobretudo na História da Educação Cf: (Filgueiras, 2006); (Gusmão, 2018); (Paviani, 2014); (Irffi et al, 2023); Douglas Michalany concedeu uma entrevista à Nojosa e Bocchini (2002) no artigo *Segmento porta a porta no Brasil: o livro em busca do consumidor-leitor* publicada como parte dos anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, organizado pela INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Douglas Michalany também recebeu homenagens no seu aniversario de 100 anos, nas instituições da qual era associado. Ver: https://www.recantodasletras.com.br/homenagens/626439; https://abdl.com.br/parabens-dr-douglas-michalany-pelo-seu-aniversario-de-100-anos/ https://ipeclube.com.br/o-clube/noticias/5903-o-centenario-de-douglas-michalany;

[7] Os seus dados biográficos serão expostos no capítulo II.

QUADRO 1 - LIVROS DA "EDITORA MICHALANY" E DA EDITORA "A GRANDE ENCICLOPÉDIA DA VIDA" (Agev)

Livro	Editora	Ano (1ª Ed)	Número de Edições
A Grande Enciclopédia da Vida	Agev	1962	9
História das Américas	Agev	1962	5
Universo e Humanidade	Agev	1963	3
História das Guerras Mundiais	Agev	1966	1
Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política	Agev	1971	1
Vultos da Pátria	Ed. Michalany	1976	3
Forças Armadas, Sua História, Seus Patronos	Ed. Michalany	1975	1
Símbolos Nacionais	Ed. Michalany	1978	1
Educação 9Moral, Cívica e Política	Ed. Michalany	1971	2

FONTE: Organizado pelo autor, com base nos dados apresentados até o momento

Portanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, ao analisar outros livros de Michalany e Ramos publicados pela editora Michalany — *Vultos da Pátria* (3ª edição de 1982), uma trilogia em formato de opúsculo, e o *Símbolos Nacionais* (1978), em volume único —, já possuíamos uma certa familiaridade com a abordagem historiográfica que os autores adotavam em seus livros e sua visão acerca da história recente do país[8]. Nos chamava a atenção naquele momento o fato da editora abordar temas tão específicos relacionados à história Brasil, como a história dos vultos e dos símbolos nacionais, indicando pelos seus títulos, um certo ufanismo, um apelo à identidade nacional.

Entretanto, durante o processo de investigação acerca da produção didática da Editora Michalany, nos deparamos com outra obra de Michalny e Ramos, *Forças Armadas, Seus Heróis, Suas Datas* (1975), que nos esclareceu algumas dúvidas. Na contracapa[9] do livro indicava-se que as obras dos vultos e dos símbolos pátrios não eram direcionados à disciplina de História do Brasil, na verdade, eram livros didáticos destinados à subsidiar a disciplina de Educação Moral e Cívica.

Com base nas fontes e recursos disponíveis na época da pesquisa, chegamos a algumas considerações sobres os manuais de Educação Moral e Cívica (1978, 1982) e a coleção de *História do Brasil* de Michalany e Ramos (1981). Pontuamos que a coleção *História do Brasil*

---

[8] Na análise da coleção *História do Brasil*, destacamos a posição de Michalany e Ramos (1981) acerca dos eventos que antecederam o ano de 1964 e ao novo regime que foi estabelecido, a Ditadura Civil-Militar. No terceiro volume da coleção onde é abordada a história do Brasil República, Michalany e Ramos (1981) apresentam uma narrativa que reflete a perspectiva anti-comunista e favorável ao golpe militar de 1964, retratando João Goulart como um líder controverso cujo governo foi marcado por agitação política, instabilidade econômica e uma suposta ameaça comunista.

[9] No Anexo I se encontra a digitalização da contracapa da obra *Forças Armadas, Seus Heróis, Suas Datas* (1975).

(1981) em três volumes adotava uma abordagem histórica positivista, pois na sua narrativa representava a história do país como uma progressão linear de etapas evolutivas, minimizando contradições históricas. Destaca-se a ênfase na ordem, estabilidade e papel central do Estado na promoção do progresso social. Cada capítulo inicia com um resumo geral seguido pela descrição dos presidentes e principais eventos de cada período. A linguagem é objetiva e erudita, com passagens descritivas. As ilustrações focam nos presidentes e agentes do Estado, sem estimular reflexões críticas por parte do leitor. Tratava-se de um livro com muito texto, poucas ilustrações e sem exercícios.

Em relação aos livros *Vultos da Pátria* (1982) e *Símbolos Nacionais* (1978), consideramos que ambos mantinham uma narrativa histórica alinhada à historiografia positivista presente na coleção *História do Brasil*. Nesta lógica, a biografia de cada vulto da pátria é relacionada a determinados valores, como a moral cristã e o patriotismo. Identificamos que nas obras de Michalany e Ramos (1978, 1982) a Educação Moral e Cívica se dava pelo ensino da história da nação a partir da biografia dos grandes homens do Estado. Partia também da compreensão e reconhecimento dos símbolos da pátria, da bandeira, do selo, do brasão, e sua configuração histórica. Essa abordagem contribuiu para o esvaziamento e a despolitização do saber histórico além de instrumentalizá-lo, especialmente ao promover uma visão positiva das intervenções militares na história política do Brasil e apresentar os ditadores do regime de 1964 como heróis nacionais. Essa trajetória de exploração e investigação resultou no desenvolvimento do projeto de mestrado.

Inicialmente, o objetivo era examinar toda a coleção de Educação Moral e Cívica da Editora Michalany. No entanto, à medida que aprofundamos a análise dos livros didáticos utilizados na disciplina de EMC, nosso enfoque foi refinado para a análise específica do livro *Educação Moral, Cívica e Política*, destacado como um artefato singular dentro desse conjunto.

O livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), como veremos no decorrer do trabalho, destaca-se por diversos motivos significativos. O primeiro fator distintivo que destacamos da obra de *Educação Moral Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), é a predominância de um discurso historiográfico mais residual, fato este que não se constitui como uma regra nos livros didáticos de EMC do período.

Esta é a tônica presente no prefácio do livro, onde Michalany e Ramos (1971) dão a entender que educação cívica deveria se dar principalmente pela obtenção de conhecimento sobre o passado do país, dada a condição em que "as fontes vivas da nacionalidade encontravam-se destruídas"(Michalany, Ramos, 1971, p. 09). Na sociedade brasileira às vésperas do golpe, prevalecia um discurso que enaltecia os "feitos valorosos de povos com

doutrinas contrárias às nossas tradições". Portanto, os autores argumentam que era essencial revisitar o próprio passado brasileiro, já que "os homens que se sacrificaram pelo Brasil eram esquecidos e ignorados" (idem).

Isto é notável tanto na escrita do livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, como também na própria linha editorial da Editora Michalany para livros de EMC. Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos não escreveram livros específicos sobre a moral cristã ou sobre questões de civismo, entendido como o exercício da cidadania, mas sim sobre a história nacional, dos vultos, dos símbolos pátrios e das Forças Armadas. Estes fatos trazem à tona uma problemática existente na história da educação brasileira: as relações entre o ensino de História do Brasil e valores morais e cívicos.

Em sua tese de doutorado, Circe Bittencourt (1993)[10] abrange um século de história dos livros didáticos de História, especialmente os de História do Brasil. Destaca-se no segundo capítulo intitulado “Moral profana e livros de Instrução Cívica” duas abordagens distintas em relação à formação moral dos alunos: uma que enfatiza os valores da Igreja Católica na infância como parte da formação moral, e outra que preconiza a laicização da educação, reservando o Ensino Religioso à família e ensinando na escola as noções básicas de moralidade humana civilizada, com uma certa tolerância religiosa. Surge então a Instrução Moral e Cívica, que aborda o civismo e a História do Brasil, visando instilar um sentimento patriótico sem excluir completamente os princípios cristãos, conforme observado pela historiadora.

Vanessa Kern de Abreu (2008)[11] investigou em sua dissertação de Mestrado o papel da Educação Moral e Cívica dentro do contexto da fragmentação do ensino de História, no período da ditadura civil-militar no Brasil. Segundo a autora, a relação entre o ensino de História do Brasil e os valores cívicos e morais remonta ao final do Segundo Império, com ênfase na valorização dos bons costumes e do amor à Pátria. Durante a República, reformas educacionais estaduais reforçaram a importância da Instrução Moral e Cívica, promovendo a identidade nacional e a disciplina. Com Getúlio Vargas, esses valores foram associados ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento do Estado.

Entre 1946 e 1964, em meio à polarização da Guerra Fria, debates sobre a educação refletem as visões políticas dominantes. O golpe militar de 1964 iniciou um período de imposição de valores cívicos e morais alinhados ao autoritarismo, com a Educação Moral e

---

[10] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. 1993. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

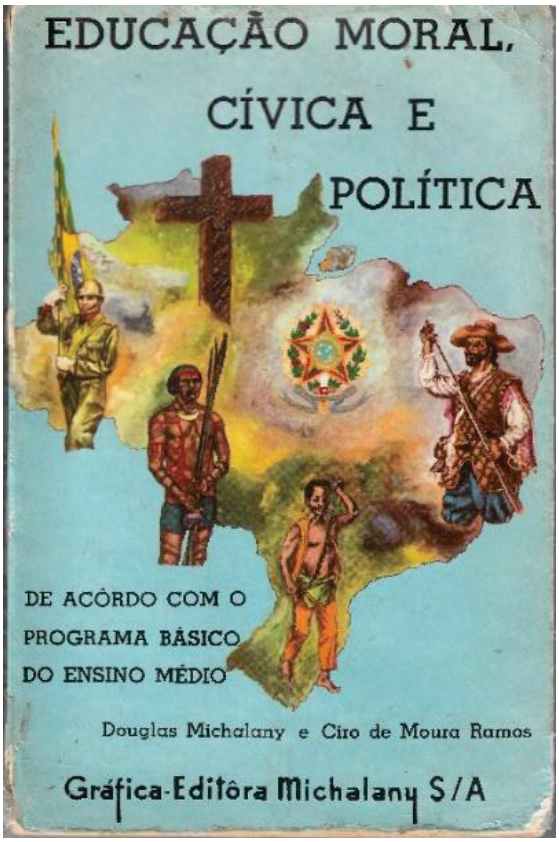
[11] ABREU, Vanessa Kern de et al. A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar-Minas Gerais (1969-1993). 2008.

Cívica tornando-se obrigatória em todas as escolas, evidenciando a centralização das políticas educacionais pelo governo militar. Durante a ditadura civil-militar a disciplina de História havia sido removida dos currículos, sendo substituída pela disciplina de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica no primeiro grau, e Organização Social Política Brasileira e EMC no segundo grau. Contudo a disciplina de EMC era distinta destas outras pela sua natureza mais patriótica.

Retomando as considerações sobre a obra *Educação Moral, Cívica e Política*, ela possui outra particularidade, que seria o acréscimo do termo "Política", já que o nome oficial da disciplina era apenas Educação Moral e Cívica. Como veremos, a obra de Michalany e Ramos (1971) não foi a única a incluir essa palavra no título, mas seu uso levanta questionamentos sobre o propósito dessa decisão e sua relação com os objetivos da disciplina e dos próprios autores na elaboração do livro.

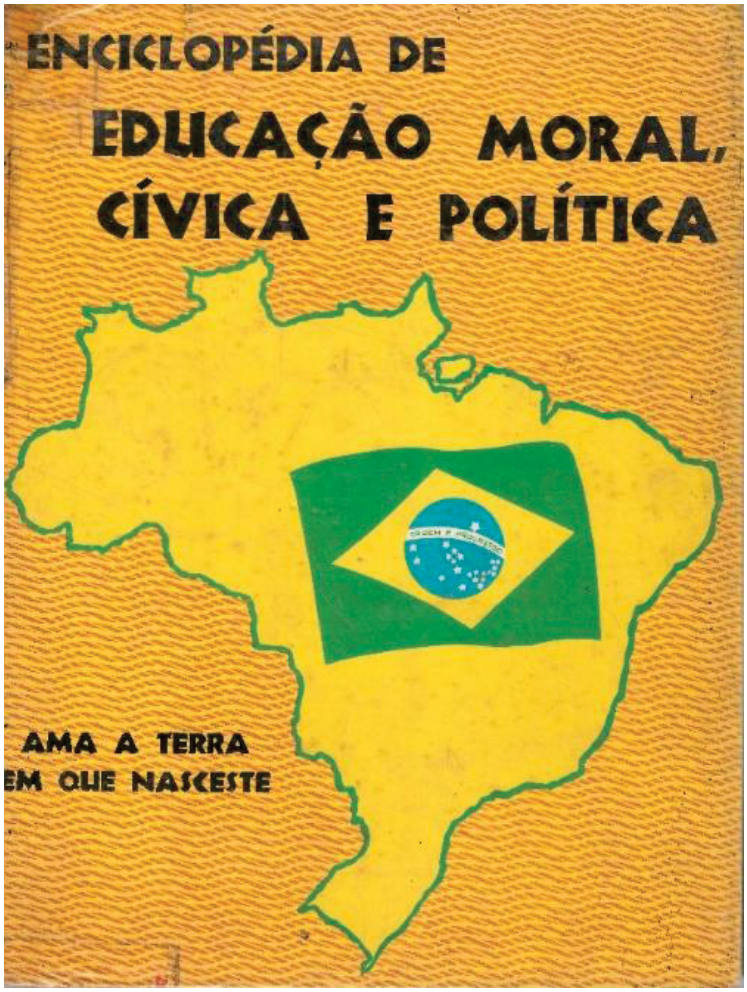
Outro fato que determinou a escolha do livro *Educação Moral, Cívica e Política* (Figura 2) da Editora Michalany é a existência de outros dois livros, com os mesmos textos, com sutis alterações: uma versão enciclopédica (Figura 3), outra em formato opúsculo/miniatura (Figura 4), ambas publicadas em três volumes. A de formato opúsculo possui as dimensões de 13,8 cm x 10,8 cm, no mesmo molde do livro *Vultos da Pátria* (1982). De capa dura e com poucas ilustrações, todas em preto e branco.

FIGURA 2 – CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE VOLUME ÚNICO (2ª ED. 1971)



FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, São Paulo. Editora Michalany, 1971

FIGURA 3 – CAPA DO LIVRO *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA A GRANDE ENCICLOPÉDIA DA VIDA, EM TRÊS VOLUMES (1971)



FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política, São Paulo, A Grande Enciclopédia da Vida, 1971

FIGURA 4 – CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA* DA EDIÇÕES MICHALANY (1982)

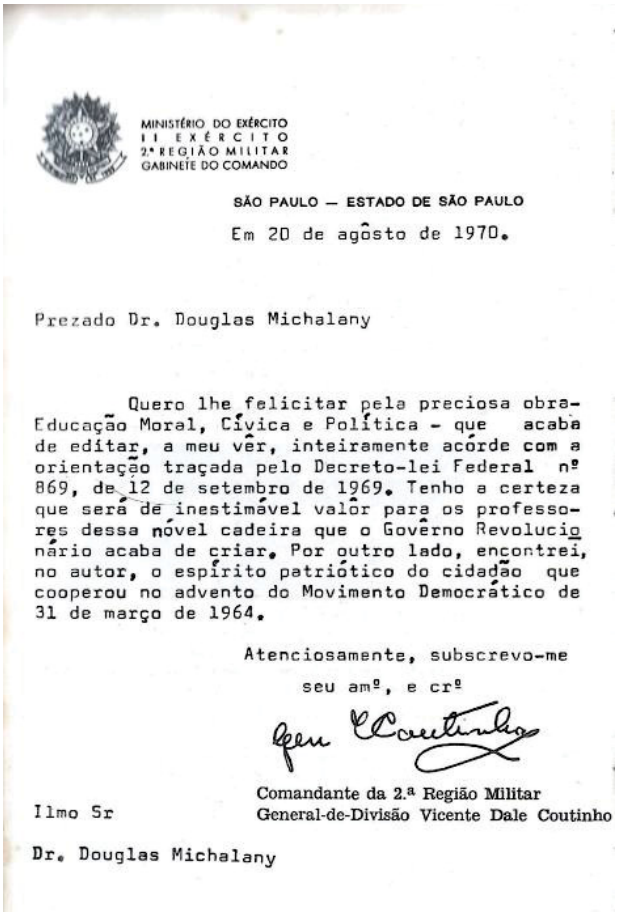
FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral e Cívica, São Paulo, Editora Michalany, 1982

A *Enciclopédia* é uma personagem à parte. Ela não foi publicada pela Editora Michalany, e sim na editora A Grande Enciclopédia da Vida, ambas de propriedade de Douglas Michalany. A *Enciclopédia* não era organizada em verbetes ordenados pelo alfabeto, tratava-se, na realidade, de uma "Edição Monumental" do livro didático de volume único: *Educação Moral, Cívica e Política*, por tanto, sua organização era a mesma, por capítulos, seguindo a organização de um livro didático. A *Enciclopédia* possuía um tema a mais que o livro de *volume único*: o "Brasil em Cifras", onde eram indicados os dados acerca do território brasileiro (extensão, número de municípios etc.) produção agrícola brasileira e produção industrial brasileira.

Imponente, de capa dura e grande, de dimensões 27,7cm x 21,4cm, a *Enciclopédia* também se destinava a um público mais amplo do que o livro de *volume único*. Enquanto o livro de *volume único* deixa claro sua destinação, na "Carta aos professores", em seu prefácio presente em suas primeiras páginas, na *Enciclopédia*, o título é alterado para "Carta aos Brasileiros". No texto, a mudança também é sútil. No livro de *volume único* Michalany, Ramos (1971a, p. 9) escrevem que: "devemos propagar nosso civismo nas escolas e universidades", enquanto a *Enciclopédia* indica que para além destes espaços, o civismo deve ser propagado também "no lar, nos locais de trabalho, na caserna e no campo, nas associações profissionais" (Michalany; Ramos, p. 9, 1971b). Outro elemento é a presença de cópias de cartas emitidas pelo Ministério do Exército, dirigidas a Douglas Michalany. Foram escritas por Generais do

Exército, tratando-se de elogios à obra, sinalizando sua aprovação pelo seu conteúdo patriótico e pela defesa do "Movimento Democrática de 1964". No livro de *volume único* há apenas uma cópia destas cartas, precedendo a apresentação da obra (Figura 5). No caso da *Enciclopédia* são o total de três cartas, sendo duas cartas emitidas de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul.

FIGURA 5 – CARTA EXPEDIDA PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO A DOUGLAS MICHALANY



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
II EXÉRCITO
2ª REGIÃO MILITAR
GABINETE DO COMANDO

SÃO PAULO — ESTADO DE SÃO PAULO
Em 20 de agôsto de 1970.

Prezado Dr. Douglas Michalany

Quero lhe felicitar pela preciosa obra-Educação Moral, Cívica e Política - que acaba de editar, a meu vêr, inteiramente acôrde com a orientação traçada pelo Decreto-lei Federal nº 869, de 12 de setembro de 1969. Tenho a certeza que será de inestimável valôr para os professores dessa nóvel cadeira que o Govêrno Revolucionário acaba de criar. Por outro lado, encontrei, no autor, o espírito patriótico do cidadão que cooperou no advento do Movimento Democrático de 31 de março de 1964.

Atenciosamente, subscrevo-me
seu amº, e crº

Comandante da 2.ª Região Militar
General-de-Divisão Vicente Dale Coutinho

Ilmo Sr
Dr. Douglas Michalany

FONTE:MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Portanto, identificamos indícios que serão investigados mais a fundo no decorrer do trabalho, referentes às diferentes estratégias mercadológicas e de legitimação da obra por parte de Douglas Michalany para a publicação de seus livros escolares de EMC.

Este conjunto de fatores fazem deste livro um objeto cultural significativo. Assim, o livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, de Michalany e Ramos (1971) é considerado um artefato privilegiado, pois integra-se à cultura material escolar, fato este que torna foco da

História da Educação, devido à recente articulação deste campo com a Nova História Cultural.[12] Sua narrativa é reveladora, pois vincula representações, ou seja, "categorias mentais socialmente diferenciadas" da História do Brasil relacionados a valores morais e cívicos, que buscavam servir como "matrizes para as classificações e julgamentos" do mundo social (Chartier, 2010, p.52).

Nesse sentido, a pesquisa é guiada pela seguinte indagação: como as representações da História do Brasil presentes no livro didático Educação Moral, Cívica e Política de Michalany e Ramos (1971) se manifestam na materialidade e narrativa da obra, e como essas dimensões, em conjunto, refletem e promovem as noções de educação, moral e civismo na tentativa de moldar a percepção desses conceitos para estudantes e professores.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o livro didático *Educação Moral, Cívica e Política* da Editora Michalany, explorando tanto sua materialidade quanto sua narrativa. Busca-se realizar uma análise detalhada da estrutura física/material e organizacional do livro. Concomitantemente, na mesma chave de análise, pretende-se investigar a narrativa histórica presente na obra, a fim de identificar e interpretar as representações da História do Brasil presentes em seu conteúdo.

Os objetivos específicos são os seguintes: a) Investigar o contexto de implementação da disciplina de Educação Moral e Cívica no sistema educacional durante a ditadura civil-militar, analisando sua disposição curricular, as prescrições oficiais e outros materiais que serviam como referência para a produção dos livros didáticos de EMC; b) Analisar a heterogeneidade dos livros de EMC produzidos na época do regime militar, investigando as diferentes abordagens, conteúdos e objetivos presentes nesses materiais; c) análise da materialidade e as narrativas da obra *Educação Moral, Cívica e Política,* investigando aspectos editoriais e os seus conteúdos; d) Identificar as representações dos autores da História do Brasil presentes no livro, analisando que tipo de história é contada, quais outras representações são evocadas e que

---

[12] Para Fonseca (2009, p. 4), essa interlocução entre a História Cultural e História da Educação representou uma renovação no campo, introduzindo conceitos como representações, apropriações e práticas culturais, que se tornaram familiares à historiografia da educação. Nesse contexto, emerge a oportunidade de narrar a história de novos objetos, explorar novos temas ou revisitar temas tradicionais sob uma perspectiva renovada, utilizando um quadro conceitual que ofereça uma problemática mais sofisticada. Segundo a autora, "a história político-administrativa da educação, a história das instituições escolares, e mesmo a história do pensamento educacional puderam ser abordados de maneira renovada". É interessante observar que o campo da História da Educação surge no campo da Educação, com poucos diálogos com as produções dos departamentos e programas de pós-graduação em História, predominantemente marcados pela História Social (Galvão, Fonseca, 2017). No entanto, a partir dos anos 1980, iniciou-se um diálogo mais proeminente entre esse campo e a História Cultural, alcançando uma interlocução mais significativa no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (Catani & Faria Filho, 2002; Xavier, 2001).

relações são estabelecidas entre essas representações e os preceitos de moral e civismo dos autores.

O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY COMO FONTE E OBJETO DE PESQUISA

> Monasterium sine libris est sicut civitas sine opibus, castrum sine numeris, coquina sine supellectili, mensa sine cibis, hortus sine herbis, pratum sine floribus, arbor sine foliis [Um mosteiro sem livros é como uma cidade sem recursos, um castelo sem números, uma cozinha sem móveis, uma mesa sem comida, um jardim sem ervas, um prado sem flores, uma árvore sem folhas] (Eco, 1986, p. 82).
>
> E ainda, numa carta enviada da prisão aos juízes, como veremos, Menocchio enumerou, em segundo lugar, entre as causas dos seus próprios erros 'ter lido aquele livro do Mandavilla, de tantas raças, e tão diversas leis, que me deixou todo confuso' (Ginzburg, 1987, p. 101).

Se o livro, especificamente o livro escolar, é o personagem principal desta história aqui narrada, nada mais justo do que proporcionar considerações iniciais sobre a natureza deste tipo de trabalho histórico e manipulação desta fonte específica, assim como contextualizar melhor o livro *Educação Moral, Cívica e Política* da editora Michalany (1971). As epígrafes que introduzem as narrativas presentes nas obras de Carlo Ginzburg (1987), em *O Queijo e os Vermes*, e Umberto Eco (1986), em *O Nome da Rosa*, oferecem oportunas reflexões iniciais sobre o poder do livro e as diversas camadas de interação deste objeto com a sociedade e com o indivíduo. Enquanto Eco (1986) destaca a essencialidade dos livros para a estrutura cultural e intelectual dos mosteiros na Idade Média, Ginzburg (1987) explora, o papel que a leitura de livros exerceu na construção e formulação da singular e herege cosmogonia de Menocchio.

Ambos os autores convergem para a ideia de que os livros desempenham um papel vital na formação e na transformação da sociedade e do indivíduo. A história do livro se torna pertinente neste sentido, por se dedicar no desvelamento da circulação dos discursos, nas múltiplas formas que foram comunicados por meio da impressão e também ao se indagar de que maneira o contato com a palavra impressa a partir de seu suporte material moldou o pensamento e o comportamento da humanidade (Darton,1990, p. 110).

O livro busca instituir ordens, seja na sua decifração, na compreensão conforme os desejos das autoridades, contudo se confronta com a liberdade dos leitores, pois estes ostentam, a partir de determinadas condições, a capacidade de desviar e reelaborar significados (Chartier, 1998).

Como afirmado por Ginzburg (1987), mais importante do que entender o que Menocchio leu é entender como leu, pois "qualquer tentativa de considerar esses livros 'fontes'

no sentido mecânico do termo cai ante a agressiva originalidade da leitura de Menocchio" (Ginzburg, 1987, p. 88). Essa dialética entre imposição e apropriação, que reflete a complexa relação entre ordem e liberdade no contexto da interação com os livros, deve ser cuidadosamente considerada pelo historiador do livro.

Destarte, à medida que nos propomos a escrever uma narrativa sobre a história dos livros, torna-se imperativo compreender a intrincada dinâmica entre a materialidade desses artefatos e sua influência na interpretação e apropriação por parte dos leitores. Ou seja, deve-se considerar que as características físicas, desde a encadernação até as ilustrações e peculiaridades tipográficas, exercem um impacto significativo não apenas na experiência de leitura, mas também na compreensão do conteúdo, pois as formas materiais também produzem sentido (Chartier, 1997, p. 13).

Dadas estas considerações iniciais, devemos situar que o objeto de análise desta pesquisa transcende a trivialidade dos livros comuns; estamos diante de um livro didático, uma obra que se distingue por sua complexidade e por uma intencionalidade singular. Este artefato, ao contrário de uma obra convencional, assume uma natureza multifacetada, carregando consigo significados e propósitos distintos relacionados à escola e à educação. O livro escolar possui uma natureza instrumental, é objeto do cotidiano escolar, carregado de saberes escolares, é um componente integrante da cultura escolar.

Segundo Dominique Julia, a Cultura Escolar é um objeto de grande valia para o historiador da educação pois ela é

> [...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (Julia, p.10, 2001).

E, portanto, ela não deve ser estudada "sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular" (idem).

O livro didático é também mercadoria, alcançando dezenas de milhões de cópias na atualidade. A exemplo do Brasil, o livro didático se tornou o tipo de impresso/livro de maior circulação a partir da segunda metade do século XIX (Lajolo; Zilberman, 1996), e como mercadoria, ele segue as novas técnicas de fabricação e comercialização do mercado editorial, refletindo os aspectos econômicos que condicionam sua existência (Bittencourt 1993).

Por outro lado, Circe Bittencourt (1993) destaca que o livro didático possui uma

singularidade marcante em relação a outros tipos de livros, devido à vigilância e controle aos quais ele é submetido, ou seja, devemos considerar a interferência dos agentes externos na sua elaboração. Isso se deve ao fato de que, ao ser destinado às escolas, o livro didático é concebido como um documento oficial, que vincula discursos e saberes oficiais, além de inculcar determinadas normas e valores legítimos pelo poder estabelecido. Portanto, dada sua importância como instrumento privilegiado no processo educacional, mesmo quando não produzidos pelo Estado, esses artefatos estão sujeitos às suas leis, podendo ser vetados ou autorizados por ele. É neste sentido que em sua tese Circe Bittencourt (1993) afirma que os livros didáticos estão intimamente conectados com o poder instituído.

É por conta desta complexidade que o livro didático é uma valiosa fonte para a pesquisa em História da Educação e para a História Cultural, pois, agindo como um espelho que reflete as características e valores de uma sociedade, sua singularidade reside na habilidade de capturar as ideias dominantes ao longo do tempo

> o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduza o grupo social deque ele é a emanação: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinamento) da juventude (Choppin, 2002, p.14).

Portanto, longe de ser apenas um suporte material de saberes escritos de uma determinada disciplina de forma didática, esse objeto da cultura escolar se apresenta como testemunha do dinâmico cenário editorial, dos matizes das práticas pedagógicas, das variadas formas de produção gráfica e até mesmo da trajetória das disciplinas. Cada linha é mais do que um amálgama de palavras acerca de um conteúdo científico de forma didática; é um eco eloquente das concepções educacionais que, ao longo do tempo, buscaram moldar não apenas mentes, mas também o tecido social da sociedade, formas de se portar, de enxergar o mundo, pois quem os escreve "[...] não pretendem somente descrever a sociedade, mas também transformá-la [...]" (Choppin 2004, p. 22).

Conforme destacado acima por Alain Choppin (2002, 2004), se os livros escolares transmitem de forma sutil ou implícita um sistema de valores morais, religiosos, políticos e uma ideologia que orienta o grupo social do qual emergem, no caso dos livros que subsidiaram a disciplina de Educação Moral Cívica, esta transmissão de um sistema de valores morais, religiosos, políticos é explicita, por conta das atribuições definidas para a disciplina em questão.

A Educação Moral e Cívica foi implementada de forma obrigatória, como disciplina escolar e prática educativa, em todos os graus e modalidades de ensino durante a ditadura civil-militar no Brasil. O objetivo da disciplina era promover a formação integral do indivíduo para

prepará-lo como cidadão ativo e responsável dentro da sociedade, apoiando-se nas tradições nacionais, no intuito de fortalecer a unidade nacional. Contudo, por trás de seu verniz democrático e humanista, sua implementação se deu pela necessidade de moralizar a sociedade, especialmente a juventude em perigo das ideias subversivas, como o comunismo, tendo em vista que desde o início dos anos 1960, os jovens desempenhavam um papel ativo na vida política do país (Filgueiras, 2006), nada melhor que os livros para subsidiar a disciplina e fornecer conteúdo/valores aos estudantes.

Deste modo, dada a importância do livro como um bem cultural, destaca-se um debate relevante em *O Nome da Rosa* de Eco (1986) que nos faz refletir como em determinado contexto, determinadas sociedades buscaram controlar a circulação do discurso a partir do controle do escrito materializado em rolo*, codex* ou livro impresso. Como o Abade adverte o Frade Guilherme de Baskerville sobre o controle rigoroso do acesso à biblioteca da abadia e a seleção criteriosa do que os monges devem ler, evidencia a importância da gestão da cultura ao longo da história, destacando a necessidade de controle sobre os conteúdos literários para evitar distorções ou interpretações equivocadas, pois

> nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por um espírito piedoso, e os monges, enfim, estão no scriptorium para levar a cabo uma obra precisa, para a qual devem ler certos volumes e não outros, e não para seguir qualquer insensata curiosidade que os colha, quer por debilidade da mente, quer por soberba, quer por sugestão diabólica (Eco, 1986, p. 56).

Esta passagem da monumental obra literária de Eco (1986) destaca a relevância da ponderação na relação entre indivíduos e livros, reconhecendo o poder intrínseco dessas obras, que pode ser direcionado tanto para o esclarecimento quanto para a confusão, dependendo do controle exercido sobre seu acesso. O controle sobre os livros exemplificado pelo Abade na Idade Média encontra paralelos intrigantes no contexto do controle exercido sobre os livros didáticos de EMC durante o regime autoritário.

O Decreto-Lei Federal nº 869, de 12/9/69 que implementou a disciplina, dentro das diversas normativas, em seu 5ª parágrafo cria a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) subordinada ao Ministério da Educação, e atribui, dentro de suas diversas funções o papel de "assessorar o ministro de estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista da moral e civismo" (Brasil, 1969). Assim como na literatura, em que o Abade enfatizava a importância do monge Jorge de Burgos, responsável por controlar o acesso a certas verdades, a CNMC, de maneira semelhante do monge, exercia um relativo controle sobre aquilo que

poderia ser dito e não dito nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, pois era responsável pela sua avaliação e aprovação.

Essa abordagem direcionada visava instaurar uma ordem de discurso, vinculando valores e representações sociais alinhadas aos interesses políticos e finalidades educacionais da época. Um fato a se observar é que na maioria dos livros didáticos de EMC, havia em suas primeiras páginas a aprovação da Comissão Nacional de Moral e Civismo, fazendo referência ao número do processo publicado no diário Oficial, ou até mesmo uma cópia do documento de homologação de obra pela Comissão Nacional de Moral e Civismo como no caso da *Educação Moral, Cívica e Política*[13] de Michalany e Ramos de 1971. Não obstante, este aparente controle exercido pela CNMC sobre os livros escolares de Educação Moral e Cívica, em conjunto com o contexto político autoritário caracterizado pela perseguição, prisão e extermínio de opositores, requer uma abordagem cuidadosa que evite conclusões precipitadas ou análises mecanicistas quanto à natureza desses objetos.[14]

Na realidade, o domínio desses materiais revela-se como um universo de notável heterogeneidade. Alguns materiais didáticos na década de 1970 se desviam das normas oficiais, enquanto, paradoxalmente, livros de 1985 adotavam conteúdos de ensino que seguiam precisamente o programa curricular de 1971, desenvolvido pelo Conselho Federal de Educação (Filgueiraa, 2006, p. 10).

Esta heterogeneidade ficou mais aparente na pesquisa de campo. O lugar de arquivo mais relevante foi a biblioteca do Instituo de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba. Tendo em seu acervo mais de vinte livros de Educação Moral e Cívica de diferentes autores e editoras, com suas fichas de empréstimo (Figura 6), o contato com estes objetos nos permitiu verificar questões pertinentes apontadas pela literatura.

---

[13] A digitalização da homologação da obra *Educação Moral, Cívica e Política* Michalany e Ramos (1971) pela Comissão Nacional de Moral e Civismo está em Anexo II.

[14] Segundo Filgueiras (2006) por mais que CNMC se incumbisse de avaliar os livros de EMC, sua publicação não necessitava passar por este processo.

FIGURA 6 – LIVROS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA PRESENTES NO ACERVO DO O INSTITUO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO

FONTE: Foto tirada pelo autor da dissertação, Instituo de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, 2024

Este panorama demonstra a complexidade e a variabilidade inerentes à produção e à conformidade dos livros didáticos, sublinhando que as características destes não podem ser reduzidas a generalizações simplistas dadas as diferentes determinações que moldaram sua composição ao longo do tempo.

É importante ressaltar que a história dos livros didáticos é tangenciada pela história das disciplinas escolares, e foi por esta perspectiva que recentes empreendimentos historiográficos analisaram diversos livros escolares de EMC, incluindo a obra aqui analisada, o livro didático *Educação, Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971). O objeto de estudo dessas investigações é a disciplina de EMC, tendo o livro escolar como fonte privilegiada. Isto converge com as reflexões de Batista (1999, p. 530) que afirma que o livro didático "é sempre compreendido mais como uma interessante fonte (ainda que problemática) para o estudo do cotidiano e dos saberes escolares do que propriamente como um objeto de estudo e pesquisa".

No entanto essas pesquisas representam um ponto inicial para a análise da fonte/objeto,

uma vez que exploraram os livros de Educação Moral e Cívica, utilizando-se de metodologias diversas, abordagens variadas e enfrentando distintos desafios de pesquisa. Dos trabalhos que foram decisivos para escrita desta dissertação, destaco Filgueiras (2006), Gusmão (2018) e Santos (2020).O problema de pesquisa da dissertação de Daniele Gusmão (2018), *Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica na Ditadura Civil-Militar*, foram os sentidos de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de Educação Moral e Cívica durante a ditadura. Em sua pesquisa, ela concebeu o livro didático de EMC como "[...] um objeto cultural que representou e difundiu os ideais de uma parcela da sociedade brasileira no que diz respeito ao arquétipo de homem civilizado brasileiro" (p.30).

Ao todo são cinco livros analisados em sua pesquisa, além da obra de Michalany e Ramos (1971), foi feita a análise de: *Princípios de Educação Moral e Cívica* de Amaral Fontoura (1970); *Educação Moral e Cívica* de Felipe N. Moschini, e Otto Costa e Victor Mussumeci, *Educação Moral e Cívica* de Benedicto de Andrade (1971); *Educação Moral e Cívica de* Theobaldo Miranda dos Santos (1974); e *Atividades de Educação Moral e Cívica* de Siqueira Bertolin (1981).

Ao investigar a mobilização do gênero durante a ditadura no Brasil por meio da disciplina de Educação Moral e Cívica, Marcela Santos (2020) em sua dissertação *Uma questão de segurança nacional: a produção de conceitos e identidade de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985),* analisou discursos sobre identidades de gênero presentes em materiais de referência e livros didáticos da disciplina de EMC entre 1969 e meados de 1980. O estudo visava compreender como esses discursos presentes nestes livros buscavam estabelecer padrões sociais, comportamentais e de conduta para legitimar o regime autoritário. Os livros escolares de EMC, incluindo a obra de Michalany e Ramos (1971), serviram como fontes nesta pesquisa pois em seu conteúdo, na ideia de formação cívica e de identidade cidadã há mobilizações das identidades de gênero.

Juliana Miranda Filgueiras (2006) em sua dissertação de mestrado intitulada *A Educação Moral e Cívica e sua Produção Didática: 1969-1993,* buscou compreender a instituição da disciplina escolar EMC durante a ditadura civil-militar (1969-1993) no Brasil, evidenciando os embates entre o Conselho Federal de Educação (CFE) e a Comissão Nacional de Moral e Civismo neste processo. Os manuais escolares — sessenta e dois analisados, sendo treze reedições — foram cruciais em sua pesquisa para entender a estrutura e os distintos discursos em torno da disciplina, uma vez que incorporam os conteúdos e conhecimentos que se estabeleceram como oficiais. Filgueiras (2006) pesquisou quais foram as editoras que produziram os livros didáticos de EMC e quem eram seus autores.

Analisou nestes livros, seus índices, prefácios, assim como o seu conteúdo e as orientações destinada aos professores. Comparou os temas, tópicos e conceitos abordados previstos nos programas curriculares com aquelas encontradas de forma didática nos livros. Para a autora, a maioria dos livros de EMC — incluindo o manual de Michalany e Ramos (1971) —, eram parte integrante da estratégia para formar cidadãos com valores patrióticos e anticomunistas. Constatou-se também que os autores escreveram livros de EMC de acordo com as orientações oficiais, mas alguns não, suprimindo e modificando essas prescrições. Estes livros didáticos refletem diversas formas de adesões, acomodações, mas também de resistência às prescrições oficiais. Houve um mecanismo de controle sobre a produção didática, que alguns autores tentaram contornar de diversas maneiras. Portanto, os livros didáticos de EMC refletiam as diferentes visões e estratégias dos autores e editoras diante das prescrições governamentais, destacando-se como parte essencial do debate sobre a implantação e resistência à disciplina (Filgueiras, 2006, p. 188-189).

Observa-se que a obra de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos se revelou como uma fonte em diversas pesquisas dedicadas à disciplina de EMC para compreender sua **implementação**, **ideias de homens civilizados** e as **mobilizações das identidades de gênero**. As pesquisas de Filgueiras (2006), Gusmão (2018) e Santos (2020) se constituem como contribuições significativas ao explorarem a obra de EMC da Editora Michalany. Esses estudos destacam a relevância deste livro didático como elemento fundamental na cultura escolar no contexto da ditadura civil-militar.

Estas pesquisas ao situarem a circulação da obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) nas escolas, evidenciam que a obra serviu como um material de apoio para os professores e estudantes, na ditadura civil-militar. As distintas abordagens adotadas pelas autoras em suas pesquisas permitem uma maior compreensão da interseção entre o material didático produzido pela editora e sua efetiva implementação da disciplina de EMC nas instituições de ensino, destacando a relevância cultural e educacional dessa obra no panorama mais amplo da Educação Moral e Cívica.

Conforme mencionado nas pesquisas citadas, o livro didático foi considerado uma fonte histórica fundamental para a análise de seus respectivos objetos de estudo. No entanto, é importante ressaltar que essas investigações focalizaram principalmente no conteúdo dos livros, deixando em segundo plano detalhes sobre sua produção, como a materialidade das obras, a trajetória dos autores e a história da editora. Não se fez menção, por exemplo, à diversidade de livros de Educação Moral e Cívica publicados pela Editora Michalany, nem ao fato de que a obra analisada possui outras duas versões: uma enciclopédica e outra em formato de opúsculo,

ambas compostas por três volumes. Mas isto se dá por um processo de escolha, e esta pesquisa opta por tomar o livro didático tanto como fonte histórica quanto como objeto de pesquisa.

Ao focalizar um livro específico da Editora Michalany como objeto de análise, devemos explorar elementos que vão além da interpretação do texto e da análise de seu conteúdo. Antes de adentrar no conteúdo específico do livro, é essencial compreender o contexto mais amplo da Editora Michalany, incluindo sua história, objetivos editoriais, e os tipos de obras que compõem seu catálogo. Esses elementos fornecem um quadro para avaliar como o livro está posicionado no panorama editorial da Michalany. Deve-se atentar aos aspectos materiais, como tipo de papel, qualidade da impressão e encadernação.

Finalmente, abordar o livro como objeto envolve também compreender sua relação com outras obras de EMC de outras editoras, considerando semelhanças e diferenças temáticas, estilísticas e conceituais que contribuem para a coesão e identidade da obra. Essa análise mais aprofundada proporcionará uma compreensão mais rica da interação entre conteúdo, sua forma e contexto editorial, elucidando como a disciplina de EMC foi interpretada e explorada por essa editora específica, a Editora Michalany.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULOS

As fontes históricas são elementos palpáveis e mensuráveis do passado, fragmentos concretos que resistiram ao teste do tempo. São, indiscutivelmente, as ferramentas fundamentais que possibilitam aos historiadores investigar de maneira tangível os gestos, preferências, comportamentos, hábitos e, sobretudo, o que nos importa aqui, os modos de aprender e ensinar de sociedades que existiram em tempos remotos.

No entanto, não podemos perder de vista que as fontes são construídas pelos próprios historiadores e não devem ser lidas como um dado em si. Elas foram produzidas a partir de múltiplas determinações, sob condições específicas e são recheadas de intencionalidades conscientes e inconscientes, portanto, elas devem ser problematizadas, indagadas. Como indica o historiador Jacques Le Goff:

> O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (Le Goff, 2003, p. 538).

É neste sentido que o historiador e crítico literário italiano Carlo Ginzburg (2001) propõe dois movimentos interligados no trato com as fontes históricas que orientam nosso trabalho: o distanciamento e o estranhamento. Essa abordagem sugere que devemos nos envolver com os vestígios históricos como se fosse a primeira vez, afastando-nos da familiaridade e evitando simplificar a realidade. Em outras palavras, não podemos interpretar as fontes com base em ideias preconcebidas, pois isso nos restringe e nos prende a visões teóricas já estabelecidas, limitando nossa compreensão do objeto de estudo. Este método de forma alguma sugere descartar completamente nossas hipóteses, teorias ou perspectivas individuais. Na verdade, devemos operacionalizá-las. Como acessar o passado só é possível por meio de seus vestígios, a pesquisa histórica deve ser sobretudo empírica. A teoria não deve sugerir o que deve ou não deve ser examinado na fonte, mas sim fornecer chaves interpretativas das pistas encontradas, para formarmos conjecturas, melhorarmos nossas hipóteses e formularmos nossas sínteses no percurso do trabalho.

No nosso caso, ao examinar o livro didático *Educação, Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), reconhecemos os elementos positivistas na abordagem historiográfica, uma visão otimista da ditadura civil-militar, além de uma ênfase na história política. Porém, reconhecer essas características não é suficiente, é necessário adotar uma postura de estranhamento, deve-se olhá-lo "como se não tivesse nenhum sentido: como se fosse uma adivinha" (Ginzburg, p. 22, 2001). Ou seja, partir do óbvio comprometeria a pesquisa.

Metodologicamente, buscamos por meio da análise do livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, abordar as representações da História do Brasil de Michalany e Ramos (1971) que estão presentes no livro. Analisando que tipo de história é contada para estudantes e professores, quais outras representações são evocadas e que relações são estabelecidas entre essas representações e os preceitos de moral e civismo dos autores. Para isso, propomos realizar a análise da materialidade da obra (editora, editores, autores, circulação, características físicas); como também, analisaremos aspectos da sua narrativa (relação estabelecida com o currículo, organização e seleção dos conteúdos).

Para Chartier (2010) as representações são entendidas como um poder invisível, presente nas páginas impressas, buscando moldar as percepções coletivas, os modos de ver e se ver no mundo. Em seu artigo *Escutar os Mortos com os Olhos*, Chartier (2010), explora a importância do conceito de representação no estudo de textos para a história cultural. Baseando-se nas dimensões de Louis Marin, a representação é abordada como transitiva, conectando-se ao que representa, e reflexiva, apresentando-se enquanto representa algo:

> Tais representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhes fosse exterior. Elas possuem uma energia própria que convence de que o mundo, ou o passado, é realmente aquilo que dizem que é. Produzidas em suas diferenças pelos distanciamentos que fraturam as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem e reproduzem. Portanto, conduzir a história da cultura escrita, dando-lhe como pedra angular a história das representações, é ligar o poder dos textos escritos que as dão a ler, ou a ouvir, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que elas impõem e são as matrizes das classificações e dos julgamentos (Chartier, 2010, p. 26).

Neste sentido é inadequado abordar os discursos de forma isolada, tratando-os como entidades autônomas (Chartier 2010). Deve-se integrar os discursos com as práticas, reconhecendo que a linguagem é apenas um componente dentro do amplo conjunto de expressões culturais, neste sentido devemos "reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa", sem negligenciar "as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades" preocupando-se em compreender "a posição que ocupam nas relações de dominação -o que lhes é possível pensar, dizer e fazer" (Chartier, 2017, p.49). As representações sociais presentes nos discursos escritos, materializados nos livros não são neutras, estão condicionadas aos interesses daqueles que os forjam, uma investigação sobre as representações :

> [...] supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (Chartier, 1988, p.17).

Buscamos, neste ponto, dialogar com Alain Choppin (2002, 2004) acerca de suas categorias de análise dos livros didáticos, ou seja, as suas funções. O livro de Michalany e Ramos (1971) será analisado como um suporte para um programa curricular (função referencial), e investigando as pretensões ideológicas presentes em sua narrativa histórica (função ideológica).

No contexto da disciplina de Educação Moral e Cívica, uma variedade de discursos e iniciativas, provenientes de agentes sociais diversos, foram fundamentais como precursores para a sua implementação. Essas iniciativas se manifestaram em diferentes formas, incluindo livros, editais para concursos, leis e disposições curriculares, as quais representam fontes históricas essenciais para compreendermos a história da implementação da disciplina.

A análise dessas fontes é crucial para nossa pesquisa, dependendo de um *corpus documental* abrangente que nos permite classificar, comparar e analisar os sinais e pistas contidos nos discursos presentes nesses documentos. Assim, o *corpus documental* abordado engloba uma variedade de fontes, como legislações, programas curriculares, livros didáticos e obras referentes à Educação Moral e Cívica, oferecendo um panorama amplo e detalhado das diretrizes e práticas educacionais relacionadas à Educação Moral e Cívica no Brasil.

A organização da análise destas fontes corresponde aqui à organização da estrutura de nossa dissertação.

O primeiro capítulo intitulado "A heterogeneidade dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica na ditadura civil-militar", se dedica à análise de diferentes livros de EMC produzidos nos anos de 1960 e 1971, destacando sua diversidade em termos de abordagens, conteúdos e objetivos. Destacam-se, inicialmente, os livros de EMC que vieram antes da disciplina como o livro do Plínio Salgado, intitulado *Compendio de Instrução Moral e Cívica,* a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* do Padre Ávila Bastos (1967), e concurso para o *Guia de Civismo* publicado em 1968. Estes materiais foram produzidos antes da definição dos programas curriculares no período de reintrodução da disciplina no ano de 1969, além de terem sido obras de referência tanto para elaboração futura dos programas curriculares como dos próprios livros didáticos de EMC.

Além dessas fontes, analisamos os documentos legais como o Decreto de Lei Nº 869/69 e a Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabeleciam as bases para o ensino de 1° e 2º graus e desempenharam um papel fundamental na formulação dos currículos escolares. Os programas curriculares elaborados pela Comissão de Moral e Civismo e pelo Conselho Federal de Educação, por meio do parecer nº. 101/71, representam importantes direcionamentos para a prática pedagógica no contexto da Educação Moral e Cívica.

Para a análise comparativa do universo editorial no qual o livro *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) de Michalany e Ramos fazia parte, selecionamos outros livros, como: *Construindo o Brasil. Educação moral, cívica e política. 1º ciclo e colegial* publicado pela Edições Loyola de autoria de Galache, Pimentel & Zanuy (1971); *Educação Moral e Cívica* publicado pela Editora Atlas S.A de Benedicto de Andrade (1971); *Educação Moral, Cívica e Política*, de Rubens Ribeiro dos Santos (1971) publicado pela Editora Monumento. A escolha desses exemplares foi feita com base em critérios como a variedade na apresentação dos conteúdos da disciplina, diversidade nas metodologias pedagógicas e a relevância histórica ou não, indicada pelo número de reedições.

No entanto, é importante ressaltar que esta escolha de parâmetro é, em última instância,

arbitrária e representa um recorte específico dentro do universo de livros didáticos disponíveis. O objetivo desta análise é estabelecer um ponto de referência para compreender a configuração desse amplo e heterogêneo conjunto de livros didáticos de Educação Moral e Cívica, proporcionando assim um contexto mais profundo para a compreensão da obra de Michalany e Ramos (1971).

Para atingir esse objetivo, serão comparadas diversas características destas obras citadas de Galache, Pimentel e Zanuy (1971), Andrade (1971) e Santos (1971) com o livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), incluindo suas capas, índices, materialidade (como tipo de papel, qualidade da encadernação, formato físico), características tipográficas, presença de ilustrações e gráficos, disposição dos conteúdos e orientações pedagógicas. Essa análise permitirá identificar tanto os elementos comuns entre esses livros quanto os aspectos distintivos da abordagem de Michalany e Ramos (1971) em seu manual.

Por fim, para dar conta da circulação e aspectos de comercialização do livro didático *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), foram consultados periódicos. Os periódicos foram, inicialmente, utilizados para localizar publicidades dos livros da Editora Michalany. Contudo, com o avanço da pesquisa, passaram também a revelar debates na sociedade acerca desse objeto da cultura escolar. Para tanto, recorreu-se à hemeroteca digital.[15]

O segundo capítulo intitulado "A obra *Educação Moral Cívica e Política*: Sua Editora, Seus Autores e sua Materialidade", buscamos compreender a história dos autores, em especial a de Douglas Michalany e suas contribuições tanto na editora Michalany quanto na editora A Grande Enciclopédia da Vida. Iremos analisar o livro didático *Educação Moral Cívica, Política* em relação aos outros livros didáticos de EMC da editora Michalany. Na continuidade é explorado os aspectos mais específicos como: sua materialidade, investigando aspectos como capa, papel, encadernação, formato, tipografia, ilustrações e disposição dos conteúdos.

No terceiro e último capítulo, "O livro didático *Educação Moral, Cívica e Política* como instrumento pedagógico e suas representações da História do Brasil", investigamos o papel desse manual escolar como um material de referência a padronização da disciplina de EMC e como instrumento ideológico produto da ditadura civil-militar.

O capítulo está estruturado em seções que examinam a obra com base em três categorias de análise fundamentais para os preceitos de moral e civismo dos autores: cristianismo,

---

[15] Link: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

anticomunismo e cidadania passiva. A análise investiga como essas categorias se manifestam na construção da narrativa histórica. Em seguida, analisamos as representações da História do Brasil, como é narrada, quais representações são evocadas. Por fim, examinamos a articulação entre a narrativa histórica, a exaltação do Estado e das Forças Armadas e a legitimação do autoritarismo, evidenciando como esses elementos se combinam para reforçar valores e princípios alinhados à ideologia do período.

1. A HETEROGENEIDADE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

1.1 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E OS LIVROS QUE VIERAM ANTES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO, NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Em 11 de março de 1973, o jornal O Estado de Mato Grosso veiculou uma matéria[16] contundente acerca dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, intitulada "Civismo: Muitos Livros e Nenhum Caminho Adequado". Nessa época, a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) já estava presente nos currículos do ensino de 1º e 2º grau há pelo menos quatro anos, e com sua disciplina equiparada no ensino superior, Os Estudos dos Problemas Brasileiros. Contudo o foco da indignação do autor anônimo recaía sobre os livros didáticos que subsidiavam essa disciplina direcionados ao ensino de 1º e 2ª grau. Na matéria é relatado que em meio à crescente importância atribuída à formação cívica e moral dos jovens no regime militar, os caminhos propostos pelos livros se perdiam em um emaranhado de ideias dispersas, falhando em fornecer um rumo claro para a construção de uma consciência moral sólida nos estudantes.

Os livros de EMC são descritos na matéria como "mal editados, de baixa qualidade" e inadequados para a faixa etária a que se destinavam. Enfatize-se no texto a natureza ufanista das narrativas históricas presentes nestes livros didáticos, e a simplificação dos eventos históricos, pois a narrativa dos livros de EMC “supervalorizaram a figura do herói como único responsável pelos acontecimentos”[17]. Na mesma matéria há o relato do diretor escolar, que também lecionava EMC, Antonio Delorenzo: no qual afirma que os livros "não atendem às necessidades do curso e são, em sua maioria, muito superficiais", corroborando com o tom da matéria. Outro objeto de crítica do autor da redação da matéria é o livro *Compendio de Instrução Moral e Cívica*, escrito pelo político e líder integralista, Plínio Salgado. Segundo ele, o livro de Plínio Salgado “parece ignorar o programa oficial de Educação Moral e Cívica em favor de seus próprios dotes literários”[18].

Isto é meia verdade. Talvez o autor da matéria não soubesse que o livro *Compêndio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado foi lançado em 1965 pela editora FTD, quatro anos

---

[16] Redação. **O Estado de Mato Grosso**; Civismo, Muitos Livros e Nenhum Caminho Adequado - **Mato Grosso**; p. 03, 11 março, 1973. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=%22Livros%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Moral%20e%20C%C3%ADvica%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=17796

[17] Idem

[18] Idem

antes da implementação da disciplina e de qualquer programa curricular. O livro não sofreu nenhum tipo de veto ou censura por parte da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) após a implementação da disciplina e da promulgação dos seus programas curriculares. Foi reeditado na década de 1970, subsidiando a disciplina de EMC destinando-se ao ginásio (5ª à 8ª série).

Fernanda de Paula Gomides (2015) analisou o *Compendio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado (1965) em sua dissertação. Seu trabalho teve como objeto de pesquisa as representações do conceito de Cidadania durante a ditadura civil-militar, tendo como principal fonte histórica os manuais de Educação Moral e Cívica. A pesquisa investiga como essas representações foram moldadas pelo regime autoritário, utilizando os livros didáticos como instrumentos de controle e condicionamento social.

Para Gomides (2015) o *Compendio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado (1965) contribuiu para a formulação de uma representação passiva da cidadania desde o início do regime militar no Brasil. Assim como outros materiais de propaganda do período, o *Compendio de Instrução Moral e Cívica*, retratava o "bom cidadão" como aquele que estava disposto a sacrificar seus próprios direitos em prol dos interesses do Estado e do desenvolvimento nacional.

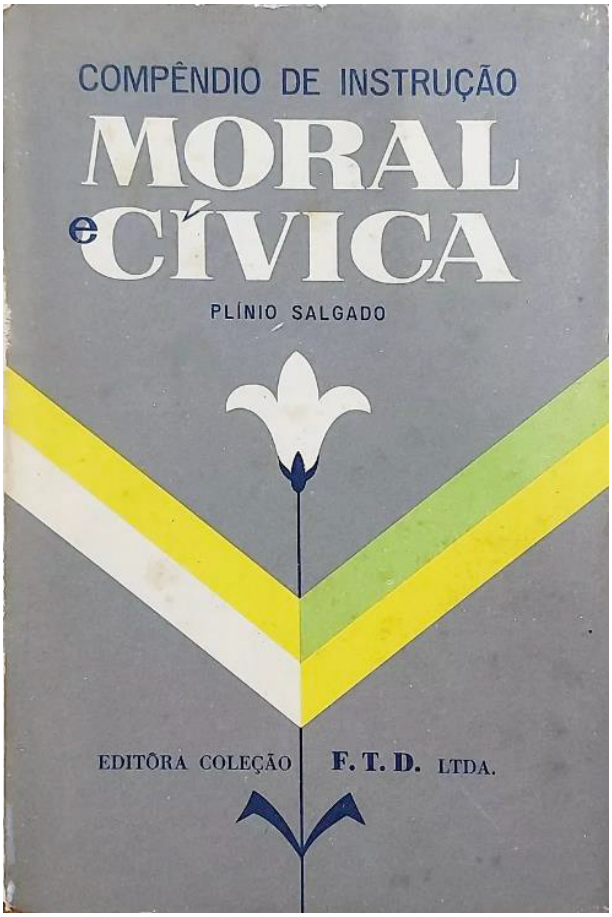
A autora ressalta a discrepância presente entre as representações dos conceitos de cidadania presente nos manuais de EMC e as práticas sociais no contexto da ditadura civil-militar:

> No entanto, os argumentos que os livros de EMC possuem, bem como as bases legais da disciplina, é um direcionamento distinto da realidade. Segundo o discurso de Plínio Salgado, por exemplo, no livro didático Compêndio de Instrução Moral e Cívica, de 1965: “Ser cidadão é gozar dos direitos civis e políticos num Estado, submetendo-se a deveres para com êsse mesmo Estado” (Salgado, 1965, p. 112) e “Dá-se o nome de cidadão a tôdas as pessoas que gozam de direitos civis e políticos num Estado” (Salgado, 1965, p. 113). Notamos que a contradição presente entre o discurso do livro (direitos civis e políticos resguardados) e a prática social (repressão e censura a esses direitos) demonstra a relevância de se compreender o contexto/espaço em que determinado conceito se insere. Observamos também que, no discurso do autor, não há apontamentos quanto aos “direitos sociais”, isto é, direito à educação, trabalho, salário justo, saúde ou aposentadoria (Gomides, 2015, p. 26-27).

A construção dessa perspectiva de cidadania passiva e tinha o propósito de legitimar o regime militar e fomentar uma narrativa oficial patriótica (Gomides, 2015, p. 166). Nesse sentido, o livro didático *Compendio de Instrução Moral e Cívica* (Figura 7), de Plínio Salgado, publicado em 1965, antes da implementação da disciplina, em 1969, apresentava preceitos conservadores que não entraram em conflito com os princípios ideológicos que embasaram os

programas curriculares da disciplina de Educação Moral e Cívica desenvolvidos na década de 1970.

FIGURA 7 – CAPA DO *COMPENDIO DE INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA* DE PLÍNIO SALGADO



FONTE: SALGADO, Plínio. Compêndio de Instrução Moral e Cívica. São Paulo: editora FTD, 1965.

Na sua primeira edição, a obra tinha as dimensões de 21,00 cm x 13,00 cm, era grampeado e de capa mole, cartonada. A capa cinza possui no centro uma flor branca, com quatro listras de cores, amarelo, verde e branco. Com o total de 150 páginas, o livro era divido em três partes, sendo respectivamente: Fundamentos Morais, Interpretação da História e Formação do Espírito Cívico. O livro é totalmente teórico, não possuindo exercícios ou qualquer ação pedagógica. Possui poucas ilustrações e não fornece nenhuma referência.

Na literatura, até onde se pôde verificar, o livro *Compendio de Instrução Moral e Cívica* (1965) ainda não foi analisado em si, na sua historicidade própria, e sim no contexto da disciplina de EMC. O exemplar encontrado no Instituo de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto foi consultado diversas diversa vezes, inclusive anos antes da implementação

da disciplina de EMC, como é possível observar na ficha de empréstimo contida no livro (Anexo III).[19]

No prólogo de seu livro, Plínio Salgado, deixa claro que o seu receptor é a juventude e atribui a ela, uma enorme responsabilidade, enfatizando que ela deve ser a força motriz para a perpetuação e o engrandecimento do país. Ele espera que os jovens brasileiros estejam cientes de sua importância e de seu papel crucial na história e no desenvolvimento da nação.

> A juventude é o penhor mais da Pátria! Dela, somente dela, depende uma Nação. Juventude sem ideal é Pátria, sem continuidade, sem memória, para recordar as glórias do passado, nem força para realizar a grandeza nacional em luminoso porvir, Bendita seja, pois a Mocidade Brasileira, que desperta e caminha e sonha e luta, na plenitude da consciência de seu dever e da sua missão histórica (Salgado, p. 01, 1965).

Há também outro elemento no *Compendio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado (1965) enunciado neste prólogo: um apelo ao passado que deve ser glorificado e um chamado ao presente para construir um novo futuro, uma "missão histórica". Esta dimensão está presente na narrativa do livro, sobretudo na sua segunda parte intitulada "Interpretação da História", onde é trabalhado conceitos como pátria e nação, os vultos históricos, noções de democracia, e a formação da nacionalidade brasileira.

Eliana Dutra de Freitas (1999) em seu artigo *Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado* buscou compreender como líder fascista Plínio Salgado representou o Brasil e o homem brasileiro em suas obras, incluindo o *Compendio de Instrução Moral e Cívica*. Sua conclusão é que seu quadro referencial para a definição de Povo/Nação é o romantismo, que imprimi esta nostalgia do passado pré-capitalista.

> A idéia da necessidade de uma volta às origens, da valorização do passado e da importância da sua decifração, tão cara ao ideário romântico de diferentes matizes, está posta, de acordo com a reflexão de Plínio Salgado, na possibilidade de descoberta da interioridade dos indivíduos e dos povos, imprescindíveis para a definição de sua identidade. Esse culto do tempo e da história é revelado em toda a sua transparência não só nas páginas do seu *Despertemos a Nação*, particularmente em *A Anta e o Curupira*, mas também no seu *Compêndio de Educação Moral e Cívica*, com a afirmação de que o entendimento do processo de formação da nacionalidade brasileira passa pela diversificação das palavras País, Pátria e Nação. Isto porque nas nações surgidas depois dos descobrimentos portugueses e espanhóis, a sua formação teria obedecido a diferentes escalas do processo psicológico. Primeiro a impressão da terra, das paisagens, e de suas riquezas, vegetais animais e minerais, isto é o que define o País e compõe o solo comum (De Freitas Dutra, p. 6, 1999).

---

[19] A digitalização da ficha de empréstimo contida no livro *Compendio de Instrução Moral e Cívica* de Plínio Salgado (1965), consultado no Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, se encontra em ANEXO III

Este movimento de entrelaçamento do passado com o presente e futuro é frequente nos livros de EMC. Segundo Gomides (2019), havia uma grande preocupação com a memória dos jovens brasileiros

> [...] a preocupação com a memória desses jovens e compreendemos que esta deveria se relacionar a um passado glorioso da nação, de grandes homens e fatos importantes para a pátria, ou seja, uma memória construída de cima para baixo, a partir de uma história oficial – algo condizente com o período e sua historiografia (p.07).

No entanto, a obra de Plínio Salgado não se destacou como a única iniciativa de produzir livros direcionada à formação moral e cívica da juventude antes da implementação da disciplina de EMC. Sua publicação ocorreu em um contexto marcado por intensos debates e disputas sobre essa temática. Essas discussões espelhavam conflitos mais amplos relacionados ao papel da escola na construção e do ensino da política, da moral e do civismo entre os jovens.

A disciplina de Educação Moral e Cívica possui raízes que remontam ao período do Império e da Primeira República, desempenhando, posteriormente, um papel significativo durante a Era Vargas, cuja influência se estendeu até o ano de 1946, quando foi retirada dos currículos escolares. Em cada um desses contextos históricos, a disciplina foi instrumentalizada para atender aos interesses políticos vigentes, refletindo as demandas e ideologias da época.

Na efervescência dos anos 1960, emerge uma discussão sobre a educação política dos brasileiros, que se reflete na implementação da disciplina de Organização Social Político Brasileira (OSPB). Esta disciplina surge com o propósito de proporcionar conhecimentos sobre as instituições políticas do país e fomentar o exercício da cidadania. Paralelamente manifestava-se um renovado clamor pela reintrodução da disciplina de Educação Moral e Cívica, como veremos a seguir, marcando um ponto de inflexão na percepção de sua relevância no panorama educacional e social

A primeira regulamentação elaborada sobre a formação moral e cívica pelo Conselho Federal de Educação (CFE) ocorreu em 1962. Nesse contexto, estabeleceu-se a prática educativa voltada para tal propósito. Contudo haviam setores da sociedade que advogavam pela necessidade de uma disciplina específica de moral e civismo. O Conselho Federal de Educação opunha-se a essa proposta, sustentando que tais valores deveriam ser absorvidos de maneira orgânica a partir do ambiente social dos estudantes, a educação moral e cívica deveria permear todo o convívio escolar, todas as disciplinas (Filgueiras, 2006).

Mesmo no contexto da ditadura civil-militar o CFE continuou com a posição contrária da transformação da Educação Moral e Cívica em uma disciplina, com um conteúdo programático. De acordo com Filgueiras (2006, p. 39), em 1964, D. Cândido Padim, relator do

parecer n° 117[20], sublinhou a suficiência da disciplina OSPB para a formação cívica dos estudantes. Ele fundamentou sua posição na convicção de que a construção da moralidade e do civismo nos alunos estava intimamente ligada ao ambiente em que estavam inseridos e se desenvolviam, seja na escola, na família ou na comunidade em geral, tendo apoio dos demais conselheiros.

Em 1966, o discurso do então ministro da Guerra Costa e Silva na Exposição de Motivos R. P. – 180 (uma minuta destinada ao presidente Castelo Branco) trouxe uma nova abordagem para a Educação Moral e Cívica, sob a perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Desenvolvida principalmente pela Escola Superior de Guerra, a DSN é uma estratégia geopolítica que enfatiza a segurança interna como fundamental para proteger o Estado contra ameaças percebidas como subversivas, especialmente durante a Guerra Fria.

Princípios e conceitos dessa doutrina foram incorporados em diversas legislações e medidas adotadas pelo regime militar, como o Decreto-Lei nº 314/68, que estabeleceu a Lei de Segurança Nacional.

Nadia Gaiofatto Gonçalves (2011) em seu artigo *Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na Ditadura Civil-Militar: Estratégias e a Educação* analisou o Manual da Escola Superior de Guerra, que possui uma relevância imprescindível para conhecer melhor a DSN, que a partir do Golpe Civil/Militar passou a ser política ideológica do Estado Brasileiro. A autora buscou compreender qual seria as representações da Educação concebida pela doutrina desta instituição. Segundo a autora

> A Educação está presente nas diretrizes Doutrinárias da ESG, mas não como a responsável principal pelo Desenvolvimento. A partir de uma representação mais sistêmica, a Educação e a escola eram reconhecidas como relevantes, tanto para o fortalecimento do Desenvolvimento e da Segurança Nacional desejadas, na medida em que contribuiriam para a preparação de mão de obra e para a difusão de valores e atitudes que auxiliassem na legitimação do governo [...] As estratégias previstas e utilizadas pelos governos militares, contemplavam valores e aspirações da população, como forma de fortalecer sua legitimidade. Isso não significa que tenha sido apreendida de forma automática ou em sua totalidade, nem de maneira homogênea em todos os locais (Gonçalves. 2011, p. 16).

No manual da Escola Superior de Guerra (ESG)[21] há descrições operações realizáveis que poderia ser feito na Segurança Interna, como a Operação Psicológica que se tratava de uma

---

[20] O parecer 171 trata-se de uma resposta ao pedido das entidades cívicas femininas pela reintrodução do ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas secundárias (Filgueiras, 2006).

[21] Criada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) absorveu, ao longo de sua história, influências de diversas tradições militares e acadêmicas internacionais, como a americana, a francesa e a alemã, para desenvolver sua própria identidade e missão dentro da sociedade brasileira. Foi estabelecida como uma instituição de ensino superior voltada para a formação de altos quadros militares e civis, com o objetivo de promover estudos e pesquisas sobre questões estratégicas e de segurança nacional.

ação preventiva, baseada principalmente na propaganda, na promoção da DSN, dentro desta lógica estava a disciplina de EMC, como um destes instrumentos da Operação Psicológica

> Não é difícil perceber como essas Operações foram utilizadas durante a ditadura civil-militar, seja por meio de campanhas, sob o mote da Copa do Mundo, de todo o controle e cerceamento dos meios de comunicação, entre outros. O Manual orienta o uso de uma idéia-força (ou idéia-apelo), "elemento capaz de influenciar e mesmo persuadir o público-alvo no sentido do cumprimento da missão psicológica" (p.318), como desenvolvimento e nacionalismo. Conforme o público-alvo, um simples slogan pode ser suficiente – como "Ninguém segura este País" (p.319) – ou pode ser necessário um planejamento mais sutil. Dessa forma, a propaganda é um importante instrumento desse tipo de Operação (Gonçalves, 2011, p. 6).

Segundo Filgueiras (2006, p. 5), para ESG "era necessário o ensino nas escolas de valores morais e cívicos, como forma de defender a população contra a propaganda inimiga, para preservar a segurança nacional"

Portanto, em 1967 teremos outra iniciativa relevante para a formação moral e cívica no Brasil, no contexto da ditadura civil-militar: a publicação da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, encomendada pelo Ministério da Educação, organizada por uma figura vinculada ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)[22], o Padre Fernando Bastos de Ávila. Segundo Filgueiras (2006, p. 46), a divulgação desse trabalho evidenciava a inclinação para a estruturação disciplinar dos conhecimentos que seriam empregados no ensino da moral e civismo.

Caio Fernando Barbosa (2021) indica em sua tese *Fazendo-os obedecer: moralidade, educação e trabalho nas políticas do IPES para a juventude brasileira durante a Guerra Fria*, que os intelectuais conservadores ligados ao IPES, exerceram um papel significativo na formulação de políticas voltadas para as juventudes, incluindo a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica no ensino médio e Estudos dos Problemas Brasileiros nas universidades, durante o golpe de 1964 e a subsequente ditadura civil-militar. Esses intelectuais também influenciaram a reforma universitária de 1969 e promoveram uma abordagem educacional centrada nos negócios. Estes sujeitos eram vinculados a diversos grupos e instituições como: ESG das Forças Armadas do Brasil, a Igreja Católica, a Liga de Defesa Nacional, a Associação Brasileira de Escoteiro. Segundo o autor, os projetos de formação da

---

[22] Fundado em 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) foi uma organização criada por empresários, militares e intelectuais conservadores que apoiaram o golpe de 1964. Atuou produzindo propaganda anticomunista e influenciando a opinião pública, tendo papel decisivo na derrubada de João Goulart.

juventude brasileira formulados pelo IPES foram absorvidos parcialmente pela ditadura civil-militar. Barbosa (2021 p. 17) acrescenta que o projeto:

> [...] ia além do estabelecimento da agenda moralista como um critério relevante na censura, ou como arma de demonização de inimigos. Ao analisar os debates em que esses intelectuais estavam envolvidos, identifiquei que a ideias de moralidade, orientada pelo patriarcalismo, heteronormatividade, sobriedade, obediência e o trabalho como ferramenta educativa, estiveram presente nas ideias de modernização usadas para produzir políticas públicas no período, especialmente políticas voltadas para a educação de jovens. Promoveu-se tais políticas com o objetivo de integrar o Brasil a certa modernidade, capitalista, patriarcal e cristã, cujo modelo era os Estados Unidos da América.

Embora a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* não fosse necessariamente um livro escolar, o livro se tornou uma referência para os manuais e EMC. De dimensões 24,05 cm x 19,00 cm, a sua capa (Figura 8) expressa bem seu design gráfico interno. Há ilustrações em alguns verbetes, quadros, reproduções fotografia, a cor é o amarelo.

FIGURA 8 – CAPA DA *PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO*

FONTE: AVILA, Fernando Bastos de. Pequena enciclopédia de moral e civismo. Rio de Janeiro, 1967.

A *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* foi produzida para ser obra de referência e fonte de consulta para professores, contribuindo para a formação da juventude brasileira. Sua primeira edição data de 1967 e a segunda edição é de 1972, momento em que a disciplina de EMC já fazia parte do currículo oficial das escolas (Filgueiras, 2006).

> A grande maioria dos livros didáticos analisados citam em sua bibliografia o livro Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, do Padre Fernando Bastos de Ávila. [...] O prefácio da segunda edição acrescenta que a enciclopédia auxiliaria os novos professores da disciplina de EMC, além de servir de base para a produção de textos sobre Educação Moral e Cívica. A Enciclopédia era considerada pela CNMC, pelo CFE e pelo próprio Ministro da Educação – Jarbas Passarinho, como a obra de referência principal para a disciplina, com a definição dos conceitos relacionados à moral e ao civismo (Filgueiras, 2006, p. 131-132).

A sua publicação foi envolta de polêmicas, censura, e um desfecho importuno para o Padre Fernando Bastos de Ávila que a organizou. Para Barbosa (2021), o episódio que envolve a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* representa um ponto de virada, que o autor chama de "militarização do debate moral" em detrimento da influência católica neste assunto. As controvérsias ilustram também a atmosfera autoritária que estava gradualmente se construindo no país no final da década 1960.

A polêmica não era pelo conteúdo dos verbetes, pois eles representavam "uma boa síntese do que pensavam os setores ilustrados brasileiros, professores universitários e professoras universitárias, industriais, setores intermediários da igreja, bem como as classes mais altas do extrato social" (Barbosa, 2021, p. 196). De fato, o cerne da questão residia na mera existência de determinados verbetes, como "comunismo", "marxismo", "aborto". Mesmo que nestes caso a posição do autor fosse anti-comunista, antimarxista e antibortista.

Esses elementos presentes na *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* foram determinantes para sua avaliação como subversiva e seu subsequente veto, sendo atendido pelo então presidente do Conselho Federal de Educação, Celso Kelly, que abriu uma Comissão de Inquérito para avaliar a obra, vetando sua distribuição (Barbosa, 2021, p. 196).

A *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* foi relançada um mês depois da suspenção, após o parecer positivo da Comissão de Inquérito, sem nenhuma censura dos verbetes. A Comissão de Inquérito foi composta pelos professores José Barreto Filho, Raimundo Moniz de Aragão e o General Moacir Araújo Lopes.

O padre Fernando Bastos de Ávila foi excluído do relançamento de sua própria obra, o que gerou sua indignação. Além disso, sua revolta foi intensificada ao descobrir que a obra estava acompanhada de um parecer no formato de encarte. Este encarte[23], consistia em uma reprodução do parecer emitido pela Comissão de Inquérito específica, instituída no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de analisar a obra em questão, a qual fora considerada subversiva.

---

[23] O encarte de aprovação da obra *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, se encontra em Anexo IV

Em seu primeiro tópico é descrito que “o texto da Pequena enciclopédia de educação Moral e Cívica está conforme às aspirações democráticas e tradições cristãs do povo brasileiro, com uma sistematização particular [...]”. Mais à frente é justificada a apreciação da qual a obra foi submetida, havia “certa predominância de fundo sociológico e político dos verbetes e no desenvolvimento de muitos deles, em detrimento do aspecto filosófico pedagógico”. No ano seguinte, em 1968, deu-se início a outra iniciativa neste sentido, sendo criado o concurso para um *Guia de Civismo*.

Em sua dissertação, *“Vençamos o subdesenvolvimento!”: o Guia de civismo de Diniz Almeida do Valle (1968-1971)*, Raquel Carapello (2022) analisou a constituição deste concurso. A ideia de um *Guia de civismo* emergiu de uma interseção de pensamentos e debates entre diversos intelectuais atuantes em diferentes esferas da sociedade. Entre os espaços onde suas ideias encontravam eco estavam revistas como *a Revista MEC* e publicações voltadas para o meio militar, como a Revista *A Defesa Nacional*.

Esses intelectuais não apenas discutiam o tema do civismo, mas também abordavam uma ampla gama de assuntos relacionados à sociedade e à política. Suas reflexões eram disseminadas através de várias formas de comunicação, incluindo palestras, cursos e publicações em periódicos especializados e editorações oficiais (Carapello, 2022).

Contudo, o lugar mais significativo na trajetória desses, intelectuais (os militares, especificamente) foi a já citada Escola Superior de Guerra, onde muitos deles estudaram, trabalharam e colaboraram em projetos conjuntos.

A ESG serviu como um catalisador para o desenvolvimento e disseminação de ideias sobre civismo e outros temas relevantes para a sociedade. Assim, a concepção de um guia de civismo reflete o resultado desses debates e colaborações entre os diversos pensadores ligados à instituição e às suas redes de influência (Carapello, 2022).

Diversos escritores do Brasil escreveram obras para o concurso e as colocações foram as seguintes: Paulo Silva de Araújo e Cel. Diniz Almeida do Valle, em 1. ° lugar; Maria Terezinha Tourinho Saraiva e Dr. Ciro Vieira da Cunha, em 2. ° lugar; Major Hélio Casatle da Conceição, em 3. ° lugar. Contudo, a obra vencedora, a de Paulo Silva de Araújo e Cel. Diniz Almeida do Valle, só veio a ser publicada três anos após o concurso em 1971. Contudo o edital do *Guia de Civismo* foi uma das fontes para elaboração do programa curricular elaborado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo em 1970.

Portanto, é latente o fato de que houve mobilizações por parte de militares, intelectuais, instituições, movimentos sociais e políticos para a implementação da Educação Moral e Cívica como disciplina escolar. A sua implementação e a produção de livros para subsidiar estes

saberes tiveram a participação de diversos setores da sociedade, não se limitando apenas aos militares.

Contudo, o último parecer sobre os programas curriculares para essa disciplina só foi emitido em fevereiro de 1971, o parecer 171, elaborado pelo CFE. Os debates acerca da reintrodução nos currículos permearam toda a década de 1960, refletindo as tensões e aspirações da sociedade brasileira da época. Essas discussões, marcadas por diferentes visões sobre a formação cívica e moral dos jovens, ocorreram em um contexto de transformações políticas e sociais significativas.

Retomando a discussão sobre as obras elencadas, ressalta-se que a obra de Plínio Salgado, o *Compendio de Instrução Moral e Cívica,* já adiantava alguns preceitos ideológicos que estariam presentes nos livros didáticos de EMC na década de 1970. Em termos de seu conteúdo, Gomides (2015) destaca conceitos como: civismo, nacionalismo exacerbado, fundamentalismo religioso e ideológico, preceitos identificados pela autora como fundamentos da disciplina de EMC. E que se fazem presente no *Compendio* e o caracteriza seu conteúdo como conservador. O lema "Deus, Pátria e Família", slogan partido Integralista do qual ele era líder e fundador, o Partido Integralista, expressa bem a tônica do discurso presente nas páginas de seu *Compendio.*

Já a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo,* organizada pelo Padre Fernando Bastos de Ávila, apesar dos imbróglios envolvendo a sua alegada neutralidade, refletia, em certa medida, uma inclinação em favor dos valores cristãos tradicionais, uma postura explícita de anticomunismo e uma orientação alinhada com concepções político-econômicas liberais em muitos de seus verbetes (Barbosa, 2021).

Por outro lado, o *Guia de Civismo*, elaborado durante a ditadura, foi pensado como uma ferramenta educacional que visava promover valores cívicos e morais entre os jovens fortemente baseado na DSN. Além de enfatizar o patriotismo e a lealdade ao governo militar, o *Guia de Civismo* também buscava destacar a importância da obediência às autoridades e do respeito às instituições estabelecidas (Carapello, 2023). Seu edital junto com a constituição de 1967 foram as referências para o programa curricular elaborado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (Filgueiras, 2006).

Essas iniciativas refletiam a tentativa de determinados setores da sociedade em moldar a moralidade e civismo da juventude brasileira, utilizando a educação como uma ferramenta para promover os valores e ideais do governo autoritário. As disciplinas escolares são moldadas por e para os contextos sociais e políticos nos quais estão inseridas, refletindo e influenciando as relações de poder e os valores dominantes da sociedade.

Como assinala Chervel (1990), as disciplinas escolares constituem um papel relevante no fenômeno de aculturação de massa. Viñao Frago (2008, p. 204) argumenta que as disciplinas escolares são entidades dinâmicas, "organismos vivos" e contextuais, que evoluem, se transformam, interagem e competem entre si, elas também podem ser vistas "como campos de poder social e acadêmico, de um poder a disputar. De espaços onde se entre mesclam interesses e atores, ações e estratégias" (Frago, p. 204, 2008).

Pudemos evidenciar, que antes mesmo da disciplina de EMC ser uma realidade nas escolas brasileiras, já circulava nelas objetos culturais que carregavam os valores e saberes considerados como legítimos e necessários para o novo regime instituído. Contudo, a implementação da disciplina enfrentou problemas na sua implementação, além de contar com dois programas curriculares distintos, um elaborado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo e outra pelo Conselho Federal de Educação.

Goodson (1997) nos ensina que o currículo não deve ser entendido como um elemento neutro ou isolado. Pelo contrário, ele deve ser concebido como parte integrante de uma situação complexa e carregada de significados. O currículo emerge no âmago de uma construção social e é, ele mesmo, uma construção social. Isso significa que o currículo reflete e é moldado por valores, interesses e relações de poder presentes na sociedade.

Filgueiras (2006) demonstra os embates institucionais e políticos que marcaram a implementação da Educação Moral e Cívica no período da ditadura civil-militar, destacando a tensão entre o CFE e a CNMC. Ao compreender o currículo dessa forma, é possível entender melhor as disputas pelo controle do conteúdo e da forma de ensino

> O Conselho Federal de Educação impossibilitou a execução de praticamente todos os projetos referentes à EMC até 1968. Somente em 1969, após as manifestações de 1968 e com o AI-5, os conselheiros não conseguiram mais impedir a sua implantação, mas modificaram seu programa curricular e incentivaram a prática educativa da Educação Moral e Cívica. Posteriormente, foi possível observar a tensão presente entre os dois órgãos responsáveis diretos pela disciplina: o Conselho Federal de Educação e a Comissão Nacional de Moral e Civismo. Estes dois órgãos entraram em diversos conflitos ao tentar afirmar o lugar que ocupavam no processo de decisão sobre a Educação a Educação Moral e Cívica. Essa correlação de forças tornou-se visível principalmente por meio dos diversos pareceres e decisões dos dois órgãos. O CFE defendia que a EMC fosse ensinada em todos os momentos da vida escolar, não necessariamente em uma disciplina específica. A CNMC reforçava a intenção da disciplina, com conteúdos, horários de aula, exercícios e avaliações (p. 187-188).

Os dois currículos possuem diferenças perceptíveis. O Decreto-Lei 869/69 instituiu a obrigatoriedade da disciplina, em pelo menos duas séries no 1º grau e uma série do curso de 2º

grau. Cabia às escolas a instituição das horas/aulas da disciplina, sendo no mínimo uma hora/aula por semana.

> Os Subsídios/70 da CNMC expõem temas muito próximos às definições da ESG e a Doutrina de Segurança Nacional. Enfatiza a preocupação ideológica - de alerta contra o perigo comunista -, e reforça a necessidade de a EMC ser disciplina, com aulas informativas e exposição dos conteúdos. O programa n° 94/71, do CFE se diferencia ao priorizar discussões em torno das questões pedagógicas, ao buscar estabelecer conteúdos e atividades relacionados ao desenvolvimento dos alunos, com preocupações metodológicas de ensino e aprendizagem (Filgueiras, p. 62, 2006).

A CNMC, em seu programa de 1970, enfatizava a formação de hábitos morais e cívicos que fortalecessem valores permanentes e espirituais, alinhados com tradições cristãs e a luta contra ideologias materialistas. Seu foco incluía a promoção da religião como base da moralidade e civismo, visando preparar os estudantes para participar ativamente do desenvolvimento do país (Filgueiras 2006).

Por outro lado, o CFE, com seu Parecer n° 94/71, adotou uma abordagem mais ampla e não confessional da Educação Moral e Cívica. Priorizou a formação de cidadãos conscientes, solidários e responsáveis, aptos a contribuir para uma sociedade democrática. Seu programa enfatizava a prática educativa e a vivência da cidadania, utilizando métodos como instituições extraclasse e o Centro Cívico Escolar para simular experiências democráticas (Filgueiras 2006).

O currículo do CFE define melhor o que deve ser ensinado mais para cada série, neste sentido se destacava por sua abordagem estruturada e progressiva, adaptada para atender às necessidades educacionais e ao desenvolvimento dos alunos em diferentes estágios escolares.

> A principal diferença nos programas curriculares encontra-se nos conteúdos para o 2º grau. Enquanto a CNMC propõe um programa semelhante ao do 1º grau, voltado para conhecimento dos valores morais, para a religião, para a exaltação à Pátria e o conhecimento da estrutura política, social e econômica do país, o CFE estabelece um currículo voltado para o estudo da realidade brasileira e seus problemas. O enfoque é o país, seus problemas e metas, e sua relação com o Mundo [...] O programa para o 2º grau do CFE pressupõe que os estudantes já adquiriram a formação moral básica no 1º grau, e com base nessa formação começariam conhecer os problemas do país, para pensar sobre suas soluções (Filgueiras, p. 87-88, 2006).

Portanto, Filgueiras (2006) afirma que ambos os programas concordavam na importância de ensinar valores éticos e cívicos, mas divergiam quanto à ênfase religiosa e ao contexto político-ideológico. Enquanto a CNMC buscava reforçar valores tradicionais e combater ameaças percebidas ao *status quo*, o CFE propunha uma educação moral mais inclusiva e adaptada aos princípios de uma suposta democracia em desenvolvimento.

Essas diferenças refletem as disputas ideológicas da época e as tentativas de moldar a educação para atender a diferentes visões de moralidade e cidadania em um contexto político conturbado.

1.2 OS LIVROS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: SEUS ASPECTOS COMUNS E SINGULARES

Se existiam livros antes do Decreto-Lei 869/69, será mesmo em 1970 que teremos o maior número de publicações destinados a disciplina, incluindo o livro que é fonte e objeto desta dissertação, a obra *Educação Moral e Cívica* e *Política* de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos (1971). Neste sentido, os livros discutidos nessa sessão, quatros no total (Quadro 2) são aqueles que foram lançados em 1970, ou em 1971, e reeditados ao longo dos anos ou não, contemporâneos à obra de Michalany e Ramos e que tiveram como referência o programa curricular elaborado para CNMC.

QUADRO 2 – LIVROS DE EMC SELECIONADOS PARA A ANÁLISE

Título	Autor	Editora	Ano	Estado
Educação Moral e Cívica	Benedicto de Andrade	Editôra Atlas S.A	1971	São Paulo
Educação Moral, Cívica e Política	Rubens Ribeiro dos Santos	Editôra Monumento S.A	1971	São Paulo
Educação Moral e Cívica	Otto Costa, Felipe N. Moschini, José C. Paixão	Editora do Brasil S.A	1971	São Paulo
Construindo o Brasil	G.Galache; F. Zanuy; Mª. T. Pimentel	Edições Loyola	1971	São Paulo

FONTE: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados apresentados até o momento.

Para além das questões político-ideológicas, as políticas de livro didático moldaram a produção, publicação e circulação desses materiais nas décadas de 1960 e 1970. Nesse período, as concepções acerca dos livros didáticos mudaram. O livro não era mais apenas para o professor, passava agora a também se direcionar para o aluno.

Portanto, os livros didáticos passaram a mediar a relação entre professores e alunos, com alterações em sua elaboração e produção. A distribuição gratuita de livros e a diminuição de sua vida útil aumentaram as vendas, especialmente durante a ditadura civil-militar, que implementou reformas educacionais significativas.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, as políticas para o livro didático foram moldadas por duas importantes políticas educacionais: a COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) e a FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar), ambas criadas para melhorar o acesso dos estudantes a materiais didáticos de qualidade, respondendo às recomendações da UNESCO e às necessidades do novo público escolar.

A COLTED, instituída pelo Ministério da Educação em parceria com a Usaid (*United States Agency for International Development*) e a indústria de livros didáticos, visava estimular a produção privada e melhorar a qualidade dos materiais escolares. Através de uma política de

assessoria, compra e distribuição de livros, garantiu um mercado para as editoras, mas exigiu a reformulação dos manuais reprovados por avaliações rigorosas realizadas por especialistas do MEC e educadores do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Apesar de sua eficácia inicial em ampliar a indústria editorial, a COLTED foi extinta em 1971, sendo substituída por processos de coedição que permitiram o crescimento definitivo do mercado de livros didáticos. (Filgueiras, 2015)

Por outro lado, a FENAME surgiu como uma reorientação da Campanha Nacional de Material de Ensino dos anos 1950, com o governo federal assumindo a produção de livros didáticos para atender efetivamente alunos sem condições financeiras e em localidades distantes. A FENAME produzia e distribuía livros diretamente, competindo com editoras privadas e forçando a redução dos preços no mercado. Seus autores eram docentes de cursos tradicionais e novos cursos de formação inicial, refletindo uma disputa interna no MEC sobre discursos educacionais (Filgueiras, 2015).

> A intervenção do Estado na produção dos livros didáticos desde 1966, com a COLTED, e em 1967 com a FENAME, e os acordos de co-edição com as editoras possibilitam compreender também porque as editoras responderam tão rapidamente a demanda por livros didáticos de EMC. Acrescente-se a esses dados o fato da iminência da implantação da disciplina. Em 1967, a FENAME já lançava a Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, organizada pelo Padre Fernando Bastos de Ávila e, em 1968 o MEC organizava um concurso para a escolha de um guia cívico para o ensino médio. É possível supor que as editoras já estavam preparadas para produzir livros de Educação Moral e Cívica (Filgueiras, p. 101, 2006).

Décio Gatti Júnior (2005) aborda o crescimento e a transformação da indústria editorial de livros didáticos no Brasil, concentrando-se nos anos que marcaram sua transição de uma produção mais artesanal para um modelo industrial. Ele argumenta que as grandes editoras que dominaram o mercado no final do século XX iniciaram suas atividades significativamente durante os anos 1970, período de um *boom* editorial. Essas editoras não apenas se adaptaram às novas demandas e tecnologias da época, mas também foram beneficiadas pela política distributiva do Estado e pela crescente demanda da população por materiais educacionais mais acessíveis e de melhor qualidade.

Este é o caso da Editora do Brasil, que se destacou no mercado editorial, beneficiando-se da expansão da rede de ensino e das mudanças legislativas, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1961 e a Lei nº 5692 de 1971. A editora colaborou com programas governamentais como a COLTED, recebendo investimentos significativos. O parque gráfico da editora, inaugurado em 1971, foi um marco de sua capacidade industrial, permitindo uma produção massiva de livros (Braghini, 2013).

O período entre 1971 e 1973 foi o auge da Editora do Brasil, com uma produção intensa de livros didáticos. A editora manteve seu compromisso com os valores de moral e civismo, alinhando-se às diretrizes do regime militar. O apoio de figuras importantes como o presidente da CNMC, Geraldo Bezerra de Menezes, reforçou a posição da editora.

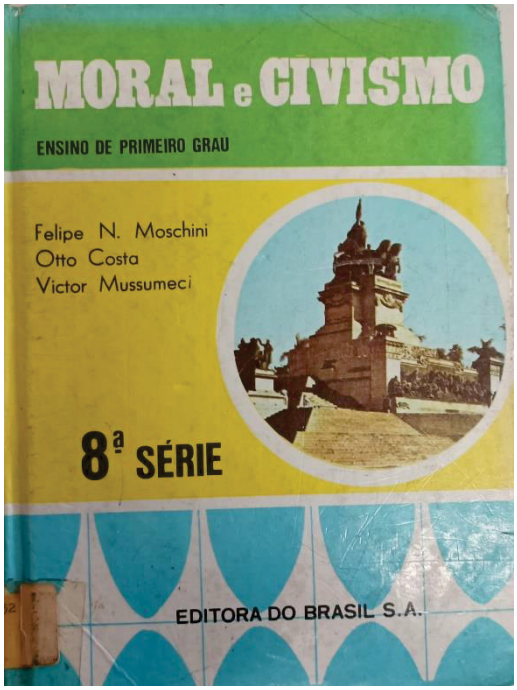
> Nos anos 1960, período de competitividade empresarial, os diretores da Editora do Brasil passaram a não se valer somente da aceitação dos seus produtos e do marketing proposto para eles. Isso foi somado a outras possibilidades de arrolamento de capital e elevação do status da empresa, tais como: a obtenção de vantagens no campo da produção do conhecimento; benefícios das políticas governamentais; e liberdade na promoção, para as escolas de ensino médio do país, de valores culturais que os atrelavam ao regime instituído em 1964. Isso demonstrou que houve uma ampliação do inventário de possibilidades de crescimento da marca, mas também evidenciou um esforço, direto e indireto, em se manter ao lado do regime militar (Braghini, p.153, 2013).

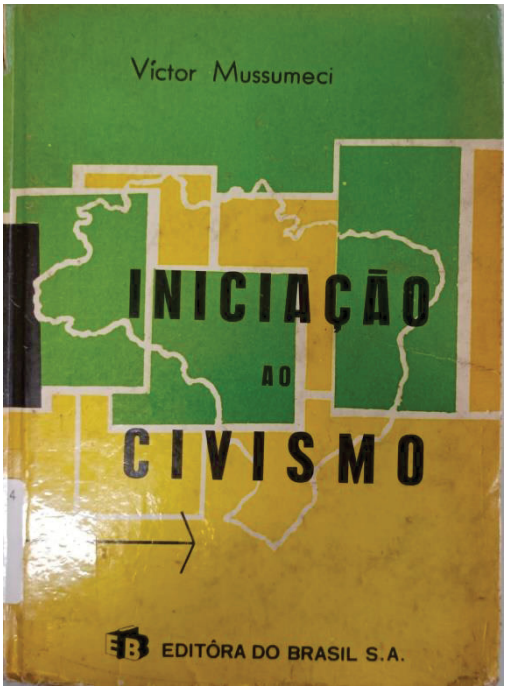
Portanto, como pontua Filgueiras (2006), a Editora do Brasil foi a que mais produziu livros didáticos de Educação Moral e Cívica. Este fato é constatado no acervo da biblioteca do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, onde há uma grande variedade de livros de EMC da Editora do Brasil (Figura 9 e 10).

FIGURA 9 – *MORAL E CIVISMO* DA EDITORA BRASIL S.A DO INSTITUO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO

Fonte: COSTA, Otto; MOSCHINI, Felipe N.; MUSSUMECI, Victor. (s/d). Moral e Civismo. 2º, 3º, 4º vol. São Paulo: Editora do Brasil. 5ª edição.

FIGURA 10 – LIVROS *MORAL E CIVISMO* (PARA A 8ª SÉRIE DO 1º GRAU), E *INICIAÇÃO AO CIVISMO*





FONTE: COSTA, Otto; MOSCHINI, Felipe N.; MUSSUMECI, Victor. (s/d). Moral e Civismo, 8ª série. São Paulo: Editora do Brasil. 4ª edição ; MUSSUMECI, Victor. (s/d). Iniciação ao Civismo Víctor Mussumeci Editora do Brasil, São Paulo.

Por outro lado, os livros didáticos de Educação Moral e Cívica, produzidos, publicados e disseminados nas escolas durante a ditadura civil-militar, constituem, de certo modo, um lugar de memória de um processo formativo de um período particularmente tumultuado na história recente do Brasil: a formação moral e cívica.

A dissertação de André Luiz Onghero (2007), *Moral e Civismo nos Currículos das Escolas do Oeste Catarinense: Memórias de Professores*, fornece uma visão detalhada sobre os diferentes usos dos livros de Educação Moral e Cívica durante a ditadura civil-militar no Brasil. Nas entrevistas, os professores relataram uma diversidade de abordagens e práticas pedagógicas em relação ao uso desses materiais.

Seu estudo indica as obras utilizadas pelos relatos dos professores: *Estudo Dirigido de Educação Moral e Cívica* de Avelino Antonio Correa, *Educação Moral e Cívica* por Gleuso Damasceno Duarte, e *Educação Moral e Cívica volume 2* de Elian Alabi Lucci, *Educação Moral e Cívica: introdução à cidadania* por Antônio Xavier Teles, *e Educação Moral e Cívica para uma geração consciente* por Gilberto Vieira Cotrim (Onghero. p. 100, 2007).

Alguns professores relataram que os livros didáticos de EMC eram recebidos no início do ano letivo e serviam como a principal fonte de conteúdo para suas aulas. Os professores entrevistados por Onghero (2007) relataram a partir de suas memórias, que esses livros continham os conteúdos organizados de maneira sequencial, facilitando o planejamento e a

execução das aulas. Para esses professores, os livros didáticos proporcionavam uma estrutura clara e prática, tornando o trabalho docente mais simples e direto, pois o material estava pronto para ser ensinado.

Outros professores, no entanto, adotavam abordagens mais flexíveis e criativas. Em alguns casos, eles utilizavam os livros didáticos apenas como um guia ou um recurso adicional, complementando o ensino com materiais próprios ou atividades que incentivavam a reflexão crítica e o debate entre os alunos (Onghero, 2007).

Essa prática incluía a elaboração de apostilas, a utilização de textos de revistas como *Mundo Jovem* e a adaptação dos conteúdos para atender melhor às necessidades e contextos específicos dos alunos. Além disso, havia professores que preferiam não seguir rigidamente o programa oficial dos livros didáticos, optando por desenvolver suas próprias estratégias de ensino e adaptar os conteúdos para torná-los mais relevantes e significativos para os alunos. Essas adaptações incluíam atividades práticas, discussões sobre questões políticas e sociais contemporâneas e a promoção de uma educação voltada para a formação cidadã e crítica (Onghero, 2007).

Essas diferentes abordagens revelam que, embora os livros didáticos de EMC fossem uma ferramenta central no ensino da disciplina durante a ditadura, os professores exerciam uma considerável autonomia na forma de utilizá-los, adaptando-os conforme suas pedagogias e objetivos educacionais. Essas práticas demonstram uma variedade de maneiras pelas quais os professores integravam os conteúdos de EMC em suas aulas, refletindo uma gama de interpretações e implementações da disciplina em diferentes contextos escolares.

Contudo, a historiografia frequentemente tratou esses artefatos como coadjuvantes de uma outra história, a história da disciplina de Educação Moral e Cívica. Nesse sentido, existe um padrão de análise desses livros que se concentra principalmente em seu conteúdo e suas pretensões. Primeiramente, elabora-se uma interpretação da disciplina de diversas formas, considerando sua doutrina, selecionando certos parâmetros, conceitos e bases de análise. Só depois dessa etapa é que se passa a analisar os livros. No entanto, essa análise é sempre realizada com o intuito de compreender a disciplina em si. Assim, a análise dos livros divide espaço com a análise mais detalhada de outras fontes, como os programas curriculares, atas escolares, entrevistas com professores e documentos relativos às doutrinas que fundamentaram a ideologia da disciplina, entre outros.

Dessa forma, embora exista um movimento comum de análise, há também uma heterogeneidade nessas pesquisas, cada uma abordando um aspecto discursivo das narrativas contidas nesses artefatos.

Esse movimento, de certa maneira, homogeneíza os livros didáticos de Educação Moral e Cívica, tratando-os como partícipes de um mesmo discurso e objetivo, alinhados com a política ideológica da ditadura civil-militar, o que não deixa de ser um dado relevante, contudo, muito circunscrito numa análise que busca desvendar apenas os objetivos ideológicos, não examinando outros aspectos das obras.

Dentre as pesquisas que analisaram livros didáticos a que mais se destaca é a já citada dissertação de Mestrado de Juliana Miranda Filgueiras, orientada por Kazumi Munaka: *A Educação Moral e Cívica e sua Produção Didática: 1969-1993*. Seu trabalho é monumental pois a autora catalogou e classificou mais de sessenta livros didáticos. Analisou sua materialidade, índice, prefácios, investigou a história de algumas editoras. Filgueiras (2006) de certa maneira, constatou a heterogeneidade destes livros em sua análise. Ao abordar sobre os autores, Filgueiras (2006) explana que:

> Esses autores interpretaram os programas para a disciplina de modos diversos. Compreenderam inclusive o significado de uma Educação Moral e Cívica de formas distintas, expondo conceitos diferentes dos oficiais ou, até mesmo, deixando de expor determinados conteúdos nos livros didáticos (p. 103).

Contudo, na sua pesquisa o livro não é o objeto de estudo, mas sim, uma fonte para se compreender melhor a instituição da disciplina de EMC, neste sentido, ele terá seu protagonismo apenas em seu quinto capítulo.

Tanto por conta do lugar que os livros didáticos de EMC ocuparam na sua pesquisa, quanto do volume de livros catalogados, há livros que se quer foram analisados ou feita quaisquer observações, como no caso do livro analisado aqui neste capítulo a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Rubens Ribeiro dos Santos. No caso da obra de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos (1971), Filgueiras (2006) fez apenas duas observações na sua análise.

O estudo de Filgueiras (2006) destaca importantes diferenças na estrutura e abordagem de diversos livros didáticos. Ela observa que, em geral, os livros apresentam índice, prefácio e capítulos, mas chama atenção para uma exceção notável nos livros da Editora do Brasil, que frequentemente não incluem nenhum tipo de prefácio ou apresentação.

Portanto, Filgueiras (2006) divide os livros didáticos em cinco grupos: os de textos explicativos, seguidos de vocabulários, resumos e atividades; os que apresentam trabalham com a dinâmica de grupo como centro das atividades; os que propõem atividades de estudo dirigido e instruções programadas; os que intercalam em seus capítulos texto, ilustrações e exercícios, testes, preencher lacunas; e o os livros não consumíveis.

Entre os livros analisados estão obras como os volumes de Costa, Moschini e Mussumeci (s/d), Andrade (1974), Barbosa (1971), Oliveira (1970), Schimidt (1971), Teles (1971), Garcia (1971), Correa (1976a, 1979, 1983), Brito e Gomes (1974), entre outros.

> Em relação aos capítulos, sua estrutura e atividades, observam-se alguns padrões: inicialmente livros sem imagens e ilustrações, somente textos explicativos, acompanhados de exercícios de memorização. Grande parte desses livros eram das Editoras do Brasil e Itamaraty. Ainda no início dos anos 1970, aparecem os livros que propõem a técnica de dinâmica de grupo, o estudo dirigido e as instruções programadas. Os livros dos últimos anos de 1970, até meados dos anos 1980, intercalam texto, ilustrações e exercícios. Apresentam muitos exercícios de caça palavras, assinalar verdadeiro ou falso, decifrar os símbolos, testes de múltipla escolha, etc. O último grupo de livros são os não-consumíveis publicados em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, que apresentam textos ilustrados, temas para "pensar", leituras complementares e priorizam os exercícios para serem feitos no caderno, que intercalam questões de interpretação e reflexão, e exercícios de memorização (Filgueiras, p. 111, 2006).

A autora também divide os autores em quatro grupos: educadores, religiosos, membros do Exército e autores que se tornariam profissionais. Toda catalogação é arbitrária, e envolve processos de escolhas. Para Filgueiras (2006), Douglas Michalany foi colocado no grupo dos militares, mas facilmente poderia estar no grupo de escritores profissionais e educadores. Contudo, argumentamos aqui que a principal atribuição e catalogação que se possa fazer dos autores da obra *Educação Moral, Cívica e Política* da editora Michalany é a de historiadores. Iremos abordar estas questões mais à frente.

Acerca dos conteúdos, Filgueiras (2006) percebeu a predominância de três grandes temas que se subdividem: **Civismo**, **Estado Brasileiro** e **Moral** (Quadro 3)

QUADRO 3 – TEMAS FREQUENTES NOS CONTEÚDO DOS LIVROS DE EMC

Civismo	Estado Brasileiro	Moral
Cidadania	Trabalho e Trabalhador	Religião
Patriotismo	Formação do povo Brasileiro	Família
Nacionalismo	Realidade Brasileira	

FONTE: Quadro elabordado pelo autor com base em Filgueiras, 2006.

Como a *Pequena Enciclopédia de Educação Moral e Cívica* do Padre Fernando Bastos de Ávila (1967) foi a principal referencial citada na maioria das obras de EMC, e uma obra recomendada pelo Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, como obra de referência, a autora fez o exercício de comparar os preceitos colocados sobre esses conceitos na *Pequena Enciclopédia* com os livros analisados.

Outra livro importante, discutido nessa sessão é a obra *Construindo o Brasil* (1971) de Galache, Pimentel e Zanuy (1971). Segundo Filgueiras (2006) a disciplina de EMC possuía dupla missão: construir tanto o Brasil quanto o homem brasileiro. Para eles, o

desenvolvimento econômico só seria viável acompanhado de um progresso social e humano paralelo. Defendiam que a EMC não deveria ser apenas uma disciplina teórica, mas uma prática educativa vivencial, enfatizando a participação ativa dos alunos em debates e atividades grupais para aprenderem as virtudes morais e cívicas na prática (Filgueiras, 2006).

Esta é a orientação pedagógica presente no livro inteiro. Os autores também criticavam tanto o comunismo quanto o capitalismo liberal, propondo uma democracia social onde o Estado interviesse para promover o bem comum e regular questões socioeconômicas, como a redistribuição de riquezas e a proteção dos interesses coletivos (Filgueiras, 2006)

Filgueiras (2006) ressalta a importância dada pelos autores Galache, Pimentel e Zanuy (1971) à cidadania ativa e do comprometimento dos jovens na construção de uma sociedade mais justa e humana, como forma de evitar influências subversivas e promover um convívio social harmonioso baseado na cooperação e solidariedade. De certa forma a obra denunciava as desigualdades sociais existente no país. Suas ideias refletiam uma preocupação com o ensino de valores éticos e com a formação de uma consciência supostamente crítica e engajada, essencial para o desenvolvimento integral da nação brasileira no contexto desafiador da época.

A obra *Construindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971) se destaca em relações ademais por conte de sua materialidade. De dimensões 21,30 cm x 13,30 cm o livro era totalmente ilustrado e possuía também fontes coloridas para destacar citações, exercícios e títulos. Sua capa (Figura 11) é emblemática, carregada de simbolismo relacionados aos preceitos da DSN.

FIGURA 11– CAPA E CONTRA CAPA DO LIVRO *CONSTRUINDO O BRASIL* DA EDITORA LOYOLA

FONTE: GALACHE, G; PIMENTEL, Maria T.; ZANUY, F. 1971. Construindo o Brasil. Educação moral, cívica e política. 1º ciclo e colegial. São Paulo: Edições Loyola. 2ª edição revisada.

A ilustração da capa, desenhada pelo Guilherme Valpéteris, atende aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, assim como o seu título em verde contrastados pelo dourado, que remete ao binômio segurança e desenvolvimento. “Construindo o Brasil” em conjunto, harmoniosamente, onde cada homem ocupa seu papel na sociedade para chegar ao bem comum, o desenvolvimento e concretização do Brasil Potência.

O Estado, promotor deste desenvolvimento, é representado por um monumento, o prédio do planalto central. À sua frente, outra instituição cara a tradição brasileira, catolicismo e a moral cristã, representado pela Basílica de Brasília. A Bandeira do Brasil ao fundo, abaixo do título da obra, completa este design gráfico cheio de simbolismo que, aliado ao discurso presente nas orelhas do livro, no prefácio, e na introdução, convoca os leitores para a missão engrandecedora de desenvolver a pátria.

Na contracapa há espaços para uma promoção das obras didáticas da Edições Loyola. A capa possui um indício das estratégias da Edições Loyola de suas obras. Esse espaço é aproveitado para promover outros livros didáticos. O livro possui a seguinte estruturação, folha de rosto, índice, um prefácio (escrito pelo Padre Fernando Bastos de Ávila, autor da *Pequena Enciclopédia*), introdução e os capítulos. A obra é dívida em cinco partes: 1ª Visão Democrática do Homem, com nove subcapítulos, 2ª Visão das Sociedades com dez subcapítulos, 3ª Visão do Brasil com cinco subcapítulos, 4ª Visão de Deus e do Mundo com cinco subcapítulos e por fim,

a 5ª parte O mundo unido com dois subcapítulos. Não há no livro nenhum anexo e nem espaço para as referências bibliográficas.

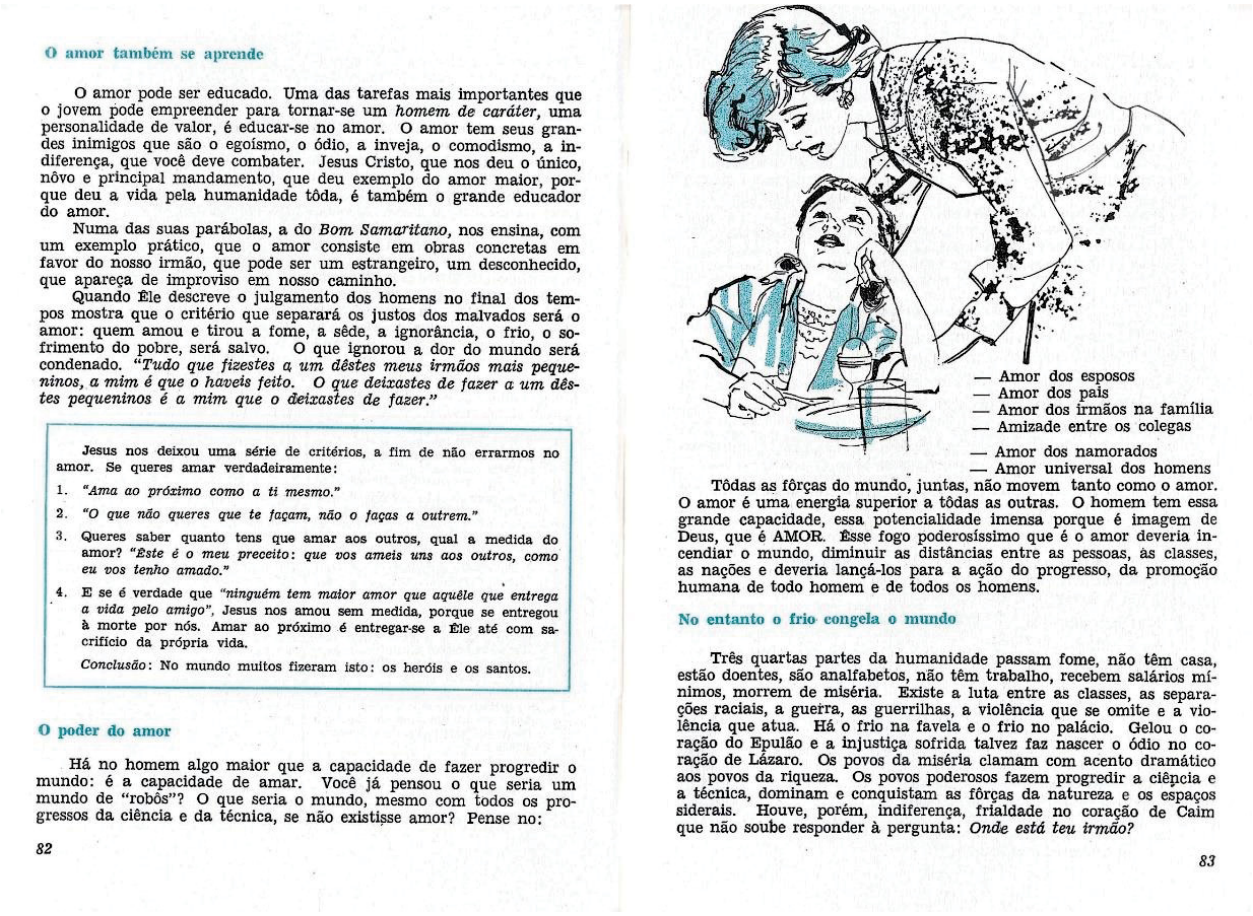
O livro *Construindo o Brasil* segue a lógica dos grupos de livros catalogado por Filgueiras (2006) como aqueles que utilizam a dinâmica de grupo com centro das atividades. Portanto a lógica da sua organização se dá pela seguinte forma: Texto que aborda o tema estudado, segmentado em subcapítulos com suas subseções, acompanhado de quadros, organogramas ou imagens, recursos gráficos em geral, citações de poemas, ou músicas, trechos de livros, e por fim as atividades que são: questionário, debate e os exercícios. A navegação do livro, sua paginação é a margem da direita o número dos capítulos aparecerem maiores inseridas num quadro rosa ou azul.

O livro também possui duas orelhas onde há um texto escrito pelos editores descrevendo e promovendo a obra, destacando que

> Os autores testaram a matéria com estudantes das séries ginasiais e das primeiras do curso cientifico, tendo tirado dessa experiência não só valiosas sugestões de forma e conteúdo mas também da certeza de que realizaram uma obra didaticamente adequada a alunos dentro deste limite de idades (Galache, Pimentel & Zanuy, Orelha do livro, 1971).

De todos os livros didáticos de EMC, a obra *Construindo Brasil* é a que possui uma diagramação mais sofisticada. Há quadros, ilustrações, fotocópias, organogramas, além de ser colorido, com os títulos dos capítulos e das seções em azul ou rosa, com trechos também destacados em cores. Esta estrutura combina (Figura 12) texto e elementos gráficos de forma organizada e atraente. Isso ajuda a criar um material didático mais eficaz e visualmente interessante.

FIGURA 12 – ILUSTRAÇÕES DA OBRA CONSTRUINDO O BRASIL



O amor também se aprende

O amor pode ser educado. Uma das tarefas mais importantes que o jovem pode empreender para tornar-se um *homem de caráter*, uma personalidade de valor, é educar-se no amor. O amor tem seus grandes inimigos que são o egoísmo, o ódio, a inveja, o comodismo, a indiferença, que você deve combater. Jesus Cristo, que nos deu o único, nôvo e principal mandamento, que deu exemplo do amor maior, porque deu a vida pela humanidade tôda, é também o grande educador do amor.

Numa das suas parábolas, a do *Bom Samaritano*, nos ensina, com um exemplo prático, que o amor consiste em obras concretas em favor do nosso irmão, que pode ser um estrangeiro, um desconhecido, que apareça de improviso em nosso caminho.

Quando Êle descreve o julgamento dos homens no final dos tempos mostra que o critério que separará os justos dos malvados será o amor: quem amou e tirou a fome, a sêde, a ignorância, o frio, o sofrimento do pobre, será salvo. O que ignorou a dor do mundo será condenado. *"Tudo que fizestes a um dêstes meus irmãos mais pequeninos, a mim é que o haveis feito. O que deixastes de fazer a um dêstes pequeninos é a mim que o deixastes de fazer."*

Jesus nos deixou uma série de critérios, a fim de não errarmos no amor. Se queres amar verdadeiramente:

1. *"Ama ao próximo como a ti mesmo."*
2. *"O que não queres que te façam, não o faças a outrem."*
3. Queres saber quanto tens que amar aos outros, qual a medida do amor? *"Êste é o meu preceito: que vos ameis uns aos outros, como eu vos tenho amado."*
4. E se é verdade que *"ninguém tem maior amor que aquêle que entrega a vida pelo amigo"*, Jesus nos amou sem medida, porque se entregou à morte por nós. Amar ao próximo é entregar-se a Êle até com sacrifício da própria vida.

Conclusão: No mundo muitos fizeram isto: os heróis e os santos.

O poder do amor

Há no homem algo maior que a capacidade de fazer progredir o mundo: é a capacidade de amar. Você já pensou o que seria um mundo de "robôs"? O que seria o mundo, mesmo com todos os progressos da ciência e da técnica, se não existisse amor? Pense no:

82

— Amor dos esposos
— Amor dos pais
— Amor dos irmãos na família
— Amizade entre os colegas
— Amor dos namorados
— Amor universal dos homens

Tôdas as fôrças do mundo, juntas, não movem tanto como o amor. O amor é uma energia superior a tôdas as outras. O homem tem essa grande capacidade, essa potencialidade imensa porque é imagem de Deus, que é AMOR. Êsse fogo poderosíssimo que é o amor deveria incendiar o mundo, diminuir as distâncias entre as pessoas, às classes, as nações e deveria lançá-los para a ação do progresso, da promoção humana de todo homem e de todos os homens.

No entanto o frio congela o mundo

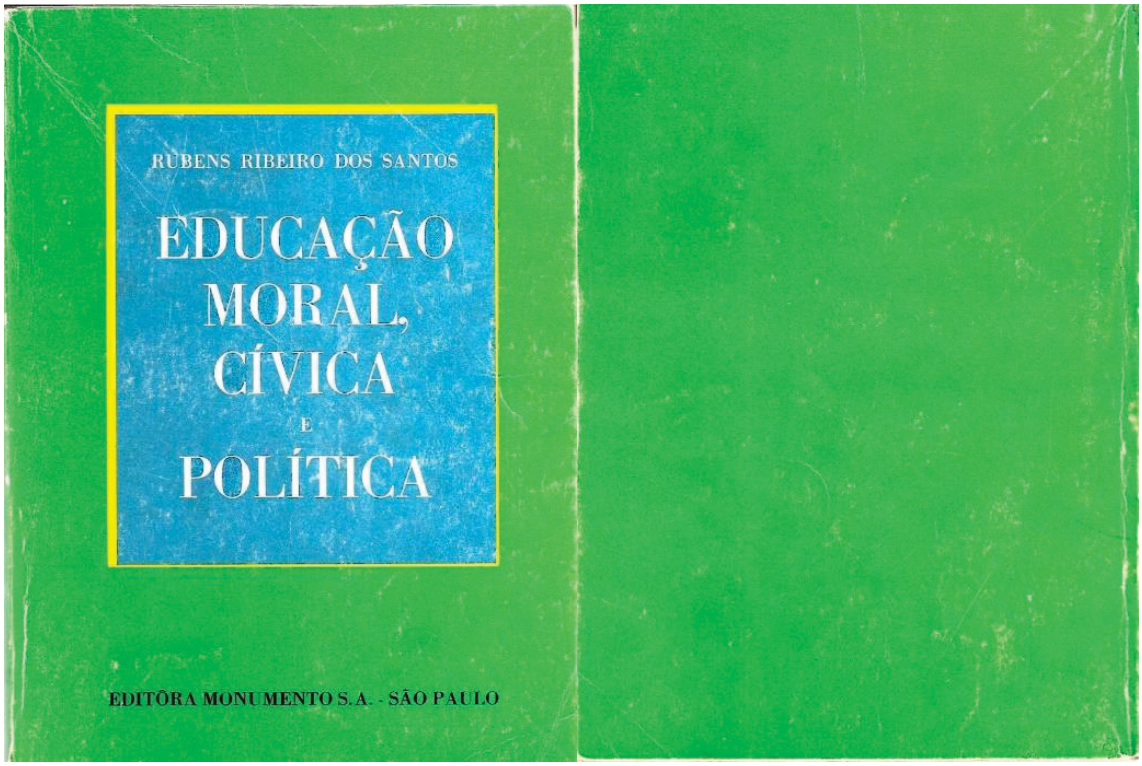
Três quartas partes da humanidade passam fome, não têm casa, estão doentes, são analfabetos, não têm trabalho, recebem salários mínimos, morrem de miséria. Existe a luta entre as classes, as separações raciais, a guerra, as guerrilhas, a violência que se omite e a violência que atua. Há o frio na favela e o frio no palácio. Gelou o coração do Epulão e a injustiça sofrida talvez faz nascer o ódio no coração de Lázaro. Os povos da miséria clamam com acento dramático aos povos da riqueza. Os povos poderosos fazem progredir a ciência e a técnica, dominam e conquistam as fôrças da natureza e os espaços siderais. Houve, porém, indiferença, frialdade no coração de Caim que não soube responder à pergunta: *Onde está teu irmão?*

83

FONTE: GALACHE, G; PIMENTEL, Maria T.; ZANUY, F. 1971. Construindo o Brasil. Educação moral, cívica e política. 1º ciclo e colegial. São Paulo: Edições Loyola. 2ª edição revisada.

Se por um lado a obra *Construindo o Brasil* dentro da nossa amostragem de livros de EMC representa o livro didático mais sofisticado em termos de design e diagramação, a obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) de Rubens Ribeiro dos Santos, da Editora Monumento, é a mais modesta. Capa simples (Figura 13) e com nenhum recurso gráfico no livro inteiro, é o único aqui analisado a não possuir nenhuma ilustração ou reprodução de fotografia.

FIGURA 13 – CAPA E CONTRA CAPA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MONUMENTO



FONTE: SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumento, 1971.

Mesmo a capa sendo simples, o simbolismo permanece, se traduz pela escolha das cores do fundo, verde, e o quadro onde se insere o nome do autor e o título da obra, azul com bordas amarelas, uma clara referência as cores da bandeira do Brasil. O livro de Santos (1970) é o menor do nosso quadro de amostras, tendo as dimensões 17,40 cm x 13 cm. O seu papel é de qualidade mais baixa comparado aos demais.

Djair Lázaro de Almeida (2009) em sua tese *Educação Moral e Cívica na ditadura militar: um estudo de manuais didáticos*, analisou vinte livros didáticos de EMC, com o intuito de compreender seu papel na formação de posturas de consentimento e de consonância com a Ditadura. Sua pesquisa adota como referencial metodológico de análise o materialismo dialético, pelas perspectivas historicistas de Antonio Gramsci. Dentre as obras analisadas, se encontra a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1971). Almeida (2009) assume que há uma certa singularidade nos livros didáticos de EMC, contudo, o que busca compreender é o discurso hegemônico, requerido para o bloco histórico no poder. Para Almeida (2009), os manuais didáticos de EMC são suportes disseminadores do pensamento ideológico militar, por tanto nos fornecem pistas quanto aos projetos educacionais da ditadura, como Mobral, EMC, Projeto Minerva.

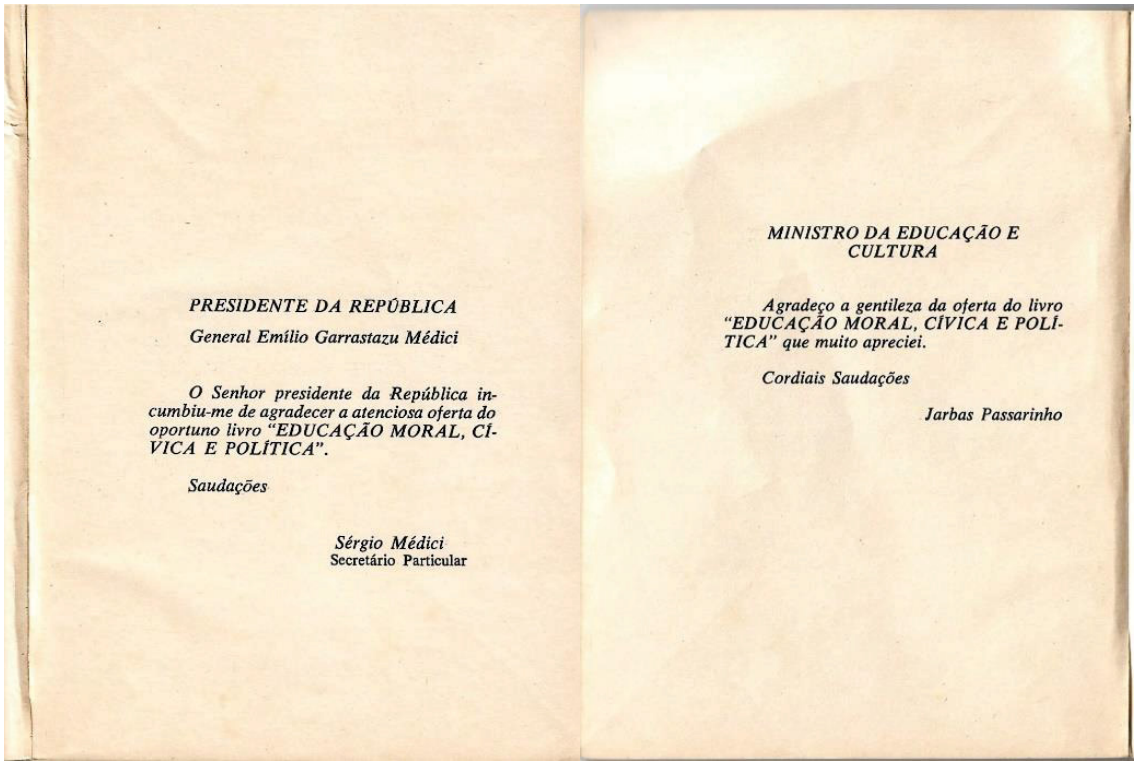
> Neste sentido, Almeida (2009) identifica o binômio segurança e desenvolvimento, relativos a Ideologia de Segurança Nacional, como a espinha dorsal da ideologia da disciplina. Doutrina aparentemente com princípios humanísticos, que tem como bem comum a síntese da convivência humana. Neste sentido, nos livros, inculca-se atitudes conformistas, uma vontade para um único projeto, o desenvolvimento da Nação, "a doutrina tenta atrelar as aspirações individuais aos interesses e aspirações do estado (Almeida, p17, 2009).

Almeida (2009) espelha os conteúdos contidos nos livros didáticos de EMC com os símbolos e slogans da época, como "Ninguém segura este país" e "Este é um país que vai para frente", que também expressavam as ideias de desenvolvimento e progresso. No entanto, Almeida (2009) argumenta que essas mensagens contrastavam com a realidade política e econômica do estado, onde a elite tecnocrática civil e militar manipulava políticas que privilegiavam uma minoria vinculada ao capital multinacional. Essa estratégia, segundo o autor, desviava a atenção da maioria da população, que era atraída pela promessa de um "Brasil Grande", enquanto na prática muitos eram marginalizados ou instrumentalizados para interesses específicos do poder estabelecido.

Para o Almeida (2009) a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1971) reflete os ideais do programa da "Revolução de 1964", enfatizando a integração nacional e a promoção de princípios democráticos, direitos individuais e a liberdade, contrastando com a exclusão dos considerados "pseudobrasileiros". O manual propõe uma educação moral e civismo para promover o bem-estar social, baseado em valores como responsabilidade, solidariedade e ordem, concebidos para fortalecer a coesão social e a harmonia sob um estado intervencionista.

Há na obra de Santos (1971) uma peculiaridade que aproxima da obra de Michalany e Ramos (1971): elogios de autoridades militares (Figura 14). Contudo, Santos (1971) sai na frente de Michalany Ramos (1971) por possuir figuras ilustres que endereçaram aprovação acerca do livro, como o Presidente/Ditador da época, General Emílio Garrastazu Médici e o então ministro da educação, Jarbas Passarinho.

FIGURA 14 – FELICITAÇÕES DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971)



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

General Emílio Garrastazu Médici

O Senhor presidente da República incumbiu-me de agradecer a atenciosa oferta do oportuno livro "EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA".

Saudações

Sérgio Médici
Secretário Particular

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Agradeço a gentileza da oferta do livro "EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA" que muito apreciei.

Cordiais Saudações

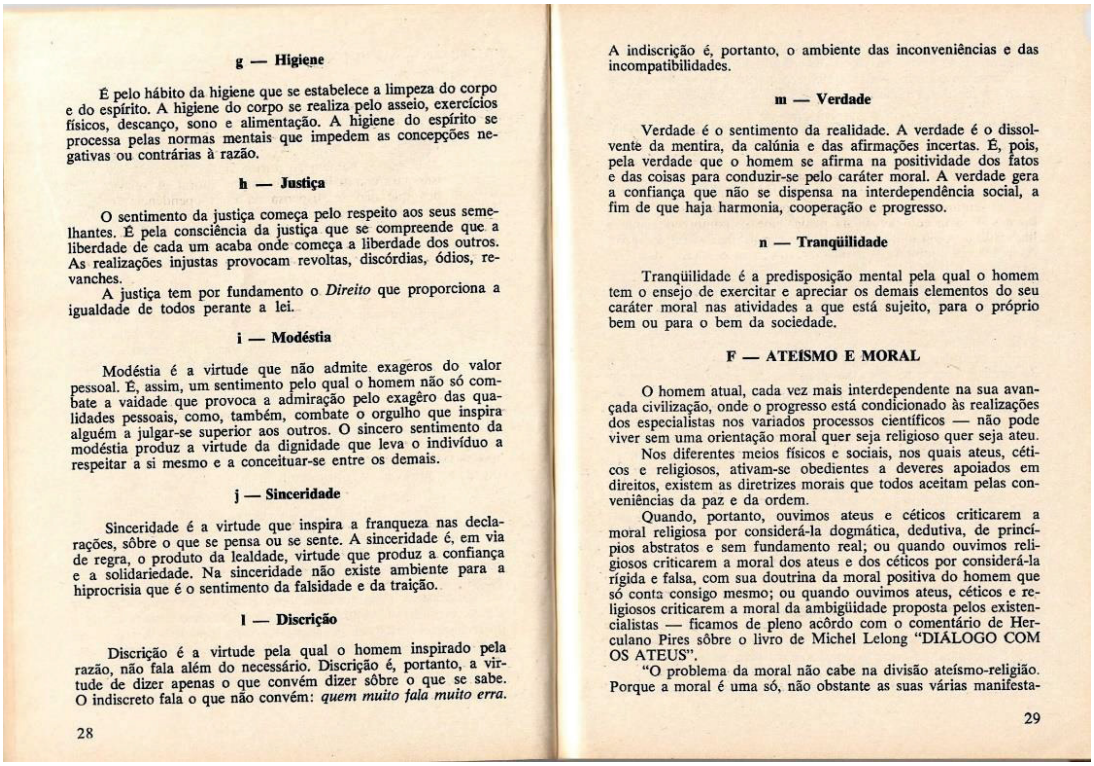
Jarbas Passarinho

FONTE: SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumento, 1971.

Apresentamos este elemento de antemão pois faz parte de sua organização material, após o contato com a capa e folha de rosto, o leitor se depara com estes agradecimentos que podem servir como recursos legitimadores de livro didático de Santos (1971), após estas páginas o leitor chega a sua introdução. Logo, há outra carta, esta endereçado pelo Ministério do Exército.

Por fim, o leitor chega ao índice, que organiza o conteúdo em três partes *Educação Moral*, subdivido em 15 subcapítulos, *Educação Cívica*, subdivido em quatro subcapítulos e a terceira parte, *Educação Política*, divido em três subcapítulos. Os Subcapítulos são textos devidos por parágrafos, de diagramação comum, margens. Contudo, por vezes ele é divido por tópicos, e estes, também as vez, são divididos por sub-tópicos. Os capítulos são identificados com algarismos romanos, os capítulos com letras maiúsculas, os tópicos com letras minúsculas e os sub-tópicos com números. O livro também não possui anexos ou qualquer referência a obras consultadas. O livro é inteiramente explicativo (figura 15), sem exercícios.

FIGURA 15 – ORGANIZAÇÃO INTERNA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971)



g — Higiene

É pelo hábito da higiene que se estabelece a limpeza do corpo e do espírito. A higiene do corpo se realiza pelo asseio, exercícios físicos, descanço, sono e alimentação. A higiene do espírito se processa pelas normas mentais que impedem as concepções negativas ou contrárias à razão.

h — Justiça

O sentimento da justiça começa pelo respeito aos seus semelhantes. É pela consciência da justiça que se compreende que a liberdade de cada um acaba onde começa a liberdade dos outros. As realizações injustas provocam revoltas, discórdias, ódios, revanches.

A justiça tem por fundamento o *Direito* que proporciona a igualdade de todos perante a lei.

i — Modéstia

Modéstia é a virtude que não admite exageros do valor pessoal. É, assim, um sentimento pelo qual o homem não só combate a vaidade que provoca a admiração pelo exagêro das qualidades pessoais, como, também, combate o orgulho que inspira alguém a julgar-se superior aos outros. O sincero sentimento da modéstia produz a virtude da dignidade que leva o indivíduo a respeitar a si mesmo e a conceituar-se entre os demais.

j — Sinceridade

Sinceridade é a virtude que inspira a franqueza nas declarações, sôbre o que se pensa ou se sente. A sinceridade é, em via de regra, o produto da lealdade, virtude que produz a confiança e a solidariedade. Na sinceridade não existe ambiente para a hiprocrisia que é o sentimento da falsidade e da traição.

l — Discrição

Discrição é a virtude pela qual o homem inspirado pela razão, não fala além do necessário. Discrição é, portanto, a virtude de dizer apenas o que convém dizer sôbre o que se sabe. O indiscreto fala o que não convém: *quem muito fala muito erra.*

28

A indiscrição é, portanto, o ambiente das inconveniências e das incompatibilidades.

m — Verdade

Verdade é o sentimento da realidade. A verdade é o dissolvente da mentira, da calúnia e das afirmações incertas. É, pois, pela verdade que o homem se afirma na positividade dos fatos e das coisas para conduzir-se pelo caráter moral. A verdade gera a confiança que não se dispensa na interdependência social, a fim de que haja harmonia, cooperação e progresso.

n — Tranqüilidade

Tranqüilidade é a predisposição mental pela qual o homem tem o ensejo de exercitar e apreciar os demais elementos do seu caráter moral nas atividades a que está sujeito, para o próprio bem ou para o bem da sociedade.

F — ATEÍSMO E MORAL

O homem atual, cada vez mais interdependente na sua avançada civilização, onde o progresso está condicionado às realizações dos especialistas nos variados processos científicos — não pode viver sem uma orientação moral quer seja religioso quer seja ateu.

Nos diferentes meios físicos e sociais, nos quais ateus, céticos e religiosos, ativam-se obedientes a deveres apoiados em direitos, existem as diretrizes morais que todos aceitam pelas conveniências da paz e da ordem.

Quando, portanto, ouvimos ateus e céticos criticarem a moral religiosa por considerá-la dogmática, dedutiva, de princípios abstratos e sem fundamento real; ou quando ouvimos religiosos criticarem a moral dos ateus e dos céticos por considerá-la rígida e falsa, com sua doutrina da moral positiva do homem que só conta consigo mesmo; ou quando ouvimos ateus, céticos e religiosos criticarem a moral da ambigüidade proposta pelos existencialistas — ficamos de pleno acôrdo com o comentário de Herculano Pires sôbre o livro de Michel Lelong "DIÁLOGO COM OS ATEUS".

"O problema da moral não cabe na divisão ateísmo-religião. Porque a moral é uma só, não obstante as suas várias manifesta-

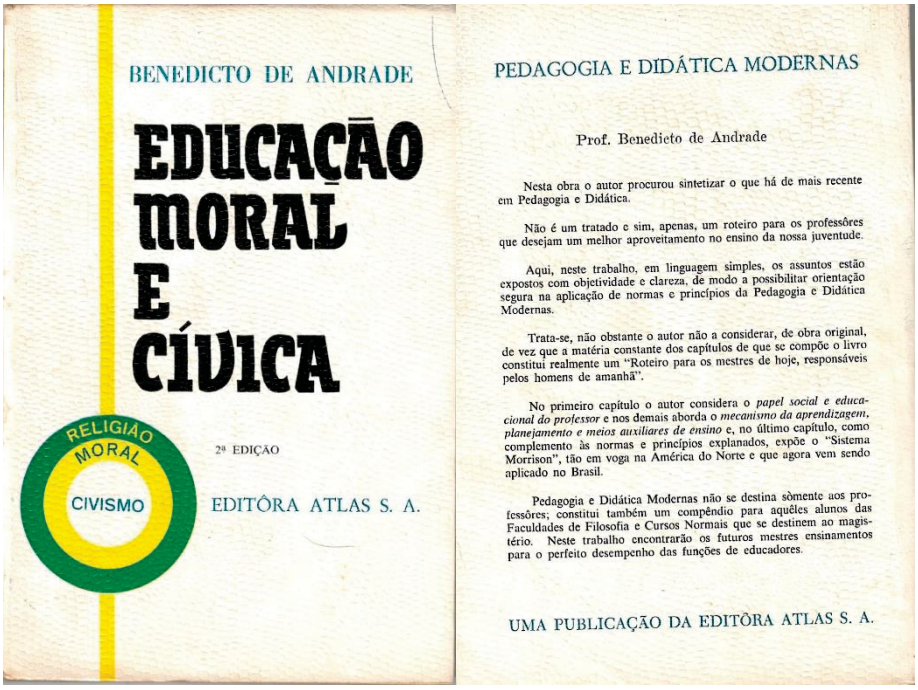
29

FONTE: SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumental, 1971.

Outra obra privilegiada nesta sessão é a de Benedicto de Andrade intitulada *Educação Moral e Cívica* (1971), que se encontra em um meio termo entre a obra de Santos e de Galache, Pimentel e Zanuy (1971).

Não é totalmente ilustrada e com um diagramação sofisticada quanto da obra *Contruindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971), como também não é tão modesta e vazia de figuras, fotocópias e ilustrações como a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1970). Suas dimensões são as mesmas da obra de Michalany e Ramos, 21,00 cm x 13,00 cm. Uma capa simples (Figura 16), com textura de couro, mas que também remete aos simbolismo patriótico, característica recorrente nos livros didáticos de EMC, com um selo em cores verdes e amarelo e os dizeres "Religião, Moral e Civismo".

FIGURA 16 – CAPA E CONTRA CAPA DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA* DE ANDRADE (1971)



FONTE: ANDRADE, Benedito de. 1971. Educação Moral e Cívica. São Paulo, Editora Atlas. Curso médio. 2ª edição Revista e aumentada.1971

A Editora Atlas, assim como a Edições Loyola, também aproveitou sua contracapa para promover seus trabalhos, no caso a divulgação da obra do próprio autor Benedicto de Andrade: *Pedagogia e Didática Moderna*. A obra possui orelhas, onde se encontra uma explanação dos editores sobre a obra e comentários elogiosos ao General Professor Benedicto de Andrade (1971)[24].

A obra de Benedicto de Andrade foi analisada por Daniele Gusmão (2018) em sua dissertação de mestrado *Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de educação moral e cívica (1969-1986).* Gusmão (2018), entende os livros didáticos de Educação Moral e Cívica como suportes disseminadores de padrões de civilidade, do caráter de um brasileiro idealizado.

Para Gusmão (2018) os livros didáticos de EMC "estavam mais para uma educação do comportamento do que para uma educação do conhecimento, pois sua finalidade era condicionar os alunos dentro de um perfil de homem almejado pela sociedade" (p. 76).

---

[24] "A qualidade de educador e ex-professor da Academia Militar das Agulhas Negras, forja de patriotismo e civismo de nossa juventude militar, permitiu ao autor dar à exposição da matéria um cunho altamente patriótico, onde são realçados os valores morais e cívicos do bom cidadão" (Andrade, 1971)

Na análise de Gusmão (2018) sobre a obra de Benedicto de Andrade (1971), destaca-se que o autor delineia o conceito de homem civilizado brasileiro como aquele que adota bons hábitos, reverencia os símbolos nacionais e demonstra atos de cortesia, defesa, abnegação e heroísmo. Andrade (1971) propõe seis categorias de valores essenciais, incluindo valores úteis, vitais, lógicos, estéticos, éticos e religiosos, fundamentais para o desenvolvimento moral e cívico dos indivíduos (Gusmão, 2018). Andrade (1971) enfatiza que o bom cidadão deve participar ativamente na vida do Estado, exercendo direitos políticos e cumprindo deveres morais e cívicos, essenciais para a coesão social e o progresso da pátria.

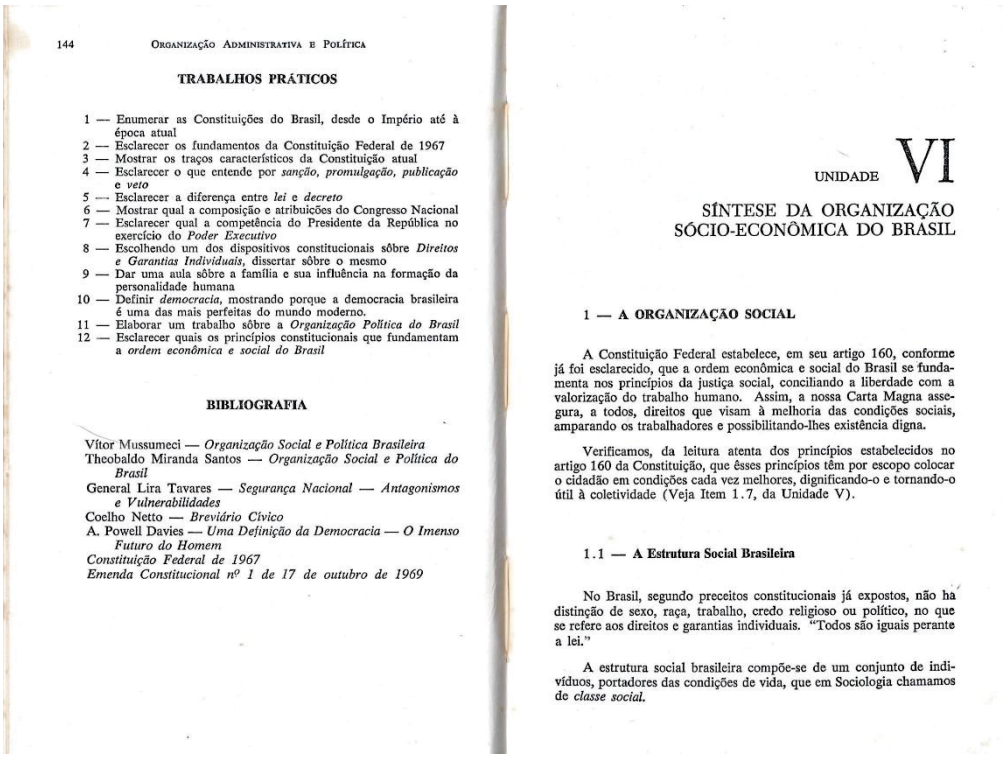
Segundo Gusmão (2018, p. 150), para Andrade (1971) a escola seria vista como um instrumento condicionante para moldar os alunos de acordo com os anseios da política nacional do regime civil-militar.

> Sob a influência deweyana, Andrade (1971) elucidava a Escola como sendo um grupo social simplificado que possibilitaria a inserção do sujeito em sociedade. Ela seria pensada enquanto instrumento condicionante para moldar o aluno segundo os anseios da política nacional do regime civil-militar. Os alunos, por meio de sua inserção nesse grupo social, aprenderiam a conviver em sociedade e adquiririam competências para que se tornassem úteis para o desenvolvimento do Brasil Grande que se queria construir por meio de sujeitos que trabalhassem para seu desenvolvimento.

Para além da folha de rosto a obra possui, antes do índice, um quadro que possui uma citação de Rui Barbosa do texto *A Pátria*. Por fim, chegamos no seu índice, acompanhado pelo prefácio e pela orientação geral, para então os capítulos. O livro é divido em nove partes, e todos os capítulos destas partes são subdividas em subitens: I - *Moral e a Religião*, com dois capítulos, II - *Formação Moral e Cívica*, divido por dois capítulos, III - *Nação Brasileira e Cívica*, possui um capítulo, IV - *A Pátria Brasileira*, dívida em seis capítulos, V *Organização Administrativa e Política*, possui dois capítulos, VI *Síntese da Organização Socioeconômica do Brasil* VII - *O Brasil e o Mundo*, com dois capítulos, VIII - *As principais estruturas sociais contemporâneas*, com cinco capítulos, sem subitens, e pôr fim a última unidade IX *Deveres e direitos Fundamentais do Homem*.

A obra possui uma organização bem diferente das duas até aqui analisada. Há o texto explicativo do capítulo, com seus subitens e que posteriormente é sumarizado. Após temos o tópico “Temas para Estudo”. Cada capítulo possui um número específicos do tema, sendo a exemplo, no primeiro, quinze temas, segue-se o tópico “Trabalhos Práticos”, essa organização é demonstrada na figura (17) abaixo

FIGURA 17 – ORGANIZAÇÃO DA OBRA DE ANDRADE (1971)



144 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

TRABALHOS PRÁTICOS

1 — Enumerar as Constituições do Brasil, desde o Império até à época atual
2 — Esclarecer os fundamentos da Constituição Federal de 1967
3 — Mostrar os traços característicos da Constituição atual
4 — Esclarecer o que entende por *sanção, promulgação, publicação* e *veto*
5 — Esclarecer a diferença entre *lei* e *decreto*
6 — Mostrar qual a composição e atribuições do Congresso Nacional
7 — Esclarecer qual a competência do Presidente da República no exercício do *Poder Executivo*
8 — Escolhendo um dos dispositivos constitucionais sôbre *Direitos e Garantias Individuais*, dissertar sôbre o mesmo
9 — Dar uma aula sôbre a família e sua influência na formação da personalidade humana
10 — Definir *democracia*, mostrando porque a democracia brasileira é uma das mais perfeitas do mundo moderno.
11 — Elaborar um trabalho sôbre a *Organização Política do Brasil*
12 — Esclarecer quais os princípios constitucionais que fundamentam a *ordem econômica e social do Brasil*

BIBLIOGRAFIA

Vítor Mussumeci — *Organização Social e Política Brasileira*
Theobaldo Miranda Santos — *Organização Social e Política do Brasil*
General Lira Tavares — *Segurança Nacional — Antagonismos e Vulnerabilidades*
Coelho Netto — *Breviário Cívico*
A. Powell Davies — *Uma Definição da Democracia — O Imenso Futuro do Homem*
Constituição Federal de 1967
Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969

UNIDADE VI

SÍNTESE DA ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO BRASIL

1 — A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 160, conforme já foi esclarecido, que a ordem econômica e social do Brasil se fundamenta nos princípios da justiça social, conciliando a liberdade com a valorização do trabalho humano. Assim, a nossa Carta Magna assegura, a todos, direitos que visam à melhoria das condições sociais, amparando os trabalhadores e possibilitando-lhes existência digna.

Verificamos, da leitura atenta dos princípios estabelecidos no artigo 160 da Constituição, que êsses princípios têm por escopo colocar o cidadão em condições cada vez melhores, dignificando-o e tornando-o útil à coletividade (Veja Item 1.7, da Unidade V).

1.1 — A Estrutura Social Brasileira

No Brasil, segundo preceitos constitucionais já expostos, não há distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso ou político, no que se refere aos direitos e garantias individuais. "Todos são iguais perante a lei."

A estrutura social brasileira compõe-se de um conjunto de indivíduos, portadores das condições de vida, que em Sociologia chamamos de *classe social.*

FONTE: ANDRADE, Benedito de. 1971. Educação Moral e Cívica. São Paulo, Editora Atlas. Curso médio. 2ª edição Revista e aumentada.1971

Dentre os livros analisados em nossa amostra, o livro de Benedicto Andrade (1971) é o único a fornecer uma bibliografia, ainda que de uma forma peculiar, não ao final do livro, mas no final de cada unidade. Além disso, o livro também é o único que possui apêndice, nele constam: Hinário Cívico, Poesia Nossa e o Calendário Cívico. Há poucas ilustrações na obra, apenas na Unidade IV *Pátria Brasileira*, onde estão presentes duas representações: uma da bandeira e outra do brasão do Brasil, ambas impressas frente e verso uma folha fotográfica, de maior qualidade.

Algo que afirmamos na introdução deste trabalho era de que o livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) se destacava por possuir um volume maior de conteúdo historiográfico referente aos demais livros de EMC. Para efeitos de demonstração deste aspecto, a seleção destes três livros e uma comparação são um bom exemplo de como outros autores e editoras inserem o conteúdo histórico em seus livros didáticos.

Dentre todos os três livros analisados o de Rubens Ribeiro dos Santos (1971), *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1970) é o que possui o maior número de páginas destinadas

a História do Brasil (Quadro 4). Contudo os textos são bem resumidos e generalistas, não explorando tópicos específicos da história nacional. O conteúdo relacionado a História do Brasil se encontra no final do livro de Santos (1971), na terceira parte intitulada *Educação Política* (fundamentos históricos), que possui três capítulos, cada um com seus subcapítulos:

QUADRO 4 – ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO HISTÓRICO DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DE SANTOS (1971)

A) História Política do Brasil	**B) República Brasileira**	**C) Evolução da Democracia**
a – Antecedentes Históricos	a – 1ª Fase – 1891 a 1930	a – Democracia Brasileira
b – Brasil Colônia	b – 2ª Fase – 1930 a 1951	b – Humanização do Trabalho
c – Reino do Brasil	c – 3ª Fase – 1951 a 1970	c – Trabalhador nos Regimes Políticos
d – Brasil Império	d – objetivos da revolução de 1964	d – Reforma Social

FONTE: SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumental, 1971.

O livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1971) apresenta um total de 236 páginas, distribuídas em três unidades temáticas: *Educação Moral*, com 79 páginas; *Educação Cívica*, também com 79 páginas; e a *Educação Política*, que ocupa 55 páginas. Na unidade de *Educação Política*, 43 páginas são dedicadas a uma narrativa linear da História do Brasil, enquanto o último item, intitulado "C) Evolução da Democracia", aborda outros temas que extrapolam a história nacional, incluindo reflexões sobre sistemas políticos, valores democráticos e questões sociais.

Podemos considerar que o acréscimo da palavra "Política" no título da obra, reflete esse conteúdo, a educação política, título desta unidade, trata-se de uma educação histórica.

As primeiras páginas desta unidade são uma espécie de preambulo, onde o autor apresenta uma linha evolutiva do pensamento político, desde as civilizações antigas até as disputas ideológicas do século XIX e XX. Destaca-se a relação entre política, moralidade e sistemas econômicos. Ao final, o texto adota uma postura crítica frente aos dois grandes sistemas políticos e econômicos dominantes na época – comunismo e capitalismo de Estado – sugerindo a necessidade de uma renovação da democracia para atingir a necessária justiça social. Nas palavras de Santos (1971), a humanidade estava dívida em dois grupos:

> O grande grupo de todas as raças, classes e credos que aceita o comunismo, mas compreende que a sua igualdade e fraternidade não tem, nem pode ter consistência porque são elas consequência da anulação do direito à propriedade conseguida com as limitações da liberdade que o Estado impôs a todos. E o grande grupo de todas as raças, classes e credos que aceita a Democracia, mas compreende que ela somente poderá absorver o comunismo se voltar-se para si mesmo com sinceros propósitos de elevada justiça social a fim de realizar o seu postulado de igualdade de modo que seja

> possível a cada um e a todos a propriedade privada para que haja a capitalização do povo pelo seu trabalho – contra o capitalismo do Estado (p. 183).

Essa percepção crítica do capitalismo não era exclusividade de Santos (1971), mas também refletia as preocupações do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, de acordo com Edilene dos Santos (2017), ao analisar o discurso do ministro publicado na primeira edição da revista *Educação* do Ministério da Educação, lançada em abril de 1971. Segunda a autora, na análise do discurso evidencia-se, pelo menos no campo retórico, sua crítica tanto ao materialismo marxista quanto ao materialismo capitalista, pois ambas perspectivas afastavam o cidadão de Deus, apontando para um conflito entre progresso material e valores espirituais (Dos Santos, 2017)

A narrativa da História do Brasil, segundo Rubens Ribeiro dos Santos (1971), é estruturada em torno de uma visão idealizada de busca pelo bem comum, sustentada pelos princípios de fraternidade, igualdade, democracia e desenvolvimento. Esses valores, centrais tanto à Doutrina de Segurança Nacional quanto à Educação Moral e Cívica, seriam, conforme o autor, profundamente enraizados na história do país.

Nesse sentido, figuras históricas como os nativistas do século XVI, os bandeirantes do século XVII e os mártires das lutas pela independência no século XVIII são apresentados como exemplos de patriotismo e dedicação à pátria, reforçando uma narrativa que os coloca como modelos a serem imitados em uma construção de uma identidade nacional unilateral. Para Santos (1971, p. 187), a consciência democrática brasileira seria fruto "de seu passado glorioso no gozo da liberdade que nunca aceitou desigualdades".

A História do Brasil narrada por Santos (1971) tem início em Portugal, abordando a expansão marítima lusitana que levou à colonização do território brasileiro, conforme exposto no subitem 'a) Antecedentes'. A obra se estende até o período da ditadura civil-militar, encerrando a temática no subitem 'd) Objetivos da Revolução'. No entanto, trata-se de uma narrativa objetiva e bastante sucinta."

No tópico "b – Brasil Colônia", situado no primeiro capítulo desta unidade, dedica-se apenas um único parágrafo à análise da Revolta de Beckman, das Guerras dos Emboabas e da Inconfidência Mineira. Cabe destacar que o principal mártir da Inconfidência, Tiradentes, não é mencionado de forma nominal, o que denota uma abordagem superficial desses eventos históricos.

Segundo (Santos, 1970, 194), nesses movimentos “já era evidente a influência de sentimentos morais, cívicos e políticos”. Santos (1971) opera em sua narrativa uma aliança bem costurada entre o passado nacional com os preceitos morais e cívicos. Para o autor esses

movimentos de insurreição de clamor de independência nacional, evocavam o sentimento de autonomia: “Esse sentimento de autonomia escudada na moral e no civismo que tinha raízes nos feitos históricos – é observado, como de grande significação porque ele representa uma unidade de ação para a formação da Pátria com o concurso das três raças [...]” (Santos, 1971, p, 194).

Observa-se neste trecho uma tentativa de legitimar a ideia de uma suposta harmonia racial na formação da nação brasileira, ao atribuir aos movimentos de insurreição um caráter unificador que teria envolvido as "três raças" de forma equitativa. Santos (1971) não apresenta as dinâmicas de violência, exploração e exclusão impostas às populações indígenas e negras, reproduzindo a narrativa da falsa democracia racial e apagando as desigualdades estruturais que marcaram a história do país.

A abordagem de Santos (1971) é explicitamente instrumentalizada, apresentando uma visão coesa e funcional da história, na qual os fatos históricos são cuidadosamente selecionados e organizados de forma estratégica para atender aos objetivos específicos da obra: a promoção de valores cívicos e morais, necessários para a formação de um cidadão ideal para a ditadura civil-militar.

Na organização da representação da História do Brasil, há um entrecruzamento entre passado e presente no capítulo “República Brasileira”, especificamente em dois tópicos: “c) 3ª Fase: De 1951 a 1970” e “d) Objetivos do Golpe”. No tópico “c) 3ª Fase: De 1951 a 1970”, a narrativa é construída com o intuito de legitimar o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar. A análise começa com o Governo de Getúlio Vargas (1951-1954), descrito como o início da “Mafalda política”. O autor chega a afirmar que o suicídio de Vargas ocorreu porque ele considerou “incontroláveis as reações democráticas” (Santos, 1971, p. 207).

Mais adiante, o governo de João Goulart é apresentado como um período de radicalização, culminando na chamada “Revolução de 31 de março de 1964”, descrita como uma resposta inevitável a esse contexto.

No tópico seguinte, “d) Objetivos da Revolução”, reproduz-se um discurso do então presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, feito durante a celebração do 25º aniversário da tomada de Monte Castelo pelas Forças Armadas, reforçando a retórica oficial de legitimação do golpe e do regime.

Dando continuidade na análise do conteúdo histórico dos livros de EMC, na obra de Benecdito Andrade (1971), a narrativa histórica é resumida, pois segundo o autor “Não seria possível em um simples compendio de educação moral e cívica analisarmos em profundidade as características históricas da pátria brasileira” (Andrade, 1971, p. 96). O resultado foi a

dedicação de apenas 10 páginas destinado a esse conteúdo em um total de 231 páginas que compões a obra *Educação Moral e Cívica*.

Logo, embora no início desta unidade, Andrade (1971) declara que "a história da pátria brasileira, mostra-nos que os ideais de brasilidade são faróis luminosos demarcarem a rota de um povo no caminho da perfeição" (Andrade, 1971. 95), há pouca explicitação sobre como essa história é apresentada em termos de conteúdo no livro. Ela se encontra na IV unidade *A Pátria Brasileira* nos seguintes itens 2 – Características Físicas e Históricas, 3 – Vultos Nacionais, este que é subdivido em, 3.1 - Os grandes Homens Construtores da Nacionalidade, 3.2 - Os Mártires da Liberdade, 3.3 – Outros Heróis da Nacionalidade.

Conforme já mencionado, a obra de Andrade (1971) destaca-se, dentre as analisadas, por ser uma das poucas a apresentar referências, característica que também se evidencia em sua abordagem histórica. Nesse contexto, Andrade faz (1971) uso da periodização da evolução histórica do Brasil proposta por Roberto Simonsen[25], limitando sua narrativa à explicação dos ciclos econômicos. Essa perspectiva, que se inicia com o ciclo do pau-brasil e se encerra com o ciclo do café.

No caso dos vultos nacionais, Andrade (1971) em 3.1 Os grandes Homens Construtores da Nacionalidade, apresenta uma história política não linear, citando primeiramente a biografia e feitos de homens do Império como: José Bonifácio, Evaristo Veiga, Dom Pedro II, homens da república como: Benjamin Constant, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, entre outros. Neste trecho, há citações da obra *História dos Fundadores do Império do Brasil* de Octávio Tarquínio de Souza e *A Pátria Brasileira* de Coelho Neto.

Já no tópico 3.2 - Os Mártires da Liberdade, é descrito um pouco os feitos de Felipe dos Santos e Tiradentes. E por fim, no tópico 3.3 – Outros Heróis da Nacionalidade, temos apenas a citação de quem seria esses heróis sem se aprofundar muito de seus feitos: Campo de batalhas: Caxias, Osorio Oswaldo Cruz, Almirante Barroso, Marcílio Dias, na ciência: Santos Dumont, Vital Brasil, Oswaldo Cruz etc. Na Política: Rui Barbosa. E Na arte e literatura Carlos Gomes, Pedro Américo, Castro Alves, Monteiro Lobato, entre outros.

Como descrito anteriormente, na obra de Andrade (1971), em todo final de unidade há sumarização do conteúdo da unidade, uma sugestão de temas para estudos e os trabalhos

---

[25] Roberto Simonsen (1889–1948) foi um historiador, empresário e político brasileiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), da Academia Paulista de Letras e da Academia Brasileira de Letras (ABL). Destacou-se por sua interpretação economicista da história do Brasil, enfatizando o papel central das estruturas econômicas, especialmente agrícolas e industriais, na formação do país.

práticos. Neste sentido, identificamos alguns trabalhos relacionados a história. No "Tema de Estudos", do capítulo IV *A Pátria Brasileira*:

> 4 – Características históricas; Os ciclos da evolução histórica do Brasil
> 5 – Os Bandeirantes
> 6 – A contribuição dos jesuítas para a formação da pátria brasileira
> 7 – Os grandes homens construtores da nacionalidade
> 8 – Os mártires da liberdade
> 9 – Outros heróis da nacionalidade
> 10 – O "Marechal da Pazz" - Candido Mariono da Silva Rondon (Andrade, 1971, p. 121).

Nos "Trabalhos Práticos":

> 4 – Esclarecer por que o ciclo do pau-brasil merece a nossa atenção no estudo da formação da nacionalidade
> 5 – Mostrar como surgiram as vilas e cidades brasileiras
> 6 – Esclarecer qual foi a obra dos jesuítas na formação da nacionalidade brasileira
> 9 – Esclarecer por que José Bonifácio é considerado "Patriarca da Independência"
> 10 – Mostrar qual foi o papel do Padre Feijó no 2º Império
> 11 – Esclarecer por que devemos considerar D. Pedro II como um dos grandes homens construtores da nossa nacionalidade
> 12 – Escrever um trabalho sobre o martírio de Felipe dos Santos
> 13 – Aproveitando a leitura do livro "Retirada da Laguna", elaborar uma composição sobre esse episódio da história pátria
> 14 – Mostrar quem foi Marechal Rondon e por que ele é chamado de "Marechal da Paz" (Andrade, 1971, p. 121).

Há no livro de Andrade (1971), *Educação Moral e Cívica,* outra narrativa histórica, que aparece em outra unidade, VI - *A Organização Social* no tópico 2.1 Evolução Econômica do Brasil, retomando um tema já discutido na unidade anterior. O autor discute as dinâmicas das mudanças econômicas do país para além das questões dos ciclos econômicos, já explanado anteriormente. Neste trecho, passa por todos os períodos, colônia, império, república. Esse texto breve, com apenas algumas laudas, é significativo, pois contém o único parágrafo de todo o livro que aborda a ditadura civil-militar. Após fazer uma breve síntese da evolução econômica do Brasil, o autor menciona:

> A 31 de março de 1964, um movimento revolucionário, liderado pelas Forças Armadas, depôs o Presidente da República. Esse movimento teve por objetivo combater a corrupção e impedir a infiltração comunista que vinha solapando as instituições. Os governos instituídos pela revolução redentora vem promovendo o desenvolvimento econômico do país, que hoje apresenta um índice do progresso verdadeiramente promissor (Andrade, 1971, p. 150).

Em síntese, a obra de Andrade (1971), *Educação Moral e Cívica*, adota uma perspectiva mais pedagógica em relação a Santos (1971). Apesar do espaço limitado dedicado à história,

Andrade (1971) oferece referências bibliográficas[26] e propõe atividades que incentivam o leitor a explorar mais profundamente os temas abordados. Essa abordagem, ao contrário de Santos (1971), sugere um compromisso em estimular a autonomia intelectual dos estudantes, oferecendo ferramentas ao professor para que eles próprios se engajem com os conteúdos. No entanto, é relevante observar que Andrade (1971) também estrutura a narrativa histórica com o propósito de fortalecer ideais cívicos e enaltecer figuras emblemáticas da identidade nacional, alinhando-se a um discurso que buscava promover a coesão cultural e social necessária para sustentar a legitimidade da ditadura civil-militar.

Por outro lado, a obra *Construindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971) apresenta uma abordagem histórica ainda mais sucinta, limitada às breves biografias de figuras nacionais como Marechal Cândido da Silva Rondon, Ana Justina Nery, Monteiro Lobato, José Bonifácio e Caxias, localizadas ao final de cada parte ou unidade. Os textos biográficos são extremamente concisos, raramente ultrapassando uma página, e a narrativa histórica se restringe a eventos pontuais.

Construindo o Brasil também apresenta uma narrativa da história brasileira no capítulo 25, *Brasil: principais datas brasileiras*, na terceira parte intitulada “Visão do Brasil”. Nessa seção, apenas algumas datas, como 21 de abril de 1792, 7 de setembro de 1822 e 15 de novembro de 1889, recebem descrições mínimas. Há entre essas datas, o fatídico dia 31 de março, e assim que os autores a descrevem: “Aniversário da Revolução de 1964, início de uma nova era política brasileira de combate ao desenvolvimento do comunismo e à corrupção”.

Outro trecho relevante sobre os acontecimentos de março de 1964 está presente na 2ª Parte: *Visão da Sociedade*, no Capítulo 18, "Estado: Origem, definição e elementos constitutivos". Nesse trecho, há uma narrativa sobre a História do Brasil no tópico "Formas de Governo na História do Brasil". Esse tópico apresenta, de maneira sucinta, as diferentes formas de governo ao longo dos principais períodos históricos do país — Colônia, Império e República. Em seguida, o texto avança para o tópico "Organização Política Atual do Brasil", que aborda a estrutura política vigente na década de 1970.

> Com a Revolução de Março de 1964 foi instaurado no País um nôvo sistema político. A Revolução manteve a Constituição de 1946, o Govêrno, porém, foi dotado de poderes especiais. Nos têrmos do nôvo Ato Institucional, foi eleito Presidente Mal.

---

[26] As referências listadas no final desta unidade são: A. de Sampaio Dória – *O que o Cidadão deve saber*, José Ingenieros – *O Homem Medíocre*, Coelho Netto e Olavo Bilac – *A Pátria Brasileira*, Monteiro Lobato – *Cidades Mortas,* Octávio Tarquínio de Souza – *Histórias dos Fundadores do Império do Brasil*, Antônio D’Ávila – *Pátria Brasileira,* Maria da Gloria Lopes de Barros – *Coletânea Cívica*, Luiz Edmundo – *Olhando para Atrás*, Mariza Lira – *História do Hino Nacional Brasileiro*

> Humberto de Alencar Castelo Branco, que no fim de seu mandato deu ao Brasil nova ordem jurídica, com a Constituição de 24 de jaro de 1967. Em consequência de uma crise política foi editado o Ato Institucional nº 5 que decretou recesso do Legislativo (13-12-1968). Quando em meados de 1969 se estavam fazendo estudos para a reforma da Constituição, adoeceu gravemente o Presidente Costa e Silva, substituindo-o os Ministros Militares, que aprovaram a emenda constitucional alterando vários pontos da Carta Magna. Foi reaberto o Congresso, tendo sido eleito o Presidente, General Emílio Garrastazu Médici [...] (Galache, Pimentel & Zanuy, 1971, p, 179).

Assim como na obra de Andrade (1971), o livro de Galache, Pimentel e Zanuy (1971) também inclui atividades no final de cada unidade, como questionários, debates e exercícios, seguindo a metodologia do Estudo Dirigido. Embora ofereça poucos elementos para uma narrativa histórica aprofundada, incentiva discussões reflexivas[27] sobre a história e as figuras históricas do Brasil.

Iniciamos este capítulo com uma crítica aos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, publicada no jornal *Estado do Mato Grosso*. A matéria apontava que muitas dessas obras não correspondiam ao programa curricular, extrapolando os conteúdos prescritos. Na nossa perspectiva, tal fenômeno não se deve exclusivamente à negligência de autores ou editoras, mas sim à própria natureza instável dessa disciplina escolar. A Educação Moral e Cívica, com seu currículo que ambicionava abarcar tópicos tão variados quanto a "Harmonia do Universo", a "Axiologia", as "Tradições do Povo Brasileiro" e as "Formas de Governo", entre outros, carecia de uma coesão rigorosa. Essa fluidez epistemológica reverberava inevitavelmente nas obras destinadas ao ensino da disciplina, que tentavam organizar saberes tão elusivos sob os rígidos imperativos da moral e do civismo.

A análise empírica que empreendemos sobre os livros de EMC, utilizando o vasto acervo do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, revelou disparidades significativas entre as obras, evidenciando a singularidade de cada publicação e as distintas apropriações do currículo por parte de seus autores e editoras. Por exemplo, *Construindo o Brasil* (1971), de Galache, Pimentel e Zanuy incorporava conteúdos relacionados a normas de trânsito e conselhos para o namoro. Já *Educação Moral, Cívica e Política* (1971), de Santos, abordava temas como erotismo, sexualidade e o papel das mulheres na sociedade. Por sua vez, Andrade, em *Educação Moral e Cívica* (1971), ao tratar da questão religiosa, apresentava ao leitor uma pluralidade de tradições espirituais, como o Confucionismo, o Budismo, o

---

[27] 1. Qual a pessoa histórica mais importante no Brasil em política, em economia, em ciências, em filosofia, em religião?
2. Que é que levou essas pessoas a se tornarem-se famosas e úteis à Pátria?
3. Como podemos imitá-las? (Galache, Pimentel e Zanuy 1971, p.)

Bramanismo etc.

A matéria também criticava a qualidade de edição das obras, que na realidade, o que notamos era muito diversa, tendo livros de todos os tipos: com ilustrações, sem ilustrações, com capa dura, capa mole, com recursos gráficos como quadros e organogramas ou livros que traziam textos explicativos do seu início ao fim.

Por fim, a crítica também recaía a narrativa histórica do Brasil, apontando que a maioria narrativa muito ufanista e simplista. Na realidade, nos livros de EMC encontramos uma instrumentalização da História do Brasil para fins ideológicos durante a ditadura civil-militar brasileira, mas como demonstramos, cada um à sua maneira (Quadro 4).

QUADRO 5 – SÍNTESE DAS DIFERENÇAS NA NARRATIVA HISTÓRICA DE CADA OBRA

***Educação Moral, Cívica e Política* de Rubens Ribeiro dos Santos (1971)**	***Educação Moral e Cívica* de Benedicto de Andrade (1971)**	***Construindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971)**
Possui uma unidade/capítulo dedicado exclusivamente à História do Brasil, apresentada de forma cronológica. A abordagem é essencialmente política, escrita de maneira sucinta, sem aprofundamento em eventos específicos. Não há menção a vultos da pátria.	Não possui uma unidade/capítulo exclusivo para a História do Brasil; em vez disso, o conteúdo histórico está inserido em uma unidade/capítulo que abrange outros temas. A narrativa combina aspectos políticos e econômicos, ambos apresentados cronologicamente, contudo a escrita é sucinta. Inclui vultos da pátria, cada um com uma biografia de alguns parágrafos.	Não possui uma unidade/capítulo dedicado à História do Brasil, nem mesmo um subcapítulo específico. A narrativa histórica se restringe às biografias dos vultos da pátria, localizadas ao final de cada unidade.

FONTE: Quadro elaborado pelo autor com base em Galache, Pimentel e Zanuy (1971), Andrade (1971) e Santos 1971

Cada obra reflete uma abordagem distinta no tratamento dos conteúdos históricos, mas claro, todas convergem para a exaltação de valores cívicos e morais que sustentam a ideologia do regime autoritário. Contudo o único livro que de fato tinha uma narrativa histórica mais longa de início meio e fim, de forma cronológica, sendo inclusive um dos capítulos do livro, foi a obra de Santos (1971), que está longe de ser uma obra de grande circulação ou comercio editorial. Além disso, os textos eram bem generalistas, deixando de explorar temas relevantes da história nacional como a Inconfidência Mineira. A obra de Galache, Pimentel e Zanuy (1971), *Construindo o Brasil,* a de maior sucesso editorial dentro dos livros analisados é que tem a menor número de parágrafos dedicados a tal assunto.

Embora tenhamos, até este ponto, destacado a heterogeneidade dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, é imprescindível abordar os elementos que conferem homogeneidade a essas obras. Apesar das nuances particulares de cada autor e editora, os livros convergem em

sua função primordial: formar cidadãos submissos, anticomunistas e imbuídos de valores cristãos, como apontam Da Silvia e Bartholo (2017), e que podemos verificar na análise das obras.

Os três livros analisados explicitam um conjunto de valores cívicos que privilegiam uma concepção de cidadania passiva, profundamente atrelada à narrativa legitimadora das ações do Estado autoritário. Nesse sentido, a moralidade promovida é indissociável de uma religiosidade cristã hegemônica, utilizada como baluarte ético e ideológico para justificar a ordem estabelecida. Paralelamente, as obras articulam uma crítica contundente ao comunismo, apresentando-o como um sistema ateu intrinsecamente contraditório e nocivo.

Desse modo, ainda que cada obra carregue as marcas singulares de seus autores, elas convergem no propósito de educar para a obediência, orientando-se por uma ética que privilegia a lealdade ao Estado e justificado pela perspectiva da fé cristã em detrimento de uma reflexão crítica sobre os dilemas sociopolíticos do período.

2. A OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*: SUA EDITORA, SEUS AUTORES E SUA MATERIALIDADE

2.1 A EDITORA MICHALANY: ESTRATÉGIAS E PERMANÊNCIAS

É nesse cenário de livre concorrência desigual entre editoras, renomadas ou não, que publicaram livros de EMC, que se encontrava a Editora Michalany S.A., fundada em 26 de outubro de 1965.

A editora destacou-se nas décadas de 1960 e 1970 pela publicação de livros voltados às ciências humanas, especialmente de história, além de materiais didáticos para a disciplina de Educação Moral e Cívica, em conformidade com as exigências da ditadura civil-militar. Sob a liderança do professor, historiador e militar da reserva, Douglas Michalany (1921–2022), a editora lançou obras como *Educação Moral, Cívica e Política* (2ªed/1971) e títulos temáticos como *Vultos da Pátria* (3ªed/1982), *Símbolos Nacionais* (1978), e *Forças Armadas: Sua História, Suas Datas, Seus Patronos* (1975).

Além de livros de EMC, a editora publicou a coleção História do Brasil (3ªed/1981), em três volumes, *Cursos de Estudos Sociais* (1971) e o *Atlas Histórico e Geográfico do Brasil* (1971). Além de seu trabalho na Editora Michalany, Douglas Michalany era proprietário de outra editora, "A Grande Enciclopédia da Vida" (Agev), especializada em publicações de grande sofisticação e acabamento refinado. Entre suas publicações estavam obras de história como *História das Américas* de quatro volumes, *A Grande Enciclopédia da Vida* de oito volumes e a obra *História das Guerras Mundiais* (1964) de seis volumes, que ganhou o prêmio na X Bienal de São Paulo na categoria de melhor apresentação gráfica de coleções.[28] Destaca-se que a *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política* (1971) foi publicada pela Agev, em uma estratégia diferenciada, que será explorada ao longo do texto.

A princípio, cabe dizer que analisar a materialidade de um livro vai além da análise de sua composição física, envolvendo também a reflexão sobre seu público-alvo, uma vez que o sentido da obra é construído em interação com o leitor. Conforme afirmou Chartier (1997, p. 11), “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar significado”.

Além disso, o livro didático se difere de outros materiais por estar inserido na cultura escolar. Ou seja, está integrado a uma comunidade de leitores específica — professores e

---

[28] (O JORNAL. Valdemar Cavalganti: Livros premiados pela Bienal de São Paulo — Rio de Janeiro, 03/10/1969, p. 03)

estudantes —, possui uma finalidade específica — didática —, o que o diferencia dos demais livros. Neste contexto, sua relevância transcende as características intrínsecas de uma obra convencional, sendo moldada pelas normas, práticas e valores educacionais que definem a cultura escolar em que está imerso e por sua instrumentalidade didática.

Viñao Frago (1994) entende a cultura escolar como um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização – lugar que produz cultura, sendo inventiva e conformadora das representações sociais – incluindo nesta perspectiva:

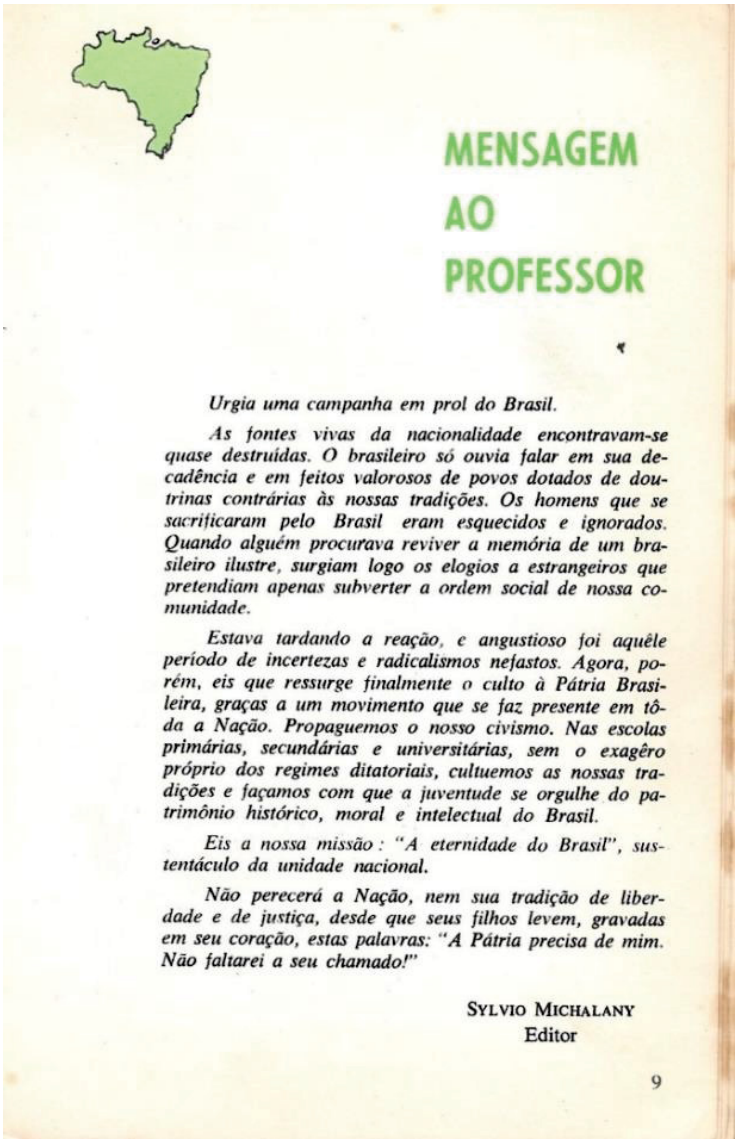
> práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos – a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais – função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento...–, e modos de pensar, bem como significados e ideias compartilhadas (p. 05).

Neste mesmo sentido, para Munakata (2016) a cultura escolar refere-se "sobretudo, a práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas, que ocorrem tipicamente na escola" (p. 123). Ou seja, devemos compreender que há coisas que são tipicamente da escola e que obedecem a este universo cultural próprio.

Para o autor, o livro didático é um artefato fundamental na cultura material escolar - é "em primeiro lugar, o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar [...] é a transcrição do que era ensinado, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização" (idem)

Nesse sentido, torna-se fundamental examinar as estratégias editoriais utilizadas para atingir esse público, pois elas são essenciais para uma análise mais aprofundada no processo de pesquisa. A partir das fontes coletadas na pesquisa, podemos considerar que a editora Michalany S.A optou por ser uma editora de livros didáticos, tendo como público alvo, o professor diferente da Agev, que tinha um público alvo amplo. Como podemos identificar esta questão no prefácio da obra *Educação Moral, Cívica e Política* (Figura 18).

FIGURA 18 – PREFÁCIO DESTINADOS AO PROFESSOR DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*



MENSAGEM AO PROFESSOR

Urgia uma campanha em prol do Brasil.

As fontes vivas da nacionalidade encontravam-se quase destruídas. O brasileiro só ouvia falar em sua decadência e em feitos valorosos de povos dotados de doutrinas contrárias às nossas tradições. Os homens que se sacrificaram pelo Brasil eram esquecidos e ignorados. Quando alguém procurava reviver a memória de um brasileiro ilustre, surgiam logo os elogios a estrangeiros que pretendiam apenas subverter a ordem social de nossa comunidade.

Estava tardando a reação, e angustioso foi aquêle período de incertezas e radicalismos nefastos. Agora, porém, eis que ressurge finalmente o culto à Pátria Brasileira, graças a um movimento que se faz presente em tôda a Nação. Propaguemos o nosso civismo. Nas escolas primárias, secundárias e universitárias, sem o exagêro próprio dos regimes ditatoriais, cultuemos as nossas tradições e façamos com que a juventude se orgulhe do patrimônio histórico, moral e intelectual do Brasil.

Eis a nossa missão: "A eternidade do Brasil", sustentáculo da unidade nacional.

Não perecerá a Nação, nem sua tradição de liberdade e de justiça, desde que seus filhos levem, gravadas em seu coração, estas palavras: "A Pátria precisa de mim. Não faltarei a seu chamado!"

SYLVIO MICHALANY
Editor

9

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Acompanhado com uma figura que representa o recorte geográfico do Brasil, o texto direcionado aos professores se faz na forma de um apelo para recuperar a identidade nacional que foi perdida. Se sugere que, cabe ao professor a nobre missão de promover a "Eternidade do Brasil" a partir do ensino da EMC. Esta obra em específico, segundo Gusmão (2018), que também a analisou, teve uma versão de cortesia distribuído aos professores. Segundo a autora:

> A obra Educação Moral, Cívica e Política, de Michalany e Ramos (1970), também evidencia uma estratégia de mercado muito utilizada pelas editoras de livros didáticos no contexto militar e ainda nos dias atuais, que consiste na distribuição de exemplares de cortesia aos professores (p. 94).

Em termos de venda, a Editora Michalany seguia também a estratégia mercadológica do segmento porta a porta. Segundo Nojosa (2002, p. 09) em seu artigo *Mercado editorial: um estudo sobre o segmento porta a porta no Brasil*, o segmento de vendas porta a porta ou por meio de crediário pode ser definido, no Brasil, como um canal de comercialização e distribuição direta de livros, tanto em residências quanto em escolas, com a modalidade de pagamento em prestações fixas sendo a mais comum. O autor entrevistou diversos editores, dentre eles Douglas Michalany (*apud* Nojosa, 1999, p. 08), que afirma sobre este tipo de abordagem:

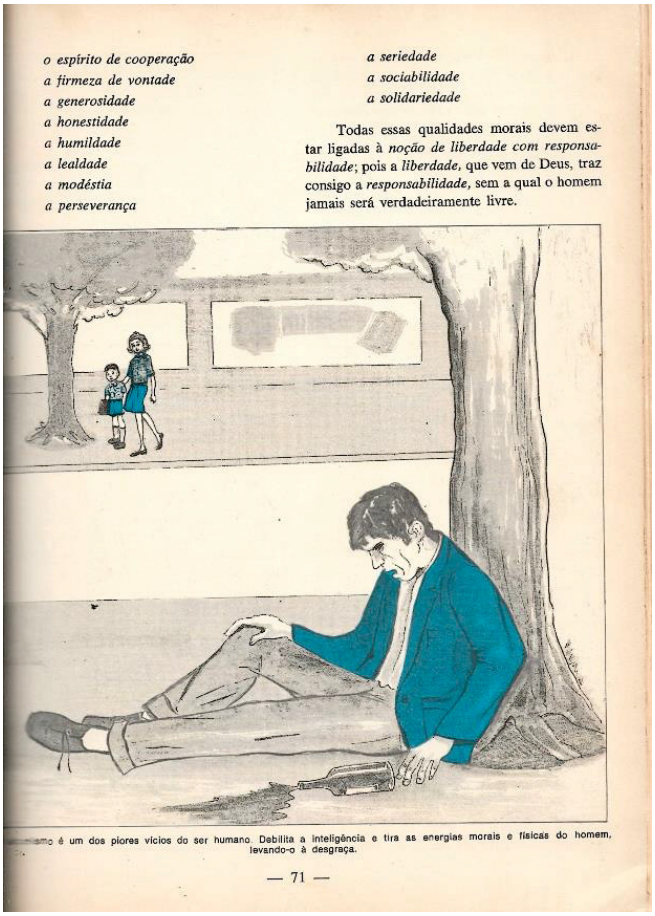
> Nós vamos ao encontro do leitor, na casa dele ou na escola, fazendo promoção do nosso trabalho. Nossa venda é a chamada venda agressiva e a de livraria é venda passiva. O balconista espera chegar o pai, a mãe ou o próprio estudante que a escola lhe pediu. O vendedor pega da prateleira, entrega o livro, faz a venda na hora. Ele não argumenta, não fala nada, porque quem argumentou foi o professor, na indicação do livro. É essa a fundamental diferença entre o crediário e o livro de livraria.

Portanto, a partir dessas bibliografias, podemos mensurar as estratégias de mercado adotadas pela Editora Michalany como parte de uma abordagem multifacetada, que envolvia tanto a criação de um produto direcionado ao público educacional quanto a implementação de estratégias agressivas de comercialização e distribuição. Essas práticas buscavam atingir o sucesso de suas publicações durante o período da ditadura, mas também refletem a dinâmica do mercado editorial da época, marcado pela intersecção entre política, educação e economia.

Concluímos que a Editora Michalany, visando atender às demandas curriculares do período, segmentou o conteúdo extenso da disciplina EMC, produzir livros de EMC diversificados, sobre os símbolos da pátria, os vultos, a história das forças armadas, buscando maximizar seus lucros. Contudo, nem todas estas obras de EMC da Editora Michalany tiveram um número de edições relevantes.

Consideramos que a aposta mercadológica principal da editora foi na produção do livro *Estudos Sociais* (1971), e isto se dá por diversos fatores. Publicado em 1971, em quatro volumes, o livro possui dimensões 27,05 cm x 21, 05 cm, de capa dura e investido de recursos gráficos, exemplificado na figura 19, tal como a *Enciclopédia* (1971), já mencionada. Até onde pode-se verificar a obra atingiu quatro edições, com conteúdo que incluía inclusive a disciplina de EMC.

FIGURA 19 – CONTEÚDO ILUSTRADO DA OBRA *ESTUDOS SOCIAIS* DA EDITORA MICHALANY



o espírito de cooperação
a firmeza de vontade
a generosidade
a honestidade
a humildade
a lealdade
a modéstia
a perseverança

a seriedade
a sociabilidade
a solidariedade

Todas essas qualidades morais devem estar ligadas à *noção de liberdade com responsabilidade*; pois a *liberdade*, que vem de Deus, traz consigo a *responsabilidade*, sem a qual o homem jamais será verdadeiramente livre.

...mo é um dos piores vícios do ser humano. Debilita a inteligência e tira as energias morais e físicas do homem, levando-o à desgraça.

— 71 —

Fonte: PACHECO FILHO, Clóvis; MICHALANY, Douglas; NETO, José de Nicola; RAMOS, Ciro de Moura. Estudos Sociais. São Paulo: Editora Michalany S/A, 1971

O livro *Estudos Sociais* de Michalany e Ramos (1971) foi analisado por Irff *et al* (2022), que apontou em seu artigo que durante a ditadura civil-militar (1964-1985) o Estado retirou a disciplina de História do currículo do primeiro grau, mantendo-a obrigatória apenas em uma série do segundo grau. A disciplina de Estudos Sociais, tomou este lugar, pois integrava História e Geografia.

> Mais do que combinar duas disciplinas, o aparato militar tinha pretensões outras no trato com a educação que denotavam a consciência das relações de poder que poderiam resultar da modificação empreendida. A disciplina foi remodelada para que tivesse um caráter conciliador com o regime, que desejava uma formação profissional da população que atendesse aos imperativos do mercado e da produção
> (Irff *et al*, 2022, p. 03).

Para as autoras, essa nova remodelação do currículo tinha o intuito de moldar as percepções de seu público alvo, professores e alunos e de legitimar o novo regime. Portanto, a partir de um discurso que colocava o regime militar como um regime democrático, os manuais

serviam como um instrumento de controle social. Ou seja, o conteúdo ideológico do livro *Estudos Sociais*, da editora Michalany, não se diferencia daquele que a bibliografia atribui aos livros de EMC.

Destarte, devemos retomar ao fato de que a obra analisada *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), revela outra estratégia editorial, pois ela teve duas outras versões, uma em miniatura[29] e outra em versão enciclopédica de capa dura, porém, esta publicada em outra editora, a já mencionada Agev, intitulada *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política*.

De dimensões 27,7 cm x 21,4 cm, a *Enciclopédia* (1971) trata de uma "Edição Monumental", como a própria folha de rosto destaca. Teve sua primeira publicação em 1970, sendo dividida em três volumes e seu conteúdo estruturado em seis partes sendo: a primeira parte *Educação*, a segunda a *Moral*, a terceira *Elementos Básicos da Nacionalidade*, a quarte parte *Instituições Brasileiras* a quinta parte *O Brasil e o Mundo* e a sexta parte *O Brasil em cifras*. Todas essas partes são subdivididas em capítulos. O primeiro volume concentra as duas primeiras partes inteiras e o início da terceira, o segundo volume o restante da terceira parte e o início da quarta parte e o terceiro volume que possui o restante da quarta parte e a quinta e sexta parte inteira.

A *Enciclopédia* (1971), tendo o mesmo texto do livro de *volume único*, sugere na sua apresentação a destinação para um público mais amplo. Enquanto na apresentação da obra de volume único se lê "Carta aos Professores", na *Enciclopédia* (1971) se lê "Carta ao povo Brasileiro".

Diferente da obra de volume único, a *Enciclopédia* (1971) possui uma capa dura, imponente e amarela, adornada com a bandeira do Brasil (Figura 20). Destaca-se visualmente, sugerindo uma apresentação robusta, com um simbolismo patriótico evidente, — algo que não era necessariamente comum nas diversas obras publicadas no período — coerente com os princípios propagados pelo regime autoritário. Cabe dizer que a gramatura do papel da *Enciclopédia* (1971) é mais resistente que as outras duas versões, além de ser em um tom pastel e de uma qualidade superior.

---

[29] Sobre a versão em miniatura intitulada *Educação Moral e Cívica* de Michalany e Ramos, nós tivemos acesso a apenas um volume (2) de uma um edição (3ºed/1982), por este motivo, optamos em não fornecer uma análise detalhada, focando nesta sessão apenas na *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política* (1971).

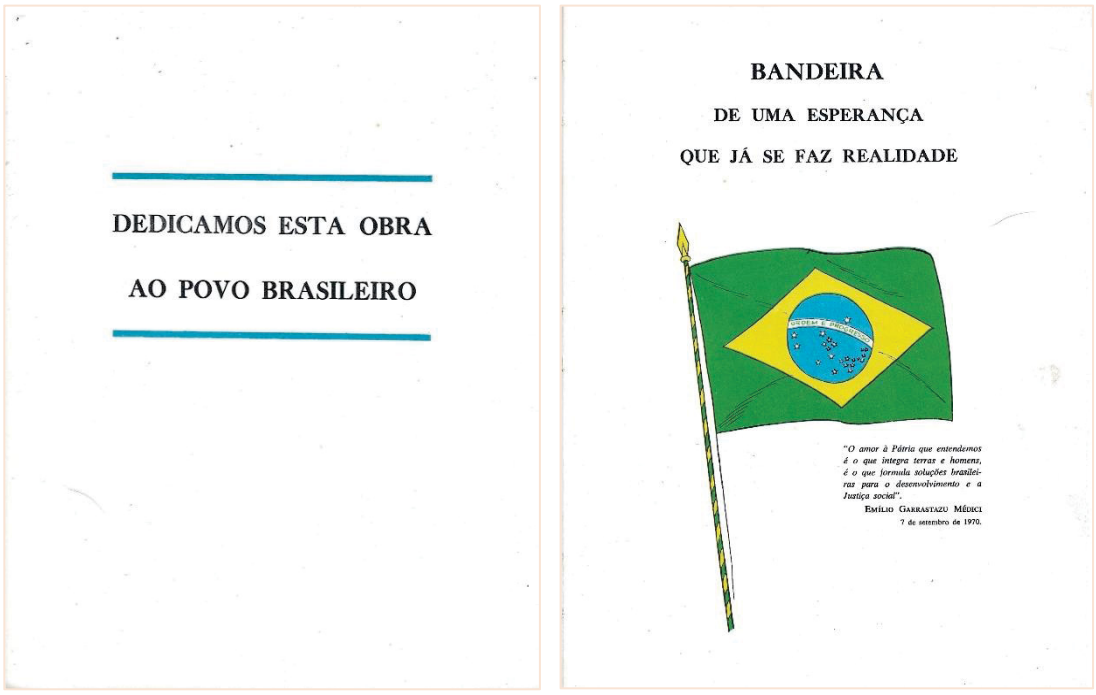
FIGURA 20 – CAPA E CONTRACAPA DA *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política*. Editora A Grande Enciclopédia da Vida, 1971.

O subtítulo imperativo da capa: "Ama a Terra em que Nasceste", é uma paráfrase a um trecho do poema de Olavo Bilac “A Pátria”. Na contracapa o simbolismo permanece, são fotografias postas uma ao lado da outra, e que em sua maioria fazem referência ao desenvolvimento econômico, com fotos de indústrias, hidrelétricas e monumentos da república, como a escrita de cor d’agua: BRASIL. A folha de rosto é simples, em que se indica o título da obra, o ano de sua publicação e que se trata de um “Edição Monumental”, acompanhada ao final por uma bandeira do Brasil.

Mas o que chama mais atenção são as páginas seguintes (Figura 21) que precedem o prefácio e o sumário. Trata-se de duas páginas onde se indica qual seria o público alvo da *Enciclopédia,* e sobretudo, a tônica do discurso presente no livro de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos. Uma obra dedicada ao povo brasileiro e que compactua explicitamente com o regime instaurado, citando uma frase em forma de epigrafe patriótica do então presidente/ditador da época Emílio Garrastazu Médici.

FIGURA 21– PÁGINAS QUE INDICAM O PÚBLICO ALVO E DISCURSOS DA *ENCICLOPÉDIA*



FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. *Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política*. Editora A Grande Enciclopédia da Vida, 1971.

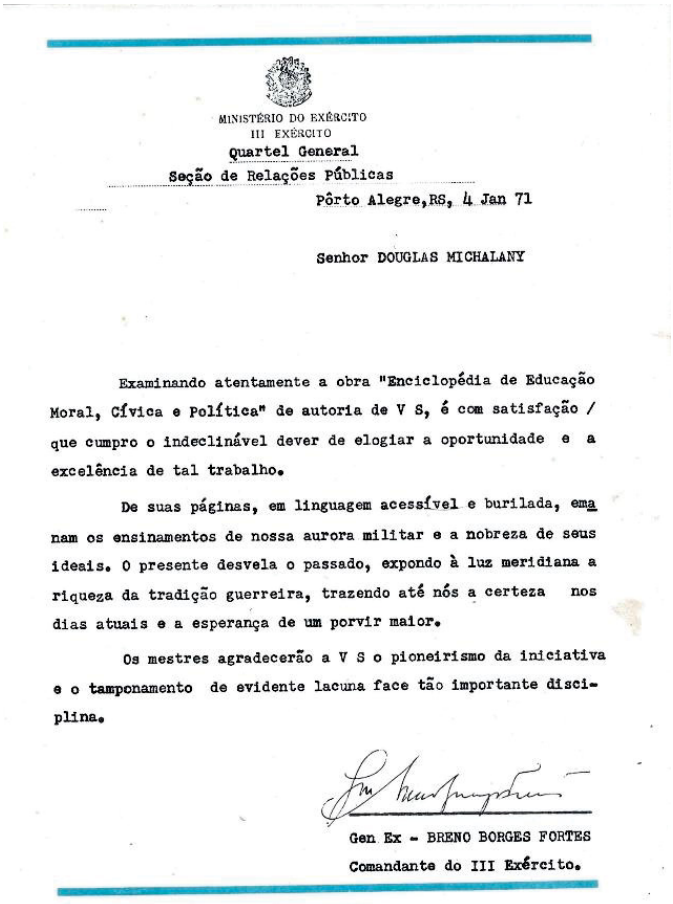
Abaixo da bandeira do Brasil há uma frase do então Presidente Emílio Garrazstu Médici: "O amor à Pátria que entendemos é o que integra terras e homens, é o que formula soluções brasileiras para o desenvolvimento e Justiça social". Não há no livro a fonte de tal frase que trata-se de um recorte de um discurso proferido no Palácio das Laranjeiras, no momento em que se instituiu o Programa Social de Integração, quando sancionou a lei de Fundo de Participação em 1970.

A inclusão desse discurso na *Enciclopédia* reforça a ideologia do regime, que buscava moldar os brasileiros como cidadãos disciplinados, alinhados ao projeto autoritário. Médici define um amor à pátria baseado na submissão à ordem e na obediência ao governo. Na integra de seu discurso ele contrapõe esse ideal ao que chama de "fanatismo", "fuga" e "liberticídio", referindo-se implicitamente a grupos de oposição, como estudantes, sindicalistas e militantes de esquerda.

Folheando as páginas seguintes da *Enciclopédia* (1971) o leitor chega ao aspecto mais singular da obra. São três páginas que contém três cartas endereçadas pela Seção de Relações Públicas do Exército, felicitando Douglas Michalany pela sua publicação. Duas emitidas pelo Quartel General (QG) de São Paulo, escrita e assinada por General-de-Divisão Vicente Dale

Coutinho e General-de-Brigada Ernani Ayrosa da Silva, e outra pelo QG de Porto Alegre – RS (Figura 22), escritas e assinadas pelo General do Exército Breno Borges Fortes.

FIGURA 22– CARTA DO QUARTEL GENERAL INSERIDA NA *ENCICLOPÉDIA DE EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
Quartel General
Seção de Relações Públicas

Pôrto Alegre,RS, 4 Jan 71

Senhor DOUGLAS MICHALANY

Examinando atentamente a obra "Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política" de autoria de V S, é com satisfação / que cumpro o indeclinável dever de elogiar a oportunidade e a excelência de tal trabalho.

De suas páginas, em linguagem acessível e burilada, ema nam os ensinamentos de nossa aurora militar e a nobreza de seus ideais. O presente desvela o passado, expondo à luz meridiana a riqueza da tradição guerreira, trazendo até nós a certeza nos dias atuais e a esperança de um porvir maior.

Os mestres agradecerão a V S o pioneirismo da iniciativa e o tamponamento de evidente lacuna face tão importante disciplina.

Gen Ex - BRENO BORGES FORTES
Comandante do III Exército.

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política. Editora A Grande Enciclopédia da Vida, 1971.

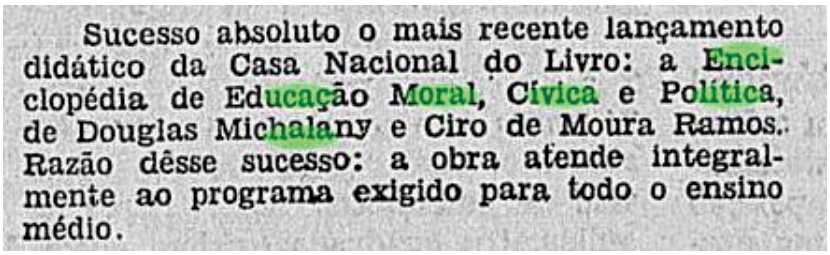
Estas cartas são uma forma de credenciamento e legitimação da obra. É como se as cartas desses militares “autorizassem” a editora Michalany a vender as obras, e dessem um selo de qualidade ao conteúdo que estava ali contido.

Destarte, a *Enciclopédia* também foi a única obra da Editora Michalany em que encontramos publicidade em jornais impressos a partir de busca por sites, como a Hemeroteca Nacional. Nela podemos observar que mesmo que a obra tenha ampliado seu público ela foi vinculada como uma obra destinada aos estudos, pois frisam o fato de estar adequada ao programa do ensino médio. (Figura 23 e 24).

FIGURA 23 – PUBLICIDADE DA *ENCICLOPÉDIA* (1971) EM JORNAL DO RIO DE JANEIRO

FONTE: JORNAL DO BRASIL. Anúncio – Rio de Janeiro. 19/4/1971

FIGURA 24 – PUBLICIDADE DA *ENCICLOPÉDIA* (1971) EM JORNAL DO PARANÁ


Sucesso absoluto o mais recente lançamento didático da Casa Nacional do Livro: a Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política, de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos. Razão dêsse sucesso: a obra atende integralmente ao programa exigido para todo o ensino médio.

FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ. Eddy Antonio Franciosi Informa Sobre a Sociedade – Paraná, 25/10/1970, p. 3

Por outro lado, a organização interna do conteúdo da *Enciclopédia* (1971) revela uma abordagem nada convencional para uma enciclopédia. Ao invés de adotar a estrutura tradicional de verbetes alfabéticos, como na já citada obra do Padre Fernando Avila Bastos, *A Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* (1967), a obra opta por partes, capítulos e subcapítulos, adotando uma narrativa extensiva e descritiva. Trata-se de uma edição ampliada e aprimorada, em grande formato, com acabamento de capa dura, diferente da obra de volume único destinada aos professores.

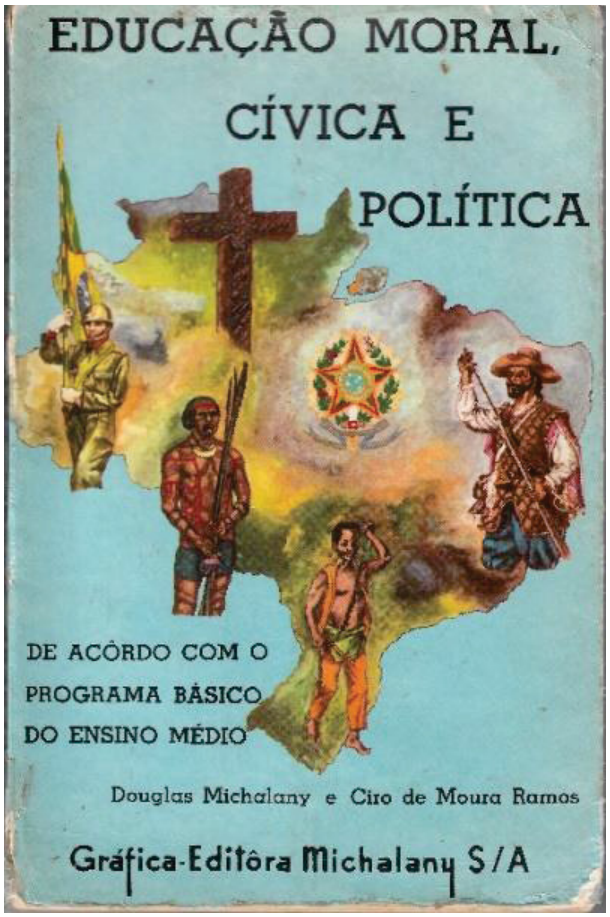
2.2. A MATERIALIDADE DA OBRA *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971)

Como demonstrado no primeiro capítulo, os livros de EMC possuíam uma certa heterogeneidade, sobretudo em seu aspecto de composição material. Cada editora depositou os

recursos que achou necessários para alcançar o maior público possível. A editora Michalany, como vimos na primeira parte desta seção, optou por publicar três versões do mesmo texto e será a versão do livro destinado ao professor que iremos analisar.

O livro, com dimensões de 20,05 cm x 14,05 cm, apresenta uma capa azul (Figura 25), onde se lê o título "Educação Moral, Cívica e Política". Abaixo do título, há uma ilustração elaborada por Noemia Marrega, que retrata o contorno geográfico do Brasil, acompanhada por seis figuras emblemáticas: no topo, uma cruz; à esquerda, um militar; abaixo, um indígena; na extremidade inferior, a figura de uma pessoa negra em condição de escravizado; à direita, a representação de um bandeirante; e, no centro, o brasão da República. No canto inferior esquerdo da capa, consta a informação de que o conteúdo do livro está de acordo com o programa básico do ensino médio. Abaixo da ilustração, estão os nomes dos autores e da editora.

FIGURA 25 – CAPA DO MANUAL *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971)



FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Costa *et al* (2021) analisaram três capas de livros de Educação Moral e Cívica considerando elementos como os conteúdos imagéticos e os níveis de ensino da quais as obras

eram destinados. Segundo os autores os significados gerados pelas imagens estão vinculados aos ideais de construção de uma educação escolar utilizada como meio de disseminação do nacionalismo e de aceitação da ordem social estabelecida pelos governos militares.

> Como veículo de difusão da nova disciplina, vários livros didáticos foram criados. Estes, já nas capas, mostravam a que se destinavam. As imagens escolhidas para ilustrar traduziam visualmente os objetivos da disciplina: formar para a ordem, o trabalho, a obediência e o civismo. A EMC mediou o fortalecimento de uma política que buscou homogeneizar sujeitos e questões sociais, com vistas a fortalecer um sistema de governo autoritário e centralizador (Costa *et al,* 2021, p. 59).

A capa do livro da Editora Michalany, ilustrada por Noemia Marrega, busca expor um conjunto de efeitos visuais e simbólicos que se alinham diretamente com os objetivos da EMC no contexto do regime militar brasileiro. A imagem central, que apresenta o contorno geográfico do Brasil cercado por figuras emblemáticas, sugere a intenção de reforçar valores nacionalistas, hierárquicos e de legitimidade da ordem social conservadora.

A presença de uma cruz no topo da ilustração indica a influência da moral cristã, especialmente a católica, como base fundamental para a formação cívica dos indivíduos. Esse elemento sugere que a religião deve ser uma bússola moral da sociedade, de acordo com os valores desejados pelo regime militar. Como afirmam Michalany e Ramos (1971) na apresentação da obra:

> O grande desafio com que se defronta o Brasil não é apenas a necessidade de acelerar seu desenvolvimento, mas também de preservar suas instituições democráticas e **cristãs**, cujos alicerces a subversão e o terrorismo procuram minar. O presente trabalho não é alheio a êsse problema (grifo nosso, p. 11).

Na ilustração da capa, à esquerda, a figura do militar remete diretamente ao papel das Forças Armadas como guardiãs da disciplina, ordem e obediência, naturalizando a ideia de que o controle militar seria essencial para a estabilidade nacional.

Abaixo do militar, a figura de um indígena é apresentada de forma integracionista e paternalista, reforçando a ideia de uma homogeneização cultural que apaga a autonomia e a resistência dos povos originários. A imagem busca retratar o indígena como parte da nação, porém de forma subalterna. Já a figura de uma pessoa negra em condição de escravização, localizada na extremidade inferior, reforça uma visão histórica tradicional, apresentando a pessoa negra em posição de submissão, sem destacar seu papel de resistência ou agência. Esse elemento visual perpetua uma narrativa de aceitação de hierarquias raciais, ignorando a complexidade das contribuições afro-brasileiras à sociedade.

À direita, a imagem de um bandeirante exalta o espírito de conquista e expansão territorial, típico das narrativas coloniais glorificadas. Embora traga à tona elementos de violência e exploração histórica, essa figura é utilizada para ilustrar o processo de construção nacional como um feito heroico, alinhado aos interesses do regime militar. No centro da composição, o brasão da República representa a unidade e o poder centralizador do Estado, funcionando como símbolo de autoridade e controle, reforçando a ideia de uma nação organizada e mantida pela ordem republicana. Todos estes elementos aliados à narrativa presente no livro (tema do 3º capítulo) sugerem uma aceitação da hierarquia social e promovem uma visão homogênea e nacionalista da sociedade, que busca a legitimação de um sistema de governo autoritário e centralizador.

Na lombada do livro consta o título do livro acompanhado por duas figuras: o contorno geográfico do Brasil na parte superior e na parte inferior a logotipo da editora. O logotipo da editora trata-se de um livro com um "M" em sua capa.

O livro possui orelhas, contudo, diferente dos livros analisados no primeiro capítulo não há nenhum texto, nenhuma biografia dos autores ou um resumo do conteúdo do livro, comentários e críticas, são orelhas vazias. A obra possui no total 245 páginas, que contém apenas textos explicativos e algumas figuras, não apresenta bibliografia ou os referenciais utilizados.

A iconografia didática presente no livro *Educação Moral, Cívica e Política*, de Michalany e Ramos (1971), aparenta, à primeira vista, desempenhar um papel meramente decorativo, ilustrando o conteúdo sem apresentar uma análise aprofundada ou demonstrar uma preocupação explícita com a utilização dessas imagens na formação de uma consciência histórica específica. Contudo, uma análise mais atenta revela que o conjunto de imagens não é neutro, mas sim parte integrante da narrativa do livro, reforçando uma visão política tradicional da História do Brasil. Essa abordagem, como demonstraremos no capítulo seguinte, reflete e complementa o texto e a perspectiva historiográfica adotada pelos autores.

No total, o livro apresenta 17 ilustrações principais, além das imagens decorativas de introdução e conclusão dos tópicos — representadas por símbolos agrícolas como o ramo de café e de milho. Dentre essas ilustrações (Figura 26), a maioria (10) retrata figuras masculinas associadas ao Estado, com exceção de Pedro Álvares Cabral e Tiradentes, que simbolizam marcos fundadores do Brasil colonial e republicano, respectivamente. As demais figuras destacadas incluem Dom João VI, Dom Pedro I, José Bonifácio, Dom Pedro II, Marechal Deodoro da Fonseca, Marechal Castelo Branco, Marechal Costa e Silva e General Emílio Garrastazu Médici.

FIGURA 26 – MOSAICO DE ILUSTRAÇÕES DE *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971)

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Esse recorte iconográfico não é aleatório; ele evidencia uma escolha consciente de valorizar personagens ligados à consolidação de uma ordem política centralizadora e autoritária, que se alinha ao propósito do livro de fortalecer ideais cívicos e morais em sintonia com os valores do regime militar vigente à época. Tal escolha complementa o texto e contribui para a construção de uma memória histórica que privilegia certos agentes e narrativas, em detrimento de outros pontos de vista ou vozes históricas.

Essa leitura crítica da iconografia permite compreender o papel dessas imagens na

legitimação de um discurso histórico que sustenta a ideologia do período, evidenciando o entrelaçamento entre texto e imagem como ferramentas pedagógicas orientadas.

Outro aspecto da materialidade da obra é sobre a sua organização, ou seja a sumarização do conteúdo. Esta sumarização corresponde ou melhor dizendo, tem como base os programas curriculares elaborados pela CNMC, em especifico, os conteúdos para o ensino ginasial.

Como se observa no quadro 6, o programa curricular organiza os conteúdos da disciplina da seguinte forma: primeiramente as discussões relacionadas a moral, de forma abstrata, universo, religião, até ir chegando nas questões mais práticas e aí então, temos os conteúdos relacionados ao civismo.

QUADRO 6 – PROGRAMA CURRICULAR ELABORADO PELA COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO PARA O GINÁSIO (1970)

Unidade	Conteúdo
I. A harmonia do Universo	- Unidade na diversidade. Deus e o mundo. - Conceito de Homem: espírito e matéria. - Conceito de Religião: religação da criatura ao Criador. - Respeito a todas as formas de religião como diferentes caminhos. - O significado da oração. - Religiosidade, dignidade da criatura humana, direito à liberdade. - A Religião como base da Moral. - Liberdade com responsabilidade. Liberdade com Deus.
II. O caráter	- Sentido moral: firmeza de convicções e fortalecimento de vontade. - A formação do caráter. - O homem moral e o homem cívico. O bom cidadão. - Noções de Axiologia: valores subjetivos e objetivos; permanentes e efêmeros. - Escala e hierarquia de valores. - Virtudes morais e cívicas. O hábito. - Deveres e direitos morais, deveres e direitos cívicos.
III. Elementos básicos da nacionalidade	- A terra: características e peculiaridades de ordem econômica e social. - O homem: os grupos étnicos formadores. - As Instituições: caracterizadas por valores permanentes (Família, Igrejas, Forças Armadas, Estado, Instituições culturais).
IV. A Constituição do Brasil	- Bases filosófico-teístas e a confessionais. Consequências na Educação. - Características jurídicas. Os Três Poderes. - Segurança Nacional: Forças Armadas, direitos e garantias individuais. - Ordem econômica e social: o trabalho e a propriedade como pressupostos jurídicos do desenvolvimento nacional. - A família, a educação e a cultura. - A democracia brasileira como filosofia, estilo de vida e regime político.
V. A Pátria Brasileira	- Ideais, características físicas e históricas. - Vultos nacionais e valores que inspiram ação construtiva. - Símbolos Nacionais: conhecimento e uso. - O voto e o Serviço Militar. - Civismo como caráter, patriotismo e ação.
VI. Organização socioeconômica do Brasil	- Síntese da organização sócio-político-econômica. - Principais problemas brasileiros e da comunidade. - Possibilidades de participação do educando. - Relação entre pessoa, família e comunidade.

VII. O Brasil e o mundo	- Integração no mundo ocidental. - Relações internacionais.
VIII. Estruturas sociais contemporâneas	- Noções de estruturas sociais: democracia espiritualista e comunismo ateu. - Necessidade de a democracia alicerçar-se em valores espirituais e morais para o uso da liberdade responsável.

FONTE: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. 1970. *Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica. Prescrições sobre currículos e programas básicos de Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino*: (Artigo 4º do Decreto-lei nº. 869/69). Brasília.

As obras examinadas no primeiro capítulo — Santos (1971), Andrade (1971) e Galache, Pimentel e Zanuy (1971) — seguem uma lógica estrutural semelhante. Inicialmente, dedicam-se à exposição de conteúdos voltados à moral, para, em seguida, adentrar nas temáticas do civismo. Observam-se, contudo, nuances distintas na organização desses materiais, seja na nomenclatura empregada para os tópicos, seja na abordagem específica adotada por cada manual — aspecto já previamente mencionado no primeiro capítulo.

A obra *Educação Moral e Cívica*, de Andrade (1971), é aquela que mais fielmente se alinha ao programa curricular, diferenciando-se apenas na nomenclatura das unidades. No entanto, mantém a estrutura organizacional dos conteúdos, preservando a divisão em tópicos e subtópicos com os mesmos títulos adotados no currículo oficial, como se pode observar no exemplo apresentado no Quadro 7.

QUADRO 7 – COMPARAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DO SUMÁRIO DA OBRA DE ANDRADE (1971)

Currículo da CNMC (ginásio)		**Sumário de *Educação Moral e Cívica* (Andrade, 1971)**	
Unidade III	Conteúdo	Unidade III	Conteúdo
Elementos básicos da nacionalidade	- A terra: características e peculiaridades de ordem econômica e social. - O homem: os grupos étnicos formadores. - As Instituições: caracterizadas por valores permanentes (Família, Igrejas, Forças Armadas, Estado, Instituições culturais).	**A Nação Brasileira**	1- Elementos Básicos da nacionalidade 1.1 – A Terra - Principais Características 1.1.1 – Peculiaridades de Ordem Econômica e Social 1.2 – O Homem – Os grupos étnicos formadores 1.2.1 – Características do Homem Brasileiro 1.2.2 – Raízes Culturais 1.3 – As Instituições 1.3.1 – O Estado 1.3.2 – A Família 1.3.3 – A Igreja 1.3.4 – A Escola 1.3.5 – Instituições de Fins culturais 1.4 – características da População Brasileira 1.4.1 – Crescimento da População 1.4.2 – Fatores que Influenciam o Crescimento da População

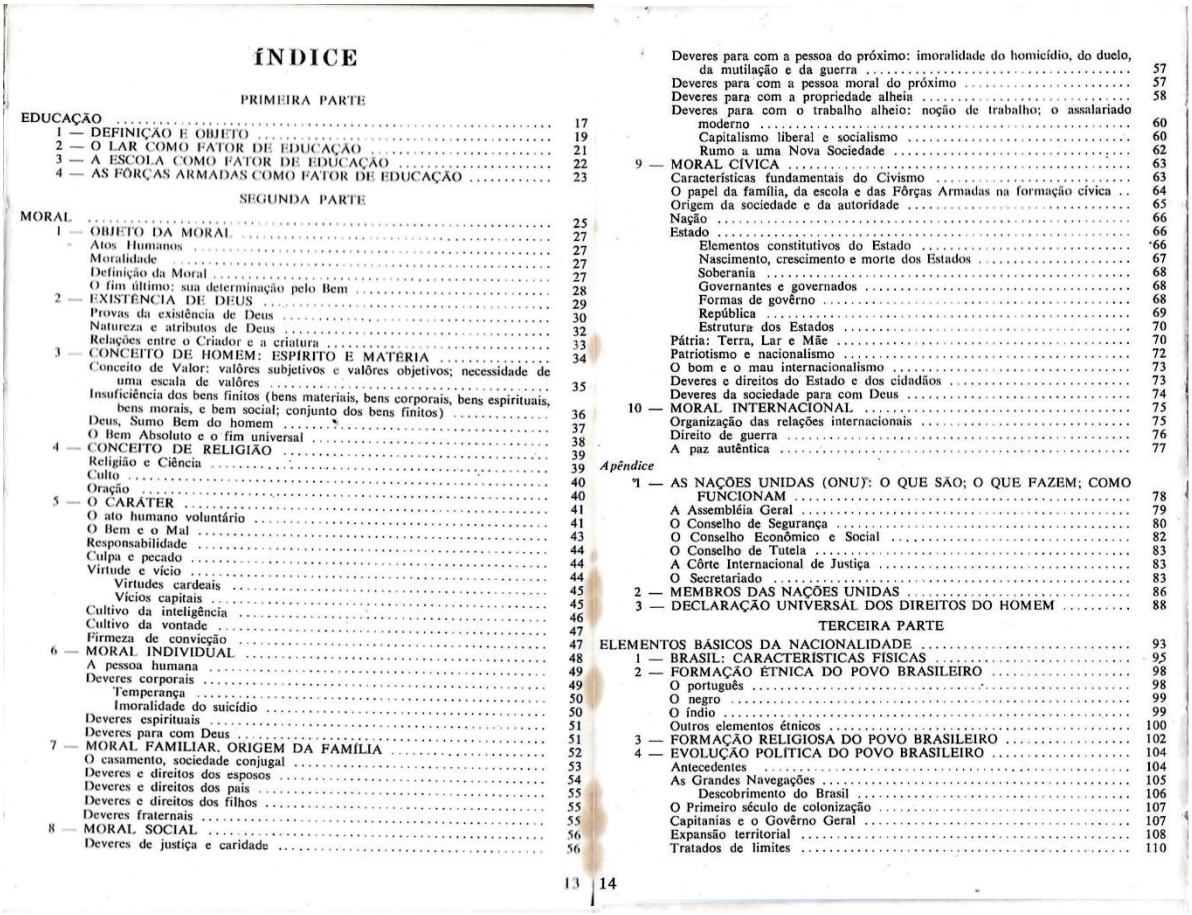
FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971) e Brasil (1970).

No exemplo usado sobre a unidade referente ao conteúdo historiográfico, o livro *Educação Moral, Cívica e Política*, de Santos (1971), distingue-se sutilmente do programa curricular oficial ao incorporar em sua estrutura elementos dispersos das unidades I, II e III, especialmente aqueles voltados à História do Brasil, os quais se fazem presentes na última seção, dedicada à *Educação Política*.

Em contraposição, o manual *Construindo o Brasil* de Galache, Pimentel e Zanuy (1971) praticamente ignora tais temáticas, conforme já analisado no capítulo anterior, uma vez que se caracteriza por uma quase total ausência de conteúdos historiográficos. Assim, tópicos fundamentais usualmente abordados na unidade III — *Elementos básicos da nacionalidade: O homem, os grupos étnicos formadores* — e na unidade V — *A Pátria Brasileira: Ideais, características físicas e* ***históricas*** — não encontram espaço em sua narrativa, evidenciando uma lacuna significativa no tratamento da identidade nacional.

Já, a obra *Educação Moral, Cívica e Política*, de Michalany e Ramos (1971), é a que mais se distancia das obras analisadas até então, por sua estrutura organizacional singular. Diferentemente dos outros livros citados, que usualmente iniciam sua abordagem pela moral, os autores optam por abrir a obra com uma reflexão sobre a educação. No sumário (Figura 27 e 28), podemos verificar que a obra inclui os mesmos títulos das unidades propostas pelo programa curricular e também é perceptível a dimensão que conteúdo relacionado à História do Brasil ocupa na obra.

FIGURA 27 – ÍNDICE/SUMÁRIO DA OBRA DE MICHALANY E RAMOS (1971) DA PÁGINA 17 À 110



ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

EDUCAÇÃO 17
1 — DEFINIÇÃO E OBJETO 19
2 — O LAR COMO FATOR DE EDUCAÇÃO 21
3 — A ESCOLA COMO FATOR DE EDUCAÇÃO 22
4 — AS FÔRÇAS ARMADAS COMO FATOR DE EDUCAÇÃO 23

SEGUNDA PARTE

MORAL 25
1 — OBJETO DA MORAL 27
Atos Humanos 27
Moralidade 27
Definição da Moral 27
O fim último: sua determinação pelo Bem 28
2 — EXISTÊNCIA DE DEUS 29
Provas da existência de Deus 30
Natureza e atributos de Deus 32
Relações entre o Criador e a criatura 33
3 — CONCEITO DE HOMEM: ESPÍRITO E MATÉRIA 34
Conceito de Valor: valôres subjetivos e valôres objetivos; necessidade de uma escala de valôres 35
Insuficiência dos bens finitos (bens materiais, bens corporais, bens espirituais, bens morais, e bem social; conjunto dos bens finitos) 36
Deus, Sumo Bem do homem 37
O Bem Absoluto e o fim universal 38
4 — CONCEITO DE RELIGIÃO 39
Religião e Ciência 39
Culto 40
Oração 40
5 — O CARÁTER 41
O ato humano voluntário 41
O Bem e o Mal 43
Responsabilidade 44
Culpa e pecado 44
Virtude e vício 44
Virtudes cardeais 45
Vícios capitais 45
Cultivo da inteligência 46
Cultivo da vontade 47
Firmeza de convicção 47
6 — MORAL INDIVIDUAL 48
A pessoa humana 49
Deveres corporais 49
Temperança 50
Imoralidade do suicídio 50
Deveres espirituais 51
Deveres para com Deus 51
7 — MORAL FAMILIAR. ORIGEM DA FAMÍLIA 52
O casamento, sociedade conjugal 53
Deveres e direitos dos esposos 54
Deveres e direitos dos pais 55
Deveres e direitos dos filhos 55
Deveres fraternais 55
8 — MORAL SOCIAL 56
Deveres de justiça e caridade 56

13

Deveres para com a pessoa do próximo: imoralidade do homicídio, do duelo, da mutilação e da guerra 57
Deveres para com a pessoa moral do próximo 57
Deveres para com a propriedade alheia 58
Deveres para com o trabalho alheio: noção de trabalho; o assalariado moderno 60
Capitalismo liberal e socialismo 60
Rumo a uma Nova Sociedade 62
9 — MORAL CÍVICA 63
Características fundamentais do Civismo 63
O papel da família, da escola e das Fôrças Armadas na formação cívica 64
Origem da sociedade e da autoridade 65
Nação 66
Estado 66
Elementos constitutivos do Estado 66
Nascimento, crescimento e morte dos Estados 67
Soberania 68
Governantes e governados 68
Formas de govêrno 68
República 69
Estrutura dos Estados 70
Pátria: Terra, Lar e Mãe 70
Patriotismo e nacionalismo 72
O bom e o mau internacionalismo 73
Deveres e direitos do Estado e dos cidadãos 73
Deveres da sociedade para com Deus 74
10 — MORAL INTERNACIONAL 75
Organização das relações internacionais 75
Direito de guerra 76
A paz autêntica 77

Apêndice

1 — AS NAÇÕES UNIDAS (ONU): O QUE SÃO; O QUE FAZEM; COMO FUNCIONAM 78
A Assembléia Geral 79
O Conselho de Segurança 80
O Conselho Econômico e Social 82
O Conselho de Tutela 83
A Côrte Internacional de Justiça 83
O Secretariado 83
2 — MEMBROS DAS NAÇÕES UNIDAS 86
3 — DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM 88

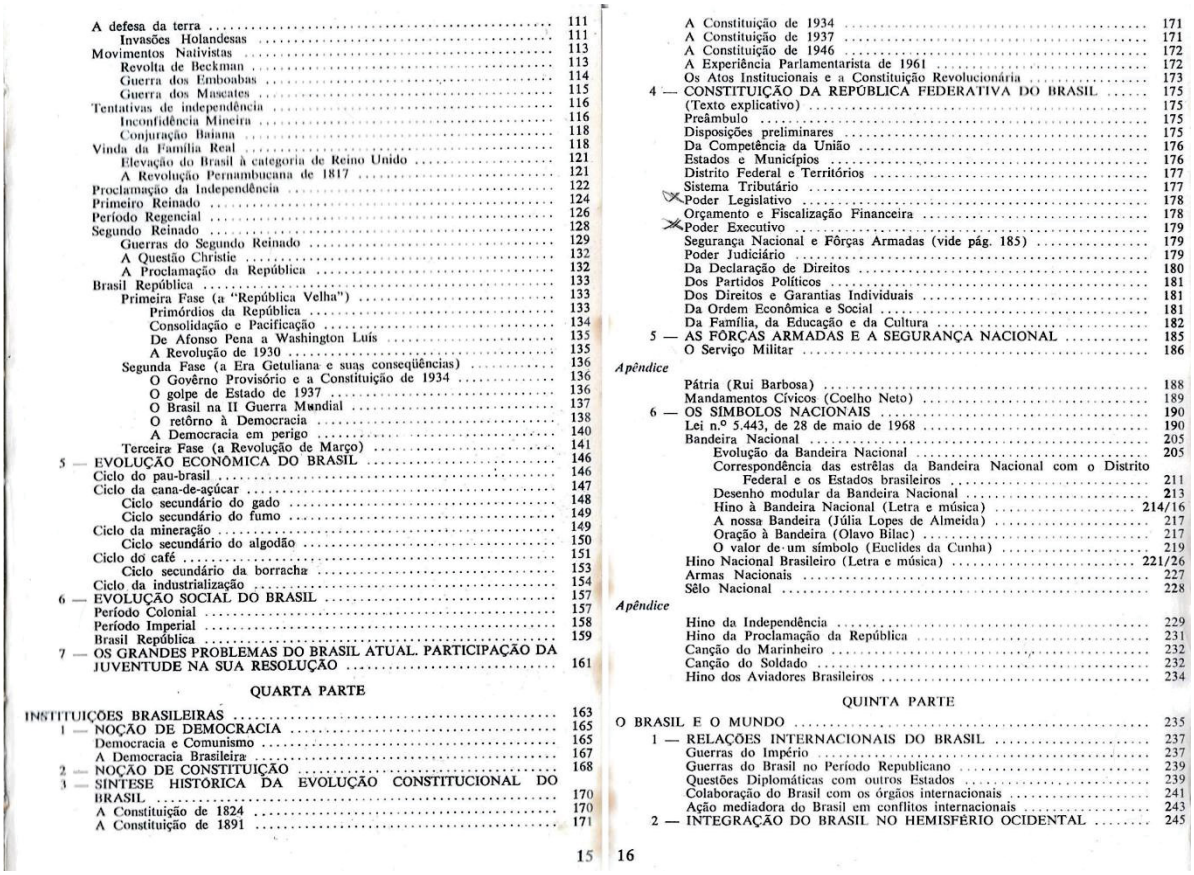
TERCEIRA PARTE

ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE 93
1 — BRASIL: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS 95
2 — FORMAÇÃO ÉTNICA DO POVO BRASILEIRO 98
O português 98
O negro 99
O índio 99
Outros elementos étnicos 100
3 — FORMAÇÃO RELIGIOSA DO POVO BRASILEIRO 102
4 — EVOLUÇÃO POLÍTICA DO POVO BRASILEIRO 104
Antecedentes 104
As Grandes Navegações 105
Descobrimento do Brasil 106
O Primeiro século de colonização 107
Capitanias e o Govêrno Geral 107
Expansão territorial 108
Tratados de limites 110

14

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

FIGURA 28 – ÍNDICE/SUMÁRIO DA OBRA DE MICHALANY E RAMOS (1971) DA PÁGINA 111 À 245



A defesa da terra 111
Invasões Holandesas 111
Movimentos Nativistas 113
Revolta de Beckman 113
Guerra dos Emboabas 114
Guerra dos Mascates 115
Tentativas de independência 116
Inconfidência Mineira 116
Conjuração Baiana 118
Vinda da Família Real 118
Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido 121
A Revolução Pernambucana de 1817 121
Proclamação da Independência 122
Primeiro Reinado 124
Período Regencial 126
Segundo Reinado 128
Guerras do Segundo Reinado 129
A Questão Christie 132
A Proclamação da República 132
Brasil República 133
Primeira Fase (a "República Velha") 133
Primórdios da República 133
Consolidação e Pacificação 134
De Afonso Pena a Washington Luís 135
A Revolução de 1930 135
Segunda Fase (a Era Getuliana e suas conseqüências) 136
O Govêrno Provisório e a Constituição de 1934 136
O golpe de Estado de 1937 136
O Brasil na II Guerra Mundial 137
O retôrno à Democracia 138
A Democracia em perigo 140
Terceira Fase (a Revolução de Março) 141
5 — EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL 146
Ciclo do pau-brasil 146
Ciclo da cana-de-açúcar 147
Ciclo secundário do gado 148
Ciclo secundário do fumo 149
Ciclo da mineração 149
Ciclo secundário do algodão 150
Ciclo do café 151
Ciclo secundário da borracha 153
Ciclo da industrialização 154
6 — EVOLUÇÃO SOCIAL DO BRASIL 157
Período Colonial 157
Período Imperial 158
Brasil República 159
7 — OS GRANDES PROBLEMAS DO BRASIL ATUAL. PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NA SUA RESOLUÇÃO 161

QUARTA PARTE

INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 163
1 — NOÇÃO DE DEMOCRACIA 165
Democracia e Comunismo 165
A Democracia Brasileira 167
2 — NOÇÃO DE CONSTITUIÇÃO 168
3 — SÍNTESE HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL 170
A Constituição de 1824 170
A Constituição de 1891 171

15

A Constituição de 1934 171
A Constituição de 1937 171
A Constituição de 1946 172
A Experiência Parlamentarista de 1961 172
Os Atos Institucionais e a Constituição Revolucionária 173
4 — CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 175
(Texto explicativo) 175
Preâmbulo 175
Disposições preliminares 175
Da Competência da União 176
Estados e Municípios 176
Distrito Federal e Territórios 177
Sistema Tributário 177
Poder Legislativo 178
Orçamento e Fiscalização Financeira 178
Poder Executivo 179
Segurança Nacional e Fôrças Armadas (vide pág. 185) 179
Poder Judiciário 179
Da Declaração de Direitos 180
Dos Partidos Políticos 181
Dos Direitos e Garantias Individuais 181
Da Ordem Econômica e Social 181
Da Família, da Educação e da Cultura 182
5 — AS FÔRÇAS ARMADAS E A SEGURANÇA NACIONAL 185
O Serviço Militar 186

Apêndice

Pátria (Rui Barbosa) 188
Mandamentos Cívicos (Coelho Neto) 189
6 — OS SÍMBOLOS NACIONAIS 190
Lei n.º 5.443, de 28 de maio de 1968 190
Bandeira Nacional 205
Evolução da Bandeira Nacional 205
Correspondência das estrêlas da Bandeira Nacional com o Distrito Federal e os Estados brasileiros 211
Desenho modular da Bandeira Nacional 213
Hino à Bandeira Nacional (Letra e música) 214/16
A nossa Bandeira (Júlia Lopes de Almeida) 217
Oração à Bandeira (Olavo Bilac) 217
O valor de um símbolo (Euclides da Cunha) 219
Hino Nacional Brasileiro (Letra e música) 221/26
Armas Nacionais 227
Sêlo Nacional 228

Apêndice

Hino da Independência 229
Hino da Proclamação da República 231
Canção do Marinheiro 232
Canção do Soldado 232
Hino dos Aviadores Brasileiros 234

QUINTA PARTE

O BRASIL E O MUNDO 235
1 — RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL 237
Guerras do Império 237
Guerras do Brasil no Período Republicano 239
Questões Diplomáticas com outros Estados 239
Colaboração do Brasil com os órgãos internacionais 241
Ação mediadora do Brasil em conflitos internacionais 243
2 — INTEGRAÇÃO DO BRASIL NO HEMISFÉRIO OCIDENTAL 245

16

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

A primeira seção do livro, concisa em sua extensão – limitada a três laudas –, concentra-se exclusivamente nesse tema, Educação. No tópico inaugural, intitulado 1. *Definição de Objeto*, os autores apresentam uma concepção tradicional de educação, definindo-a como "uma ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social" (Michalany, Ramos, 1971, p. 19). Essa perspectiva, alicerçada na transmissão entre gerações de valores e normas, é imediatamente sucedida por uma listagem de dezenove pensadores e suas respectivas definições de educação. Trata-se, assim, de uma breve história do pensamento educacional, que percorre autores desde Aristóteles e Bacon até teóricos mais recentes, como Van Dyke e Ward.

O primeiro contato dos professores com a obra ocorre por meio da definição de educação, um aspecto que não é meramente introdutório. Os autores apresentam a educação sob uma perspectiva de aparente neutralidade, afirmando que se trata de um "trabalho sistematizado, seletivo e orientador, pelo qual ajustamos à vida de acordo com as necessidades e propósitos dominantes" (Michalany, Ramos, 1971, p. 19).

Entretanto, a noção de "propósitos dominantes" não pode ser dissociada do contexto político em que a obra foi produzida. Em 1970, o regime militar brasileiro caminhava para um recrudescimento ainda mais intenso, consolidado pelo Ato Institucional nº 5 (1968), medida que aprofundou a repressão política e restringiu liberdades civis. Esse período, amplamente reconhecido pela historiografia como os *anos de chumbo*[30], marcou o auge do confronto entre o aparato estatal e os setores de resistência, sobretudo as esquerdas revolucionárias que optaram pela luta armada.

A década de 1970 é marcada pelo início de práticas autoritárias do governo, que incluíram censura sistemática, perseguições políticas, tortura e desaparecimentos forçados. Nesse contexto, a disciplina de EMC foi instituída como um instrumento ideológico do regime militar, visando controlar a juventude e moldá-la de acordo com os valores do Estado.

Juliana Filgueiras (2006, p. 50) destaca que "a formação moral e cívica era considerada necessária para impedir que as idéias subversivas tomassem conta dos jovens, além de prepará-los para uma futura participação na sociedade, de acordo com a proposta do regime militar". Além disso, ela ressalta que a EMC servia para

> a estruturação do 'sistema de defesa democrático', desenvolvido pela Política de Segurança Nacional, contra a guerra revolucionária. As crianças teriam sua personalidade formada desde cedo, de maneira a prepará-los contra a propaganda subversiva, quando viessem a se tornar adolescentes (p.52).

Ao apresentar a educação como um campo supostamente neutro, Michalany e Ramos (1971) de forma intencional ou não oculta os reais objetivos da EMC, que tinha como propósito central combater ideologias consideradas ameaçadoras ao regime, em especial o comunismo. Este foi utilizado como uma ameaça simbólica para justificar a promoção de uma formação moral e cívica alinhada aos interesses do Estado.

A Lei 5.692/71, promulgada em 1971, consolidou essa perspectiva ao reformar o ensino de 1º e 2º graus, priorizando a preparação para o mercado de trabalho e estruturando o ensino superior para formar profissionais alinhados ao desenvolvimento econômico e à segurança nacional. Dessa forma, a reforma educacional e a introdução da EMC inserem-se em um contexto histórico marcado por contradições:

> Em 1971, a brutal repressão do Estado praticamente exterminará os grupos guerrilheiros (exceto a guerrilha rural do Araguaia). O clima, repetimos, era de euforia nacional. No ano anterior o Brasil havia conquistado, pela terceira vez, o campeonato mundial de futebol, comovendo boa parte da nação A marchinha de Miguel Gustavo,

---

[30] A expressão "anos de chumbo" é amplamente utilizada na historiografia para designar o período mais repressivo da ditadura civil-militar brasileira, particularmente entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, caracterizado pelo endurecimento do regime, censura, tortura e perseguição política. Cf: Gaspari (2002), Skidmore (1988) e Napolitano (2014).

> "Pra frente Brasil', juntamente com as músicas patrioteiras da dupla Dom e Ravel faziam o maior sucesso do Norte a Sul do país. O Governo Médice, por sua vez, desenvolvia projetos arrojados, como a construção da rodovia Transamazônica e da ponte Rio-Niterói, justificando o *slogan* muito em voga na época "Este é um país pra frente". Embora criado em 1969, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) começa a funcionar efetivamente em 1970, com vistas a erradicar o analfabetismo de jovens e adultos. Tal movimento foi lançado com grande alarde, pois afinal visava atingir um grande contingente popular e esta era uma forma de buscar legitimação (Germano, 2011, p. 163).

Nesta primeira parte do livro *Educação*, Michalany e Ramos (1971) abordam três pilares fundamentais para a formação educacional: o lar, a escola e, de maneira mais singular, as Forças Armadas. Os autores iniciam sua análise destacando o papel do lar como o primeiro e mais influente fator de educação, enfatizando que a família é a base onde se formam os valores morais, éticos e cívicos que acompanham o indivíduo ao longo de sua vida. Em seguida, direcionam sua atenção para a escola, entendida como o espaço formal de transmissão de conhecimentos e de socialização, onde se complementa e amplia a educação iniciada no ambiente familiar.

Nos outros manuais a questão da educação e da escola são apresentados em outras unidades, como é no caso de Andrade (1971) que aparece na Unidade III *A Nação Brasileira*, que no programa curricular elaborado pela CNMC, corresponde à unidade III *Elementos Básicos da Nacionalidade*, onde a escola é considerada como uma das principais instituições brasileiras, junto com a Família, a Igreja e o Estado.

Portanto, esta forma particular da organização do conteúdo de Michalany e Ramos (1971) revela intencionalidade subjacente ao texto e da maneira como este orienta a experiência do leitor, como observado.

Sobre a organização de forma geral, a obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) segue a mesma estrutura da *Enciclopédia* (1971), já mencionada neste capítulo. O livro está dividido em quatro partes principais.

Como mencionado, a primeira parte intitulada **Educação**, é subdividida em quatro tópicos, 1. *Definição e Objeto*, 2. *O lar como fator de educação*, 3. *A escola como fator de educação*, 4. *As forças armadas como fator de educação.* A *segunda*, **Moral**, com dez tópicos: 1. *Objeto da Moral*, 2. *Existência de Deus*, 3. *Conceito de Homem: Espírito e Matéria*, 4. *Conceito de Religião*, 5. *O caráter*, 6. *Moral Individual*, 7. *Moral Familiar, Origem da Família*, 8. *Moral Social*, 9. *Moral Cívica*, 10. *Moral Internacional*,

A terceira parte **Elementos Básicos da Nacionalidade**, é subdividida em sete partes 1. *Brasil Características Físicas* 2. *Formação Étnica do Povo Brasileiro* 3. *Formação Religiosa do Povo Brasileiro* 4. *Evolução Política do Povo Brasileiro* 5. *Evolução Econômica do Brasil*

6. Evolução Social do Brasil 7. *Os Grandes Problemas do Brasil Atual. Participação da juventude na sua resolução*.

A quarta parte **Instituições Brasileiras**, é subdividida em seis parte 1. *Noção de Democracia* 2. *Noção de Constituição* 3. *Síntese Histórica da Evolução Histórica Constitucional Brasil* 4. *Constituição da República Federativa do Brasil* 5. *As Forças Armadas e a Segurança Nacional* 6. *Os Símbolos Nacionais* e pôr fim a quinta parte subdivido **O Brasil e o Mundo** subdividido em duas partes 1. *Relações Internacionais do Brasil,* 2. *Integração do Brasil no Hemisfério Ocidental*.

Assim, podemos perceber que a estrutura da obra se diferencia sutilmente de outras do mesmo gênero, ao priorizar, em um primeiro momento, o debate sobre a educação, para só então adentrar na esfera moral. No entanto, é na segunda parte, intitulada **Moral**, mais precisamente no tópico 9, *Moral Cívica*, que encontramos a definição de cidadania, nação, pátria e os deveres do indivíduo para com a sociedade. Como já argumentamos, para Michalany e Ramos (1970), a educação cívica se constrói essencialmente por meio do conhecimento da História do Brasil, estreitamente vinculado à formação da identidade nacional. Mas o que seria então o conteúdo relacionado à política, já que o livro se intitula *Educação Moral, Cívica e Política*.

No primeiro capítulo vimos que no caso do livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Rubens Ribeiro dos Santos (1971), o acréscimo do termo "Política" no título se justifica de maneira clara, pois há uma unidade específica chamada "Educação Política", que corresponde ao ensino de história.

No livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), esse acréscimo não é tão evidente, pois não há uma seção específica intitulada "Educação Política". No entanto, ao analisar a organização dos conteúdos do livro, é possível identificar que a dimensão política da educação está distribuída ao longo da obra, especialmente nas partes que tratam do presente e da organização política contemporânea do país.

A terceira parte, intitulada **Elementos Básicos da Nacionalidade**, parece estar mais alinhada à educação cívica, pois enfatiza a identidade nacional e os valores patrióticos. Os tópicos abordam a formação étnica e religiosa do povo brasileiro, bem como a evolução política, econômica e social do país. Esses conteúdos reforçam a visão histórica linear e otimista que caracteriza a obra, promovendo um discurso de continuidade e estabilidade, onde o passado é apresentado como um percurso de desenvolvimento natural da nação, algo que veremos de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.

A educação política parece estar presente no último tópico da terceira parte do livro *Os Grandes Problemas do Brasil Atual*, que trata da participação da juventude na resolução dessas questões. Além disso, ela também se estende às duas partes subsequentes: **Instituições Brasileiras** e **O Brasil e o Mundo**. Um exemplo deste caráter político destas seções, é o capítulo sobre as **Instituições Brasileiras,** aonde temos uma defesa da democracia em relação ao comunismo:

> Se a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, o *comunismo* é um regime diametralmente oposto. Trata-se de uma doutrina sócio-política-econômica que estabelece primado absoluto do social sôbre o individual, e do econômico sôbre o espiritual. Assim, o comunismo é fundamentalmente *ateu*, pois combate a tendência natural do homem no sentido de se elevar até Deus. Automàticamente, é contrário a *todas* as religiões, sendo principalmente *anticristão*; de fato, o Cristianismo, pregando a tolerância, a caridade, o respeito à dignidade individual, opõe-se frontalmente a tudo que o comunismo representa (Michalany, Ramos, 1971, p. 165 - 166).

Destarte, observamos que Michalany e Ramos (1971) adotam uma ordem diferente para essas unidades em relação ao programa curricular do CNMC. Enquanto no programa do CNMC a unidade **O Brasil e o Mundo** antecede **Instituições Brasileiras**, Michalany e Ramos (1971) apresentam a sequência inversa.

A organização dos conteúdos do livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) é um indicio da sua narrativa maior, pois revela uma estrutura cuidadosamente planejada para consolidar os interesses ideológicos da ditadura civil-militar brasileira.

A análise da Editora Michalany e de suas publicações voltadas à Educação Moral e Cívica revela que os livros didáticos produzidos no contexto da ditadura militar brasileira desempenharam um papel central na construção e na difusão de uma visão de mundo alinhada aos interesses do regime, transmitindo valores de obediência, patriotismo civismo. A própria materialidade dessas obras — com diferentes versões, formatos e estratégias editoriais — reflete o esforço para atingir distintos públicos e consolidar sua mensagem ideológica.

O papel dos manuais escolares como agentes de socialização política e cultural não é um fenômeno isolado do Brasil. Como aponta Alain Choppin (2002) os manuais sempre foram controlados de perto pelos Estados, pois representam uma ferramenta poderosa para a formação de identidades nacionais e a disseminação de discursos oficiais. E isso se dá pela sua relevância cultural pois, o livro didático está:

> [...] efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades

> (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se (Choppin, 2002, p. 14).

A diversidade de formatos adotados pela Editora Michalany, incluindo versões compactas e enciclopédicas, confirma a ideia de que os livros didáticos são objetos editoriais moldados por interesses específicos. Como aponta Choppin (2004), é preciso compreender os manuais escolares em sua dimensão histórica e material, pois sua forma e circulação influenciam diretamente sua função educativa e ideológica. Choppin (2002, p. 22), observa também que "o manual impõe uma hierarquia no campo dos conhecimentos, uma língua e um estilo", e essa ideia se materializa de maneira singular na obra de Michalany.

Embora todos os livros de Educação Moral e Cívica analisados tenham sido estruturados para legitimar visões e reforçar os valores da ditadura civil-militar, a obra *Educação Moral Cívica e Política*, de Michalany e Ramos (1971), adota uma estratégia própria para cumprir essa função ideológica. Seu principal recurso discursivo é a difusão de uma representação otimista da História do Brasil, alinhada à propaganda do regime. Além disso, sua organização material direciona o olhar e o ato de ensinar: o conteúdo ocupa um espaço equivalente ao dos demais temas, mas está posicionado de forma estratégica, logo após as discussões sobre moralidade e cidadania, e antes dos conteúdos relacionados às políticas governamentais contemporâneas e a formação do Estado brasileiro, o papel do Brasil no Mundo e as diferenças entre, nas palavras de Michalany e Ramos (1971) "democracia cristã" e o "comunismo ateu".

3. O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*, COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO E SUAS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

3.1 QUEM CONTROLA O PASSADO, CONTROLA O FUTURO: A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

Para Jörn Rüsen (2015), a história é uma necessidade antropológica que depende de uma narrativa, pois é por meio dela que a memória se organiza, se constituindo então uma consciência histórica. Essa consciência histórica é fundamental para nos orientar acerca do passado, presente e futuro, permitindo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos eventos e processos que moldam a nossa realidade. A narrativa histórica é um instrumento essencial para dar sentido às nossas experiências e orientar nossas ações

> A orientação possui uma relação direta com a vida prática, ou seja, uma qualidade própria de utilidade existencial. De acordo com as circunstâncias da vida, isso pode significar algo totalmente diferente: o saber histórico pode fortalecer o poder das tradições. Também pode, inversamente, ser utilizado para romper a força das tradições, a fim de possibilitar novas orientações. O saber histórico pode fortalecer e aprofundar a competência normativa das elites cultas. Ele pode ser empregado para qualificar as condições da vida como melhoráveis (no âmbito interpretativo das representações de progresso) e para mobilizar os respectivos potencias de ação. (Rüsen, 2015, p. 47).

Essa reflexão de Rüsen (2015) me fez recordar uma frase célebre do livro *1984*, de George Orwell (2011), que ressoou profundamente em minha adolescência: *Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado*[31]. George Orwell (2011), nessa obra, ilustra como o domínio sobre a narrativa histórica pode ser usado para consolidar o poder. O Partido, no livro *1984*, reescreve constantemente os registros do passado, garantindo que a população nunca tenha acesso a uma memória coletiva confiável que permita contestar sua autoridade.

Assim como o Partido, no livro *1984,* a ditadura civil-militar brasileira manipulou as representações das História do Brasil. O regime autoritário utilizou-se do saber histórico

---

[31] "O Partido disse que a Oceania nunca havia estado em aliança com a Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceania tinha uma aliança com a Eurásia há apenas quatro anos. Mas onde estava esse conhecimento? Somente em sua própria consciência, que em qualquer caso provavelmente seria aniquilada em breve. E se todos os outros aceitaram a mentira que o Partido impôs – se todos os registros contassem a mesma história – então a mentira entrou para a história e se tornou verdade. "**Quem controla o passado**", dizia o slogan do Partido, "**controla o futuro: quem controla o presente controla o passado**". E ainda assim o passado, apesar de sua natureza alterável, nunca havia sido alterado. O que quer que fosse verdade agora, era verdade de eternidade a eternidade" (Orwell, 2011, p. 75, grifo nosso)

difundido nas escolas como uma ferramenta de orientação do presente, consequentemente fazendo circular novas expectativas acerca do futuro do Brasil. Partindo da perspectiva de Jörn Rüsen (2015), podemos aferir que, a partir de certas ações, a ditadura civil-militar empenhou-se em cristalizar determinadas tradições e narrativas históricas do Brasil, enquanto reprimia e silenciava outras perspectivas.

Devemos ressaltar que o controle sobre a narrativa histórica presente nos livros didáticos não começou com a ditadura civil-militar de 1964. Pelo contrário, a construção da memória histórica oficial e a sua difusão na sociedade por meio de manuais escolares, sempre foi um elemento central das disputas políticas no Brasil. Até os anos 1960, a historiografia escolar já era amplamente dominada por uma narrativa linear e evolutiva, na qual a República era celebrada como um desdobramento natural da história nacional, apagando contradições e conflitos sociais.

Kênia Hilda Moreira (2011) aponta na sua tese intitulada *O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica*, que os livros didáticos de História do Brasil do período republicano adotavam uma abordagem positivista, estruturando a história brasileira como um processo de ascensão progressiva e homogênea. Como ela afirma:

> Entre os autores didáticos analisados predominou a opção de uma história historicista tendente a explicar a trajetória da formação social brasileira de modo linear, evolutiva e uniforme, conforme os pressupostos do método científico próprio da historiografia positivista modelada conforme a linguagem das ciências naturais do século XIX." (Moreira, 2011, p. 148).

A história ensinada nas escolas, narrava os eventos históricos a partir de uma perspectiva de um progresso natural e inexorável, sem rupturas ou contestação. A exclusão da população da participação política também foi naturalizada nos livros didáticos. Por exemplo, a ideia de democracia racial se consolidou como um discurso central na educação, apagando conflitos e disfarçando desigualdades. Como destaca Moreira (2011): "A partir de 1930, com o mito da democracia racial, a ideologia vigente nos livros didáticos gira em torno de cidadãos passivos, porém cientes do seu papel histórico na construção do Brasil moderno" (Moreira, 2011, p. 147). Portanto até a década de 1960, as narrativas históricas do país com uma perspectiva positivista era a dominante.

No entanto, essa hegemonia começou a ser desafiada por iniciativas que buscavam oferecer uma visão alternativa a esta história tradicional do país. Um exemplo marcante foi a

coleção didática *História Nova do Brasil*, coordenada por Nelson Werneck Sodré[32], que buscou romper com essa tradição e, por isso, sofreu censura durante a ditadura civil-militar. Originada da *Coleção História Nova*, a obra foi produzida em 1963 e publicada em 1964, como parte de uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura em conjunto com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)[33]. O livro foi produzido em um cenário de intensas disputas políticas, entre os chamados "entreguistas e reformistas"[34] marcado pela tentativa de consolidação do governo de João Goulart e de seu grupo político, em meio à instabilidade que culminaria no golpe de 1964 (Lourenço, 2008).

Portanto o projeto editorial em torno da obra *História Nova do Brasil* nos insere no debate sobre a modernização do Brasil, presente desde as décadas pós-Segunda Guerra Mundial. Como aponta Reis (2014)

> Desde os anos 1950, desenhava-se uma correlação de forças a favor das esquerdas reformistas, nacional-estatistas. Não era algo que se limitasse ao Brasil, mas um processo de caráter internacional. A volta de Vargas nos braços do povo e as campanhas nacionalistas da primeira década atestavam a sua tendência de modo nenhum restrita ao país ou à América do Sul. O cerco político a Getúlio com o suicídio subsequente pareceram marcar um momento de inflexão (p. 83).

Neste contexto da consolidação de Estado nacional desenvolvimentista há um processos de recrutamento de intelectuais que estivessem em conexão com uma visão de racionalização das ações governamentais para uma maior efetividade do desenvolvimento nacional (Souza, 2010)

> Objetivando a concretização de uma Política Nacional de Desenvolvimento Econômico e diante das necessidades de aparelhamento do Estado, são criados, em 1951, diversos órgãos setoriais de atuação nacional: a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) encarregada de propor possíveis modificações na estrutura agrária;

---

[32] Autor marxista de diversas obras sobre história, sociologia e literatura, como *História da Burguesia Brasileira* (1964), *História da Imprensa no Brasil* (1966), Nelson Werneck Sodré (1911-1999) ingressou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros em 1955**.** No ISEB, ele desempenhou um papel fundamental na formulação do pensamento nacionalista e no desenvolvimento de uma interpretação marxista da história do Brasil.

[33] O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), criado em 1955 durante o governo Café Filho e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), fundado em 1952. Desenvolveu-se significativamente no governo Juscelino Kubitschek, recebendo sede própria no Rio de Janeiro e maior suporte financeiro para promover cursos e publicações. Reconhecido pelo engajamento político e social de seus intelectuais, o Iseb foi palco de intensos debates, especialmente até 1958, quando divergências internas se acirraram. Entre 1960 e 1964, destacou-se por sua maior aproximação com a esquerda e movimentos sociais, refletida em obras como *História Nova do Brasil* (1964). Extinto após o golpe militar de 1964, simbolizou a articulação entre pensamento intelectual e política no Brasil contemporâneo (Lourenço, 2008).

[34] Esses termos se referem a duas visões distintas sobre o desenvolvimento do Brasil. Os entreguistas defendiam a integração do país ao capital estrangeiro, abrindo a economia às multinacionais, mesmo que isso reforçasse a dependência em relação às grandes potências. Já os reformistas acreditavam na possibilidade de transformar a sociedade dentro da ordem capitalista, propondo mudanças estruturais, como a reforma agrária e a administrativa, sem romper com o sistema vigente

> a Comissão de Desenvolvimento Industrial(CDI), com o objetivo de estudar e propor de medidas econômicas, financeiras e administrativas ligadas à política industrial; a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes para melhorar os transportes e melhorar o abastecimento interno; a Comissão Nacional de Bem-Estar para cuidar "da melhoria das condições do povo brasileiro". Nesse mesmo período, somam-se a essas Comissões, outras de atuação específica, além de outros órgãos e agências, totalizando a criação de 22 instituições estatais, incluindo a criação da CAPES, da Petrobrás, do CNPq e do BNDE, entre outras (p. 148-149).

Portanto, o Iseb emerge em um cenário em que o Estado brasileiro passou a promover valores liberais e democráticos com um viés modernizante, gerando contradições marcadas por ideologias estatais, como o populismo e o nacional-desenvolvimentismo. Ideologias estas que atuavam para neutralizar tensões e legitimar o projeto nacional. Formado por intelectuais, o Iseb assumiu um papel central na condução ideológica do desenvolvimento do país. E no contexto de 1961, passa a ter uma forte atuação da esquerda, sendo a presidência de Nelson Werneck Sodré do Instituto uma boa expressão desta fase da instituição.

O livro *História Nova do Brasil* possuía uma narrativa que ao mesmo tempo promovia o nacionalismo, oferecia uma interpretação materialista histórica do passado nacional, apresentando uma perspectiva crítica da História do Brasil, fundamentada no materialismo-histórico-dialético. A obra diferente de outros livros, apresentava uma cronologia não tradicional, utilizando uma narrativa histórica que conectasse o passado ao presente e colocasse o povo como sujeito central do processo histórico (Lourenço, 2008)

No contexto de sua publicação, enquanto leitores reconheceram o valor da iniciativa, setores conservadores, sobretudo a grande imprensa, não mediram esforços para desqualificar a coleção, utilizando termos pejorativos e tratando-a como uma ameaça à ordem estabelecida. O jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, criticou o teor ideológico da obra e também recorreu a ataques pessoais aos autores em editoriais que simbolizavam o embate entre visões de mundo opostas. Culminou então, que logo com a instauração da ditadura civil-militar, a obra enfrentou repressão direta: edições foram apreendidas, os autores perseguidos, e o fechamento do ISEB culminou na interrupção da produção de novos volumes (Lourenço, 2008).

Neste sentido, o caso do livro *História Nova do Brasil* exemplifica a disputa em torno das representações do passado e evidencia como a censura operava para controlar a memória histórica. A proibição dessa obra ilustra um dos significados do golpe civil-militar de 1964: um golpe contra a possibilidade de um radical processo de democratização do país.

José Paulo Netto (2016) argumenta que o golpe não pode ser compreendido isoladamente, mas deve ser analisado à luz da estrutura de classes no Brasil e da inserção do país na economia global. Segundo o autor, a burguesia interna, atrelada a interesses estrangeiros, teve um papel determinante na ruptura democrática, consolidando a subordinação

da economia nacional ao capital internacional. Para ele, o golpe representou: "[...] à época, a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e democratizar substancialmente a sociedade brasileira." Além disso, o golpe significou: "[...] a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico, social e político, virtualmente a reversão das linhas que historicamente marcaram a formação brasileira." (Netto, 2016, p. 77).

Nesse contexto, o livro *História Nova do Brasil* representou uma tentativa sutil de romper com essa historiografia tradicional com intuito de promover uma visão crítica da realidade atual. Apesar de suas limitações, a obra propunha uma leitura mais crítica do passado brasileiro. Percebe-se que a ditadura censurou projetos editoriais que buscavam questionar as tradições historiográficas, como também reforçou e consolidou a narrativa já estabelecida, que, no livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) assume um sentido específico: legitimar o regime vigente a partir de um entrelaçamento entre o passado, presente e futuro.

Historiadores e escritores profissionais, Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos deixaram evidencias de que tinham plena consciência de seus objetivos com a escrita da obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971), pois as cartas anexadas no início felicitando a publicação dão este ar messiânico para sua composição. Neste sentido, os autores Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos, assim como os outros autores de livros didáticos de EMC "imputam um sentido sublime e honroso ao ofício que se dedicam" eles são "arautos de um discurso encomendado, pregam um determinado ordenamento do mundo que satisfaz aos propósitos dos agenciadores daquele estado de coisas" (Almeida, p. 32-34, 2009).

E o principal recurso retórico, privilegiado para a nossa análise, é a narrativa da História do Brasil que, nesta sessão, mais a frente, iremos apresentar a partir de três categorias de analises — que são configuradoras da disciplina (Da Silvia & Bartholo, 2017; Figueiras, 2006): Moral cristã, Cidadania passiva e o Anticomunismo.

A narrativa presente no prefácio do livro *Educação Moral Cívica e Política*, intitulado "Carta aos Professores", faz um apelo à memória nacional, refletindo a tônica do livro, onde há um significativo conteúdo historiográfico atrelado à um forte apelo à identidade, fator imprescindível no pensamento histórico, de acordo com Rüsen (2015, p. 148):

> O direcionamento temporal da vida humana prática operado pelo pensamento histórico somente é eficaz quando *enraizado nas profundezas da subjetividade humana*. Trata-se aqui da temporalidade interna do homem enquanto indivíduo e enquanto membro de uma comunidade. Tudo que já se foi tem de ser mediado com o que se gostaria de ser, de modo que se lance uma ponte temporal sustentável entre o passado e o futuro, na autopercepção e autointerpretação do sujeito.

A identidade nacional, concebida como a interpretação de um país e suas representações simbólicas, desempenha um papel fundamental na formação da consciência histórica dos indivíduos.

No contexto da ditadura civil-militar, a disciplina de EMC buscava cumprir esse papel, visando promover valores considerados essenciais à participação cívica e à coesão social. A EMC buscava consolidar uma identidade nacional homogênea, enfatizando tradições culturais e valores morais específicos. Podemos contemplar esse objetivo no decreto lei 869/69, onde destaco três itens que dispõe sobra as finalidades da disciplina no do Art. 2º;

> b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valôres espirituais e éticos da nacionalidade;
> c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
> d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; (Brasil, 1969).

Fica evidente, portanto, que a ditadura civil-militar utilizou a educação como ferramenta para moldar a identidade nacional, promovendo uma visão homogênea dos valores e tradições brasileiras. No entanto, como discutido no primeiro capítulo, cada editora e autor adotou abordagens distintas para atingir esse objetivo, e o uso da narrativa histórica como recurso retórico não foi uma regra geral. Mesmo no caso do livro de EMC de Rubens dos Santos (1971), que mais recorreu a esse tipo de narrativa, seu uso foi sucinto e bastante objetivo, sem aprofundamento em determinados tópicos.

Michalany e Ramos (1971) deram um destaque relevante para o conteúdo histórico, os autores utilizaram a narrativa histórica para cumprir com estes objetivos, de fortalecer os valores espirituais (apelo ao cristianismo) e éticos da nacionalidade, de fortalecimento da unidade nacional e do cultuo á Pátria e aos seus símbolos, às tradições e pregação do anticomunismo. Portanto uma característica da obra é um entrelaçamento explicito entre o passado e o presente e o futuro e isto é bem evidente logo nas primeiras páginas (Figura 29).

FIGURA 29 – PÁGINA QUE ANTECEDE O SUMÁRIO E A INTRODUÇÃO DO LIVRO

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

Percebe-se que o título desta página que antecede o sumário e a introdução do livro **"Pátria: O amanhã que hoje construímos"** já estabelece um tom ideológico claro, conectando passado, presente e futuro em uma estrutura discursiva. “O amanhã que hoje construímos” mas que se dá pela obtenção do conhecimento do passado. Enquanto a presença da bandeira nacional reforça essa ideia ao simbolizar a continuidade e a unidade do país, a citação atribuída a Tamandaré — "Os que tombam pela Pátria não morrem; fundem-se em espírito a ela e têm vida eterna" — remete a um passado glorificado, no qual a dedicação e o sacrifício pelo Brasil são apresentados como virtudes supremas.

A posição estratégica dessa página, logo antes do sumário e da introdução, não é aleatória. Sua função é preparar o leitor para um conteúdo que reforçará esses valores ao longo

do livro, estabelecendo uma linha narrativa na qual o passado heroico legitima as ações do presente e projeta um futuro idealizado.

Uma das principais diferenças da obra de Michalany e Ramos (1971) em relação as de Andrade (1971), Galache, Pimentel e Zanuy (1971) e de Santos (1971) é a ausência dos vultos da pátria. Isto se dá, como já comentamos, pela estratégia da editora em segmentar determinados conteúdo da disciplina de EMC em livros próprios e esse foi o caso dos vultos, da qual foi produzida a obra *Vultos da Pátria.*

O livro *Vultos da Pátria* de Michalny e Ramos (1971) apresenta biografias de quarenta figuras históricas, enfatizando militares, estadistas e religiosos que teriam contribuído para a construção do Brasil. A narrativa adota um tom laudatório, semelhante a narrativa histórica da obra *Educação Moral, Cívica e Política,* como iremos observar mais adiante, enaltecendo essas personalidades como modelos a serem seguidos.

Os militares ocupam papel central na obra *Vultos da Pátria* (1982). Figuras como Duque de Caxias, Marechal Deodoro e Floriano Peixoto são retratadas como heróis nacionais, e a própria Ditadura Civil-Militar de 1964 é apresentada como uma "Revolução" irreversível. O prefácio da obra da edição que tivemos contato, de 1982, justifica a inclusão dos ditadores militares no panteão cívico:

> Finalmente, devemos acentuar que as biografias dos cinco presidentes revolucionários (Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João B. Figueiredo) são indispensáveis nesta galeria, dado o caráter irreversível que a Revolução de Março de 1964 representa (Michalany, Ramos, 1982, p. 1).

A presença dos presidentes da ditadura no livro sugere um esforço de continuidade histórica, estabelecendo uma conexão entre os "heróis do passado" e os líderes atuais do país ou do passado recente, Médice está ao lado de D. Pedro II, Tiradentes e José Bonifácio. Esse entrelaçamento temporal reforça a ideia de que a História do Brasil é uma progressão linear em direção ao progresso e à ordem, valores fundamentais da Doutrina de Segurança Nacional e coloca a ditadura civil-militar como o movimento de real mudança no Brasil.

Destarte, assim como a obra *Vultos da Pátria,* em três volumes, escrita pelos autores e publicada na Editora Michalany, a obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) adota uma abordagem histórica positivista. Sua narrativa representa a história do país como uma progressão linear de etapas evolutivas, minimizando contradições históricas. Esta é a lógica discursiva do positivismo, que segundo Barros (2011), é a epistemologia que auxiliou a burguesia assentada no século XIX. Portanto, destaca-se a ênfase na ordem, na evolução, na estabilidade e também no papel central do Estado na promoção do progresso social.

> Com seu discurso de "ordem e progresso", o Positivismo passaria de fato a constituir zelosamente uma das estratégias discursivas mais favoráveis aos novos objetivos da burguesia dominante. Pregava-se aqui a "conciliação de classes", na verdade a submissão da massa de trabalhadores aos industriais que seriam ser responsáveis em encaminhar bem ordenado progresso positivista. (p. 95).

Na narrativa histórica do livro *Educação Moral, Cívica e Política* Michalany e Ramos (1971), esta lógica discursiva é notável, até mesmo na organização dos próprios capítulos: A **Evolução** Política do Povo; **Evolução** econômica do povo brasileiro, **Evolução** social do Brasil. Assim como em alguns trechos: "Desde então, atuando com serenidade e firmeza, o Presidente Médici vem desenvolvendo o trabalho de seus dois predecessores, reconduzindo o País a rota apontada pelo lema da Bandeira Nacional: ORDEM E PROGRESSO" (Michalany; Ramos, p. 145, 1971).

Como já mencionado, a conteúdo sobre a História do Brasil da obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), se encontra no terceiro capítulo **Elementos Básicos da Nacionalidade**, sendo a primeira parte, *Brasil: Características Físicas.* Neste ponto é enfatizado a geografia do Brasil, descrevendo sua vastidão territorial e diversidade climática, sugerindo que essas características representam um potencial econômico ainda inexplorado.

O Brasil é apresentado como um país com vasto potencial econômico, cuja riqueza natural, segundo os autores, precisa ser convertida em progresso sob a liderança do Estado. Michalany e Ramos (1971, p. 97) enfatizam essa visão ao afirmar que "sob o ponto de vista físico-geográfico, o Brasil é um dos maiores países do mundo, podendo vir a ser um dos mais ricos."

Em seguida temos a segunda parte *Formação Étnica do Povo Brasileiro*, que é abordada a partir de uma ótica eurocêntrica, na qual os portugueses são apresentados como o elemento civilizador, a raça mais avançada e predominante, enquanto negros e indígenas são mencionados de forma utilitária, subalternizada.

Os autores afirmam que ″sendo o português o elemento preponderante no Brasil Colônia, não só em razão de sua supremacia política, mas também pela sua superioridade cultural, sua influência na formação étnica do Brasil foi bem maior que a das outras duas raças." (Michalany e Ramos p. 98).

O artigo de André Luan Nunes Macedo (2021) *Narrativas conservadoras e o sequestro do futuro: os materiais de Educação Moral E Cívica (1971)*, indica essa tendência narrativa nos livros de EMC. Ao analisar manuais de EMC da mesma época, Macedo (2021), destaca que esses materiais:

> se enquadram dentro daquilo que Oakeshott chamou de interpretação prática – ou utilitarista – do passado histórico [...]. Para os autores da época e seus respectivos condicionantes de meio, a história deveria produzir uma relação de causa e efeito, contribuindo assim para a consolidação viva do passado no presente (p. 104).

Essa interpretação histórica reforça a noção de que a formação do Brasil ocorreu de maneira linear, harmoniosa, sob o comando português, apagando os conflitos e resistências que marcaram esse processo. Ao minimizar o protagonismo das populações indígenas e negras, essa narrativa os posiciona como meros coadjuvantes, desconsiderando sua agência na construção do país.

Macedo (2021) também aponta como esses manuais sustentavam uma visão racializada do progresso, na qual o português era apresentado como o motor da civilização brasileira, enquanto os demais grupos eram retratados de maneira instrumental. Ele evidencia esse ponto ao citar o manual de Nelson Barbosa, *Moral e Cívica* (1971), que afirmava:

> O Elemento português: foi o que mais contribuiu para a formação do Brasil. Isto se deve ao fato de o próprio desenvolvimento dever-se aos portugueses; aliás, o fato do descobrimento é o resultado do espírito de liberdade e de bravura e da formação cristã que os impulsionaram a lançar-se aos mares, à procura de novas terras. Portugal era na época um dos povos mais cultos. Aos portugueses a formação étnica do Brasil deve a religião cristã católica, a língua e sua unidade no território nacional, as instituições políticas e sociais e organização administrativa" (Barbosa, 1971, p. 99, apud Macedo, 2021, p. 106).

Este texto é bem semelhante ao de Douglas Michalany, uma narrativa que excluía as experiências de resistência e a agencia das populações indígenas e negras:

> Os portugueses, como aliás a maioria das nações sul-europeias, são o resultado da fusão de vários outros povos, os quais penetraram na Península Ibérica desde os tempos préhistóricos. Aos primitivos habitantes da Península (os iberos), vieram depois juntar-se os celtas, vindos do norte, o que deu origem aos celtiberos. Mais tarde, já em tempos históricos, elementos fenícios, gregos e cartagineses misturaram-se à população peninsular. Em seguida, os romanos conquistaram a região, trazendo para ela sua raça, sua língua e suas instituições. No século V d.C., alguns dos povos germânicos que invadiram o Império Romano do Ocidente estabeleceram-se na Península: foram eles os alanos, os suevos e os visigodos. Em 711, os mouros (árabes da África do Norte, com uma certa proporção de sangue negro) invadiram a Espanha (nome pelo qual era conhecida na época toda a Península Ibérica), influenciando fortemente sua população. Assim, o povo português (que se tornou independente a partir de 1140) resultou da miscigenação de todos esses elementos diversos, o que lhe proporcionou uma extraordinária facilidade para se cruzar com outras raças. Sendo o português o elemento preponderante no Brasil Colônia, não só em razão de sua supremacia política, mas também pela sua superioridade cultural, sua influência na formação étnica do Brasil foi bem maior que a das outras duas raças. O idioma, a religião católica, as instituições políticas e sociais e a organização administrativa do Brasil foram as principais contribuições lusitanas para a formação de nossa Pátria (Michalany, Ramos, 1971, p. 98)

Embora os trechos de Barbosa (1971) e Michalany e Ramos (1971) sustentem uma visão similar sobre a formação do Brasil, enfatizando a centralidade e a superioridade do elemento português, há diferenças sutis entre eles. Michalany e Ramos (1971) adotam uma abordagem mais histórica, explorando a miscigenação entre os próprios portugueses antes de destacar sua suposta 'facilidade para se cruzar com outras raças', sugerindo um processo natural de embranquecimento.

Já Barbosa (1971) enfatiza diretamente a "bravura" e a "missão civilizadora" dos portugueses, apresentando sua influência como determinante para o progresso do Brasil. Essa abordagem dá à narrativa um caráter mais literário e idealizado que a de Michalany e Ramos (1971), suavizando os conflitos e complexidades desse processo. Apesar dessas variações, ambos os textos sustentam uma narrativa eurocêntrica e hierárquica, que naturaliza a supremacia lusitana e apaga as violências do processo colonial.

Tanto o livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) quanto as obras analisadas por Macedo (2021) demonstram que os manuais de EMC reproduziam uma visão eurocêntrica da História do Brasil e reforçava um ideal de cidadania subordinado a um modelo conservador e autoritário. Como conclui Macedo:

> Por fim, a experiência eurocêntrica da história foi um grande demarcador de sentidos e práticas na constituição da Moral e Cívica. A contemplação de experiências históricas outras conformou o sentido dado até mesmo aos conceitos que poderiam ser utilizados por meio de um horizonte mais aberto de expectativas. No entanto, o clima histórico de fechamento e supressão das liberdades, ao que tudo indica, foi de fundamental importância para a consolidação da taxonomia militar na educação Foi necessária uma demarcação ideológica para a comunidade imaginada, propondo diferenças entre patriotismo e nacionalismo. E, ao contrário do que foi apontado por alguns estudos prévios, a necessidade de definição demonstra que a ditadura assumiu o "front" explícito de uma concepção de cidadania e civismo (Macedo, 2021, p. 120-121).

Essa perspectiva sustenta uma hierarquia racial implícita e explicita, na qual a cultura europeia é tratada como o eixo central da organização da sociedade brasileira. Como discutido anteriormente, essa visão predominou por grande parte da história da disciplina, reforçando a ideia de superioridade europeia e apagando a contribuição de outros grupos sociais.

As seções 4 *Evolução Política do Povo Brasileiro*, 5 *Evolução Econômica do Povo Brasileiro* e 6 *Evolução Social do Brasil* concentram o conteúdo historiográfico da obra, aonde buscamos identificar, nessas partes, a presença de elementos característicos da disciplina de EMC na narrativa histórica de Michalany e Ramos (1971): Moral cristã, Cidadania passiva e o Anticomunismo.

Começamos pelo aspecto religioso. O cristianismo, em especial o catolicismo, é descrito na obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) como um dos pilares centrais da identidade nacional. Os autores apresentam a fé como um elemento essencial para a coesão social, afirmando que "o povo brasileiro é um dos mais religiosos do mundo. A quase totalidade da população pratica um ou outro culto, preocupando-se em elevar a alma a Deus" (p. 102).

O catolicismo é retratado como um fator de civilização e ordem, enquanto outras religiões são mencionadas apenas de forma secundária com o intuito de apresentar a pluralidade religiosa do povo brasileiro, sem mencionar seus valores morais. Na capa da obra, a figura da cruz é centralizada, no conteúdo sobre moral há conceitos da prática religiosa cristã como: oração, pecado, obediência. Todos os cidadãos brasileiros, segundo Michalany e Ramos (1971) tem deveres para com Deus:

> Os deveres do homem para com Deus encontram na sua melhor expressão na *Religião*, a qual se exprime pelo *Culto* e pela *Oração.* Todos os deveres da religião convergem, por conseguinte para o respeito e amor a Deus, Criador de todas as coisas e Modêlo eterno e absoluto de tôda perfeição (p. 51)

A religiosidade é associada a valores positivos, como a dignidade humana e a igualdade perante Deus, afastando qualquer questionamento mais profundo sobre as desigualdades sociais e suas causas. Portanto a narrativa histórica da obra reforça a religiosidade como um elemento central da identidade nacional, apresentando o cristianismo como uma força unificadora na luta pela liberdade, igualdade e respeito. Além disso, destaca o cristianismo como uma forma de resistência ao comunismo e ao ateísmo, associando a fé cristã à defesa da democracia e da Pátria, como pode conferir no quadro 8.

QUADRO 8 – APELO AO CRISTIANISMO PRESENTA NA OBRA

Trechos da obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971)
O povo brasileiro é um dos mais religiosos do mundo. A quase totalidade da população pratica um ou outro culto, preocupando-se em elevar a alma a Deus e procurando servi-Lo, consciente de que Deus é o fim último do homem e que fora d'Ele a vida é inútil e sem sentido (p. 102)
Considerando que o elemento português foi o que predominou em nossa formação étnica e política, é natural que o **Catolicismo Romano** se tenha tornado a religião mais importante do País (p. 102)
Essa religiosidade confere aos brasileiros uma clara noção da dignidade humana, pois lhes mostra que todos os homens são iguais perante Deus, e como tal devem respeitar-se uns aos outros, sem diferenciação de raça ou origem (p. 103)
A religiosidade do povo brasileiro também lhe ensinou o amor à liberdade, por dois motivos importantíssimos: a) Sendo todos os homens iguais perante Deus, não é justo que um povo tente oprimir ou dominar outro; por essa razão, os brasileiros sempre souberam reagir contra as agressões estrangeiras, sacrificando, se necessário, a própria vida para preservar a liberdade que Deus lhes concedeu (p. 103)
Em 19 de março de 1964, menos de uma semana após o comício subversivo de Goulart, surgiu a primeira reação pública contra a direção a que o governo queria arrastar o Brasil: inspirada pelas mulheres paulistas, realizou-se em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em defesa da religião contra o

ateísmo, em defesa da democracia contra o comunismo, em defesa da Pátria contra a influência das ideias estrangeiras, dezenas de milhares de pessoas participaram da grandiosa manifestação (p. 141)

FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971).

O segundo aspecto que observamos é a cronologia rígida e linear, dividindo-se em três grandes períodos: Colônia, Império e República. Pudemos identificar nesta narrativa a ideia de uma cidadania subserviente, obediente. Revoltas populares são relacionadas ao patriotismo, o amor à pátria, mesmo quando isso é anacrônico, como no caso da Inconfidência Mineira.

Embora os títulos dos capítulos sugiram uma análise da evolução política e econômica do 'povo brasileiro', a obra enfatiza sobretudo o papel do Estado e de seus líderes na condução do destino nacional, relegando a participação popular a um plano secundário.

Essa leitura evidencia como a narrativa histórica pode, sutilmente, reforçar um modelo de cidadão obediente e passivo ao enfatizar a harmonia social e minimizar conflitos. As mudanças políticas são apresentadas como naturais, necessárias e aceitas por todos, excluindo resistências e questionamentos que de fato existiram.

Por exemplo, a sociedade colonial é retratada como um sistema estabelecido e estável, sem destacar resistências dos escravizados. A ausência de conflitos sugere uma aceitação passiva dessa estrutura:

> Os senhores rurais do Brasil Colônia rapidamente se transformaram numa aristocracia local, isto é, passaram a formar uma classe fechada, orgulhosa de seus privilégios. Paralelamente à aristocracia dos senhores de engenho, existia no período colonial uma grande massa de escravos. Essa classe social não possuía quaisquer direitos e levava uma vida extremamente infeliz, sob o domínio dos grandes proprietários (Michalany, Ramos, 1971, p. 158).

Da mesma forma, a exclusão política da maioria da população é descrita como um fato inquestionável e contínuo, sem indicar tentativas de mudança ou resistência, sendo contemplado apenas suas mazelas, sem problematiza-las: “Quanto às massas populares (formadas pelos escravos, artesãos e pequenos trabalhadores agrícolas), continuavam a não ter qualquer projeção política, econômica ou social, permanecendo subordinadas aos interesses das classes dominantes" (Michalany, Ramos, 1971, p. 158).

E nesta mesma lógica, a Independência é representada como um momento de consenso e união nacional, sem menção a disputas internas ou resistência ao novo regime:

> A proclamação da Independência repercutiu imediatamente em todo o País, sendo D. Pedro reconhecido em seguida como Imperador por todos os brasileiros, sem distinção. Esse fato constituiu uma verdadeira bênção para o Brasil, pois a união do povo em torno do jovem monarca impediu que a Nação seguisse o triste destino das repúblicas hispano-americanas, destinadas a se despedaçarem em pequenos Estados rivais. (Michalany, Ramos, 1971, p. 124).

A evolução econômica do país também é tratada sob uma ótica desenvolvimentista, na qual o Estado aparece como o principal agente responsável pelo crescimento. Como o livro é de 1971, ele narra a evolução econômica até esta data, e a industrialização é exaltada como o grande marco do progresso nacional. Sem examinar quais as consequências de sua execução ou quais classes foram beneficiadas, como no trecho que afirma que "o Brasil encontrou o verdadeiro caminho de seu desenvolvimento. Nossa industrialização caminha a passos gigantescos." (p. 155-156), mas a qual custo?

Portanto, em um regime em que as greves eram proibidas e os sindicatos eram criminalizados, o papel da classe trabalhadora e os conflitos sociais decorrentes desse processo são ignorados ou minimizados, as políticas estatais são apresentadas em livros escolares como na obra de Michalany e Ramos (1971), como as grandes responsáveis pelo avanço da economia.

O trecho ″o governo brasileiro vem procurando incrementar o desenvolvimento do País, como um meio para melhorar o padrão de vida global da população e, com isso, diminuir automaticamente os desníveis sociais entre as várias regiões brasileiras." (p. 160) demonstra essa visão que desconsidera a necessidade de mudanças estruturais para enfrentar as desigualdades. Ou seja, é uma história sem povo.

O último elemento analisado é o anticomunismo. No âmbito religioso, essa questão já foi evidenciada, sendo um questão relevante o uso de uma retórica religiosa para condenar o comunismo. Para além desta questão, a obra combina elementos nacionalistas e liberais para reforçar essa narrativa, refletindo, assim, um contexto mais amplo de disputas ideológicas que marcaram o século XX, especialmente no período da Guerra Fria.

> A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral (Motta, 2000, p. 38).

Na narrativa histórica sobre o golpe, o governo de João Goulart, é retratado como uma tentativa comunista de desestabilizar o Brasil, com assessores ideologicamente alinhados e a incitação das massas contra o regime democrático.

> Quase todos os assessores de Goulart eram comunistas ou simpatizantes do comunismo (sendo, portanto, contrários às tradições cristãs e democráticas do Brasil) e pregavam a derrubada de nosso sistema político, pretendendo estabelecer em seu lugar uma República socialista, ao estilo cubano de Fidel Castro (Michalany, Ramos, 1971, p. 140)

O comunismo, ao longo do livro, é tratado como uma ameaça à estabilidade e à ordem, sendo associado à subversão e à manipulação popular. Em contraposição, a manutenção da hierarquia social e da disciplina é constantemente exaltada como o caminho para o progresso e a unidade nacional.

> Conhecidos chefes comunistas ocupavam o palanque presidencial, ao passo que outros elementos vermelhos enquadravam a massa que comparecera, fazendo gritar frases previamente preparadas em reuniões secretas. Nesse comício, em que o cunhado do Presidente chegou a insultar a própria religião cristã, Goulart apelou diretamente para o povo, incitando-o contra o Congresso e contra as autoridades não comunistas; ao mesmo tempo, voltou a apelar para os sargentos das Três Armas, sugerindo-lhes que assumissem diretamente o controle dos navios de guerra e dos quartéis, afastando seus oficiais (Michalany, Ramos, 1971, P. 140).

Dando prosseguimento ao conteúdo da Terceira Parte do livro *Educação Moral, Cívica e Política*, a última parte desta unidade se intitula *Os Grandes Problemas do Brasil Atual. Participação da Juventude na Resolução* e não apresenta um discurso historiográfico, ele trata do presente e desenvolve projeções para o futuro. O trecho inicial evidencia essa perspectiva:

> Sob o ponto de vista geográfico, o Brasil é um dos maiores países do mundo. Mas isso não basta. É necessário ocupá-lo, e isto implica em DESENVOLVIMENTO — único caminho para um verdadeiro processo de integração física e socioeconômica. É de um novo Brasil que estamos falando. Sua área geográfica compreende cerca da metade da América do Sul. Todavia, sua população é extremamente rarefeita, ou melhor, mal distribuída, resultando na imagem de um grande vazio demográfico em vastas áreas do território nacional, não obstante sua elevada taxa de crescimento populacional (Michalany, Ramos, 1971, p. 161).

Essa parte ocorre logo após a exposição histórica tradicional do Brasil. Os autores apresentam um país com uma trajetória linear e positiva, sem rupturas relevantes. Em seguida, ao tratar do presente e do futuro, projetam a necessidade de "ocupação" e "desenvolvimento" como solução para o subdesenvolvimento. O discurso reafirma o objetivo de integração nacional e combate ao que chamam de “subdesenvolvimento político, econômico e social”

> A grande tarefa, pois, do povo brasileiro é o desenvolvimento. Deve a Nação, consciente dessa ampla responsabilidade, extirpar do País todas as formas de subdesenvolvimento — o político, o econômico e o social — dos quais a corrupção e a subversão constituem o aspecto mais dramático, mas não o único (Michalany, Ramos, 1971, p. 161).

Essa argumentação reforça a ideia de que o progresso depende da erradicação de inimigos internos, alinhando-se ao discurso oficial da ditadura, que justificava a repressão política como um meio de garantir a ordem e o crescimento econômico.

A juventude é mencionada como peça fundamental no projeto nacional:

> Nosso País não tem opção fora do desenvolvimento. E seria indesculpável a omissão de qualquer brasileiro na realização dessa grande tarefa. Não só ao Governo, às classes produtoras, às elites empresariais e ao proletariado cabe essa empresa, mas também e principalmente à juventude brasileira, representada por seus 17 milhões de estudantes, de todos os níveis de ensino (Michalany, Ramos, 1971, p. 161).

O trecho coloca a juventude no centro da transformação nacional, mas dentro de um modelo disciplinado e voltado ao crescimento econômico, excluindo qualquer possibilidade de contestação política. Por fim, a narrativa segue para uma projeção para o futuro da lógica desenvolvimentista, relacionando a expansão econômica à integração de regiões marginalizadas, promovendo as políticas da ditadura civil-militar da época:

> O Brasil, através de todos os seus filhos, indistintamente, deve dar um exemplo ao mundo, realizando a incorporação das populações hoje marginalizadas, dentro dos benefícios do progresso que o País experimenta; deverá também reduzir os desníveis econômicos e sociais, que tantos prejuízos vêm causando ao seu desenvolvimento harmônico (Michalany, Ramos, 1971, p. 162).

O tom utópico do trecho sugere uma visão otimista de futuro, sem reconhecer os desafios estruturais e os impactos negativos das políticas da época, como a repressão aos opositores e os deslocamentos forçados causados por projetos de infraestrutura. Há na forma como essa narrativa é organizada um entrelaçamento entre passado presente e futuro, não atoa, o último capítulo desta sessão se direciona ao leitor, a juventude, convocando para pensar nos problemas nacionais.

Ao longo de toda a obra, percebe-se um esforço constante em moldar uma visão de Brasil fundamentada na ordem, no cristianismo, na lealdade ao governo. No ponto de vista dos autores a obra é uma resposta à desordem social que ocorrera nos anteriores à "Revolução", pois "O brasileiro só ouvia falar em sua decadência e em efeitos valorosos de povo dotados de doutrinas contrárias às nossas tradições (Michalany, Ramos, 1971, p. 9)".

A frase de Orwell (2011) – "Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado" – sintetiza a estratégia autoritária de controle da memória coletiva. A ditadura civil-militar impôs a censura e reprimiu opositores, mas também procurou garantir que a história ensinada nas escolas estivesse alinhada com sua visão de mundo, promovendo valores morais, cívicos e políticos que legitimavam sua continuidade.

Portanto, para se efetivar essa consciência histórica que entrelaça o passado o presente e o futuro, com o intuito de legitimar o governo, vigorou uma narrativa histórica no livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalan e Ramos (1971) que evoca representações otimistas da História do Brasil, como veremos a seguir.

3.2 UM PASSADO OTIMISTA: AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO NACIONAL NA NARRATIVA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* (1971)

Renato Ortiz (2013) em seu artigo *Imagens do Brasil*, nos apresenta as diferentes interpretações e representações simbólicas do Brasil na historiografia brasileira. E argumenta que a nação funciona como uma totalidade integradora, unindo indivíduos por meio de uma consciência coletiva que legitima as normas do Estado e fortalece os vínculos sociais:

> A ideia de totalidade é importante, vamos encontrá-la também nos escritos dos pensadores românticos alemães. Ao considerar a existência do "espírito de um povo", sua "alma", Herder, um dos precursores do movimento, considerava que cada um deles constituía uma civilização-organismo, uma unidade singular. Os habitantes de determinada sociedade estariam vinculados pela **história**, língua, religião, pelas disposições espirituais. Para que as nações sejam idênticas à si mesmas e diferentes umas das outras é necessário que o ideal de integração se realize, ele agrega aquilo que se encontraria disperso. O espírito nacional é um índice, um emblema de algo que o transcende (p. 610-611).

Nesse contexto, Ortiz (2013) analisa como as interpretações sobre o Brasil oscilaram entre o pessimismo e o otimismo ao longo do tempo. Ele destaca que, historicamente, alguns intelectuais associaram o atraso nacional a fatores psicológicos ou raciais. Paulo Prado, por exemplo, descreveu o brasileiro como um povo triste e resignado, enquanto Sílvio Romero e Nina Rodrigues, influenciados pelo racismo científico, acreditavam que a mestiçagem seria um obstáculo ao desenvolvimento, contudo, "Com a revolução de 30, a industrialização e a modernização do país, a ideia de mestiçagem é resinificada, seu aspecto negativo transmuta-se em positivo" (p. 615).

Percebe-se então que as mudanças políticas — especialmente a consolidação do poder estatal e o advento de políticas nacional-desenvolvimentistas — foram fatores determinantes para a transição de uma visão pessimista para uma perspectiva otimista sobre o Brasil, na qual o desenvolvimento e a modernização passam a ser celebrados como fundamentos de uma identidade nacional integrada e valorizada.

A ditadura civil-militar brasileira apropriou-se deste otimismo, ou como Carlos Fico (1989) assinala, reinventou o otimismo brasileiro, como ferramenta política para legitimar o regime e neutralizar a oposição, resinificando a ideia de identidade nacional integrada e modernizada.

David Antônio de Castro Netto (2019) destaca em seu artigo *Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970*, que a ditadura utilizou o otimismo como instrumento político, transformando-o em um discurso de exaltação nacionalista para justificar

tanto a repressão quanto as políticas desenvolvimentistas. Durante o "milagre econômico", o governo promoveu uma euforia nacionalista que camuflava desigualdades e violações de direitos humanos. Slogans como "Ninguém segura este país" e "Brasil: Ame-o ou Deixe-o" reforçavam a ideia de uma nação pujante e unificada, onde críticas ao regime eram interpretadas como traição à pátria. A ditadura militar operava

> um conjunto de valores simbólicos, construídos a respeito do Brasil e do povo brasileiro, com o propósito de produzir mensagens otimistas no período em que a legitimidade garantida pela eficácia do 'milagre econômico' começava a oscilar [...] A permanência das mensagens ratificaria a ideia de ‘continuidade’ ou de ‘progresso’. Durante a ditadura militar, isto sempre foi reforçado com a ideologia do 'Brasil Grande' e próspero, tipificado no slogan da AERP: 'Este é um país que vai pra frente!" (p. 74-78).

E esta propaganda é refletida nos livros didáticos de educação moral e cívica. A narrativa histórica do livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) evoca representações otimistas do passado brasileiro, caracterizando a história do país como uma trajetória de progresso contínuo. Como mencionado, o desenvolvimento econômico, social e territorial é descrito como inevitável e fruto de esforços constantes do “povo brasileiro” e sem definir que é este “povo brasileiro”, a História do Brasil é apresentada sem grandes rupturas ou períodos de crise prolongada,

O tom da narrativa histórica demonstra um forte viés ufanista e otimista sobre a História do Brasil, destacando os avanços territoriais, econômicos e institucionais como marcos positivos no desenvolvimento da nação. Há uma valorização explícita de figuras históricas e processos que contribuíram para a consolidação do país, como os bandeirantes, a monarquia e a industrialização. Nos trechos abaixo, temos exemplos da representação dos bandeirantes de André Vidal, Henrique Dias e Filipe Camarão:

> Esses homens valorosos, que haviam reunido as melhores qualidades das duas raças, foram os responsáveis pela triplicação do território brasileiro, rompendo a antiga linha de Tordesilhas até quase a Cordilheira dos Andes (Michalany, Ramos, p. 109-110).

> Nessa guerra forjou-se definitivamente a união das três raças que formaram o povo brasileiro: o paraibano André Vidal de Negreiros, o negro Henrique Dias e o índio Poti (Filipe Camarão), chefes da luta contra o invasor, simbolizaram perfeitamente a identidade dos ideais que animavam todos os brasileiros (Michalany, Ramos, 1971, p. 112).

Dessa forma, a construção de uma identidade nacional pautada pelo otimismo, união e pelo progresso contínuo não se limitou apenas ao discurso oficial do regime, mas foi incorporada também aos materiais educativos, como o manual *Educação Moral, Cívica e Política* (1971).

A narrativa histórica contida na obra reforça essa visão ao exaltar o crescimento industrial, a modernização econômica e a expansão territorial como resultados naturais de um Brasil em ascensão. Essa perspectiva minimiza os desafios estruturais e desigualdades sociais, e se alinha à lógica da propaganda estatal, que buscava justificar o autoritarismo como um meio legítimo para garantir a estabilidade e o desenvolvimento nacional.

A seguir, analisaremos como esse discurso foi instrumentalizado para consolidar a centralidade do **Estado** e **das Forças Armadas** como pilares fundamentais da ordem e do progresso do país, tanto no passado quanto no presente, perpetuando uma visão em que o poder militar e estatal são apresentados como garantidores da soberania e do bem-estar nacional. Devemos ressaltar que a Editora Michalany publicou um livro sobre a história das Forças Armadas e seus patronos, assim como, na obra *Vultos da Pátria*, há quantidade significativa de "heróis" militares, portanto, estas questões não são meros detalhes, como veremos a seguir.

Como observa-se no quadro abaixo (Quadro 9), o manual *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) retrata as Forças Armadas de forma gloriosa e central na História do Brasil, relacionando-a com valores como patriotismo e disciplina, e enfatizando seu papel como defensora da integridade nacional e de uma instituição responsável pela educação moral dos cidadãos. As Forças Armada são colocadas em pé de igualdade com instituições fundamentais como a família e a escola, destacando seu papel não só na defesa, mas na formação moral e cívica dos indivíduos.

QUADRO 9 – MOBILIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES E PROCESSOS HISTÓRICOS

Categorias de Analise	**Conteúdo**	**Trechos da obra *Educação Moral, Cívica e Política* (1971)**
Representação das Forças Armadas	AS FORÇAS ARMADAS COMO FATOR DE EDUCAÇÃO	"As Forças Armadas, assim como o lar e a escola, desempenham um importante papel na educação. Elas instruem militarmente e educadamente o cidadão." (p. 27) "A educação moral, que é a base da instrução militar destina-se a elevar as almas [...] a incutir no espirito do homem a concepção do esforço e do dever, do devotamento e do sacrifício à causa comum." (p. 27)
	PRIMEIRO REINADO	"[...] mas o patriotismo que animava os soldados brasileiros levou o inimigo de vencida." (p. 154)
	PERÍODO REGENCIAL	"tal fortuna deveu-se principalmente ao Exército e á Marinha Imperiais unidos no sagrado dever de manter a integridade da Pátria [...] as Fôrças Armadas conseguiram reconduzir o convívio da grande família brasileira os irmãos que dela haviam afastados." (p. 158)
	SEGUNDO REINADO	"O Brasil caminhava para a estabilidade política, servido pela espada gloriosa do general *Luís Alves de Lima e Silva* – futuro *duque* de Caxias." (p. 161). "As Fôrças Armadas brasileiras, guardiãs da integridade e da honra nacionais, cobriram-se de glória nessas jornadas

		imperecíveis, sob a chefia de heróis como Caxias, Osório, Tamandaré e Barroso.” (p. 161). “Seu exército, disciplinado e aguerrido.” (p. 161).
	PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	“As Forças Armadas, que tanto se haviam destacado na manutenção da ordem e nas guerras do Império, sentiam que o govêrno imperial não lhes dava apreço que mereciam.” (p. 167)
	SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	“A entrada do Brasil na guerra revelou, uma vez mais, o devotamento de nossas Forças Armadas à nobre missão de defender a Pátria em perigo.” (p. 172)
	REVOLUÇÃO DE 1964	“[...] as Forças Armadas assumiram – como em outras ocasiões históricas - a responsabilidade pela direção dos destinos nacionais, mas desta feita não entregaram o poder a elementos que poderiam desvirtuar os princípios revolucionários, como já ocorrera antes.” (p. 179)

FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971).

Desde o Primeiro Reinado até a Revolução de 1964, as Forças Armadas são consistentemente retratadas como heroicas, disciplinadas e essenciais para a estabilidade política e social do Brasil. Na lógica da narrativa, essa representação reflete uma visão que enaltece as diversas intervenções militares que tiveram na História do Brasil como necessária e benéfica, alinhando-se com os ideais do regime autoritário vigente na época da publicação da obra. As Forças Armadas são representadas como uma instituição pura, onde a única ideologia é o patriotismo, a mesma ideologia que deveria ser de todo “povo brasileiro”.

Ao analisarmos como os autores apresentam o conceito de Estado percebe-se a ênfase em suas atribuições (Quadro 10). De certa forma, as narrativas se valem de uma perspectiva autoritária e nacionalista, pois os autores justificam a centralidade do Estado na vida dos cidadãos e a subordinação dos interesses individuais aos interesses da pátria. Mesmo que em alguns trechos da obra o poder do Estado é reconhecido como não absoluto, o Estado é representado como uma entidade que deve ser defendida e preservada a todo custo, legitimando ações que garantam sua continuidade.

QUADRO 10 – DEFINÇÃO DO ESTADO

Categorias de Analise	**Conteúdo**	**Trecho da Obra**

Estado	A Moral Civil: Estado	"Sua maior finalidade é a ordem e a prosperidade social. Suas funções são reguadas por leis, defendidas por sua força." (p. 70) "A tarefa principal do Estado é durar. Seu objetivo final é manter-se. Sua moral é simples: tudo o que for contrário ou prejudicial à sua duração, é intolerável; tudo o que for indispensável para sua existência, é legítimo." (p. 70) "[...] o poder do Estado não é absoluto, sendo limitado de duas maneiras: em sentido amplo, pelo direito natural; em sentindo particular, pelo direito público." (p. 77) "[...] o Estado tem direito de pedir aos cidadãos o sacrifício de suas vidas (imposto de sangue), em nome da pátria, cujos os interesses estão acima dos indivíduos." (p. 78)

FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971).

O uso de alguns léxicos, como **ordem**, **manutenção**, **legitimidade**, **estabilidade**, **segurança** e **subversão**, mostra como a narrativa histórica é instrumentalizada para reforçar uma determinada visão sobre o poder do Estado e sua relação com a sociedade.

Esses termos não são neutros, possuem funções políticas e ideológicas que podem justificar ou questionar ações governamentais. No livro analisado, esses léxicos são usados para construir uma justificativa para a centralização do poder e a repressão de movimentos que poderiam desafiar a estrutura existente.

O uso destes léxicos possui relação com a historiografia positivista, pois reflete a maneira como essa corrente historiográfica concebe a narrativa histórica: como um instrumento de legitimação da ordem e da estabilidade social**.** Termos como ordem, manutenção, legitimidade, estabilidade, segurança e subversão não são neutros; ao contrário, carregam significados ideológicos que moldam a representação do passado de acordo com a necessidade de justificar ou reforçar determinadas estruturas de poder. A historiografia positivista, influenciada por Augusto Comte, buscava estabelecer leis universais para a história, tratando os processos históricos como fenômenos regidos por princípios invariáveis.

Como afirma José D'Assunção Barros (2011):

> o positivismo iria acrescentar, ao ideal iluminista de Progresso, o conceito de Ordem. Seu objetivo será a 'conciliação de classes', maneira de acobertar, para utilizar uma expressão marxista, a 'dominação de classe' empreendida pelas classes industriais" (p.11).

Dessa forma, a narrativa positivista tende a representar o passado de maneira linear e progressiva, desqualificando movimentos sociais que desafiam a estrutura vigente ao classificá-los como **"subversivos"** ou **"perturbações da ordem natural das coisas"**. Assim, o léxico utilizado na escrita da história desempenha um papel fundamental na forma como os eventos são interpretados e no reforço de determinadas ideologias.

Por fim, o único contexto histórico narrado de forma pessimista no livro *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) é no governo de João Goulart, retratado como um risco à ordem nacional, cuja solução veio com a Revolução de 1964. Uma Revolução, que tinha como principal função resguardar a democracia, alinhada com a narrativa oficial do regime, que buscava justificar a intervenção como um movimento popular e necessário para salvar a democracia e combater a corrupção, preconizada pelos comunistas, como é possível observar no quadro a seguir (Quadro 11):

QUADRO 11– REPRESENTAÇÃO DO GOLPE CIVIL/MILITAR DE 1964

Categorias de Analise	Conteúdo	Trecho da Obra
Representação do Golpe de 1964	TERCEIRA FASE: A REVOLUÇÃO DE MARÇO	"[...] em 31 de março de 1964, eclodiu um movimento de âmbito nacional, apoiado pela esmagadora maioria da população, contra o governo de Goulart e em defesa da democracia." (p. 179) "Apoiado pela maioria dos políticos democratas e pela maioria do povo, o Presidente Castelo Branco deu início à imensa tarefa de regenerar o País." (p. 179) "As Forças Armadas iniciaram inquéritos visando apurar responsabilidades, tanto no referente às tentativas de subverter a ordem democrática, como também no que diz respeito ao desvio de dinheiros públicos e ao enriquecimento ilícito." (p. 179-180)

FONTE: Organizado pelo autor, com base em Michalany e Ramos (1971).

É possível perceber que os autores não omitiram as complexidades e controvérsias do Golpe, como a repressão política, a suspensão de direitos civis e a perseguição de opositores, característica incomum em democracias. Na retórica da narrativa, o autoritarismo é justificado, com o objetivo de legitimar essas ações. Com uma escrita maniqueísta deste processo histórico, os autores chegam a justificar o próprio AI-5, tratando-o como um processo necessário para se combater os "inimigos da pátria":

> "[...] o Presidente promulgou o Ato Institucional nº 5; reforçaram-se assim os poderes da revolução contra os subversivos e corruptos, muitos dos quais não haviam sido cassados (13 de dezembro de 1968). Graças a essa medida, e orientação revolucionária do governo pode ser mantida." (Michalany, Ramos, p. 182, 1971).

Em suma, as representações históricas presentes na composição das narrativas do manual escolar *Educação Moral, Cívica e Política*, buscaram legitimar as intervenções militares e a centralidade do Estado, tentando assim moldar uma memória coletiva e a consciência histórica dos seus leitores. Isso se manifesta na representação gloriosa e central das

Forças Armadas e na justificação do Golpe de 1964 como um movimento necessário para salvar a democracia e combater a corrupção em sua narrativa maniqueísta.

Esta representação otimista da História do Brasil presente na obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), exemplifica como a disciplina de EMC foi utilizada como um instrumento ideológico pelo regime. Ao consolidar uma visão homogênea e triunfalista do passado, que se entrelaça com o presente, o discurso educacional contribuía para a formação de cidadãos alinhados aos valores políticos do período, perpetuando a ideia de que o autoritarismo era um caminho necessário para garantir a continuidade do progresso nacional. Dessa forma, este livro didático reflete as diretrizes da ditadura e se torna um veículo de reprodução de seus valores, moldando a percepção dos estudantes sobre o Brasil e sua história, e de seus possíveis futuros.

Sendo um instrumento pedagógico, o livro *Educação Moral, Cívica e Política* cumpre com a sua função referencial do programa curricular elaborado pela CNMC, sendo seu principal difusor. Mas ele também exerce um papel ideológico, pois imbuído da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, serviu de propaganda política da ditadura civil-militar. No entanto, os autores realizam tal tarefa de um jeito peculiar, explorando o ensino de História do Brasil, já que a disciplina de EMC não tinha uma ciência de referência própria, o que gerou uma instabilidade nos conteúdos — algo que se refletiu nos livros didáticos.

E neste caso, cada autor e editora explorou o ensino de História do Brasil à sua maneira. Alguns livros analisados no primeiro capítulo, como *Construindo o Brasil* (Galache, Pimentel e Zanuy, 1971), quase não deram espaço para essa abordagem. Mesmo *Educação Moral, Cívica e Política* de Santos (1971) que trazia uma seção mais extensa sobre História do Brasil, ainda não era tão rico quanto o de Michalany e Ramos (1971).

A obra de Michalany e Ramos (1971) se destaca por estabelecer conexões entre passado, presente e futuro, além de construir uma representação otimista da História do Brasil. Essa narrativa reforça o papel central do Estado e das Forças Armadas como agentes históricos indispensáveis ao progresso nacional, não apenas por meio de eventos concretos, mas também por meio de representações simbólicas que legitimam seu poder e autoridade. E é importante lembrar que, ao falar de representações, estamos falando de poder e dominação:

> É possível, portanto, compreender de que maneira os enfrentamentos fundados na violência bruta, na força pura, se transformam em lutas simbólicas, ou seja, em lutas que têm as representações por armas e por apostas. A representação tem esse poder, porque, segundo Marin, 'efetua a substituição à manifestação exterior onde uma força aparece apenas para aniquilar outra força em uma luta de morte, signos da força ou, antes, sinais e indícios que só precisam ser vistos, constatados, mostrados, e depois

> contados e relatados para que se acredite na força de que são os efeitos' (Chartier, 2011, p. 20).

A representação da História do Brasil no livro *Educação Moral, Cívica e Política*, de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos (1971), é construída a partir de um paradigma positivista, servindo como um recurso discursivo para apresentar um passado nacional glorificado, caracterizado pela ausência de grandes contradições ou tragédias.

A narrativa reforça a ideia de um progresso contínuo, no qual a civilização brasileira estaria em constante desenvolvimento, culminando na ditadura civil-militar como a forma mais avançada de organização política e econômica do país. As Forças Armadas estão presentes na capa, em epigrafes, como a de Almirante Tamandaré nas páginas decorativas que inauguram a leitura da obra, são representados como os principais promotores da estabilidade social, representação máxima do patriotismo brasileiro, e contraditoriamente, guardiã da democracia. Dessa maneira, o livro exalta o regime vigente e a partir desta representação otimista buscou inculcar nos leitores uma consciência histórica que legitimasse a sua permanência, autoridade e a longo prazo, uma memória positiva da ditadura civil-militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático *Educação Moral, Cívica e Política*, publicado pela Editora Michalany em 1971, foi concebido em um contexto de intensificação da disciplina de Educação Moral e Cívica no Brasil, o livro possui um discurso estruturado de forma que promove uma visão patriótica, disciplinadora e otimista da História do Brasil, reforça a moral cristã, o anticomunismo, de acordo com os preceitos a Doutrina de Segurança Nacional.

Na realidade, os livros didáticos de Educação Moral e Cívica permeiam a cultura escolar brasileira desde o período imperial, refletindo diferentes interesses dados os momentos históricos e seus respectivos projetos de formação cidadã e difusão de um ideal de nação/pátria (Bittencourt, 1993).

No processo de pesquisa de campo, o material mais antigo relacionado a esta disciplina que nos encontramos — na Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba —, foi a terceira edição do livro didático *Educação Moral e Cívica*, de M. Zeferino Barroso, impressa pela Graphica Sauer em 1927. O Autor, nesta época, no final dos anos 1920 já fazia referência a disciplina de EMC como "esta velha disciplina" (Barroso, p. 04, 1927).

Numa análise de comparação sincrônica com o livro de Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos, *Educação Moral, Cívica e Política* da década de 1970, podemos notar tanto permanências quanto transformações no discurso moral, cívico e político, presente nessas obras. Se, por um lado, a valorização do cristianismo como bússola moral da sociedade permanece como eixo central, aproximando obras tão distantes pelo tempo, por outro, a presença do anticomunismo exacerbado e da apologia ao desenvolvimentismo na obra de Michalany e Ramos (1971), delimitam as questões do contexto histórico próprio em que o livro foi produzido.

Percebe-se, então, a grande potencialidade dos livros didáticos como fontes históricas para História da Educação, pois agindo como difusores do programa curricular, refletem as sociedades que os produzem, suas disputas e acomodações.

Nesse contexto, os lugares de pesquisa, como arquivos e bibliotecas, desempenham um papel crucial, oferecendo o acesso necessário a essas fontes e possibilitando um olhar aprofundado sobre as dinâmicas educacionais e sociais que essas obras refletem. Esses espaços se tornam essenciais para a compreensão das mudanças e permanências, permitindo que se mapeiem as diversas influências e adaptações dos livros didáticos ao longo dos anos.

Para a análise privilegiada desta pesquisa, a diacrônica, a biblioteca do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, em Curitiba foi crucial para a realização. Foi

nesse local que encontramos dezenas de livros didáticos de Educação Moral e Cívica, publicados durante a ditadura civil-militar, o que me permitiu avaliar uma ampla variedade de obras. A diversidade de materiais disponíveis foi fundamental para selecionar as publicações que serviram de parâmetro na análise da obra *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), possibilitando uma compreensão mais detalhada das diferentes abordagens adotadas por diferentes editoras. A consulta a esse acervo proporcionou a base desta pesquisa: a heterogeneidade das obras de EMC, selecionando especificamente, naquele vasto material as obras de Galache, Pimentel e Zanuy, Santos (1971) e Andrade (1971).

A análise da heterogeneidade dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica na ditadura civil-militar demonstrou que, embora houvesse um direcionamento oficial para a disciplina, existiram diferentes abordagens editoriais, diferentes apropriações. Percebe-se que, distribuídos entre professores e estudantes, esses artefatos culturais eram muito diferentes entre si. Alguns não indicavam claramente seu público-alvo, enquanto outros deixavam essa questão ambígua. Havia livros que especificavam as séries a que se destinavam, enquanto outros não eram tão explícitos. Existiam aqueles que incluíam exercícios e métodos pedagógicos considerados "modernos" e "novos", e outros que permaneciam tradicionais, prescritivos, contendo apenas textos. Além disso, havia publicações de editoras renomadas e outras de editoras modestas, assinadas tanto por autores consagrados quanto por desconhecidos.

A própria implementação dessa disciplina no contexto da ditadura civil-militar não ocorreu sem conflitos. As disputas entre o Conselho Federal de Educação e a Comissão Nacional de Moral e Civismo resultaram em dois programas curriculares distintos. Um com um teor ideológico mais brando e outro mais rígido. Ambos os programas serviram de base para a redação desses materiais, mas não foram os únicos determinantes. Havia espaço para a apropriações distintas do currículo pelos autores, alterando a ordem dos conteúdos, cada um apresentando a disciplina de maneira diferenciada.

Neste sentido, o papel das editoras também foi crucial, investindo em recursos gráficos como figuras, cores e ilustrações, ou utilizando os limitados recursos disponíveis para tornar os livros mais atrativos e elaborando as mais variadas estratégias para legitimar a sua compra. O caso da Editora do Brasil, comentado no primeiro capítulo, é emblemático, pois autores e editores que circulavam na editora, tinham ligações com o poder estabelecido e tiveram um papel ativo para a implementação da disciplina (Braghini, 2013).

A Editora Michalany, ao lado de outras editoras, também buscou se posicionar estrategicamente dentro de um mercado editorial marcado por interesses políticos e comerciais. A materialidade da obra, sua encadernação, tipografia e mesmo as mensagens contidas em seus

prefácios revelam um projeto que ultrapassava a dimensão puramente pedagógica para adentrar o campo da propaganda ideológica. A existência de diferentes formatos do mesmo livro — como a edição enciclopédica e a versão em opúsculo — demonstrou que havia um público-alvo diversificado e que os materiais foram concebidos para atingir não apenas estudantes, mas também professores e membros das instituições militares.

A presença de cartas de militares de alta patente aprovando a obra, inseridas em suas primeiras páginas, foi uma dessas estratégias. Essas cartas funcionavam como um selo de autenticidade e aval do regime, reforçando a ideia de que o conteúdo do livro estava em consonância com os princípios propagados pela ditadura. Ao destacar a aprovação de generais e membros do Ministério do Exército, a editora buscava aproximar o material da narrativa oficial do governo, garantindo sua adoção em escolas e demais espaços educacionais.

A heterogeneidade também serviu para instituir um parâmetro de comparação entre as outras obras de EMC em relação a obra de Michalany e Ramos (1971), isso nos permitiu identificar sua principal singularidade: um considerável discurso historiográfico.

As representações da História do Brasil no livro *Educação Moral, Cívica e Política* (1971) reforçavam valores alinhados aos ideais da ditadura civil-militar: moralidade cristã, cidadania passiva e anticomunismo. O Estado é apresentado como o único agente legítimo do desenvolvimento, promovendo uma visão de cidadania na qual os indivíduos deveriam se conformar a um projeto nacional previamente definido, sem espaço para a crítica ou a participação ativa. Esse modelo educacional, pautado na formação de hábitos morais e cívicos, buscava preparar os estudantes para um ideal de nação no qual a ordem e a disciplina se sobrepunham à pluralidade de vozes e às dinâmicas reais da sociedade.

A materialidade do livro didático amplificava esse discurso, consolidando a narrativa oficial através da palavra impressa. Ao ser distribuído sistematicamente nas escolas e adotado como principal referência para o ensino de Educação Moral e Cívica, esse material buscava estruturar o trabalho docente e condicionar o pensamento dos estudantes, especificamente, a consciência histórica. A organização sequencial dos conteúdos oferecia uma visão linear e harmoniosa da História do Brasil, ocultando conflitos e desigualdades e reforçando uma identidade nacional idealizada.

No entanto, essa construção não ocorria de maneira neutra. A exaltação de um "Brasil Grande", fundamentada na promessa de progresso e crescimento econômico, contrastava com a realidade política e social do período. Enquanto a narrativa histórica presente no livro *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971) exaltava a ideia de unidade e progresso nacional, na realidade, a elite tecnocrática civil e militar implementava políticas

que beneficiavam uma minoria ligada ao capital multinacional, marginalizando grande parte da população. Enquanto o livro apresentava uma imagem de ordem e democracia, os direitos sociais, civis e políticos eram sistematicamente restringidos, revelando a contradição entre o discurso oficial e a realidade autoritária do regime.

Assim, a instrumentalização da História do Brasil no livro didático *Educação Moral, Cívica e Política* de Michalany e Ramos (1971), revela como a ditadura civil-militar, e seus colaboradores civis, utilizaram a educação como ferramenta de controle ideológico. Ao naturalizar suas estruturas de poder e legitimar suas ideologias por meio do ensino institucional, buscavam moldar subjetividades e consolidar um imaginário coletivo pautado na obediência e no conformismo. Nesse sentido, para além de ser um disputa pelo passado, a luta pelas representações da História do Brasil é uma batalha pelo presente e pelo futuro, pois é por meio dessas narrativas que se constrói – ou se questiona – a forma como uma sociedade entende a si mesma.

FONTES

Legislação

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação. *Comissão Estadual de Moral e Civismo. s.d. Educação Moral e Cívica*. Legislação Federal e Estadual. Brasília.

Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. 1970. *Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica. Prescrições sobre currículos e programas básicos de Educação Moral e Cívica nos três níveis de ensino*: (Artigo 4º do Decreto-lei nº. 869/69). Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 853/71, aprovado em 12 de novembro de 1971 – *Fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º grau, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.*

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Moral e Civismo. 1976. *Nota oficial* nº. 01/76. Que torna pública a relação dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, Estudos de Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira, aprovados pela CNMC e homologados pelo Exmo.sr. Ministro da Educação e Cultura.

Livros Didáticos

ÁVILA, Fernando B. de. 1967. Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo. 1ª edição. Rio de Janeiro: MEC, Fename.

ANDRADE, Benedito de. 1971. Educação Moral e Cívica. São Paulo, Editora Atlas. Curso médio. 4ª edição Revista e aumentada,1971.

BARROSO, M. Zeferino. Educação moral e cívica. 3.ed. Rio: Grafphica Sauer, 1927

GALACHE, G; PIMENTEL, Maria T.; ZANUY, F. 1971. Construindo o Brasil. Educação moral, cívica e política. 1º ciclo e colegial. São Paulo: Edições Loyola. 2ª edição revisada.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política, A Grande Enciclopédia da Vida, 1971.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. As Forças Armadas: Sua História, seus patronos, suas datas, Editora Michalany, 1975.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Símbolos Nacionais, Editora Michalany, 1978.

MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Vultos da Pátria, Editora Michalany, 1982.

SALGADO, Plínio. Compendio de instrução moral e civica**.** Ftd, 1965.

SANTOS, Rubens Ribeiro dos. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Editora Monumento, 1971

Periódicos

O ESTADO DE MATO GROSSO, Redação,; Civismo, Muitos Livros e Nenhum Caminho Adequado - Mato Grosso; p. 03, 11 março, 1973.

JORNAL DO BRASIL, Anuncio – Rio de Janeiro, 19/4/1971.

DIÁRIO DO PARANÁ. Eddy Antonio Franciosi Informa Sobre a Sociedade – Paraná, 25/10/1970, p. 3.

O JORNAL. Valdemar Cvalganti: Livros premiados pela Bienal de São Paulo — Rio deJaneiro, 03/10/1969, p. 03.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vanessa Kern de et al. A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar-Minas Gerais (1969-1993). 2008.

ALMEIDA, Djair Lázaro de. Educação Moral e Cívica na ditadura militar: um estudo de manuais didáticos. 2009.

BARBOSA, Caio Fernandes et al. Fazendo-os obedecer: moralidade, educação e trabalho nas políticas do IPES para a juventude brasileira durante a Guerra Fria. 2021.

BATISTA, A. A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org.) Leitura, história e história da leitura. Campinas, SP: Mercado de letras; Associação de leitura do Brasil, Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).

BARROS, José d.'Assunção. Considerações sobre o paradigma positivista em história. **Revista Historiar**, v. 3, n. 4, 2011.

BARROS, José d'Assunção. **Teoria da História, vol. II: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo**. Editora Vozes Limitada, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. 1993. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A Editora do Brasil S/A nos anos 1960-1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. **Rev. Bras. Hist. Educ**, p. 153-178, 2012.

CARAPELLO, Raquel et al. "Vençamos o subdesenvolvimento!": o Guia de civismo de Diniz Almeida do Valle (1968-1971). 2022.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações,** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Algés, Portugal: Difel Difusão, 1988.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo (Tradução de Cristina Antunes). **Belo Horizonte, MG: Autêntica**, 2017

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livro: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **FRONTEIRAS: Revista de História**, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**, v. 24, p. 6-30, 2010.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & educação**, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain; BASTOS, Tradução Maria Helena Camara. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, p. 5-24, 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 549-566, 2004.

COSTA, Francisca Geise Varela; SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SILVA, Francisco Vieria da. A disciplina educasao moral cívica na ditaduramilitar no brasil: uma análise de capas de manuais didáticos. **Historia de la educación-anuario**, v. 22, n. 2, p. 41-50, 2021.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Editora Companhia das Letras, 1990.

DA SILVA, Catia Maria; BARTHOLO, Maria Elisa Carvalho. A educação moral e Cívica na construção de ser brasileiro: Um indivíduo obediente, cristão e anticomunista. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 1, p. 23-31, 2017.

DE FREITAS DUTRA, Eliana Regina. **Entre a melancolia ea exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado**. Associação Nacional de História, 1999.

DE CASTRO NETTO, David Antônio. Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970. **Revista Trilhas da História**, v. 8, n. 16, p. 72-96, 2019.

DOS SANTOS, EDILENE MARIA LEITE. A Disciplina Educação Moral e Cívica no Curso Normal do Colégio Martinus (1969-1978): diálogos e representações.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Record, 1986.

FAUSTO, Boris et al. **história do Brasil**. S FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo, Ditadura, Propaganda e Imaginário social no brasil.** Editora FGV, São Paulo, 1989.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda et al. A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993, 2006.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**, v. 19, p. 85-102, 2015.

GATTI JÚNIOR, Décio. Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores de livros didáticos (1970-1990). **Cadernos Cedes**, v. 25, p. 365-377, 2005.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. Cortez Editora, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Editora Companhia das Letras, 1987.

GOODSON, Ivor. 1997. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes.

GOMIDES, Fernanda de Paula. Representações de cidadania nos livros didáticos de educação moral e cívica durante o regime militar brasileiro (1964-1985). 2015.

GOMIDES, Fernanda de Paula. História da educação e livro didático: ideologia e memória na obra compêndio de instrução moral e cívica de plínio salgado (1965). 2019.

GONÇALVES, Nadia G. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na ditadura civil-militar: estratégias e a educação. **XXVI Simpósio Nacional de História**, p. 1-17, 2011.

GUSMÃO, Daniele Cristina Frediani. Ideais de homem civilizado veiculados nos Livros Didáticos de Educação Moral e Cívica (1969-1986), 2018.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez; REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez; REIS JR, Darlan de Oliveira. Edições Michalany: manuais didáticos de estudos sociais como dispositivos de normatizações culturais no Brasil (1973). **Cadernos de História da Educação**, v. 22, 2023.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.lo.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. Editora Unesp, 1996.

LOURENÇO, Elaine. História Nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, p. 385-406, 2008.

LE GOFF, Jacques: **História e memória.** Campinas, Editora da Unicamp, 2003.

MACEDO, André Luan Nunes. Narrativas conservadoras e o sequestro do futuro: os materiais de Educação Moral e Cívica (1971). **História & Ensino**, v. 27, n. 2, p. 100-123, 2021.

MOREIRA, Kênia Hilda. O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica. 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da educação**, v. 20, p. 119-138, 2016.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. Cortez Editora, 2016.

NOJOSA, Urbano Nobre. Segmento porta a porta: o livro em busca do consumidor-leitor. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. 2002. p. 1-5.

ONGHERO, André Luiz. **Moral e Civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense: memórias de professores**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade de Campinas, Campinas.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 28, p. 609-633, 2013.

ORWELL, George. **1984**. Editora Companhia das Letras, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Modernização, ditadura e democracia, 1964-2010, 2014.

RÜSEN, Jörn**. Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Editora UFPR, 2015.

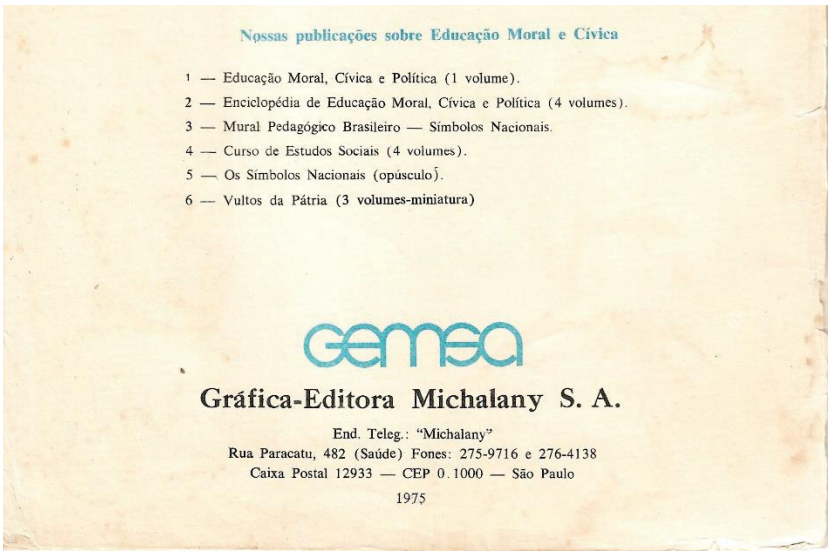
SANTOS, Marcela Souza. Uma questão de segurança nacional: a produção de conceitos e identidade de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985). 2020.

SOUZA, Edson Rezende de. O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 1, n. 1, p. 147-164, 2010.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 8, n. 3, p. 173-215, 2008.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. In: **História de la Educación**. Madrid, v. 12-13, p. 17-74, 1993-94.

ANEXO I – CONTRA CAPA DO LIVRO *FORÇAS ARMADAS, SEUS HERÓIS, SUAS DATAS* DE MICHALANY E RAMOS (1975)



Nossas publicações sobre Educação Moral e Cívica

1 — Educação Moral, Cívica e Política (1 volume).
2 — Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política (4 volumes).
3 — Mural Pedagógico Brasileiro — Símbolos Nacionais.
4 — Curso de Estudos Sociais (4 volumes).
5 — Os Símbolos Nacionais (opúsculo).
6 — Vultos da Pátria (3 volumes-miniatura)

gemea

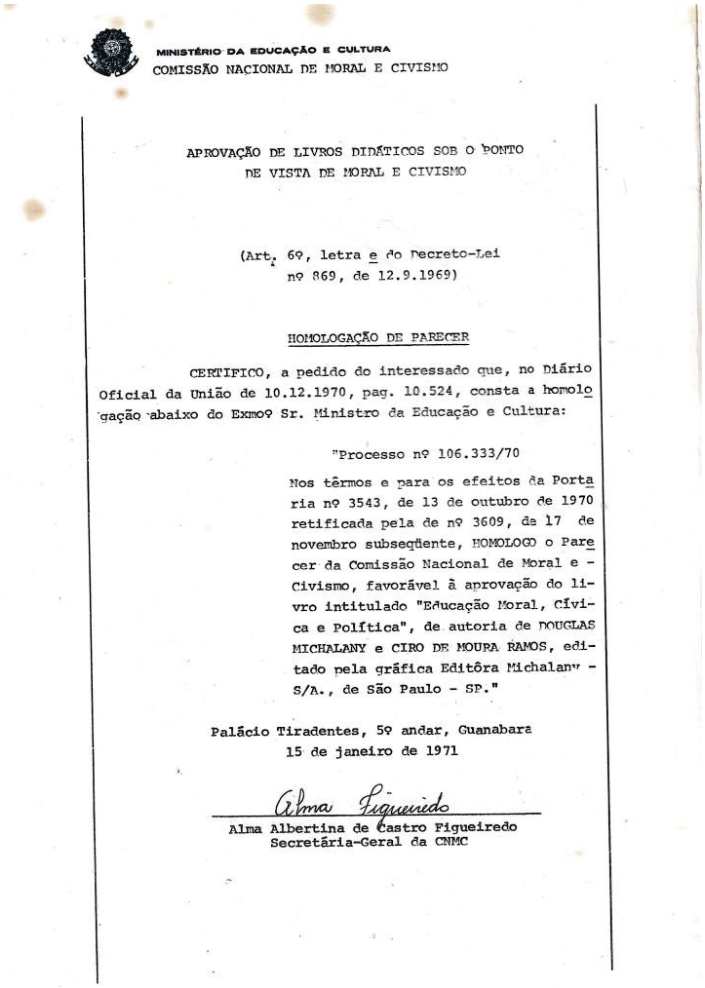
Gráfica-Editora Michalany S. A.

End. Teleg.: "Michalany"
Rua Paracatu, 482 (Saúde) Fones: 275-9716 e 276-4138
Caixa Postal 12933 — CEP 0.1000 — São Paulo

1975

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. As Forças Armadas: Sua História, seus patronos, suas datas, Editora Michalany, 1975.

ANEXO II – CONTRA CAPA DO LIVRO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO

APROVAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS SOB O PONTO DE VISTA DE MORAL E CIVISMO

(Art. 6º, letra e do Decreto-Lei nº 869, de 12.9.1969)

HOMOLOGAÇÃO DE PARECER

CERTIFICO, a pedido do interessado que, no Diário Oficial da União de 10.12.1970, pag. 10.524, consta a homologação abaixo do Exmo9 Sr. Ministro da Educação e Cultura:

"Processo nº 106.333/70

Nos têrmos e para os efeitos da Portaria nº 3543, de 13 de outubro de 1970 retificada pela de nº 3609, de 17 de novembro subseqüente, HOMOLOGO o Parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo, favorável à aprovação do livro intitulado "Educação Moral, Cívica e Política", de autoria de DOUGLAS MICHALANY e CIRO DE MOURA RAMOS, editado pela gráfica Editôra Michalany S/A., de São Paulo - SP."

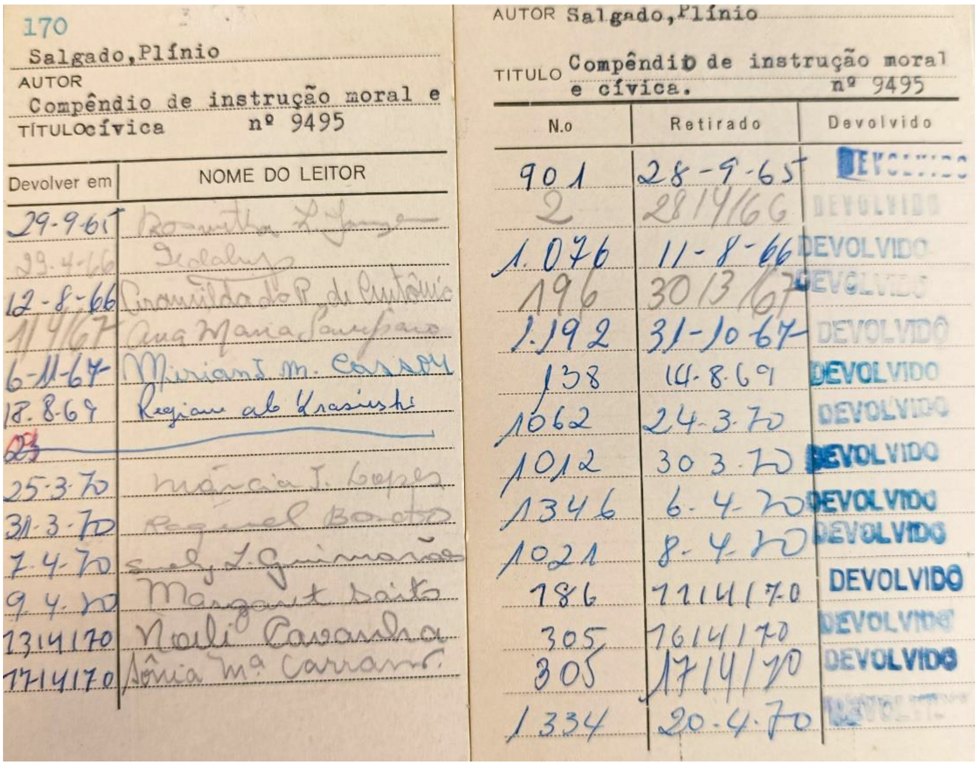
Palácio Tiradentes, 5º andar, Guanabara
15 de janeiro de 1971

Alma Figueiredo

Alma Albertina de Castro Figueiredo
Secretária-Geral da CNMC

FONTE: MICHALANY Douglas; RAMOS, Ciro de Moura. Educação Moral, Cívica e Política, Editora Michalany, 1971

ANEXO III – FICHA DE CONSULTA DA OBRA *COMPENDIO DE INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA* DE SALGADO (1965)



170

Salgado, Plínio
AUTOR
Compêndio de instrução moral e
TÍTULO cívica nº 9495

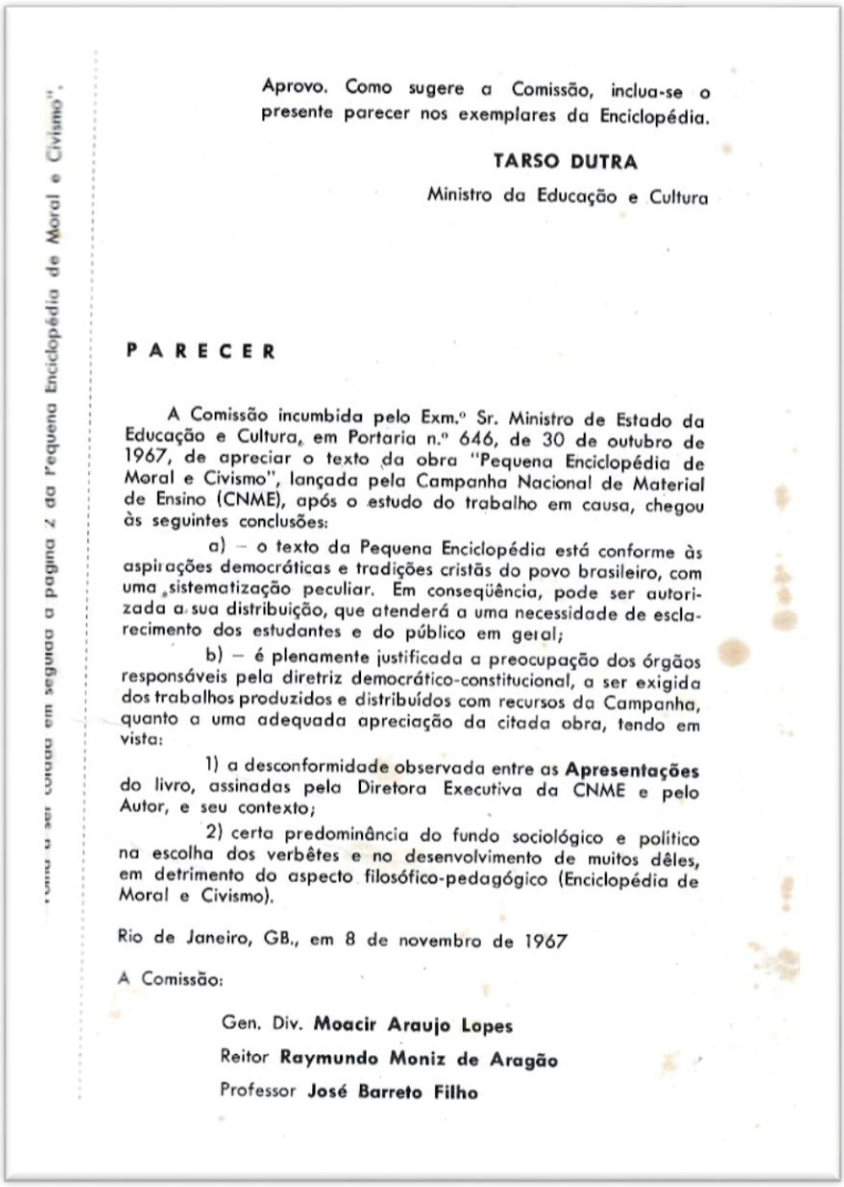
Devolver em	NOME DO LEITOR
29-9-65	[illegible]
29-4-66	[illegible]
12-8-66	[illegible]
1/4/67	Ana Maria Sampaio
6-11-67	Miriam J. M. Carsoy
18-8-69	Regina ab Krasinski
23	
25-3-70	Márcia T. Lopes
31-3-70	Raquel Barreto
7-4-70	[illegible] Guimarães
9-4-70	Margaret Saito
13/4/70	Noeli Cavanha
17/4/70	Sônia Mª Carrano

AUTOR Salgado, Plínio
TITULO Compêndio de instrução moral e cívica. nº 9495

N.o	Retirado	Devolvido
901	28-9-65	DEVOLVIDO
2	28/4/66	DEVOLVIDO
1.076	11-8-66	DEVOLVIDO
196	30/3/67	DEVOLVIDO
1.192	31-10-67	DEVOLVIDO
138	14-8-69	DEVOLVIDO
1062	24-3-70	DEVOLVIDO
1012	30-3-70	DEVOLVIDO
1346	6-4-70	DEVOLVIDO
1021	8-4-70	DEVOLVIDO
186	11/4/70	DEVOLVIDO
305	16/4/70	DEVOLVIDO
305	17/4/70	DEVOLVIDO
1334	20-4-70	[illegible]

FONTE: Digitalização realizado pelo autor, 2024

ANEXO IV - ENCARTE DA *PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO*



Aprovo. Como sugere a Comissão, inclua-se o presente parecer nos exemplares da Enciclopédia.

TARSO DUTRA

Ministro da Educação e Cultura

PARECER

A Comissão incumbida pelo Exm.º Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura, em Portaria n.º 646, de 30 de outubro de 1967, de apreciar o texto da obra "Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo", lançada pela Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), após o estudo do trabalho em causa, chegou às seguintes conclusões:

a) – o texto da Pequena Enciclopédia está conforme às aspirações democráticas e tradições cristãs do povo brasileiro, com uma sistematização peculiar. Em conseqüência, pode ser autorizada a sua distribuição, que atenderá a uma necessidade de esclarecimento dos estudantes e do público em geral;

b) – é plenamente justificada a preocupação dos órgãos responsáveis pela diretriz democrático-constitucional, a ser exigida dos trabalhos produzidos e distribuídos com recursos da Campanha, quanto a uma adequada apreciação da citada obra, tendo em vista:

1) a desconformidade observada entre as **Apresentações** do livro, assinadas pela Diretora Executiva da CNME e pelo Autor, e seu contexto;

2) certa predominância do fundo sociológico e político na escolha dos verbêtes e no desenvolvimento de muitos dêles, em detrimento do aspecto filosófico-pedagógico (Enciclopédia de Moral e Civismo).

Rio de Janeiro, GB., em 8 de novembro de 1967

A Comissão:

Gen. Div. **Moacir Araujo Lopes**

Reitor **Raymundo Moniz de Aragão**

Professor **José Barreto Filho**

FONTE: AVILA, Fernando Bastos de. Pequena enciclopédia de moral e civismo. Rio de Janeiro, 1967

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **EDWARD MICKAEL KLINGBEIL**, intitulada: **O LIVRO DIDÁTICO *EDUCAÇÃO MORAL, CÍVICA E POLÍTICA* DA EDITORA MICHALANY: SUA MATERIALIDADE E NARRATIVA HISTÓRICA (1971)**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica
27/04/2025 13:27:46.0
LEZIANY SILVEIRA DANIEL
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 17:23:29.0
ROSA FATIMA DE SOUZA CHALOBA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO)

Assinatura Eletrônica
25/04/2025 15:24:45.0
GIZELE DE SOUZA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 445104
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 445104